

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História Social

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Belém
2009

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora Professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Amarílis Maria Farias da

Saberes cotidianos e azeite de andiroba: a presença da mulher extrativista, no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da Ilha de Juba, Cametá-PA / Amarílis Maria Farias da Silva; orientadora, Benedita Celeste de Moraes Pinto. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

1. Mulheres - Cametá (PA) - Condições sociais. 2. Mulheres - Cametá (PA) - Condições econômicas. 3. História social. 4. Óleo de andiroba. I. Título.

CDD - 22. ed. 305.4098115

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professora Doutora Benedita Celeste Moraes Pinto (Professora Visitante - DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação:
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – (DEHIS/UFPA).

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Campus Universitário do Tocantins - UFPA.

Profª. Drª. Leila Mourão
Suplente – (DEHIS/UFPA).

Dedico à minha família, em especial, aos meus pais, João Moraes da Silva e a memória da minha mãe amada Pedrina Farias da Silva, essa vitória só foi possível por causa do amor e da dedicação que dispensaram a mim e a minha formação;

À minha amiga, professora e orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste Moraes Pinto, por toda a confiança que depositou no meu trabalho;

A todas as mulheres e homens da Ilha de Juba, que contribuíram para a realização desta pesquisa;

Agradecimentos

Antes de tudo agradeço à Deus, que esteve ao meu lado a cada dia fortalecendo-me e ajudando-me a contornar os obstais e a superar os percalços desta jornada.

À memória de minha mãe Pedrina Farias da Silva, por formar a minha base intelectual e ao meu pai João Moraes da Silva por ter acreditado no meu sonho e ter investido na minha carreira.

Meu agradecimento sincero a minha família especialmente: Adede Maria pelo incentivo e apoio incondicional que me deu; Ângela Maria por toda a ajuda que me deu; Aida Maria pelas discussões e acúmulos em torno do meu texto; Even Silva por tantas vezes ter me dado o seu apoio e a sua proteção, estando sempre por perto quanto precisava; Evaldo Silva pelas hospedagens; Maiá Paula que muitas vezes foi minha companheira por horas a fio de leitura; Maiana Marques por ter sido minha companhia em algumas viagens a localidade de Juba; Ângela Regina por ter sido minha companheira de viagem e por ter colaborado com a aplicação dos formulários de pesquisa.

Nem toda a minha gratidão a professora Dra. Benedita Celeste De Moraes Pinto é suficiente, pelos puxões de orelha que me fizeram continuar escrever quando eu estava passando por aquele bloqueio que todo escritor passa, mais agradeço profundamente a cada momento de orientação, e pelas horas a fio que me acompanhou-a esta mulher aguerrida minha eterna gratidão e estendo ainda o meu agradecimento ao seu esposo Albertino Pinto, pela atenção, gentileza e cafés servidos durante as longas horas de orientação estudo e produção desta dissertação.

Aos meus amigos Jacinto e Rosângela Leão, por terem me acolhido em sua casa, terem me dado todo carinho e atenção partilhando suas vidas comigo e festejando a cada novo avanço profissional. A vocês, minha eterna gratidão!

Aos moradores da Ilha de Juba por me receberem tão acolhedoramente em suas casas e terem dividido comigo as suas praticas, seus saberes, compartilhando suas história de vida e ajudando a construir este estudo. Meu muito obrigado: Maria do Carmo Leão, Maria Maíde Almeida Pinto, Rodrigo Teles, Benedito Dias, Maria do Socorro Teles Souza, Braúlio Leão, Eliane Lima de Oliveira, Joana Dias, Juba,

José Prestes Furtado, Maria Benedita Souza, Adriana Gonçalves Rodrigues, Maria Pinto Furtado, Maria do Socorro Siqueira Sanches, Maria das Graças Caldas Sanches, Maria Ducilena Serrão Farias, Maria da Conceição Caldas Valente, Maria Hosana de Souza Sanches, Maria Rodrigues, Maria Zeneide Furtado Gomes, Marta Duarte Martins, Edna Borges Nunes, Tarsila dos Santos, Hosana Maria Dias Martins, Zenaide Magno Pinto, Dorcelina Almeida Nunes, Benedita Santos Furtado, Dulcira Maria Louzada Prestes, Rozinete dos Prazeres, Laíde da Silva, Ana Maria Pinto Moraes, Valda Pinto Furtado, Ana Maria Guimarães Garcia, Maria Ozanira Pinto Afonso, Minervina Dias Martins, Isabel Almeida Louzada, Maria Garcia de Souza, Ana Cléia Pinto Louzada, Maria Iracê Caldas Pinto, Maria Claudete Garcia Pinto, Zélia Maria Louzada Furtado, Maria Lúcia Maria Barros Alves, Maria José de Sousa Furtado, Maria de Lourdes, Marinaldo Teles Souza, Maria Ivanildes Garcia de Sousa, Rute Teles Souza.

Meu sincero agradecimento a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Mestrado em História Social da Amazônia, na pessoa Prof. Dr. Aldrin Figueiredo.

Agradeço os professores disciplinas que cursei, por terem contribuído de forma significativa para a minha formação, eles destaco, Prof. Dr. Rafael Ivan Chamboleyron, Prof. Dr. Mauro César Coelho, Prof^ª. Dra. Magda Ricci e Prof^ª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Agradeço a todas as entidades governamentais e não governamentais que me ajudaram fornecendo informações importantes e de fundamental importância para a consolidação do meu trabalho: Secretaria municipal de Saúde Municipal de Cametá; Secretaria Municipal de Educação de Cametá – Setor de Estatística, na pessoa da Prof^ª. Sargia Francês; Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares na Amazônia – IPEDE, na pessoa da Sra. Aida Maria Farias da Silva; Grupo de Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART, na pessoa da Sra. Barbara Daniele; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, na pessoa do Sr. Marcelo Nogueira; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá; Colônia de Pescadores Z-16; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nas pessoas do Sr. Danúzio Pompeu e de Sr. Itamar Batista Wanzeler; EMBRAPA, na pessoa do Sr. Marcus Arthur Marçal de Vasconcelos; Centro Miriti de Assessoria as Mulheres

Aos meus amigos por toda ajuda e apoio recebido no transcorrer da minha pesquisa, sem a qual este trabalho seria quase impossível. Recebam a minha gratidão Dr. José Maria, à família Leal Pinheiro, Ozias do Carmo Cruz, Marcos José da Silva Baia, Amarildo da Silva Costa, Socorro Pinheiro Dias, Dejanira Costa Santos, Vilma Rebelo, ao casal Dalva e Luís Pires.

Meu agradecimento especial à Prof^a. Mestranda Ilma Pinto do Espírito Santo, ler e fazer a revisão textual do meu texto. Mas acima de tudo por apoiar-me nos momentos difíceis que enfrentei, sempre com o seu bom humor contagiante.

Ao meu amigo e colaborador Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, pela leitura e contribuição intelectual ao meu texto.

A Marcus Arthur Marçal de Vasconcelos, pessoa altamente generosa, que ao conhecer-me não mediu esforços para contribuir com o meu trabalho, fornecendo-me materiais técnicos sobre a andiroba, lendo o meu projeto e fazendo contribuições importantes para a construção do meu texto. Meu agradecimento sincero.

Cametá, 30 de Junho de 2009.

Resumo

Este estudo que ora apresento aqui, fundamenta-se na História Oral, utilizando fontes e memórias orais, relatórios institucionais, imagens fotográficas, a partir da escuta sensível dos relatos, das falas e dos depoimentos dos sujeitos. A presente pesquisa buscou investigar, refletir e sistematizar uma das práticas seculares dos povos das águas: a prática de extração do azeite de andiroba, que envolve as mulheres, homens, jovens, crianças e velhos extrativistas da Ilha de Juba, município de Cametá/PA, dando ênfase ao papel feminino. O principal objetivo deste trabalho é reconstituir os saberes cotidianos das práticas socioculturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da localidade pesquisada. Este trabalho buscou investigar a problemática, a partir do viés da história social. Partindo da análise das relações entre mulheres e homens ribeirinhos da região Tocantina com a natureza, no período de tempo entre a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década referente ao ano de 1980, até os dias atuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo onde foram ouvidas 48 pessoas, referentes a 40 famílias visitadas e entrevistadas na localidade, através de formulários com questionamentos acerca do modo de vida da população residente na localidade pesquisada, entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas; dentre as pessoas pesquisadas estão: membros da comunidade e de outras ilhas desta região do município de Cametá. A pesquisa diagnosticou algumas limitações em relação a produção e a comercialização do óleo de andiroba, sendo possível identificar as dificuldades mais latentes do processo da extração desse produto natural, como a pouca qualificação profissional e a ausência de organização das mulheres e dificuldade na entrada do produto no mercado e sua comercialização. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres.

Palavras- Chave: Mulheres Extrativistas. Saberes. Práticas. Andiroba. Ilha Juba.

Abstract

The study I present is based on the Oral History, from which sources and oral memories, institutional reports, photographic images, from the sensitive listening of the individuals could be extracted. The present research sought to investigate, reflect and systemize one of the secular practices of the peoples of the waters, the practice of extraction of andiroba oil, which involves the extractor women, men, children, young and old people of Juba Island, municipality of Cametá/PA, emphasizing the feminine role. The main aim of this work is to reconstitute the daily acquirements of the productive sociocultural practices of the women who extract andiroba oil of the proposed locality. This work searched to investigate the problem from the relations between riverine women and men of the region of Tocantins and the Tucuruí Hydroelectric Power Station in the decade relating to the year of 1980 until the current days. The methodology put to use was that of the field research where 48 people were heard, relating to 40 families which were visited and interviewed, through forms containing a set of questions about the way of life of the population which is living in that inquired locality, semi-structured interviews which were recorded, transcribed and analysed; among the community and of other islands of that region of the municipality of Cametá/PA the research diagnosed some imitations regarding to the production and commercialization of andiroba oil, causing the identification of the most latent difficulties of the extraction process of that natural product such as little professional qualification and the lack of organization of the market and its commercialization as well. Moreover, a broader comprehension of the social and historical role of those women is needed.

Keywords: Extractator women; Acquirements; Practices; Andiroba; Juba Island.

Lista de Imagens

Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cametá. Fonte: IBGE-2007.

Imagem 02: Mapa das comunidades do município de Cametá. Fonte: Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006.

Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açaí para construir pequenas pontes. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açázeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de masseira. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva – Ilha Juba, 2007.

Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cametá, 2007.

Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Lista de tabelas

Tabela 01: Quadro de atividades referente à extração da andiroba.

Tabela 02: Quadro de atividades extrativistas praticada pelos moradores da Ilha de Juba.

Tabela 03: Informações referentes à escola.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	17
CAPÍTULO I	
Encontro da Memória com História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza	27
1. História, sujeitos, natureza e suas relações	28
1.1. A trajetória histórica de homens e mulheres com a natureza	28
1.2. O contexto histórico do município de Cametá	31
1.2.1. A presença da política oligárquica no município de Cametá	33
1.2.2. Natureza e história: a cultura extrativista no município de Cametá	35
2. O perfil sociocultural de um povoado amazônida: Ilha de Juba localização geográfica e origem.	39
2.1. Aspectos habitacionais da comunidade de Juba	42
2.2. A importância dos programas do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida da comunidade estudada	44
2.3. Cultura, religiosidade e a significativa presença da Igreja Católica entre os habitantes de Juba	45
2.4. O acesso a Ilha de Juba	47
3. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os impactos socioambientais no Baixo Tocantins e na realidade cotidiana da Ilha de Juba	49
3.1. Degradação ambiental e os reflexos na atual realidade da comunidade estudada	55
3.2. A presença do lixo doméstico e os riscos à saúde humana: o caso da Ilha Juba	59
3.3. A retirada ilegal dos pés de andiroba nativa	62

CAPÍTULO II

Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas	67
1. Cotidiano das Mulheres Andirobeiras: a reconstituição dos saberes entrelaçados com a floresta e com as águas	68
2. “[...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós!”	74
2.1. As mulheres e a medicina popular	75
2.2. Aparar criança um dos saberes da mulher andirobeira	77
3. Mulheres, Natureza e História	82
3.1. As mulheres e suas relações com a natureza	82
4. Da árvore ao azeite: as andirobeiras e processo de coleta e extração do azeite de andiroba na Ilha de Juba	96
4.1. Andiroba: origem e incidência na Amazônia	96
4.2. A coleta das sementes de andiroba na Ilha de Juba	100
5. A dinâmica das mulheres extrativistas e o processo de extração do azeite de andiroba na comunidade ribeirinha de Juba	102
5.1. Passos do processo de beneficiamento artesanal do azeite de andiroba	102
5.2. Práticas, segredos ditos e interditos do processo de extração do óleo de Andiroba	106
5.3. O azeite na tábua: a difícil arte de estilar o óleo de andiroba	111
5.4. A utilização do tipiti na retirada do óleo de andiroba	116
5.5. A retirada do óleo de andiroba através do fogo	117

CAPÍTULO III

O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo	119
1. Natureza, Trabalho e Princípio Educativo	120

1.1.	O trabalho de extração do óleo de andiroba como um dos elementos de reprodução da vida na Ilha de Juba	120
1.2.	Produção, atribuições e divisão do trabalho na Ilha de Juba	122
1.3.	Amazônia e o Extrativismo: fator sociocultural na comunidade de Juba	126
2.	O contraste entre o tradicional e o moderno: vivências, hábitos, costumes e bens de consumo	134
3.	O papel da educação para o fortalecimento da tradição	137
4.	Preocupações com o meio ambiente e a inserção em movimentos sociais organizados	144
5.	A relevância da presença da mulher na extração do Óleo de Andiroba	149
6.	O destino comercial da andiroba: sementes e óleo	153
7.	A tradição ameaçada	155
	Considerações Finais	158
	Fontes	159
	Fontes Orais	159
	Fontes Escritas	160
	Fontes Imagéticas	161
	Referências Bibliográficas	163
	Anexos	169

Considerações Iniciais

A trajetória histórica que tracei até a atual pesquisa que aqui apresento, tem suas raízes bem lá atrás, na década de 1980, quando tive a oportunidade de participar da CEB - Comunidade Eclesial de Base do meu bairro, como integrante do grupo de jovens da comunidade cristã do Bairro Novo. Este bairro de periferia altamente estereotipado e marginalizado pela sociedade cametaense, ao qual eram atribuídos todos os feitos negativos, como: roubo, uso de drogas, prostituição, entre outras acusações, algumas delas levianas. Neste contexto, dei meus primeiros passos rumo à investigação de fatos direcionados ao cotidiano social e histórico do município de Cametá. Em 1989, passei a coordenar o grupo de jovens da Comunidade Cristã do Bairro Novo, denominado JUBANO (Juventude Unida do Bairro Novo), passando a viajar e fazer parte dos encontros de jovens e dos intercomunitários (Encontros de comunidades cristãs em outras localidades do município de Cametá, onde eram discutidos os problemas que atingiam a população local e da região Tocantina¹).

Este período da história da Região Tocantina foi profundamente fértil, pois na década de 80, o Governo Federal estava implantando no município de Tucuruí a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHT, a qual iria mudar decisivamente os rumos da realidade social, política, econômica e ambiental dos municípios da Região Tocantina. Toda essa mudança afetaria, segundo Montenegro, “As populações pobres, que vivem, [...] numa luta diária contra a falta de tudo [...]. Neste embate, marcado pela ameaça, pela incerteza de ter alimento” (MONTINEGRO, 1992, p.36). Diante deste contexto, acirraram-se os ânimos da população ribeirinha e das instituições que defendiam a classe trabalhadora e, em meio a esta problemática que a região Tocantina estava enfrentando com a instalação da UHT surge o Movimento de Defesa da Região Tocantina - MODERT, que contou com o apoio da Igreja Católica, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, associações, Colônia de pescadores Z-16, partidos de esquerda e sociedade civil. O MODEST, segundo Castro (1989), tinha como um dos seus objetivos a busca de melhores condições de vida para os atingidos pela barragem, através da recomposição da condição de vida desta população.

¹ Região composta pelos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará.

Ao longo dessas décadas, venho acompanhando as discussões, ora perto, ora distante dos acontecimentos em torno da vida da população da região Tocantina, procurando sempre estabelecer uma relação de proximidade com a realidade social e histórica desta região. O que fez-me observar, que a historiografia tem se aproximado cada dia mais das classes historicamente negadas, como os negros, as mulheres, que para Dias, essas “[...] novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano” (DIAS, 1995, p.14). Entendendo, que a história, segundo Le Goff, “[...] começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘eu vi, senti’. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica, (LE GOFF, 2003, p.09). Para o historiador esses fatos sociais e históricos passaram a representar a possibilidade de novos campos de investigação, o que representa, segundo Boutier & Julia, [...] a conquista de novos objetos e de novos territórios, a acumulação de trabalhos eruditos, o aprofundamento dos métodos, o avanço da informática, a prática do historiador foi [...] renovada (BOUTIER & JULIA, 1998, p.21).

A vivência da população ribeirinha ou rural passou a fazer parte das minhas inquietações, estabeleci contato mais próximo com o universo social do campo, da ilha² adquirindo, a cada dia, novas informações, novos olhares, novas vivências, saberes e práticas. Portanto, a decisão de investigar o cotidiano³ das mulheres e dos homens andirobeiros por meio de seus saberes e suas práticas de beneficiamento do óleo de andiroba, dando ênfase as experiências cotidianas femininas, se materializou a partir da primeira viagem de trabalho que fiz à comunidade de Juba, em julho de 2006, na qual pude observar três fatores fundamentais que despertaram a minha curiosidade em relação ao objeto a ser pesquisado. O primeiro estava relacionado à comunidade e a concentração de famílias que exerciam a atividade de extração do óleo de andiroba. O

² Segundo o Mini Aurélio a palavra ilha refere-se “terra menos extensa que os continentes e cercada de água por todos os lados” (FERREIRA, 2002, p. 372). Este conceito utilizado pelo dicionário representa parte desta realidade das ilhas dessa região do Baixo Tocantins, pois é necessário ressaltar que as ilhas estão situadas em terreno sedimentar, de várzea. As quais, sofrem influência permanente das marés, chegando a ficar totalmente submersas no período chuvoso, denominado pelos moradores locais de inverno”.

³ “O estudo do cotidiano tem sido tão ou mais elucidativo das relações sociais de um sistema do que a análise dos grandes projetos econômicos, políticos e sociais propostos para a nação, um movimento, uma classe etc.” (VIEIRA; PEIXOTO & KHOURY & KHOURY, 1991, p. 19).

segundo fato diz respeito ao comportamento de dependência estabelecido pela comunidade em relação à natureza e por fim o terceiro, que deixava bem evidente os impactos socioambientais provocados pela hidrelétrica de Tucuruí.

Entre os objetivos que me levaram a viajar e a conhecer a ilha de Juba, o principal era aplicar um diagnóstico social, econômico e ambiental da microregião de Cametá, direcionado às ilhas Turema, Mendaruçu, Juba, Santana e Paruru, este levantamento da realidade destas localidades, foi organizado pelo Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de práticas culturais e populares da Amazônia - IPEDE, que tinha a intenção de inventariar a potencialidade produtiva destas ilhas que envolvem esta prática secular de beneficiamento do azeite de andiroba e o papel das mulheres nesta atividade familiar.

O propósito era conhecer a realidade cotidiana dos sujeitos da Ilha de Juba, que são trabalhadores e trabalhadoras rurais, ribeirinhos e pescadores(as), donas de casa, pais de famílias, alguns e algumas são lideranças sindicais, na sua totalidade extrativistas. A finalidade deste trabalho é, portanto, reconstituir suas histórias de vida, de maneira a produzir elementos que valorizem seus saberes e suas histórias, pois, como afirma Marina Maluf, “[...] é preciso reconstruir aquelas vidas através de um novo conceito para tirar do silêncio o trabalho feminino” (MALUF, 1995, p. 21). Diante à escolha do objeto de estudo, a pesquisa passou a buscar toda a informação necessária, acerca do ambiente onde essas mulheres e homens se encontram e constituem seus saberes e práticas cotidianas, fazendo uma construção historiográfica e geográfica das condições de vida e vivências desses sujeitos andirobeiros amazônidas.

A Amazônia é conhecida por possuir uma biodiversidade rica, diversificada, exótica, singular e muito pouco conhecida. Esta imagem poética da Amazônia passa a fazer parte do imaginário dos “caçadores de tesouro”, que são atraídos por este discurso exuberante de beleza e de grande potencialidade financeira. Suas florestas são cortadas pelas reentrâncias dos rios, igarapés. Lugar de predominância de saberes e de recursos naturais⁴, florestais e animais, pertencentes a

⁴ Recursos naturais: Substâncias, estruturas e processos encontrados na natureza utilizados pelas pessoas, mas que não podem ser criados por elas. Os recursos naturais podem ser renováveis e não-renováveis. Os renováveis incluem o sol, o solo, as plantas e a vida animal, que se perpetuam naturalmente. Por exemplo, se determinada espécie animal está ameaçada de extinção pela caça excessiva, a sua população pode ser aumentada se a caça indiscriminada for evitada. Os recursos não-renováveis são aqueles que não se perpetuam (petróleo, carvão e minerais) e, se forem continuamente utilizados pelos seres humanos, irão acabar algum dia. É o caso do minério de ferro, utilizado para fazer o aço, (GTA, 1992: p. 39).

uma população humana, constituída por culturas diferentes, encharcadas de conhecimentos não sistematizados. Toda riqueza de recursos naturais, que compõem o universo dos sujeitos amazônidas, representam a fonte, a garantia de sobrevivência e do desenvolvimento desses povos que habitam tradicionalmente esse espaço territorial (BOUFLEUER, 2004).

Cresce a cada dia o interesse em relação à Amazônia, interesse este, que não se restringe apenas a seus recursos naturais, mais a toda gama de saberes e de práticas culturais pertencentes aos povos que nela residem. Povos estes, que detém saberes e práticas que envolvem a floresta, as águas, a fauna. Esses saberes, que ao longo dos anos, são utilizados pelos índios, caboclos e mestiços, fazem parte do acúmulo cultural e da vivência do povo amazônida. Convém destacar que grande parte destes saberes é assistemática.

Estudos indicam que, todas essas riquezas existentes na Amazônia estão sendo ameaçadas de extinção, devido a um comportamento predatório, provocado pela ação humana, que associado a uma total falta de conhecimento acerca da biodiversidade local, no que diz respeito, às espécies vegetais e animais. Toda esta desinformação tem contribuído para que determinadas espécies animais e florestais entrem na lista da extinção.

As pesquisas referentes às vivências dos povos de biodiversidades paraenses, isto é, os estudos e as investigações dos modelos, das lógicas, das racionalidades e dos valores das populações camponesas, ribeirinhas, indígenas, remanescentes de quilombos, das matas e florestas do Pará, não podem deixar de levar em consideração os vários entendimentos, as inúmeras reflexões, os inegáveis olhares e os antagônicos e conflitantes interesses vividos por diversas e diferentes pessoas sobre os saberes dos ecossistemas das Amazônias, pois, “[...] a essa diversidade natural das várias Amazônias soma-se, pois, a diversidade humana e cultural, que nem sempre obedece às fronteiras étnicas e políticas” (MAUÉS, 1999, p. 58).

A presente pesquisa, conseqüentemente, busca investigar, refletir e sistematizar, uma das práticas seculares dos povos das águas⁵, que envolve as mulheres

⁵ “Rios, lagos, igarapés, furos corporificam o espaço do homem [e da mulher] do Baixo Tocantins [...] As águas são fonte de alimentação, de produtos para comercializar e de vias de transporte, mantendo viva sua cultura de economia extrativista. Os apetrechos de pesca tipo malhadeira, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia [...], que por séculos vêm sendo utilizados por esses povos das águas, representam essa dinâmica cultural”. (COLÔNIA DE PESCADORES, 2007, p. 28).

e os homens extrativistas da Ilha de Juba, município de Cametá/PA, com suas diversas formas de trato e técnicas de manipulação de uma espécie. O principal objetivo deste trabalho é reconstituir os saberes cotidianos das práticas socioculturais produtivas das mulheres e homens extrativistas do óleo de andiroba da localidade, analisando o contexto histórico das práticas dos saberes cotidianos das mulheres jubenses, com seus significados, a partir da escuta sensível dos relatos, das falas e dos depoimentos dos sujeitos da história oral, que para Thompson, “O historiador oral tem que ser um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo. [...] é uma história construída em torno de pessoas (THOMPSON, 1992, p. 43)”.

Buscando compreender quais as razões que motivam a prática de extração do azeite de andiroba e como são memorizadas pela comunidade? Para que esta discussão materializasse se buscou investigar a problemática, a partir do viés da história social, dando ênfase à história oral. Partindo da análise das relações entre mulheres e homens camponeses da região Tocantina com a natureza, no período de tempo entre a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década referente ao ano de 1980, até os dias atuais.

A pesquisa buscou estudar de maneira investigativa a realidade social e histórica dos sujeitos da localidade da Ilha de Juba, focalizando as mulheres extrativistas, produtoras do azeite de andiroba. Elas exercem os papéis sociais de trabalhadoras rurais, parteiras, pescadoras e donas de casa. Porém, é relevante destacar que a pesquisa também ouviu homens desta localidade, os quais também fazem parte do universo de beneficiamento. A partir da dinâmica de pesquisa de campo, coleta dos dados, onde foram ouvidas 48 pessoas, referentes a 40 famílias visitadas e entrevistadas na localidade, através de formulários com questionamentos acerca do modo de vida da população residente da população, entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas; dentre as pessoas pesquisadas estão: membros da comunidade e de outras ilhas desta região do município de Cametá; porém, é importante ressaltar, que nem todos os relatos foram utilizados no corpo do presente trabalho, uma vez que, as falas foram sendo analisadas, selecionadas pelas informações que nelas continham, sendo, portanto, utilizadas mais diretamente, a fala de 16 informantes do grupo pesquisado. Além, das fontes orais, também se faz um cruzamento com fontes documentais escritas como: o Relatório Final de Conclusões da CPI das Barragens,

Fichas de Cadastro de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá; Fichas de Matrícula da Confederação Nacional dos Pescadores – CNP e da Federação dos Pescadores do Pará- FEPA e Relatório do Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativistas Produtoras de Óleo de Andiroba da Região Tocantina. Além de imagens fotográficas feitas na localidade em questão.

As informações, adquiridas no transcorrer da pesquisa, contribuíram de forma significativa no processo de reflexão e de entendimento acerca dos olhares, das análises, dos referenciais teóricos que compõe este estudo. Uma vez que, conforme afirma Borges, toda escolha que o historiador fizer, não terá inocência e nem tão pouco neutralidade, pois, “[...] o historiador é um homem em sociedade, [...] seu trabalho será condicionado tanto pelo nível de conhecimento então existente, como pelos interesses que ele possa estar defendendo, mesmo que inconscientemente” (BORGES, 1980, p. 60).

Investigar relatos, documentos, imagens de forma qualitativa, com base na história oral, que envolvem o ato de lembrar, contar, falar, rememorar, isto é, abarca o processo de escuta das vozes “silenciadas”, para dar visibilidade às expressões relatadas por gente protagonista, que cotidianamente inventam e reinventam as lógicas e as racionalidades do campo. Portanto, as sociedades tradicionais do campo, fundamentam suas práticas, suas histórias de vida, suas memórias, seus relatos, suas etno-histórias⁶ da vida cotidiana, neste universo de vitalidades dos saberes, das suas ciências ambientais e humanamente sustentável.

As fontes não-escritas se constituem, como um dos principais elementos das investigações e dos estudos acerca da História Oral. Na concepção de Pinto, “os saberes das comunidades tradicionais do campo são narrados e rememorizados pelas pessoas mais idosas, que são as guardiãs das vivências e das práticas dos seus ancestrais” (PINTO, 2004, p.130). Daí elemento importante para estudar a experiência das mulheres extrativista do Juba, mediante as fontes não-escritas que se constituem, a

⁶ A etno-história está enraizada nas relações críticas interdisciplinares em antropologia e história das experiências dos saberes das ciências vividas pelas pessoas das comunidades tradicionais em seu contextos específicos, singulares e particulares: “a aproximação da história com a antropologia, cada vez intensa nos últimos anos, bem como o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e da etno-história têm contribuído de forma fundamental para uma revisão [também] dos índios do Brasil. Tal discussão, no entanto, não é recente. Nos anos de 1950, algumas vezes já se faziam ouvir no sentido de buscar uma aproximação entre essas disciplinas” (ALMEIDA, 2002: 28).

partir de suas vivências e de suas práticas, sendo registradas através de diferentes formas de linguagens, que estão presentes nas falas dos velhos e das velhas da localidade: nos olhares de consentimento e censura, nas esculturas de santo, nos altares das casas, das igrejas bem como nos altares de terreiro de umbanda, nas vestimentas de festas sacras e profanas, nas roupas de trabalho, nos objetos da cultura material, como o remo, o tipiti, a malhadeira, o paredão. Nas fotografias de família, nas músicas e ladainhas, principalmente as cantadas pelos mais velhos. Nas ferramentas de trabalho, nos utensílios de cozinha; nas comidas de festa e do próprio cotidiano; nos corais da igreja, nos movimentos corporais, faciais; nos gestos e muitas vezes no silêncio, isto é, o silêncio também se constitui em uma forma de linguagem.

Portanto, a metodologia proposta para a investigação deste estudo pautou-se em: entrevista semi-estruturada, relatos orais, na análise dos Cadastros de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá e das Fichas de Matrícula da Confederação Nacional dos Pescadores – CNP e da Federação dos Pescadores do Pará- FEPA, além da análise semiótica das imagens referentes as práticas e saberes dos sujeitos da pesquisa, os moradores da Ilha de Juba/ PA. Essas formas de registros, segundo Thompson, propicia “aos historiadores orais [...] pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam ir procurá-la e obtê-la” (THOMPSON, 1992, p. 25). Esta escolha direcionou todo o trabalho em relação à pesquisa. O período de execução da pesquisa de campo foi programado para acontecer entre os meses de Maio de 2006 a Junho de 2008. Todas as atividades pensadas para o período de execução da pesquisa foram definidas, levando em consideração, as atividades acadêmicas, direcionadas para créditos das disciplinas do mestrado, para as atividades programadas pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPA (seminários, colóquios, comunicação), pesquisas bibliográficas, leituras bibliográficas e demais atividades acadêmicas.

É importante ressaltar, que a pesquisa na localidade de Juba teve início no ano de 2006, meses antes da abertura do edital de chamada para a seleção do mestrado em História Social da Amazônia, na Secretaria de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará - UFPA. Como já foi dito antes, o interesse pela realidade das mulheres extrativistas surgiu com a ida à localidade e com o contato com a experiência, que envolve o processo de produção e beneficiamento do azeite de

andiroba. Ao saber do edital deste mestrado, preparei o projeto e me submeti à seleção. Com o resultado positivo, passei então, a programar as atividades para o desenvolvimento da pesquisa.

A partir do mês de Maio de 2007, iniciaram-se as viagens para a comunidade da Ilha de Juba. Nestas viagens, foi feita a aplicabilidade da entrevista semi-estrutura na localidade, com os moradores e moradoras. Paralelo as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST, já no mês de agosto de 2007, comecei a realizar as atividades de transcrição das fitas cassete e a digitalização dos dados coletados na primeira etapa da pesquisa.

No mês de janeiro de 2008, as atividades foram totalmente direcionadas para a pesquisa na localidade, análise dos dados e redação preliminar dos capítulos da dissertação. Na ocasião foram feitos vários registros fotográficos, uma vez que, neste período estava acontecendo o processo de coleta das sementes e de extração do óleo de andiroba.

Após a segunda viagem à comunidade, com os dados coletados, partiu-se para a análise semiótica, através do estudo das representações das imagens fotográficas. Da mesma forma, realizou-se a transcrição das entrevistas gravadas⁷ naquela ocasião. A partir dos dados coletados, sistematizados e analisados, partiu-se para a produção escrita, sempre com a preocupação de reconstituir os saberes cotidianos e as práticas socioculturais das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da ilha em estudo. Destaca-se que durante as possíveis articulações críticas e dialógicas com os diferentes saberes, tem-se como preocupação principal tentar não “diluir” os significados e os sentidos atribuídos a tais saberes e práticas pela comunidade local.

Entre os informantes da comunidade, foram entrevistados 48 pessoas, sendo 05 homens e 43 mulheres na faixa etária entre 08 a 102 anos de idade. Alguns dados referentes à localidade foram adquiridos através do Diagnóstico de Pesquisa feito pelo Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE. Além da consulta de bibliografias⁸ que tem como

⁷ “As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais. [...] O gravador tem permitido que a fala da gente comum – sua habilidade narrativa, por exemplo – seja, pela primeira vez, seriamente compreendida” (THOMPSON, 1992, p. 410).

⁸ BARRA, José Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeito*. Cametá – Pará, 2004.

temática a realidade ribeirinha, gênero e a andiroba. Os resultados da pesquisa constituem o presente estudo.

Desta forma, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, denominado *Encontro da Memória com a História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza*, buscou compreender os saberes e as práticas dos povos ribeirinhos, enfatizando as experiências das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da Ilha de Juba, na perspectiva de que o entendimento desses saberes e dessas relações antrópicas entre os sujeitos locais e a natureza, possa propiciar um entendimento maior acerca desta relação, o que irá construir para uma melhor reconstituição da realidade cotidiana dos habitantes da comunidade pesquisada.

O segundo capítulo, intitulado *Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas*, objetiva inventariar os saberes e as práticas cotidianas que permeiam e constituem o universo das mulheres coletoras de sementes e extratoras do óleo de andiroba, assim como, reconstituir esses saberes e essas práticas cotidianas, entrelaçados aos saberes das matas e das águas, que envolvem as mulheres e o processo de extração do azeite de andiroba da comunidade extrativista da Ilha de Juba.

O terceiro capítulo *O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo*, discorre entorno do trabalho das mulheres extrativistas e andirobeiras da Ilha de Juba, a partir de uma perspectiva ecopedagógica de ensino, fomentando a discussão

FIGUEIRA, Eleonora Maria Mendonça. *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá - PA*. Mestrado em Sociologia – CFCH/ UFPA – Belém, - 2005.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém – UFPA/NAEA, 2006.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka- Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Parteiras e “ Porções” vindas das matas e “ Ribanceiras” dos rios*. Projeto História, (23). Natureza e Poder. São Paulo: Ed. EDUC, 2001.

SHANLEY, Patricia. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Patricia Shanley, Gabriel Medina; ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Impactos sócio-ambientais da barragem de Tucuruí na percepção dos moradores da Ilha de Juba em cametá*. Monografia de Especialização, NUMA/UFPA, 2003.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Conclusões da CPI das Barragens*. Cartilha Impressa, Belém, 1991.

sobre o princípio educativo de mulheres e homens andirobeiros na comunidade estudada e os seus reflexos no cotidiano dos moradores locais.

Estudos têm comprovado que as narrativas pertencentes ao povo ribeirinho das Amazôniaas do Baixo Tocantins/Cametá-PA, fazem parte de uma dinâmica constantemente de criação e recriação, em consonância com os saberes locais, que estão entrelaçados com o meio ambiente onde vivem, sobrevivem e convivem, que não são isoladas de suas representações sociais, de suas memórias e de suas polissêmicas águas, pescas e matas.

Portanto, a técnica da História Oral, está constituindo-se em uma prática de pesquisa incessantemente construída nos tecidos das redes de saberes da vida cotidiana das pessoas, como pontes, como caminhos de apreensão, de reconstituição, de diálogos e visibilidades críticas das contra-histórias, narradas, relatadas, memorizadas, impressas nas vozes e incorporadas nas matas, nas águas, nas terras, nas histórias de vida também das comunidades tradicionais das Amazôniaas do Baixo Tocantins/Cametá-PA.

CAPÍTULO I

Encontro da Memória com História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza.

1. História, sujeitos, natureza e suas relações.

1.1. A trajetória histórica de homens e mulheres com a natureza⁹.

A pesquisa buscou, desde o início, compreender os saberes e as práticas dos povos ribeirinhos, enfatizando as experiências das mulheres extrativistas do óleo de andiroba, destacando a comunidade da Ilha de Juba, na perspectiva de que o entendimento desses saberes e dessas relações antrópicas entre os sujeitos da localidade pesquisada com a natureza, possa propiciar um entendimento maior acerca dessa relação, o que nos ajudou a construir uma melhor reconstituição da realidade cotidiana dos habitantes. A comunidade pesquisada vive em uma região de várzea e floresta do município de Cametá, pertencente a região do Tocantins, nordeste paraense. A partir da pesquisa buscou-se compreender as origens da formação cultural e os conhecimentos dos habitantes da referida comunidade, assim como, entender as diversas relações que estabelecem com a água, a floresta, os animais e os próprios sujeitos locais, partindo do contexto histórico que foi o processo de colonização da Amazônia.

A colonização da Amazônia teve seu início a partir dos séculos XVI e XVII, no período colonial brasileiro, quando esta região era extremamente vulnerável ao ataque e invasões estrangeiras, devido à facilidade de acesso, através da Foz do Rio Amazonas, tais intrusos vinham da Europa. O fato de a região concentrar um número expressivo de grupos indígenas, que não mantinham qualquer relação com o governo português, reforçava os argumentos dessas invasões. Neste contexto de invasões estrangeiras, encontros militares e muitos conflitos, que, colonos, sertanistas, soldados e alguns missionários, iniciaram a difícil empreitada, que foi a colonização da Amazônia (LOUREIRO, 1995).

Entender como se constituiu o processo de construção da formação cultural do povo amazônico é compreender que a Amazônia é um caso particular, pois

⁹ “Se falamos de natureza, não falamos só das coisas, ou dos bichos, das plantas, dos rios, das montanhas etc., mas também da maneira como vemos essas coisas, em particular integradas a um conceito que nós criamos: a totalidade a que chamamos natureza. [...] O que é natureza? - , encontraremos muitas respostas, dependendo do agrupamento humano, do tipo de sociedade, ou da classe social de quem responde, (CARVALHO, 2003, p. 14-16)”.

sua situação social diferenciada tem em sua base de formação três elementos básicos (índios, negros e brancos), responsáveis pelo que hoje nós caracterizamos de “homem amazônico”. Esse triângulo étnico deu uma contribuição singular a cultura do Brasil, pois cada raça contribuiu de forma especial, a partir de suas peculiaridades, (MAUÉS, 1999). Podemos, dentro de desse triângulo racial, compreender o processo de formação da história social e cultural da Amazônia, sem deixar de destacar a presença do caboclo (índio e negro), neste processo de ocupação e desenvolvimento do território considerado Amazônia.

Segundo Loureiro (1995), alguns estudos sobre a Amazônia nos induzem afirmar que a partir da colonização desta região é possível compreender o surgimento de tantos povoamentos. Isso se aplica as cidades ribeirinhas que tiveram a sua origem em grande parte a partir de fortificação militar ou da ação presente dos missionários nesses lugares. Um dos fatores predominantes no processo de miscigenação cultural da Amazônia tem a ver com a grande população indígena encontrada na região e em especial no Pará.

Desta forma, tem início a Amazônia Lusíndia, onde os índios eram mais presentes e visíveis que os lusos. Mesmo em quantidades menores, os portugueses impuseram seus padrões culturais e espirituais aos povos nativos da Amazônia, sempre com a justificativa da fé e do Império, o que desencadeou um processo de desestruturação da identidade cultural desses povos. Este encontro de culturas, produziram contribuições étnicas e antropológicas fundamentais para o processo da diversidade cultural dos povos das Amazônias (negros, índios e brancos). A pluralidade de culturas, línguas, valores, práticas e saberes são responsáveis pela diferenciação em função do espaço, do modo como cada seguimento social e étnico vê o rio e a floresta.

A colonização portuguesa através dos padres da ordem dos capuchos de Santo Antônio receberam a ordem de Jerônimo de Albuquerque para catequizarem os índios que habitavam as terras do Grão-Pará, entre eles destacou-se o Frei Cristóvão de São José, que em 1617, chegou a margem esquerda do Rio Tocantins, onde foi fincada uma cruz em madeira, para demarcar o local e poder dar início ao processo de catequização dos índios da região, conhecidos como Camutás¹⁰ (CARVALHO,1998);

¹⁰ “[...] da família dos Tupinambás, primitivos habitantes da região, os quais eram chamados Camutás por morarem em casas construídas no topo das árvores. Camutá é uma palavra de origem Tupi, provém da

(FIGUEIRA, 2005). Posteriormente, no ano de 1620, nasce o povoado denominado pelo nome de Camutás, o qual, foi doado como capitania a Feliciano Coelho de Carvalho no ano de 1633, e após dois anos de existência, passa a tornar-se vila, a qual recebeu o nome de Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá. Somente a partir do ano de 1754, é que Francisco de Albuquerque Coelho cede seus direitos sobre a capitania de Cametá à Coroa Portuguesa.

Com base em Carvalho (1998), Figueira (2005) e em IDESP (1997), compreendemos que é a partir da Lei nº87, de 30 de Abril de 1841, que Cametá foi elevada à categoria de Comarca, e após as Resolução 145, do ano de 1848, mais precisamente no dia 24 de Outubro, a Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá, passa oficialmente a categoria de cidade e posteriormente no ano de 1930, Cametá passa a condição de município, através do Decreto nº. 06, passando a ocupar um lugar no quadro de ordenamento político e administrativo do Estado Pará.

Na atual conjuntura histórico-geográfica da região, o município de Cametá está assim determinado: Cametá, como a sede do município, que está situada à margem esquerda do Rio Tocantins. Este rio que se constitui como a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, a bacia Araguaia-Tocantins. O qual pertence à microregião do Baixo Tocantins e também ao município de Cametá. Município este que está inserido na mesorregião do nordeste paraense, tendo como limites territoriais os municípios de Limoeiro do Ajuru, ao norte, o município de Mocajuba ao sul, a leste com a cidade de Igarapé-Miri e a oeste com a cidade de Oeiras do Pará, compreendendo uma área territorial de 3.108,2 km².

junção dos vocábulos Caá e Mutá; Caá significa mato, floresta, bosque, erva; Mutá significa degrau, armação construída no mato para a espera de caça. Os índios Camutás moravam em Mutás de Caá, eram conhecidos como hábeis construtores de embarcações” (CARVALHO,1998, p. 30).

1.2. O contexto histórico do município de Cametá.

O município de Cametá possui sua coordenada geográfica assim constituída 2°14'32 de latitude sul e 49°29'52'' de longitude W Gr., ficando a uma latitude de 25 metros (FIGUEIRA,2005); (IDESP,1997). (Queira ver imagem 1).

Cametá se caracteriza geograficamente por áreas de terra firme e ilhas, ocupando uma área de aproximadamente 2.487 km², tendo sua formação territorial constituída por 20,3% de rios e baías, 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas¹¹ e ilhas e 17,1% formado por áreas de terra firme. Para Pompeu (1998), dentre a constituição geográfica de Cametá, as ilhas que compõem este território, são de aproximadamente 100 unidades, distribuídas ao longo do Rio Tocantins e seus afluentes. Estas áreas de várzeas recebem a classificação de flúvio - marinhas¹² pertencentes ao Estuário do Rio Pará.

Atualmente, possui uma população em torno de 110.323 habitantes, sendo que destes habitantes 47.984 moram na área urbana, na sede do município e 62.339 pessoas moram no campo, ou seja, na zona rural do município de Cametá, distribuída nos sete distritos: sede do município (Cametá), Juaba, Carapajó, São Raimundo dos Furtados, Moiraba, Curuçambaba e Joana Coeli, além das vilas de: Areião e Vila do Carmo do Tocantins (IBGE, 2007), (IDESP,1997).

¹¹ Para Antônio Porro, “ A várzea é a planície aluvial propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio. Conforme as regiões, as várzea pode ocorrer nas duas margens ou somente numa delas, (PORRO,1995:40)”.

¹² Segundo (FIGUEIRA,2005), as várzeas flúvio-marinhas são consideradas um fenômeno tipicamente da Amazônia brasileira, que ao longo do baixo curso dos rios e dos seus afluentes, as mares invertem a correnteza dos rios e comandam o regime da inundação das várzeas, enriquecendo este ecossistema com sedimentos e deixando o solo mais fértil.

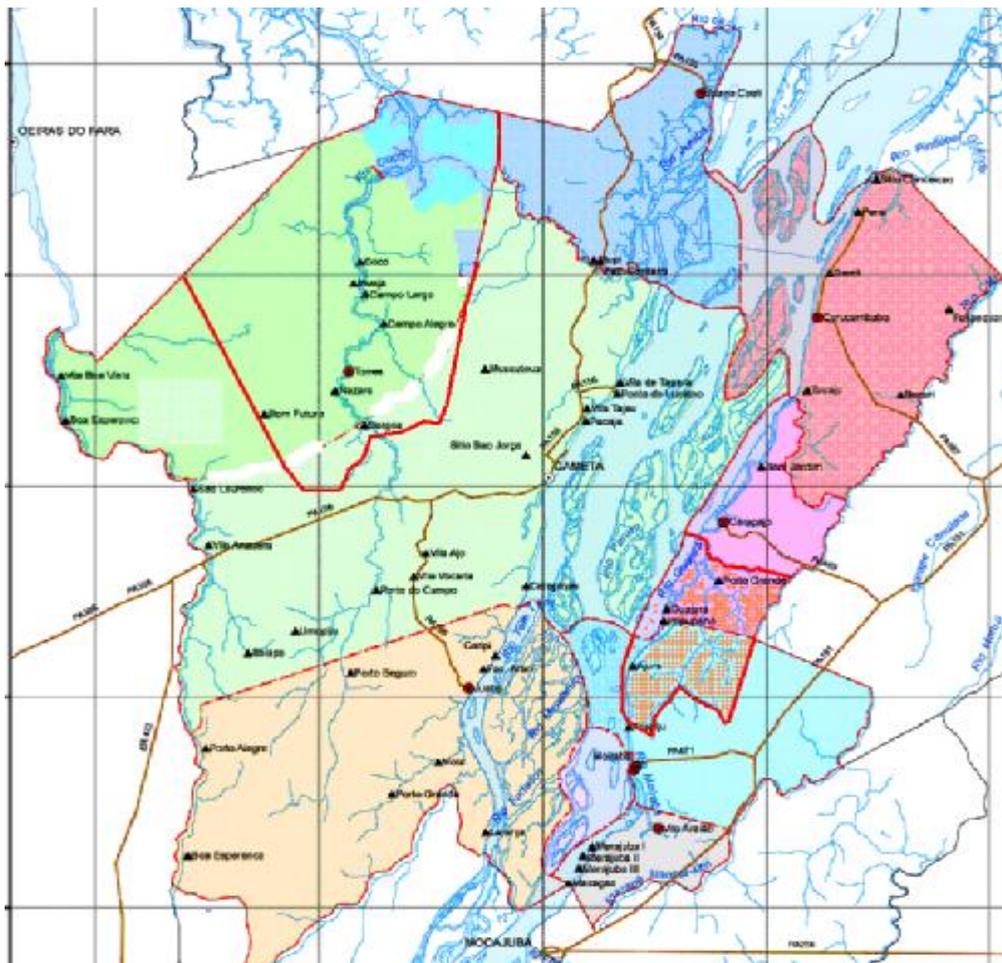


Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cametá. Fonte: IBGE-2007.

LEGENDA

- Limites municipais
- Limites dos Distritos
- Sede Municipal
- ▲ Localidade
- Sede dos Distritos
- Rodovias
- Hidrografia
- Distrito Administrativo**
- Distrito de Areião
- Distrito de Cametá
- Distrito de Carapajó
- Distrito de Curuçambaba
- Distrito de Januacoeli
- Distrito de Juaba
- Distrito de Moiraba
- Distrito de Torres de Cupijó
- Distrito de Vila do Carmo
- Distrito de Porto Grande

1.2.1. A presença da política oligárquica no município de Cametá.

A interferência política neste município está presente em quase todos, ou se não em todos os setores da administração pública, exercendo também influência no setor privado. As oligarquias em Cametá eram controladas por três famílias que eram: os Mendonça, os Parijós e a família Peres, que mesmo fora da administração pública, ainda possuem muita força e influência política e administrativa (CARVALHO,1998); (SOUSA,2002).

Este tipo de comportamento sociocultural e político nesta região é bastante acentuado e até corriqueiro. Podemos, verificar este fato na fala do Sr. Braúlio Leão, 73 anos, morador da Ilha de Juba, quando se refere aos governantes, mas especificamente a duas famílias que se revezavam no poder e suas seguidas divergências, “[...] Isso acontece desde que me entendi, que era Nelson Parijós e Deodoro de Mendonça, sempre foi assim. Quando Deodoro estava no poder, Nelson tava contra”.

Portanto, tal comportamento apresentado pelos políticos e administradores municipais, encontra-se expresso na fala do Sr. Braúlio Leão, o qual deixa bem claro, que não se levava em consideração os interesses do povo, e sim, daquele governante que ao ocupar um cargo público, utilizavam esse espaço em causa própria, e dos seus. Divergências que contribuíram, e até hoje continuam a contribuir, para o declínio econômico e social do município de Cametá. O entrevistado continua sua fala, manifestando sua crítica a esse modelo de gestão administrativa ao dizer: “[...] é tanto que nossa cidade de Cametá no meu ver sofre, não tem nada a vista, nós somos uma das cidades mais velhas do Estado do Pará, hoje em dia ela não tem nem um trapiche para amarrar um casco”. Tal realidade também é sentida na comunidade ribeirinha da Ilha de Juba e demais localidades do município que tem em seu contexto histórico e social grande deficiência no que diz respeito, à saúde pública, a educação e a outras políticas voltadas para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Podemos perceber esta realidade a partir das reflexões de Carvalho, ao se referir a esse sistema político/administrativo existente em Cametá,

Essas oligarquias visam somente interesses próprios para manter seus nomes na história e seus interesses particulares e nada mais. Em Cametá é visível um alto índice de pobreza e exclusão social, pobreza tanto de nível estrutural quanto de nível conjuntural e principalmente devido a ausência de políticas sócio-econômicas, que, de fato, se voltem para solução dos problemas da população (CARVALHO,1998, p. 34).

Tanto a fala do entrevistado, quanto a da autora acima citada, nos permite traçar um pouco da história dos municípios do Pará, a qual está intimamente ligada a uma cultura oligárquica rural, onde os políticos e coronéis traçavam a história do “seu” povo, [atitude que nos lembra os caciques] chegando a considerarem-se donos dos rios e de seus trabalhadores, exercendo a “autoridade” e “posse” sobre os seus subalternos. Uma dessas histórias, até pouco tempo atrás, cerca de dez a quinze anos, na região de Cametá, salientava o fato de ser comum determinados políticos se orgulharem de terem seu “curral eleitoral” ou seja, local onde o político concentrava seu poder de voto e de mando (SOUSA, 2002).

Sousa (2002), em seu livro *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*, faz uma reflexão a cerca da conquista do poder pelos trabalhadores, com a eleição do Governo Popular¹³, que pela primeira vez na história deste município, com um histórico tradicional, oligárquico e elitista, como é Cametá, via um governo de esquerda assumir o poder. Este fato histórico representava para os trabalhadores e trabalhadoras tanto da cidade como do campo, um salto qualitativo para a gestão pública deste município. Muitas lideranças das comunidades do campo compuseram o quadro do governo. Porém, de acordo com as reflexões de Costa,

[...] o pacto social, que historicamente o PT fez com o campesinato, não foi cumprido, [...] não se concretizou. E o corpo político sob o qual se constituiu o governo de Quaresma e do PT não assumiu as obrigações e/ou cumpriu as promessas eleitorais contidas em seus 13 pontos para fazer Cametá uma cidade feliz, onde se podia ler em seu material de campanha: “Convidamos o povo a ser construtor da cidade, com qualidade de vida, justiça e

¹³ O Governo Popular, coligação dos partidos PT e PPS.

democracia e com mudança em benefício da população promovidas pelo Governo Democrático Popular Cametaense (COSTA,2006, p. 288).

Essas mudanças propostas pelo Governo Popular, segundo afirma o autor, não foram realmente sentidas e/ou vivenciadas pela sociedade, tanto do campo, quanto da cidade. A constatação de insatisfação popular, somente pode ser percebida pelo Governo Popular, na eleição do ano de 2004, quando o então prefeito lançou a sua campanha a reeleição, e recebeu como resposta do povo a vitória do seu opositor, e atual prefeito, Waldoli Valente, que se candidatou pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

A eleição do candidato do PFL, teve um tom de resposta a todo um sentimento de insatisfação política- administração da população em relação ao ex-prefeito e de sua equipe. Para Costa (2006), esta eleição do PFL, no município de Cametá, representa um retrocesso político e social, com o retorno do poder executivo para as mãos da burguesia, da oligarquia política desse município.

1.2.2. Natureza e história: a cultura extrativista no município de Cametá.

A economia cametaense esteve sempre ligada aos produtos extraídos da floresta como: borracha¹⁴, o cacau e as oleoginosas. Porém, a partir do final do século XIX, sua economia começou a decair, quando alguns de seus principais produtos como

¹⁴Segundo Warren Dean, “ [...] árvore silvestre que produzia a borracha mais pura e elástica – e, também, em maior abundância – era nativa da bacia amazônica. Conhecida no comércio como Para rubber (borracha-do-Pará), tornou-se logo objeto de um imenso e pesado sistema de tráfico, que, a partir de Belém, na foz do rio, penetrava por 3000 quilômetros na e mais densa floresta tropical do mundo. O comércio da borracha tornou-se um sustentáculo da economia brasileira: em seu auge, proporcionou quase quase 40% das receitas da exportação”.

“[...] em 1839, descobriu-se que as propriedades elásticas da borracha podiam torna-se, mais duradouras, por meio de um tratamento com enxofre e calor. [...] multiplicaram-se, e intensificou-se a exploração de várias árvores silvestres produtoras de borracha, inclusive algumas que logo foram descobertas na Ásia e na África, (DEAN, 1989, p. 24)”.

o cacau, ganhou outro concorrente nacional, a Bahia, que passou a exportar cacau para o mercado exterior, oferecendo um produto melhor e de superior qualidade. Este processo se repetiu com a borracha, a qual teve seu auge econômico e cultural aproximadamente até o ano de 1912. Esta crise em torno da borracha atingiu de forma geral a economia na Amazônia, é o que diz Almeida,

“ O início da exploração da borracha amazônica foi próspero, mas a bonança durou pouco. Em 1912, a produção atingia o pico de 42 mil toneladas – das quais 10 mil vinham do Acre. A borracha representava 40% de todas as exportações nacionais, incluindo o café. Mas naquele mesmo ano os ingleses começaram a exportar sua produção, obtida na colônia da Malásia. Em pouco tempo desbancaram o látex brasileiro. Em 1920, a Malásia já produzia 400 mil toneladas de borracha. Dali e diante, a maioria dos seringais dos rios Juruá, Purus, Madeira, Tocantins e Negro faliu, (ALMEIDA, 2009, p. 19)”.

Porém, já no século XIX, a produção de látex na amazônica e conseqüentemente em Cameté, começa a entrar em crise, devido a três principais fatores: o primeiro, estava relacionado ao uso inadequado do instrumento denominado como machadinha, o qual era utilizado para fazer o corte no tronco da seringueira (*Hevea brasiliensis*), e assim retirar o “leite” da planta.

Este processo de extração da borracha, com o uso da machadinha, ocasionava sérios prejuízos a estrutura da planta, e tempos depois a árvore passava a ter sua produção reduzida e com qualidade inferior, este produto de qualidade baixa foi denominado de *cernambi*. A segunda possível razão da queda da borracha nesta região está relacionada ao fato da extração excessiva do látex, oriundo da árvore de seringueira, (CARVALHO, 1998); (FIGUEIRA,2005). A terceira razão e a mais significativa, está relacionada com o processo de domesticação¹⁵ e cultivo da seringueira no Sudeste Asiático, mais especificamente no: Ceilão, Malásia, Sumatra, Java e Cochinchina, as quais, estavam vinculadas as suas colônias e mais

¹⁵ Segundo Warren Dean, “[...] A domesticação de plantas é uma das realizações mais conseqüentes da humanidade. [...] Por volta do século XIX, a transferências de plantas exóticas e a busca de plantas selvagens passíveis de domesticação eram atividades que se tornavam racionalizadas, organizadas e postas a serviço do capitalismo industrial. [...] A domesticação da seringueira não ocorreu num passado remoto, [...] Foi feito moderno. [...] A transferência da seringueira para fora da Amazônia brasileira e sua domesticação no Sudeste Asiático constituíram um fato realmente notável, (DEAN,1989)”.

especificamente, as suas metrópoles coloniais. O cultivo dos pés de seringueira em grandes áreas ocasionou uma oferta deste produto em quantidade maior e a preços mais acessíveis. Esta situação acirrou a concorrência no mercado internacional, e a partir do século XX, a borracha cultivada na Ásia, entra no mercado mundial, ocasionando a queda acelerada da venda da borracha produzida na região Amazônica e desencadeando um processo de perda financeira para os extratores do látex, e sobretudo para a economia da região, da Amazônia e do Brasil (DEAN,1989).

Outros fatores também contribuíram para o declínio econômico do município de Cametá, foi a criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança. A partir deste fato, a região bragantina passa a fornecer produtos do gênero alimentício para Belém, como: farinha de mandioca, arroz, feijão, etc. Produtos estes fornecidos anteriormente pelo município de Cametá. Outro fato está relacionada à criação, em 1950, da rodovia Belém-Brasília, a qual facilitou o escoamento mais rápido e com um custo bem menor de grãos do sul e do sudeste do país.

Todos esses acontecimentos apresentados contribuíram e acentuaram o declínio econômico do município de Cametá, em particular os moradores da localidade da Ilha de Juba, passaram a enfrentar dificuldade de todas as ordens (CARVALHO, 1998). Porém, a economia extrativista em torno de outros produtos como: a pesca, a caça, borracha, cacau e da venda de óleos vegetais, tomaram-se mais visíveis e passaram a se constituir como uma das principais atividades responsáveis pelo sustento e manutenção das famílias cametaenses, principalmente as oriundas das ilhas desta região.

Na região de Cametá até década de 1960, funcionou uma fábrica de óleos de essências florestais, como o óleo de andiroba, que exportava seus produtos para Sudeste do Brasil e para a Europa. Mas segundo (Mocbel, Apud, FIGUEIRA, 2005), um dos fatores que levou ao fechamento da fábrica de oleaginosa e de sabão nesta região, deu-se em virtude da falta de sementes de ucuúba e andiroba. O que resta, atualmente, na floresta nativa destas espécies, estão presentes nas ilhas da região central do município de Cametá, onde ficam as terras mais altas, entre essas localidades está a Ilha de Juba, onde este estudo foi centrado.

Nos anos decorrentes à década de 1970, foi introduzida na região tocantina e no município de Cametá, o cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*).

Esta cultura contou com o apoio da Igreja Católica para a sua disseminação, uma vez que esta instituição religiosa, criou de forma não formal um programa de crédito informal, direcionado aos trabalhadores rurais. Esta ação da Igreja Católica, contribuiu para que os camponeses que mantinham relações comerciais com os ricos comerciantes do município, pudessem romper com a relação historicamente construída em torno do sistema de aviamento¹⁶, (FIGUEIRA,2005), (COSTA,2006), (SOUSA,2002).

A pimenta-do-reino teve seu auge na década de 1980, mais na mesma década pode sentir o declínio na venda, ocasionado pela baixa significativa do preço do produto no mercado internacional. Assim, na década seguinte, o incentivo financeiro governamental que veio através de linhas de créditos, para o cultivo de frutas como: coco, o murici, a graviola e para o manejo e recuperação dos açazais. Todo esse investimento econômico, teve como prioridade a recuperação da economia em relação a este produto, (COSTA, 2006); (FIGUEIRA,2005); (DÜRR, 2002); (SOUSA, 2002). A partir da década de 1990, o extrativismo toma força e produtos como o açaí, palmito, cacau, passam a ter destaque na economia cametaense.

Atualmente, segundo (Ivan Jorge, Apud, IPEDE: 2003), “ O extrativismo ainda é a mola-mestra da economia de Cametá, daí a extrema importância de intervenções no meio rural, [...] promover o desenvolvimento e eliminar os entraves econômico-sociais por que passa toda a população da região Tocantina”.

¹⁶ Comerciantes aviadores são aqueles que suprem as necessidades dos extrativistas adiantando a eles produtos de que necessitam para sua sobrevivência e recebendo o pagamento em produção (a maioria não recebe em dinheiro, mas sim em produção). Ou seja, o extrativista entrega ao aviador sua produção para pagar a dívida da compra antecipada de gêneros alimentícios e outras mercadorias que o comerciante lhe havia “fiado”. É um sistema de “crédito sem dinheiro”, no qual o extrativista se vê cada vez mais endividado, (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006).

2. O perfil sociocultural de um povoado amazônida: Ilha de Juba, localização geográfica e origem.

A Ilha de Juba localiza-se em um dos afluentes do Rio Tocantins, o qual recebe o mesmo nome da localidade: Juba. A ilha pesquisada, pertence ao distrito de Juaba, compondo um conjunto de outras ilhas denominado de Ilha Grande (IBGE-2007). Dentre elas estão Ilha dos Furtados, Ilha do Mendaruçu, Ilha do Tem Tem. Além, da Ilha de Juba, que é composta por Juba de Cima, Juba de Baixo, Jubinha, Jubão e Riozinho¹⁷. A Ilha de Juba está inserida na Ilha Grande (no Distrito de Juaba), situando-se, portanto, entre a vila de Juaba e as vilas de Moiraba e Do Carmo do Tocantins (queira ver imagem 2). É relevante ressaltar que as referidas vilas têm forte presença e influência da cultura de remanescentes de quilombolas.

O que se sabe é que os sujeitos históricos que habitam tradicionalmente a localidade de Juba fazem parte de um grupo de moradores, que estão distribuídos em aproximadamente 220 famílias, das quais 140 famílias, são atendidas pelo Programa de Agentes Comunitário de Saúde, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde e das ACS¹⁸, que assiste a comunidade local. Essas famílias possuem sua moradia ao longo do **Rio Tocantins**, e de seus afluentes no município de Cametá, obedecendo as imediações da localidade.

Pouco se sabe sobre a origem da fundação da Ilha de Juba, pois, as informações referentes aos aspectos história desta localidade passa despercebida por seus habitantes. Não tem quase nenhuma informação acerca do início do seu povoamento, ficando difícil saber de onde provêm o nome e a respectiva origem da localidade,

[...] meu marido contava que esse pedaço de rio era só um anhingal, que quase ninguém varava por aqui. O avô dele saía roçando, roçando aquelas anhingueiras, aí depois delas secas, ele ia semeando açai. Ele levava o

¹⁷ “O rio Juba foi subdividido em áreas denominadas pelos moradores, assim: a ilha de Juba compreende os rios: Juba de baixo, Juba de cima, Jubinha, Jubão e Riozinho. Considerando aqui o rio Juba com suas subdivisões tomadas como referência para localização das famílias” (FIGUEIRA, 2005, p.45).

¹⁸ Relatório dos Agentes Comunitárias de Saúde, Ilha de Juba – Cametá/PA.

paneiro de costa e o meu marido pegava uma cuiazinha e ia jogando, semeando. Essa é a história que eu conheço da origem do Juba (Maria do Carmo, Ilha de Juba – Cametá/PA).

[...] eu cheguei me informar muito por que? Já cheguei a perguntar a professores, pessoas formadas [...] eles me disseram que colocaram juba, por que aqui tinha muito leão, muita família leão[ou seja muitas famílias com o mesmo sobrenome]. E por causa dessa família leão, porque juba é aquilo do leão. Na verdade eu nunca achei a pessoa que me explica-se na verdade.[...] um senhor muito estudioso que eu perguntei me disse isso.[...] era o professor Jacinto Garcia do Tem Tem [Ilha] (Braúlio Leão, Ilha de Juba – Cametá/PA).

Após várias entrevistas, surge duas possíveis explicações para o nome da localidade de Juba. A primeira versão apresentada por dona Maria do Carmo, que retrata o processo de ocupação da ilha. E a segunda explicação está relacionada a analogia entre o sobrenome Leão, animal este possuidor de uma crina no pescoço, que segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, recebe o nome de Juba. O significado que o Sr. Braúlio utilizou para justificar a origem do nome Juba, apresenta certa coerência. Portanto, a localidade Juba, pode ter uma possibilidade real da origem de seu nome está relacionado a esta explicação do morador.



Imagem 02: Mapa das comunidades do município de Cameté. Fonte: Colônia dos Pescadores Z-16 de Cameté. Cameté: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006.

2.1. Aspectos habitacionais da comunidade de Juba.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde de Cametá, aproximadamente 220 famílias ribeirinhas¹⁹ habitam tradicionalmente a região da Ilha de Juba. De acordo com os dados da presente na pesquisa, os núcleos familiares são constituídas e estruturas na média de 6 a 7 pessoas por residência. Sendo 2 a 3 pessoas maiores de 18 anos e de 4 a 5 pessoas menores de 18 anos. As quais moram, na sua grande maioria, em casa de madeira coberta com telhas de barro. Estas casas possuem uma estrutura diferenciada das casas tradicionalmente conhecidas e convencionadas pela sociedade urbana. Trata-se de construções feitas para abrigar famílias grandes, cujos moradores mantêm o hábito de dormir na cozinha da casa, onde cada pessoa escolhe um lugar e a posição de amarrar a sua rede. Neste modelo de residência existem como cômodos uma sala, quarto e uma cozinha, ambos pequenos.

O quarto é destinado para os doentes, mulheres de parto, idosos, crianças pequenas e algum hospede especial que visite a casa. Observou-se que na maioria das casas que foram pesquisadas não há cama, as pessoas dormem em redes. O espaço da sala é constantemente utilizado para as conversas mais “formais”, principalmente com pessoas estranhas, ou seja, pouco conhecidas. Pois, os amigos e familiares da família são recebidos na cozinha, onde tudo acontece. Afinal, a vida do ribeirinho geralmente se passa na cozinha, local no qual assuntos importantes da família são discutidos e regados a base de café com manteiga, mingau de açaí com arroz, mingau de crueira²⁰.

As casas da localidade de Juba estão distribuídas ao longo da margem esquerda do Rio Tocantins. Assim, a partir de uma média geral, retirada com base nas 43 famílias que compõe a amostra pesquisada, foi possível identificar o espaço territorial ocupado pelas famílias da localidade, os quais, oscilam de 01 a 10 hectares

¹⁹“Os ribeirinhos mantêm uma atividade mista de uso de recursos [da natureza] incluindo pesca, criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos) e extrativismo vegetal. A importância de cada atividade na economia familiar pode variar bastante de uma família para outra, mas no geral todas dependem da pesca e do extrativismo vegetal” (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 CAMETÁ, 2006, p. 30).

²⁰ Os dados aqui apresentados são análogos a descrição feita pelas autoras Cristina Wolff, no seu livro *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890 – 1945)*, e Eleonora Figueira na sua Dissertação de Mestrado intitulada de *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá – PA.*

de terra, sendo que esta realidade é presente em 85%, das propriedades da comunidade. E somente 15% das propriedades jubenses, ficam em torno de ½ a 5 hectares de terra por família. Os dados revelaram o processo de subdivisão dos terrenos na localidade, em virtude do aumento das famílias, que com o passar do tempo vão crescendo. Este fato é fundamentalmente importante para a comunidade local, pois acarreta a diminuição das áreas destinadas a agricultura familiar. Outro fato que contribui para o processo de redução de espaço nos terrenos ocorre devido a criação de animais domésticos ou xerimbabos²¹, que serão destinados ao consumo diário da família ou a venda. Estes animais são criados livres, mais costumam se abrigar em chiqueiros, galinheiros ou até barracões, para se protegerem das cheias das marés e de outros animais que possam oferecer perigo.

Em relação a situação territorial das famílias pesquisadas, 10% delas vivem em regime de arrendamento, 5% declararam viver em residências de parentes e 85% das famílias declararam-se donas de suas terras. Na sua totalidade essas famílias que declararam serem donas dessas propriedades não possuem qualquer documento fundiário da terra²² que ocupam, apenas alegam que, tornaram-se donas através do processo de herança de família ou doação feita por parentes.

É relevante ressaltar que os habitantes da Ilha de Juba são na sua grande maioria oriundos do lugar, alguns moradores a vivem a vida toda na mesma localidade. Os que não nasceram na localidade, pertencem geralmente às ilhas vizinhas e passam a viver nesta localidade devido casamento entre famílias próximas, garantindo assim a continuidade dos laços de parentesco, através da reprodução social.

²¹ “As criações, os “xerimbabos” mais freqüentes entre os camponeses das ilhas de Cameté são: galinha caipira (*Gallus domesticus*), pato crioulo (*Cairina moschata*), porco pé duro (*Sus scrofa*), peru (*Meleagris gallopovo*). [...] Essas criações são partes complementares e de relativa importância na economia camponesa [ilhas]” (COSTA, 2006, p. 241).

²² Dados da pesquisa de campo feita no ano de 2006 e 2007, na localidade de Juba.

2.2. A importância dos programas do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida da comunidade estudada.

A partir dos dados coletados na localidade da Ilha de Juba, foi possível verificar qual o percentual das famílias da comunidade que tem tido acesso aos programas sociais do Governo Federal. Esses dados nos dão a dimensão do nível de exclusão social ao qual está exposta esta comunidade ribeirinha.

Um dado relevante a ser estudado, é o fato de apenas 3%, dos moradores da localidade ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Se for feito um paralelo, entre os beneficiados e os que não possuem acesso a esta linha de financiamento para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura, a dimensão da exclusão é assustadora e, sobretudo, preocupante. Se não há investimento na agricultura familiar, conseqüentemente este fato acarretará danos ambientais e sociais, pois haverá o aumento da pobreza na comunidade, e eventualmente quem pagará o preço por isso será a natureza, devido às diversas formas de retirada de produtos naturais e florestais que a população fará nas suas reservas florestais como: a extração desordenada e sem manejo do palmito de açaí, assim como a venda de espécies florestais madeiráveis, o consumo e a venda de animais silvestres.

Observando a realidade da comunidade estudada, pode-se constatar que 39% das famílias de Juba têm acesso ao programa Bolsa Família, sendo que 8% dessas famílias concentram ainda como renda familiar o auxílio maternidade, direcionado as mulheres trabalhadoras rurais, benefício este direcionado as mulheres com bebê recém nascido, para que possam manter-se fora do trabalho da roça nos três primeiros meses de vida de seu filho. E com apenas 5% da renda familiar aparecem os idosos, com a aposentadoria que o Governo Federal paga aos trabalhadores e trabalhadoras rurais por tempo de serviço no campo.

2.3. Cultura, religiosidade e a significativa presença da Igreja Católica entre os habitantes de Juba.

Cametá, assim como, as demais localidades da **região Tocantina**, entre elas a ilha de Juba, convive com um universo religioso que tem na Igreja Católica Apostólica Romana, uma das mais, importante (se não a mais importante) presença no cenário popular desta região. A qual concentra sua manifestação religiosa no culto aos santos, entre eles o padroeiro da cidade (São João Batista), sede do município, e os demais padroeiros das localidades do interior do município. É importante destacar que culto aos santos, neste moldes, surgiu na Europa, mas especificamente na cidade portuguesa de Lisboa. Com o processo de colonização do Brasil a prática de cultuar imagens de santos foi sendo disseminada e introduzida á nossa cultura.

Segundo Sousa, “ [...] as irmandades surgiram no Brasil seguindo os moldes das confrarias que na Europa organizavam o culto aos santos (SOUSA, 2002, p. 66)”. Efetivamente o culto aos santos chega a Bahia no ano de 1686, por influência dos portugueses, os quais através de documentos oficiais, enviaram no mesmo ano ao Vaticano, os estatutos da Irmandade dos Bem-aventurados Frei Benedito (BRANDÃO,1979). Esta manifestação religiosa de culto a imagens consideradas sagradas também chegou e pulverizou-se pela região do Tocantins e multiplica-se pelas ilhas da região Tocantina, onde são erguidos barracões, capelas e organizadas festas em homenagem aquele santo padroeiro da localidade. Entre os santos mais cultuados está São Benedito, a Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo e o Menino Jesus (FAVACHO, 1984).

As irmandades mantinham uma relação de proximidade com as elites oligárquicas locais e comerciantes mais fortes da região. Esta aproximação facilitava aos donos do santo, o poder de barganhar favores e serviços para a sua comunidade, como a contratação de uma professora, ou até mesmo a construção de alguma obra na localidade. Segundo Iracy, “ o dono do santo era o cabo eleitoral daquela área: fazia campanha para os Mendonças, para os Parijós, para os Peres, ou para os Moreira” (IRACY apud SOUSA, 2002:69).

A partir da década de 1960, a Igreja Católica Apostólica Romana passou a implantar nas localidades do município de Cametá estratégias diferenciadas para a intervenção pastoral. Onde as irmandades de santos e padroeiros passaram a receber críticas cada vez mais freqüentes por parte dos dirigentes da Igreja Católica Apostólica Romana. Estes passaram a traçar um plano para a organização das comunidades cristãs e de organização da vida social dos cametaenses, as quais estariam submetidas as ordens e decisões de toda uma hierarquia eclesiástica (FAVACHO, 1984), (SOUSA, 2002), (FIGUEIRA, 2005). Desta forma, as comunidades cristãs foram criadas em todo o território pertencente a Prelazia de Cametá. A partir da criação das CC (comunidades cristãs), as irmandades passaram a receber um tratamento mais rigoroso por parte da Igreja Católica Apostólica Romana, que passou a ditar as ordens e ocupar espaço, sufocando de certa forma o catolicismo popular desta região.

As entrevistas realizadas na localidade da Ilha de Juba tiveram entre seus questionamentos itens destinados ao levantamento da identidade cultural e religiosa da comunidade, através dos quais se constatou que a grande maioria da população se diz pertencer a Igreja Católica Apostólica Romana, em média de 90%. Dentre as famílias católicas, que constituem a comunidade cristã da localidade, estão as famílias: Prestes, Ribeiro, Oliveira, Louzada, Furtado, Lopes, Castro e Vasconcelos. Para Figueira:

A Igreja Católica, traço característico da colonização portuguesa, está situada na vila principal, [Vila Pinto – centro da Ilha de Juba] ali, uma vez ao mês é celebrada uma missa. Ao lado da igreja [...] o barracão do Divino, dado o padroeiro da vila, o “Divino Espírito Santo”. No barracão são realizados os eventos e festas religiosas. [...] os comunitários discutem os problemas por eles vivenciados (FIGUEIRA, 2005, p. 49).

A pesquisa faz crê que a realidade religiosa da comunidade da Ilha de Juba, não foge à regra nacional, nem a regional. Pois, segundo um diagnóstico feito pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Governo do Estado do Pará, no mês de Maio de 2004, foi concluído que a população católica do Brasil é de aproximadamente 73,9% da população brasileira, assim como, 74,6% da população do Pará se considera católica. Vindo em segundo lugar, os evangélicos com 16,2% da população nacional, e 18,5% da população paraense. Outro dado importante deste estudo é o fato de os católicos aparecerem como os mais pobres em relação as outras religiões. Este dado

também está presente na realidade da comunidade de Juba. Os dados apresentados na pesquisa, apenas demonstram quão fortes foi o processo de doutrinação e aculturação religiosa implantada pelos europeus no Brasil. Referente a questão religiosa, dona Joana Dias, 102 anos, moradora da Ilha de Juba, declara o seguinte:

[...] tem certas coisas que não acredito [refere-se aos evangélicos e aos umbandistas], se Deus não vem a nossa defesa outro não vem fazer! Na boca da noite, eu rezo as minhas orações a Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Livramento [...] tenho orações que meu filho me deu.

A fala da moradora reflete toda a força e a presença da doutrinação exercida pela Igreja Católica Apostólica Romana, na região e no imaginário das pessoas da comunidade, que mantém o costume de se recolher para fazer as suas orações, ao final do dia, mantendo assim um laço de proximidade com o divino, o sacro. Pode-se observar ainda que esse comportamento, tem seu desdobramento para as novas gerações, quando a entrevistada relata que seu filho a presenteou com outras orações. Portanto, fica evidente que na comunidade da Ilha de Juba, as pessoas têm uma maior identificação com os ensinamentos da igreja católica e pela fé representada nos santos.

2.4. O acesso a Ilha de Juba.

Para se ter acesso e conhecimento da realidade da comunidade pesquisada, apresenta-se a forma de se chegar a esta localidade: o transporte para esta ilha pode ser, particular e/ou comercial ou seja barco que faz linha para localidade, em ambos os casos são utilizadas canoas motorizadas, também conhecidas como rabetas. Dentre os transportes já citados no estudo, 59% são de propriedade privada, 36% são barcos comerciais, que cobram passagem, e 5% pertencem a vizinhos e parentes. Estima-se que em quarenta minutos, seja feita a viagem em rabetas (pequeno barco motorizado) e de uma a duas horas e meia de viagem em barcos comerciais (barcos motorizados, cobertos, chegando a pesar 60 toneladas) , uma vez que os mesmos, vão

fazendo paradas na casa dos moradores embarcados, ao longo do rio em busca de passageiros.

A imagem 03 retrata a concentração de uma categoria de transporte, denominados na região de rabetas. São nestas pequenas canoas motorizadas, sem nenhum tipo de cobertura, aonde chega a transportar até 15 pessoas, que grande parte dos moradores da localidade de Juba e demais povoações ribeirinhas do município de Cametá, se locomovem de um lugar para outro. Aliás, um fato que chama atenção, observado durante a pesquisa é a típica habilidade que os ribeirinhos possuem para transitar com tranquilidade neste tipo de transporte.



Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Devo ressaltar que além das rabetas, há também os barcos comerciais que transportam passageiros da localidade de Juba com destino a sede do município. Viagens estas que costumam acontecer, na madrugada de segunda-feira, por volta das

quatro a cinco horas da manhã, mantendo esta rotina por toda a semana, com exceção do domingo. E o retorno desses passageiros para o seu lugar de origem tem início a partir do meio dia. Em alguns barcos, esta viagem acontece a partir das três horas da manhã.

É importante mencionar, que o transporte dos passageiros é feito diariamente, por mulheres grávidas, pessoas com problemas de saúde, idosos, crianças. No transcorrer da pesquisa um fato de extrema relevância nesta rotina de viagem, as embarcações, que transportam passageiros, não demonstram grande preocupação com a segurança dos usuários, no que diz respeito, a coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros ou até mesmo um rádio para a comunicação com outras embarcações em caso de algum acidente. Além de não oferecerem condições adequadas de transporte aos seus passageiros, pois não tem banheiros, não oferecem água filtrada, local para as bagagens, etc. Alguns proprietários nem mesmo se dão conta desta necessidade, outros não vêem nesta situação nenhuma prioridade e alegando não terem condições financeiras para fazerem tais alterações em seus barcos. O fato é, os moradores da localidade passam a ficar expostos aos perigos e riscos de uma viagem pelo rio.

Enfim, esta dinâmica cotidiana do ir e do vir pelos rios, igarapés ao sabor das marés, que levam e trazem informações, saberes, práticas, sonhos e angústias, faz parte da vivência dos homens e das mulheres desta e de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia.

3. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os impactos socioambientais no Baixo Tocantins e na realidade cotidiana da Ilha de Juba.

*“ Eu durmo e sonho com isso,
Não sai do pensamento,
Quando fecharam a barragem,
Pro pobre aumentou o sofrimento.
Eu vivo e tou preocupado,*

*Com os projetos que estão por aí,
A minha preocupação é,
Com a barragem de Tucuruí.
Coitados dos nossos amigos,
Que moram, plantam e criam,
Agora com a grande barragem,
Não plantam, nem criam mais nada.
Coitados dos pobres das ilhas,
Eu não sei como é que vai ficar,
Com a disparada das águas,
Não sei pra onde vão mora.
Os nossos peixinhos do dia,
Camarão e mapará,
A nossa frutinha gostosa,
Tudo isso vai se acabar”.*

**Canção: A crise da Barragem
Livro de Canto das comunidades cristãs, p. 03,
Prelazia de Cametá,1980.**

Estudos feitos na região Tocantina, demonstra que o município de Cametá passou a enfrentar a poluição dos rios, assim como, o assoreamento do Rio Tocantins e de seus afluentes provocando, desta forma, a diminuição do pescado e o alastramento da fome e das doenças ocasionadas pelo desequilíbrio ambiental, SOUSA (2002), FIGUEIRA (2005), COSTA (2006), SILVA (2003, 1991). Situações estas, que passaram a fazer parte mais intensamente do cotidiano da população, sem que os governos: federal, estadual e municipal, implantassem políticas públicas emergências, capazes de amenizar ou até mesmo reverter tal situação. A região das ilhas foi a mais atingida por este impacto ambiental²³, incluindo a Ilha de Juba, que passou desde então, a vivenciar um declínio significativo na sua capacidade de produção pesqueira, que conseqüentemente tem seu desdobramento na qualidade de vida da população ribeirinha. Para os moradores da Ilha pesquisada, um dos impactos mais significativos e

²³ O impacto ambiental é uma alteração no meio ambiente natural que muda, tanto a quantidade, quanto a qualidade de recursos de água, vegetação, solo, fauna. Também muda a qualidade do ar que respiramos. A poluição dos rios pelo despejo de esgotos e produtos químicos resultantes da atividade industrial é um exemplo de grande impacto ambiental nos cursos d'água (GTA, 2001, p.39).

prejudicial dessa obra de “desenvolvimento para a região” foi, conforme relatam os entrevistados,

[...] desde quando houve essa barragem, o negócio ficou feio pra nós [...] a água ficou suja, nossa água era limpa (Maria do Socorro Teles Sousa, Ilha de Juba).

[...] o desaparecimento de vários cardumes de peixes, tipo o mapará, eu a anos atrás cheguei a ver isso, [...] naquela época os grandes pegadores de mapará pegavam e as famílias preparavam e colocavam no sol grande quantidade, não tinha quem vencesse (José Marinaldo Sousa, Ilha de Juba).

[...] hoje, só se colhe camarão por época (Braúlio Baia Leão, Ilha de Juba).

[...] a barragem afetou o nosso meio ambiente, que foi transformado, [...] a água está poluída nossos rios estão secando, até mesmo nossos peixes que eram sadios estão desaparecendo (Maria de Lourdes Costa Oliveira, Ilha de Juba).

[...] pra nós ficou difícil, pra nós não vem nem energia (Maria Ivanildes Garcia Souza, , Ilha de Juba).

Todos os problemas elencados pelos moradores de Juba foram identificados em um estudo posterior feito através do poder público legislativo estadual. Tal estudo, somente serviu para validar a situação vivenciada pelos habitantes das ilhas de toda a região Tocantina.

Neste sentido, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Barragem de Tucuruí – CPI²⁴, feito pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará e pela socióloga Aida Maria Farias da Silva, na época Deputada pelo Partido dos Trabalhadores e membro da referida comissão, concluiu que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se constituiu,

²⁴ Relatório da CPI das Barragens – Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Barragem de Tucuruí, aconteceu no período de 18 de Abril de 1991 a 18 de Agosto de 1991, acompanhado pela socióloga e então Deputada Estadual Aida Maria Farias da Silva.

[...] num dos mais graves erros cometidos pelo Governo Federal nos últimos anos, na região amazônica.[...] pessoas sofrem na pele [...] picadas de mosquitos [...], em consequência da proliferação que começou a ocorrer a partir do surgimento de gás sulfídrico e metano, liberados pelos três milhões de metros cúbicos de árvores mortas, sufocadas por um lago de 2.500m². [...] A Eletronorte sequer cumpriu o Código das águas (Decreto n°24.643 de 1934) que obriga a destoca dos locais a serem inundados por barragens e garante a alimentação e satisfação das necessidades da população ribeirinha, a salubridade pública, navegação, irrigação, proteção contra inundações, conservação e circulação dos peixes e escoamento e rejeição das águas. A ação da Eletronorte, negligente e irresponsável, provocou a diminuição de peixes, poluição do rio por mercúrio, interrompeu a navegação no rio e não construiu eclusas, diminuiu, enfim, a qualidade de vida da população (SILVA, 1991).

Todos os impactos apontados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – estão presentes na fala e na vivência dos habitantes da comunidade da Ilha de Juba, que como tantos outros moradores da região Tocantina, amargam os prejuízos decorrentes desta obra. Sem dúvida, que a retenção de várias espécies de peixes pela barragem de Tucuruí, ocasionou a alteração mais perversa do ciclo natural dos rios. Pois a barragem ao fechar as suas comportas impediu a piracema (período em que os peixes sobem para as cabeceiras dos rios para se reproduzir), visto que ocorreu uma quebra desse ciclo natural, já que o fechamento das comportas impedia o retorno dos cardumes de peixes para o rio de origem. A partir de então se iniciou um período de escassez do pescado e da poluição das águas dos rios da região:

[...] Olha primeiro foi a água que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava dentro da casa. Era grande [a moradora está se referindo ao movimento das marés], era uma água mais limpa, porque era uma água corrente. Hoje em dia ficou uma água parada, tem uma época que ela tá muito verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano (Maria Ivanildes Garcia Souza, , Ilha de Juba).

[...] Eu acredito que mas ou menos uns 25 anos atrás, existia uma fartura de peixe, eu acredito que de uns 18 anos para cá foi desaparecendo, foi o impacto mais grave; O outro impacto que consigo detectar, é que ela [barragem], polui mesmo o nosso rio, apareceu várias doenças, inclusive está em pesquisa a água daqui e foi detectado, que a barragem de Tucuruí,

quando foi construída, para fazer a explosão das rochas foi utilizado dinamite e outros produtos químicos [...] os resíduos desses materiais ficaram sobre o solo e justamente isso veio decompor depois que houve o alagamento das áreas e nós estamos consumindo essa água (José Marinaldo Sousa, Ilha de Juba).

A população das ilhas passou a enfrentar sérios problemas relacionados ao consumo da água poluída, tanto para o banho, quanto para o preparo da alimentação. A partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ano de 2008, extraídos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, que identificou que na localidade pesquisada, a população tem buscado alternativa para driblar o problema com a água. Entre as informações fornecidas pelos moradores, 14,86% declararam utilizar água de poço ou nascente e 85,14 utilizam outras formas de abastecimento de água, uma vez que não existe na localidade sistema público de abastecimento de água. Conseqüentemente, não há uma política pública direcionada para o tratamento da água nesta região, havendo apenas por parte dos ACS uma orientação de como proceder em relação a água, ficando a cargo dos moradores da localidade utilizar meios de tratamento da água.

Os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, referentes a Ilha de Juba, revelam que das 140 famílias que fazem parte do cadastro dos ACS, 69,70% dos moradores entrevistados, afirmam ferver a água que consomem diariamente, 12,12% utilizam a técnica de filtragem da água do rio, 10,61%, usam cloro no tratamento da água para consumo, 7,58% declararam não utilizar nenhum tipo de tratamento na água que costumam consumir.

Segundo os moradores da localidade, a água do rio está poluída começou a provocar coceiras no corpo das pessoas e fortes dores no estômago. Além das constantes crises de diarreia que afetam as crianças (SILVA, 2003). Esta situação está presente no relato de dona Maria do Carmo, que diz: “[...] esta água ta muito venenosa, digo que é ela que tá fazendo muita diarreia em crianças, é uma água feia, tem dia que agente olha, é um tucupi²⁵ puro”.

²⁵ A moradora utiliza a palavra tucupi, como uma comparação, para designar a aparência da água, visto que o tucupi é um líquido de cor amarelada extraído da raiz da mandioca brava. www.istoamazonia.com.br.

Assim, para a população local, restaram apenas os danos físicos e morais, uma vez que a sua principal atividade de trabalho, no caso a pesca, foi gravemente atingida, causando danos significativos aos habitantes desta região e a sobrevivência de determinadas espécies aquáticas. Sem contabilizar os prejuízos ambientais e culturais que esta população foi exposta. A qual passou a sofrer e a conviver diariamente com problemas socioambientais²⁶, e todas as conseqüências que representou a implantação desta obra desenvolvimentista. Como se pode perceber na fala de dona Valda Pinto, moradora da ilha “[...] além da gente ser pobre, sofrer com os efeitos da barragem, agente ainda não tem direito a energia”.

A situação da comunidade em estudo, e demais ilhas vizinhas, é visivelmente grave, especialmente em virtude da qualidade em que se encontra a água na localidade. Alguns moradores tentam buscar outras medidas alternativas/protetivas para suas famílias como é o caso de alguns vizinhos, e da própria Dona Maria do Carmo,

[...] aí no vizinho, lá tem, lá prestou, porque eles souberam fazer, nós não acertamos, eles fizeram um plástico preto grande deitado lá em cima, agora esse plástico desce dentro de uma bacia, aí, dá essas chuvas e enche a bacia, essa água eles passam no pano e colocam para eles tomarem, eles não tomam água do rio. E muita gente usa esse sistema. [...] já muito que isso vem acontecendo, eu tenho um sobrinho que mora na boca do rio, ele não bebe água do Juba, nem!nem! Ele bebe água da cidade, do Areião (Vila que pertence a Cametá), conforme a viagem que faz, mas ele tem o barquinho dele, nós não temos, então eu tenho vergonha de ficar ocupando os outros. [...] o que eu faço é encher uma vasilha com água e por no sol, ela passa o dia inteiro, de tarde, ela ta quentinha, eu passo no pano e coloco no pote, [...] quando meu marido era vivo, ele não concordava de ferver água, ele dizia que passava dois dias a água fedia. [...] agente toma ela porque é obrigado.

Esta realidade que relata a entrevistada, referente ao nível de poluição tanto do rio Tocantins, quanto do rio Juba tem provocado, ao longo desses anos de existência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sérios problemas a saúde pública da

²⁶ Socioambiental: É o nome dado às relações e interações dos seres humanos com o seu meio ambiente natural, (GTA, 2001, p.39).

população de toda a região que foi atingida pela implantação da barragem de Tucuruí, sem que nenhuma providência por parte da ELETRONORTE, ou governos, seja tomada para resolver este problema socioambiental, que a cada dia agrava-se mais. Aos moradores ribeirinhos, restou apenas os danos ambientais, econômicos e sociais, pois nem se quer tiveram o direito de receber a energia produzida por esta usina hidrelétrica. Realidade esta, que indigna até os dias atuais a população ribeirinha da região Tocantina, que viu a comida sumir de sua mesa e as doenças entrarem pela porta da frente.

A partir da implantação da usina hidroelétrica de Tucuruí, novas relações foram estabelecidas entre homens e meio ambiente. Relações estas não positivas para a natureza como um todo, pois temos que levar em consideração que o ser humano ao agredir a fauna e a flora, está literalmente sendo agredido, pois ao falarmos de natureza, não podemos incorrer no erro de acharmos que estamos fora dela. Assim, segundo relatos dos moradores da localidade de Juba, a relação com a natureza tomou outros caminhos, as pessoas passaram a explorar bem mais a natureza, utilizando a justificativa da pobreza e sobretudo da falta de alimento para as suas famílias.

3.1. Degradação ambiental e os reflexos na atual realidade da comunidade estudada.

O processo de degradação do meio ambiente na região Tocantina, teve início na década de 1980, com a implantação pela ELETRONORTE da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A partir de então, os habitantes da região Tocantina, mais especificamente das ilhas do município de Cametá, vem buscando alternativas de sobrevivência, diante dos problemas socioambientais provocados pela barragem.

A empresa ELETRONORTE responsável pela obra, não levou em consideração, os instrumentos legais já existe na legislação brasileira, que são: o Código

de Águas e a Lei 3.824/60, ambos direcionados ao controle e ao uso racional e equilibrado da água, mas especificamente, da energia hidráulica. Descumprindo, desta maneira, as normas de proteção ao meio ambiente já existente. Assim como, não levou em consideração o inventário feito pelos próprios técnicos da empresa, a cerca dos possíveis impactos que este tipo de obra provocaria para o meio natural e social das regiões atingidas (SILVA, 1991). Somente a partir do ano de 1981 criam-se leis direcionadas para a proteção do meio ambiente.

A ação da empresa responsável pela construção da usina UHE de implantar uma obra como esta, sem antes conhecer a fauna, a flora e o modo de vida desta população ribeirinha, desencadeou um imenso transtorno socioambiental para esta região atingida. Para dona Ivanildes Garcia, os prejuízos foram diversos e várias ordens, ente eles, a moradora da Ilha de Juba cita aquele que ela considera de extrema importância para a comunidade,

[...] primeiro foi a água, que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava [água] dentro da casa, era grande, era uma água limpa, porque era água corrente, hoje em dia ficou uma água parada, tem época que ela [água] tá verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano.

Esta situação descrita pela moradora da Ilha Juba ocorre frequentemente ao longo do ano, tendo uma frequência maior no período denominado de inverno, devido ao aumento das chuvas nesta região. Esta cor esverdeada está relacionada a uma espécie de limo criado sobre a água e que alguns moradores relacionam a sua presença a água parada em algum ponto do lago pertencente a hidroelétrica de Tucuruí. Vinte anos se passaram desde a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e os danos ao meio ambiente e a população são visíveis (COSTA, 2006). Outro problema identificado através de estudos técnicos está relacionado aos sedimentos naturais trazidos pelo rio, como folhas, barro, pedaços de madeira, sementes, entre outros, os quais serviam de

adubação natural do solo das várzea, a partir da barragem essas substâncias naturais passaram a não mais chegar onde as populações ribeirinhas cultivavam o cacau e o açaí.

A partir do funcionamento da referida usina que esses sedimentos naturais não chegam mais ao seu destino de origem. A falta desse processo natural interferiu negativamente na qualidade e na quantidade desses produtos, o que ocasionalmente desencadeou prejuízos econômicos para toda uma região (SILVA, 1991).



Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Desta forma, foi possível identificar, no decorrer da pesquisa de campo, que o assoreamento de rios e igarapés trata-se de um dos maiores desequilíbrios ambientais que a comunidade de Juba está enfrentando, já que acarreta dificuldades de locomoção desta população. Segundo dona Socorro Teles e demais entrevistados, há

alguns anos atrás era possível chegar as residências através de casco ou rabeta, ou seja, o barco ficava na ponte ou no porto das casas.

Atualmente, principalmente, durante a maré baixa ou seca, quando se deseja sair de casa é necessário caminhar uma longa distância por cima de várias toras de miritizeiro. Isso tudo, por causa da significativa distância entre as casas dos moradores e o rio. Decorrência do desequilíbrio ambiental que provocou o assoreamento do Rio Tocantins e seus afluentes. Ao falar desta realidade, Braúlio Leão, morador da Ilha de Juba, evidencia outro problema ambiental, provocados pela instalação da Hidrelétrica de Tucuruí, que é vivenciado cotidianamente pela comunidade,

[...] sumiu o nosso peixe, o nosso peixe conhecido em toda Cameté é o mapará, que era demais e se sumiu, o camarão e os outros peixes. Hoje só se colhe camarão por época, quando da um pouquinho, o mapará é por época, quando os pescadores chegam a pegar negócio de cem, cinqüenta quilos, isso quando era naquela época, quando não era fechada a barragem aqui fazia a tapada, aqui nesse rio para tirar em três dias, aqui todo mundo vendendo e comprando, tava na rede, o camarão de novo era demais, me criei aqui, arrumei família, filhos, só saía quando ia trabalhar, não tinha nenhuma preocupação com comida, porque se deixa-se os matapis no porto[em frente a casa] era suficiente para mulher de manhã ir tirar, dava para dez, quem não tinha matapi e não tinha essa preocupação.

O relato deste morador de Juba reflete a realidade enfrentada pela população ribeirinha. Este fato referente ao desaparecimento de algumas espécies aquáticas como o mapará, a branquinha, curimatã e o próprio jacundá. Os peixes sempre buscaram à Montante do rio para realizarem o processo de reprodução da espécie, Silva (2003). Porém, com o bloqueamento do rio pela barragem e também pela qualidade da água após a barragem, algumas dessas espécies desapareceram ou simplesmente migraram para outras regiões. O que ocasionou uma crise no abastecimento e na segurança alimentar desta região. O Sr. Braúlio, defini assim a situação atual dos moradores do Juba, “ hoje em dia se tiver dinheiro você come, se não tiver fica difícil para comer ”.

3.2. A presença do lixo doméstico e os riscos à saúde humana: o caso da Ilha Juba.

No decorrer da pesquisa outros problemas foram aparecendo, alguns com mais evidência na localidade, como a presença cada vez mais marcante de lixo doméstico²⁷, produzido pelo consumo de produtos industrializados. Contudo, os problemas enfrentados com o lixo não podem ser de responsabilidade somente dos ribeirinhos. Mas, sobretudo, devem fazer parte também de uma política pública séria dos governos, tanto estadual, quanto municipal. Uma política pública de saúde-ambiental, que se responsabilize pela preservação do meio ambiente da região, que leve em consideração a importância desses recursos naturais, da biodiversidade²⁸, tanto da flora, quanto da fauna, sejam elas pertencentes ao rio ou a floresta.

Moradores da localidade, como por exemplo, o senhor Bráulio Leão, externa a sua preocupação em relação ao problema vivenciado por sua comunidade,

[...] a água aqui é muito utilizada, você usa para o banho, serventia cazeira e também utilizamos ela para o pescado, agente tapa o igarapé com redes, malhadeiras, para de lá tirar o pescado, o camarão; só que hoje ela é demais poluída, ela nos prejudica muito, mas nós que tamos aqui nas ilhas, como vamos nos livrar da poluição? Por que nós mesmos [...] sujamos a água, mas por outro lado não temos a condição de fazer ela limpa porque montua [acumula] lixo na cabeça da ponte, que a lancha vai passar, se eu tivesse montuado, ai parecer um depósito. [...] assim tudo se atirra no chão, aí em plástico, é lata,[...] até as fezes, por que não tem jeito.

²⁷ De acordo com a Agente Comunitária de Saúde da localidade pesquisa, Dona Maria Maíde, “[...] o lixo doméstico é toda sacola, vidro, lata e até fraudas descartáveis usadas”. Dados da Pesquisa – Abril – 2009.

²⁸ A Biodiversidade é a totalidade das formas de plantas e animais da Terra, onde todas as espécies são importantes. As formas de plantas e animais variam conforme o local onde elas vivem e também sofrem as influências do clima. Os habitats (locais onde vivem determinados animais e plantas) incluem as águas doces, salgadas e salobras, o solo e o ar. A biodiversidade representa o conjunto de espécies animais e vegetais de uma determinada região. A destruição do meio ambiente ameaça a biodiversidade e pode provocar o desaparecimento (extinção) de animais e plantas. A extinção das espécies não é um fato novo, acontece há muito tempo, muito antes dos seres humanos habitarem a Terra, mas a velocidade com que animais e plantas estão sendo extintos atualmente é um problema muito sério, (GTA, 2001, p.39).

O entrevistado expressa, sua a frustração, causada pelo sentimento de impotência em relação ao referido fato, deixando claro que a questão do lixo, deve ser tratada com seriedade pela administração municipal. Segundo informações da maioria dos ribeirinhos desta localidade, foram feitas promessas da parte dos governantes municipais de fazer o serviço de recolhimento de resíduos sólidos nas comunidades ribeirinhas da região. Porém, esse serviço não é executado, pela secretaria de meio ambiente do município.

Os moradores da localidade buscam alternativas nem sempre as mais adequadas, para resolverem a questão do lixo. Entre as alternativas encontradas, 5,41%²⁹ dos moradores utilizam a incineração e processo de enterrar os resíduos sólidos como: papel, isopor, plásticos, restos de tecidos, as latas e o vidro. E cerca de 94,59% do lixo são jogados a céu aberto no quintal das casas, é o que nos diz as moradoras:

[...] tem alguns que eu queimo, como a sacola, agente queima, mas tem alguns que não dá pra queimar; o vidro agente joga no rio muito fundo, onde ninguém utiliza, agente joga lá (Rute Teles, Ilha de Juba – 2007).

. [...] eu junto todas as latas, espero a água baixar, escolho um pé de uma planta ou um lugar que quase a gente não frequenta, cavo um buraco e enterro (Maria do Carmo, Ilha de Juba, 2007).

A problemática do lixo na localidade vem tomando uma dimensão muito complexa, pois tem obrigado os moradores da localidade a utilizarem o espaço de seus quintais como uma espécie de depósito, onde é armazenado o lixo sólido, como as latas, pilhas entre outros materiais, resultante do processo de consumo de outros produtos, esta é alternativa, que os ribeirinhos na sua grande maioria, utilizam para livrar-se do lixo doméstico. Estas instruções em relação ao destino do lixo são repassadas aos moradores pelos ACS da própria comunidade, segundo a fala de Maria Maíde, que diz: “ [...] todo o pessoal da minha área é orientado a queimar os sacos plásticos e o papel. [...] os vidros agente enterra. Agente escolhe um pau grande, que agente não vai utilizar, então agente cava um buraco e enterra lá os vidros ”.

²⁹ Estes dados numéricos pertencem a Estatística do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – 2009 – Cametá/PA.

Porém, é preciso compreender que o lixo sólido como papel, vidros e sacolas plásticas, não representam o principal vilão desta realidade. Há também a presença de dejetos humanos e animais, que sem dúvida alguma constitui um dos problemas mais severos que a população ribeirinha enfrenta cotidianamente. Segundo a estatística do programa de ACS, fornecido pela Secretaria Municipal de Cametá, somente 5,41% das casas da localidade de Juba possui sistema de fossa, enquanto, 94,59% dos dejetos humanos são jogados diretamente na natureza sem qualquer tipo de tratamento.

Este lixo orgânico, ou seja, coliformes fecais, tanto animal, quanto humano, também contribuem com o processo de contaminação da água, uma vez que, os sanitários das casas, assim como o curral dos porcos, ficam próximos das residências, e na sua maioria, cerca de 10 a 50 metros de distância dos igarapés que cortam as propriedades, ou estão sujeitos as marés. A realidade da contaminação da água fica mais evidente no período do inverno, quando as grandes marés invadem a terra e inundam o quintal das casas, obrigando assim os moradores a conviver e a consumir a água da sua localidade.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Municipal de Saúde e das ACS da localidade, faz a distribuição da solução de hipoclorito de sódio, para o uso da população no tratamento da água do rio, água esta utilizada para o consumo diário das famílias ribeirinhas. Mesmo com essa medida de tratamento da água poluída, incentivada pelos governos, ainda assim, nota-se a falta de uma campanha de esclarecimento para os ribeirinhos em relação aos problemas que o consumo da água em tratamento pode gerar. Outro fato observado ao longo da pesquisa, é que algumas pessoas utilizam a solução de hipoclorito de sódio para alvejar roupas brancas ou até mesmo como detergente na limpeza do assoalho das casas. Algumas alegam que as crianças não gostam do gosto da água e por isso elas não usam constantemente.

Durante a pesquisa foi possível observar que a tarefa de cuidar, tanto da água, quanto do lixo, é assumida diretamente pelas mulheres, uma vez que são elas as responsáveis pela limpeza da casa e dos objetos nela contidos. Portanto, cabe a elas a obrigação de encontrar o pé da planta onde será enterrada as latas e os vidros. É importante ressaltar que no caso dos vidros, nem todos os vasilhames são jogados fora, as garrafas, os

vidros pequenos de remédios, são reaproveitados para utilizar no processo de engarrafamento da produção do óleo de andiroba.

3.3. A retirada ilegal dos pés de andiroba nativa.

A relação de domínio estabelecida pelo homem sobre a natureza tem seu registro ainda na antiguidade, segundo Friedrich Engels (1952), no seu texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, aborda o comportamento humano de extrair as plantas dos boques, de forma desordenada na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e nas diversas regiões, comprometeu posteriormente a qualidade do solo para o cultivo, provocando na sua maioria aridez, devido a retirada da cobertura vegetal desses solos.

Keith Thomas, em seu livro *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*, faz reflexões a cerca do progresso humano e seus reflexos no mundo natural, na Inglaterra, revelando que o comportamento de devastar as florestas em benefício do progresso é presente na história da humanidade desde a era mesolítica. Sendo que a aceleração desta prática teve um impulso maior com o surgimento do machado de pedra já na era neolítica (THOMAS, 1988, p.230). Porém, esta atividade de retirada da cobertura florestal passou por várias etapas e estágios diferentes em vários locais do mundo.

Mas com a chegada da modernidade, mais especificamente os anos de 1500 a 1800, trouxe consigo não somente mudanças no setor tecnológico, mas principalmente, despertou na grande maioria de homens e mulheres, de classes sociais diversas, uma mudança na forma de pensar a sua relação com meio natural. Surgem novos olhares sobre as plantas e os animais. Estava começando uma nova forma de pensar o meio ambiente na Inglaterra, (THOMAS, 1988, p.18).

Atualmente, em plena pós-modernidade, a prática de retirada da cobertura vegetal, está concentrando suas forças na Região norte, mas especificamente na Amazônia, que alimenta o mercado madeireiro, retirando árvores da floresta e até de reservas florestais na Amazônia. Esta atividade de retirada de madeira no Estado do Pará acontece a mais de três séculos, de forma esporádica. Meados do século XX, a extração de madeira em toras teve uma baixa representatividade. Nesta época a exploração da madeira era concentrada na região estuarina³⁰, situada as margens dos rios Tocantins, Pará e em escala bem menor no rio Amazonas. Esta madeira retirada da floresta de várzea era retirada e cortada nas serrarias oriundas da comunidade local. Após cortarem essa madeira de forma tradicional usando muitas vezes o machado, a madeira era retirada da floresta usando apenas a força humana e seu transporte era feito por meio de jangadas, (LENTILI; LIMA; VERÍSSIMO, 2002).

Porém, a partir da década de 1960, um fator predominante que contribuiu para o aumento e explosão do mercado madeireiro na Amazônia, deve-se ao processo de criação da rodovia Belém/Brasília, e na década de 1980, o asfaltamento da PA 150, ambas estradas facilitaram o acesso às florestas de terra, quanto as florestas que ficavam as margens da baía do rio Tocantins. A partir de então a indústria madeireira na Amazônia expandiu-se muito rapidamente (LENTILI; LIMA; VERÍSSIMO, 2002); (LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

A partir desse contexto de crescimento da indústria madeireira na Amazônia, é possível a cada dia perceber a presença de serrarias circulares³¹ no estuário paraense, no município de Cametá e na Ilha de Juba. Figueira, aponta a existência permanente de uma serraria circular nesta ilha, no ano de 2005, a qual faz a retirada ilegal da madeira, das áreas de floresta de várzea³² pertencente à localidade (Figueira, 2005). Atualmente, esta realidade, encontra-se em outro estágio bem mais avançado, segundo os moradores da localidade, existem mais três serrarias circulares na comunidade estudada. Segundo a entrevistada Rute Teles as serrarias tem contribuindo de forma significativa para a degradação do meio ambiente, não só porque retiram as

³⁰ Segundo Lentini; Veríssimo; Sobral (2003, p. 41), “ [...] O estuário é a região típica das florestas de várzeas ”.

³¹ As serrarias circulares processam madeira de oriunda da várzea (LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

³² Segundo Martini, As florestas de várzeas ocorrem em áreas sujeitas às inundações no estuário e baixo Amazonas. Essas florestas possuem menor valor madeireiro se comparadas às florestas de terras firme (MARTINI, Apud, LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

árvores, mas porque, “[...] as serrarias jogam o restos de madeira no rio, como as cascas das plantas; um dia desses nós estávamos indo pra cidade e um desses cascalhos bateu na hélice do nosso motor”. A fala da moradora reflete a preocupação com o meio ambiente e a segurança na navegação, com a constante presença de pedaços de madeira jogados no rio.

Evidenciou-se, também, na realidade da localidade o processo acelerado em relação a degradação ambiental através do desmatamento³³, seja para a utilização do solo, seja para a retirada de madeiras, as quais, de baixa qualidade, abastecem as cerrarias localizadas no entorno das ilhas (COSTA, 2006). Este processo, evidenciado no relato da moradora, acontece devido a venda ilegal das árvores novas, e direciona a responsabilidade por essa ação:

além que fiou pouco [pés de andiroba], eles não querem se empatar com um pouquinho só [...] os culpados são os maridos que tiram os pé de andiroba pra vender. [...] eles vão dá um volta no terreno deles, se acharem um paneirinho cheio [com sementes de andiroba], só jogam lá pelo canto, no outro dia eles vão de novo, aí essas sementes serve pra queimar no tempo de meruin, no inverno. [...] eles agora estão vendendo dessa grossurinha³⁴. Antes eles vendiam as torras de pau grosso, aí dava bem dinheiro, mas agora não dá, Maria do Carmo – Ilha de Juba.

Alguns moradores da região justificam o exercício desta prática agressiva contra a floresta pelo viés da situação de grande dificuldade financeira para manter a família. Prática esta mantida sobre os véus da omissão, da necessidade, da criminalidade e, sobretudo, da hipocrisia social, que prega para o coletivo a importância da floresta de várzea, mas permite que dela se retirem árvores muito novas para fins madeireiros. Visto que sem alternativa financeira, perante a situação de pobreza, os moradores do local, não vêem outra saída, a não ser vender as árvores da floresta.

³³ Desmatamento é considerado a destruição de florestas para a abertura de áreas de plantação e pastagens de gado, construção de estradas, mineração e para a extração de madeira. Os desmatamentos causam poluição do ar, erosão dos solos, morte de animais e o clima pode ficar cada vez mais quente (GTA,2001, p.39).

³⁴ Esta expressão: grossurinha, utilizada pela dona Maria do Carmo, é utilizada para explicada o gesto de juntar as mãos em forma de círculo, para demonstrar o tamanho que as árvores atualmente estão sendo vendas. Tamanho esse que está muito abaixo do exigido pelo mercado consumidor.

Dentre as quais se encontra a andiroba, que em termos de qualidade madeireira, só perder em importância para o mogno (*Swietenia macrophylla King*), sendo muito requisitada devida a sua madeira ser resistente ao ataque de pragas como, o cupim.

Mesmo essa prática sendo executada às vistas de todos, poucos são os que se arriscam a dar informações ou denunciar, limitando-se apenas a rápidos e curtos comentários acerca do assunto. Ao ser questionada sobre a retirada dos pés de andiroba, dona Maria do Carmo diz: “[...] é tirado sim! Por isso que quase não tem; no nosso mato ainda tem muito, aí pra cima, no Jubinha, é terra de tirarem azeite pra vender e agora a senhora não vê uma pessoa vendendo o azeite de andiroba”.

A pesquisa constatou que essa comunidade está vivenciando um período de transformação comportamental sócio-histórico-ambiental, que antes nutria uma consciência de preservação e uso racional dos recursos florestais. E que hoje, devido a um conjunto de fatores, aliado a situação socioeconômica que a comunidade enfrenta por causa dos impactos ambientais que enfrenta, esteja enveredando por um caminho não pautado na sustentabilidade desses recursos. Pode-se perceber essa mudança, a partir da fala do senhor Marinaldo Teles, morador da localidade de Juba, quando afirma:

[...] A relação que mais me chama atenção é de como nós nos sentimos nela [natureza], eu me lembro que a uns 10 anos, agente pode observar que ela era menos habitada e devastada, agente tinha outro clima e a relação nossa era de preservar, agente não derrubava as seringueiras [andirobeira] era difícil tirar essas árvores.

O entrevistado deixa transparecer em sua fala, quanto o processo de mudança no meio natural foi sentido na localidade. A mudança de comportamento de algumas pessoas vai de encontro aos hábitos antes nutridos na comunidade, que procurava fazer uso dos recursos florestais de forma racional e sustentável. O Sr. Marinaldo Teles demonstra em sua fala preocupação com o avanço da devastação da floresta ao dizer: “ agente não derrubava as seringueiras [andirobeira] era difícil tirar essas árvores”. O que significa que ele tem consciência das consequências negativas dessa ação, tanto para o meio ambiente, quanto para a comunidade da qual faz parte. Suas inquietações buscam suporte na memória do vivido em outros tempos: “[...] eu me lembro que a uns 10 anos, agente pode observar que ela [floresta] era menos habitada e

devastada, agente tinha outro clima”. E completa a frase com uma espécie de frustração ao dizer: “[...] a relação nossa era de preservar”. Para Gilson Costa (2006), preservar a biodiversidade perpassa pela conservação de valores socioculturais das comunidades tradicionais, valores estes que estão indo embora com os velhos e as velhas da localidade.

CAPÍTULO II

Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas.

1. Cotidiano das Mulheres Andirobeiras: a reconstituição dos saberes entrelaçados com floresta e com as águas.

Começo este texto lembrando o segundo momento em que estive na comunidade da Ilha de Juba. Nesta viagem fiz um roteiro detalhado de exploração de coleta de informação acerca do lugar, no qual incluía visitar as casas das mulheres da comunidade, que trabalharam ou ainda trabalham com esta prática extrativa, para ouvir as pessoas, fazer registros de imagens, aplicar e gravar as entrevistas feitas com a permissão dos moradores da localidade. Quando me falaram do cotidiano de suas práticas, dos seus saberes, de suas maneiras de fazer, de suas maneiras de viver. Mesmo com todo um cronograma de atividades já organizado, achei que deveria me apropriar mais das experiências, das memórias e das histórias de vida que permeiam o universo dessas mulheres. Então decidi que iria, juntamente com dona Socorro Teles³⁵, entrar na floresta ou na mata, como os moradores locais falam, por entre as reentrâncias dos igarapés em busca de pés de andiroba nativos, planta esta que existe em quantidade considerável no terreno da propriedade da família Teles. Meu objetivo principal naquele momento era tentar vivenciar o cotidiano dos sujeitos da pesquisa e estabelecer contato com a natureza local, e aproveitar para fazer registros fotográficos.

Aparentemente esta decisão, não tinha nada de diferente, a não ser pelo fato de estar fazendo esta atividade no meio da floresta, com todos os perigos à volta. Porém, a idéia de conhecer a fundo este local, poder vivenciar a experiência de andar em um casco pequeno me encheu de coragem. Meia hora andando na mata inundada (ou seja, num igarapé que corta o terreno), onde a minha anfitriã, dona Socorro, gostou da idéia de ser a pessoa que me mostraria a realidade do lugar onde vive. A cada planta que passávamos, ela diminuía as remadas, para dar-me a oportunidade de mostrar e, ao mesmo tempo, me ensinar a reconhecer as árvores. Como uma boa mateira, localizou sem dificuldade o local onde as andirobeiras tinham maior incidência. As árvores eram grandes, bastante altas, chegando, aproximadamente, a 30 metros de altura. Em virtude desse fator, e também porque no interior da mata a luminosidade é baixa, devido à

³⁵ Moradora da localidade de Juba, trabalhadora rural, extratora do óleo de andiroba, parteira curiosa, animadora de comunidade. Durante a pesquisa, trabalhou como colaboradora, levando-me a casa das mulheres que trabalham especificamente com a andiroba. Em abril de 2008, esta participante da pesquisa faleceu, vitimada por um câncer de mama, e com ela muito do saber local foi embora.

grande concentração de árvores adultas, não foi possível fazer o registro fotográfico na localidade.

Ressalto que durante todo o trajeto fui sentada na parte da frente do casco, pois a pessoa que pilota o casco, neste caso, a dona Socorro, deve ir atrás, para poder facilitar a condução do transporte. Ao longo do igarapé, batemos em um galho de planta que estava caído na água, e fomos surpreendidas com a queda de uma aranha caranguejeira dentro do casco. Mas o que realmente ficou marcado, nesta experiência exploratória, foi o fato de dona Socorro expulsar do interior do casco a aranha simplesmente com uma das mãos. No entender de Acevedo & Castro (1998), “[...] o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorpora-se no imaginário, recodificando experiências”. Assim, mãos nuas, que de uma forma tão simples, demonstram através da tranquilidade e humildade, todo o conhecimento de alguém que realmente conhecia, vivia e sabia lidar com a natureza, pois,

[...] O meio ambiente está representado nas suas referências ao rio, à mata, às plantações, aos insetos nocivos à plantação, aos animais peçonhentos, à qualidade de qualidade do solo e à outras formas imaginárias. Eles constroem, se inserem ou se apropriam de seus ambientes pautando-se por saberes acumulados e configurados por meio do trabalho agrícola, da pesca, da construção de suas roças, da extensão da madeira e de outros significados simbólicos que atribuem a determinados meios e que transcendem a dimensão do trabalho, ainda que a ele esteja vinculado. [...] as formas de convivência e de apropriação dos recursos naturais, ou seja, as relações que estabelecem com o meio ambiente físico-biótico são resultados de saberes tradicionais e processos histórico-culturais, e incorporam múltiplas formas, objetivos e representações (SILVA, 2003, p. 48).

Devo salientar que esta descrição tem finalidade de evidenciar, trazer à tona a realidade da vida cotidiana das mulheres andirobeiras, a qual está entrelaçada de riscos, com os quais elas aprenderam a lidar com cautela, precisão e **sabedoria**, desde muito cedo, como relata a moradora Socorro Teles, ao lembrar trechos de sua vida: “[...] minha infância, [...] agente tinha de ir pro mato, era juntar seringa e tirar borracha. [...] quando não era fruta, era coletar andiroba”. Pode-se constatar a partir da situação vivenciada pela moradora da ilha de Juba-Cametá/PA, como ocorre, desde muito cedo, o processo de interação de homens e mulheres com a natureza. Esta relação torna visível

a proximidade e o domínio das mulheres sobre a natureza como um todo (fauna e flora), fruto de um processo de descobertas, vivências corporais e práticas cotidianas e de um comportamento historicamente construído pelas comunidades tradicionais das Amazônias (THOMAS, 1988; WOLFF, 1999).

Para Engels, é relevante compreender como esta relação de interação com a natureza se constitui, como é construída:

[...] a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (ENGELS, 1952).

A compreensão da inte-relação dos seres humanos com o meio ambiente, perpassa pelo entendimento da história humana, o domínio que o homem/mulher, exerceu e até hoje exercem sobre o meio natural. Para Friedrich Engels, compreender a diferença entre o comportamento dos animais e dos homens em relação a natureza, é o primeiro passo para entendermos a ação dos seres humanos: “ [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a” (ENGELS, 1952).

A inter-relação que homens e mulheres da comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, estabelecem com a fauna e com a flora, está diretamente articulada com as práticas cotidianas e com os saberes construídos e constituídos durante o processo histórico e existencial de sobrevivência. Fato este observado no relato da moradora Socorro Teles, quando deixa transparecer em seu discurso, a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, na sua comunidade, o que irá dificultar e poderá até comprometer a sobrevivência de sua família e de seu povo:

[...] Desde a barragem de Tucuruí que agora o negócio ficou meio ruim para a gente, por causa da dificuldade da falta do peixe, do camarão e aí a

pessoa não tem condição de sobreviver, sai muito pesado. Um pai de família que tem muitos filhos, passa muita dificuldade na vida dele, porque ele não tem como sustentar o filho com que ele ganha, para uma família de nove a dez pessoas. Quando não tinha barragem era tudo bacana, meu marido saía e trazia aquela quantidade [muito] de peixe.

Observa-se a partir da fala desta informante, o acúmulo de práticas e de saberes que detém a realidade em que se encontram, e do poder de análise conjuntural desses mesmos sujeitos em relação a natureza, e ao espaço em que vivem, informações estas, imprescindíveis para a sobrevivência da comunidade de Juba. A sobrevivência da cultura, das memórias, das práticas e das narrativas orais está diretamente relacionada aos seus conhecimentos históricos acerca dos saberes que envolvem as águas, as terras e as matas, a herança de seus ancestrais amazônidas.

As informações que detém sobre a natureza, fazem parte da observação, da memória cotidiana e da luta cotidiana pela sobrevivência social, cultural, política e ambiental dos sujeitos camponeses. São saberes que se relacionam com a natureza, com as representações, com o imaginário e as memórias, que gravitam a produção da existência dos homens e das mulheres jubenses amazônidas. Aliás, a constante preocupação com o meio em que vivem, e com os saberes relacionados com a natureza e com a produção da existência das pessoas da Ilha de Juba, é reforçada através do relato de dona Rute Souza, moradora deste local, ao se referir a floresta:

[...] a floresta tem muito importância porque é praticamente dela que tiramos o nosso sustento, como a caça, os alimentos, os remédios, o açaí [que representa uma das principais fonte de renda para as famílias], é de onde nós tiramos o nosso sustento.

Para Marx, “ o que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX,1996, p.46). E neste sentido que o materialismo histórico e dialético situa o debate, partindo da lógica de que os indivíduos são fruto de suas condições materiais e

de sua produção, mediante o trabalho intelectual-material e as relações que estabelecem com o mundo natural, social, político e econômico. Uma vez que a natureza para eles tem vida e é matéria-prima dos recursos que contribuem na produção de suas existências materiais e simbólicas. Esta situação torna-se evidente, a partir da fala da moradora Maria Benedita – Juba/Cametá-PA:

[...] praticamente eu não me fio só no que o meu esposo me dá, eu faço a minha parte, eu vou pro mato, gapuio, eu tapo garapé, eu apanho açai, vou vender [...] eu junto azeite [as sementes de andiroba], bucuúba. Então eu dependo dela [a floresta - natureza], eu tiro tudo que ela me oferece.

Esta fala reflete a relação que a moradora da localidade estabelece com a floresta, e deixa bem claro, que a floresta, significa o sustento da sua família. Mas também a possibilidade de retirada financeira, exercendo a função de grande mantenedora da família. Na grande maioria, os sujeitos vêem a natureza como uma poupança, que sempre que se encontram em situação financeira instável recorrem à ela para suprir as suas necessidades, de suas famílias. A fala também aponta as diversas formas utilizadas pela informante de retirar o seu sustento, seja pela prática do gapuio³⁶ ou pela tapagem do igarapé, que garantirá o acesso ao peixe, ao camarão, a aranha. Seja também pela coleta e venda das sementes florestais. O fato é que as mulheres extrativistas e andirobeiras encontram sempre uma forma ecologicamente sustentável de retirar da natureza o alimento, a lenha, o remédio e o que mais for necessário para as suas famílias sem agredir o meio ambiente, conservando a floresta para as outras gerações que virão.

³⁶ “[Esta técnica de pesca artesanal é muito utilizada nas comunidades tradicionais do campo] . Na gapuia se reúne três, quatro pessoas [...]. Gapuia é misturado homem e mulhé. Pega mais peixe na gapuia. Escolhe um poço que tem peixe (igarapé), coloca pau na frente e atrás e enche de barro, areia, e, seca com a musuumba (termo que significa curuatá, uma espécie de invólucro que recobre o cacho em flor da bacabeira, o qual é usado para apanhar e jogar a água por cima da mocooca ou barragem)” João Lucas- Povoado de Laguinho-Cametá (PINTO, 2004, p. 76).

A importância da floresta em pé³⁷, para os moradores de Juba, acende e recoloca a preocupação com a conservação e preservação ambiental da mata, dos saberes relacionados à natureza, quanto com a existência vital e material das pessoas. Esta preocupação torna-se visível no relato da entrevistada Rute Souza: “A floresta tem muita importância, porque é praticamente dela que tiramos o nosso sustento, como a caça, os alimentos, os remédios, o açaí [utilizado como fonte de renda e sustento da família], é de onde nós tiramos o nosso sustento”.

No relato da moradora, é possível constatar que nas famílias da Ilha de Juba, as mulheres extrativistas trabalham com o beneficiamento artesanal da andiroba. Árvore esta, encontrada no norte da Amazônia, cujo azeite ou óleo extraído de suas amêndoas é utilizado há mais de um século pelas mulheres extrativistas, como cicatrizante, principalmente, em ferimentos causados por picadas de cobra, aranha, escorpião, insetos, além de ser utilizado para xaropes, no tratamento contra a caspa e o pioelho.

Assim, os saberes e as práticas, pertencentes às comunidades tradicionais da Amazônia, permeiam o universo das práticas cotidianas destas comunidades. Entre essas práticas, está a utilização dos recursos naturais florestais por esses sujeitos que ocupam o território amazônida.

³⁷ “[...] a idéia da "floresta em pé", que é a cobertura vegetal mais ou menos contínua, mantendo-se estruturalmente como floresta, mas depauperada de parte de sua fauna e flora. [...] Na verdade, a "floresta em pé" pode ser qualquer coisa, desde a floresta íntegra a uma mata depauperada, ou até mesmo um bosque de eucaliptos. [...] jargão "floresta em pé" é que ele tem um grande [...] efeito multiplicador no caldo de cultura pútrido que é o debate em torno da devastação/conservação da floresta amazônica” (SALM, 2007).

2. “ [...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós! ”.

Ao longo dos tempos a humanidade, em particular as mulheres, vem aprendendo gradativamente a conhecer e a manipular as plantas, em benefício da alimentação, saúde e do alívio dos problemas e males que afetam a vida e a saúde das pessoas. Esta herança cultural, provenientes dos povos da floresta, está diretamente ligada aos saberes que envolvem a manipulação das ervas e das cascarinas. Esses saberes e práticas vêm atravessando gerações com a ajuda da memória e da memorização desses conhecimentos pelos mais velhos, na sua grande maioria mulheres, que exercem a função de parteiras, benzedoras ou curandeiras: “[...] executam com naturalidade seu trabalho de pajelança [...] fazem remédios compostos de folhas, cascas e raízes de pau. Esses agentes históricos são, na maioria dos casos, os únicos “médicos” responsáveis pela saúde dos habitantes dos aglomerados rurais” (PINTO, 2004, p. 59).

Um dos grandes problemas que a população da região Tocantina e da Ilha de Juba enfrentam, é a falta de políticas públicas direcionada para a saúde da população local. A situação em relação à saúde da população ribeirinha, especialmente das mulheres tem algum tipo de ganho que vem de forma lenta. Porém, gradativamente ocorrem avanços na condição de vida, mudanças essas ocasionadas pelo acesso a educação e pela formação organizativa, ofertada por instituições³⁸ não governamental de classe, que em sua estrutura formativa também faziam a formação ambiental dessa população. O que contribuiu de forma significativa na melhoria da qualidade dos produtos extraídos da floresta, processados e comercializados (SIMONIAN, 2001).

Essas formas de interferência no mundo rural têm contribuído na formação social e política dos sujeitos da Ilha de Juba, aumentando o seu poder de interferência na sociedade e promovendo a melhoria na sua qualidade de vida.

³⁸ Ao referir-me as instituições não governamentais de classe, cito as que vêm fazendo o acompanhamento político, formativo educacional, técnico e sindical desta população da Região Tocantina. Entre a FETAGRI, Federação dos Agricultores do Estado do Pará e Amapá; STTR, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá; APACC, Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes; Centro Miriti, Centro de Assessoria as Mulheres; IPEDE, Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia; CART, Cooperativa Agrícola Resistência, entre outras. (Dados da Pesquisa – Amarílis Maria Farias da Silva – 2007).

2.1. As mulheres e a medicina popular.

As mulheres extrativistas do azeite de andiroba da localidade de Juba, utilizam o paneiro de costa para recolherem as sementes de andiroba, que estão espalhadas em baixo das andirobeiras e no entorno dela, assim como o utilizam para carregar mandioca, cacau, etc. É relevante valorizar e reconhecer, que elas mesmo tecem seus próprios paneiros, sejam eles de costa, comum ou as rasas³⁹ (COSTA, 2006, p. 232). O tempo e a prática diária de fabricação desses artesanatos dão a essas mulheres a habilidade e a sabedoria na produção de utensílios de uso cotidiano. Estes utensílios em tala são utilizados para armazenar produtos da medicina popular, como as semente de andiroba, plantar mudas de plantas, entre outras utilidades.

A tradição em relação ao cultivo e ao uso de plantas medicinais como: sementes, raízes, cascas, resinas, folhas e frutas que, ao serem retiradas da floresta, transformando-se em xaropes, garrafadas, chás, fomentações e emplastos para uso medicinal da família e da comunidade. Alguns desses produtos medicinais têm em sua composição o azeite de andiroba, óleo este extraído das sementes de andiroba.

A frase que dá título ao item “[...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós!” pertence a dona Ivanildes Garcia, moradora da Ilha de Juba, e marca uma das nossas conversas sobre os usos e benefícios do azeite de andiroba para as pessoas da sua localidade, em particular para as mulheres andirobeiras, que trabalham com remédio caseiro, xaropes, emplastos, na fabricação de sabão natural, produtos que tem como base o óleo de andiroba.

Esta prática de utilização do óleo de andiroba herdada das comunidades indígenas, também é misturado ao urucum (*Bixa orellana* L.), que fornece um corante natural, e dá a cor vermelha utilizado nas cerimônias de festa ou de guerra das tribos, funcionando como pintura natural, mais também como repelente contra insetos. A tribo dos índios Mundurucus utilizavam o óleo na cerimônia de mumificação das cabeças de

³⁹ Rasas são paneiros específicos, que depois de forrado com folhas de aninga, são utilizados para colocar o açúcar debulhado, destinado para a venda. Uma rasa equivale a uma lata de açúcar. Dados da Pesquisa – 2007.

seus inimigos. Já os índios da tribo Wayãpi e Palikur usam o óleo para retirarem carrapatos e piolhos (DERENJI, 2003); BOUFLEUER, 2004).

Ver-se que a andiroba possui em sua estrutura biológica substâncias medicinais importantes a saúde humana, fator que aumenta a sua procura e mantém a seu comércio na Amazônia. O processo de manufatura das sementes para extração do óleo de andiroba, tem sua origem demarcada na região do Tocantina, mas, especificamente, na cidade de Cametá-PA, na década de 70, onde o produto beneficiado era exportado para a Europa e Estados Unidos, a produção do óleo de andiroba chegou a alcançar 350 toneladas ao ano (SHANLEY, 1998; 2005), (BOUFLEUER, 2004). Contudo, não foi possível identificar ao certo os motivos, que contribuíram para a paralisação da exportação deste produto.

O que se sabe é que o azeite ou óleo de andiroba historicamente é utilizado pelas comunidades tradicionais extrativistas das Amazônias, no combate as doenças, em situações mais diversas como: em picadas de serpentes, escorpiões, abelhas, no combater a vermes, no tratamento de dores musculares, na artrite, contra o reumatismo, no combate a resfriados, na terapia para expelir a secreção mucosa provocada pela gripe, tosse.

O uso de remédio caseiro pela comunidade pesquisada tem demonstrado que o valor farmacológico dessas plantas não vem em primeiro lugar, o que aparece com importância central, é o saber que as pessoas que manipulam esse produto têm. A medicina popular, cabocla, que utiliza as plantas medicinais, reconstitui a memória, o saber e as práticas (CERTEAU, 2003) das mulheres andirobeiras, redescobrimo-as e valorizando-as como elemento básico e fundamental no processo de manutenção de suas raízes culturais.

2.2. Aparar criança um dos saberes da mulher andirobeira.

Pinto, no livro *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*, analisa as condições de vida e de saúde das mulheres rurais do povoado de Umarizal, comunidade de remanescentes de quilombo, situada no nordeste paraense, na região do baixo Tocantins, Município de Baião, traça um perfil de mulheres trabalhadoras rurais e se depara com a realidade vivenciada por elas, no que diz respeito, a distância entre a comunidade e a cidade, ocasionando uma espécie de isolamento. Além da precariedade em relação ao acesso e o completo abandono dessas mulheres pelo poder público, o que apenas contribui no aumento da pobreza e na exclusão delas. Na opinião da referida autora, a mulher, seja por um processo cultural, seja por um processo biológico, é atribuída à responsabilidade de gerar e gestar uma criança. Além, das atividades que giram em torno do cuidado e da sobrevivência da sua prole. Essa situação faz com que, as mulheres rurais, busquem alternativas para solucionar os seus problemas, na busca incessante pela sobrevivência de sua família (PINTO, 2004).

O fenômeno biológico da gravidez, que a grande maioria das mulheres vivencia, é marcado pelo ato de parir, de trazer ao mundo a sua cria, ou criança como chamamos. Este ato natural é bastante complexo na vida das mulheres, em especial aquelas de origem pobre pois, são elas as mais prejudicadas com a falta de políticas públicas de saúde para as mulheres, principalmente, aquelas que moram nas regiões mais distantes dos centros urbanos. A alternativa mais viável e acessível para essas mulheres, é o atendimento que elas recebem das parteiras tradicionais da localidade onde moram. A mulher na Amazônia possui um papel fundamental na estrutura social desta região (PINTO, 2001). Tal realidade fica expressa na fala de dona Maria do Carmo:

[...] eu tinha 18 anos, tava casada de nova; uma noite nós ouvimos aqueles gritos, pedindo socorro, era a vizinha da frente, lá do outro lado do rio. Ela era mulher solteira, e tava já no preparo do parto, mas a criança tava

de pé. Aí eu pedi pro meu marido pra ir lá ajudar, ele me perguntou o que eu ia fazer? Vou ajudar, eu disse! Nem que seja com um chá. Aí eu fui, Lá eu puxei as cadeiras dela, puxei a barriga e fui ajeitando a criança, agente ia rezando pra tudo dá certo. Até que graças a Deus a criança nasceu. Daí em diante a mulherada pegou confiança em mim e me chamavam para fazer o parto dos filhos delas. Eu perdi a conta de quantas crianças eu peguei nesses anos como parteira.

A entrevistada, expressa em sua fala o cotidiano, das mulheres da zona rural, solidárias, audaciosas, corajosas, guerreiras. Mesmo com tantas atribuições e responsabilidades, algumas mulheres não restringem ao ato de gerar, gestar e parir uma criança. Elas vão muito além disso, é o caso das mulheres que exercem a função de parteiras curiosas, grávidas de saberes e práticas da vida cotidiana. Atividade esta é desenvolvida em todo o Brasil e Amazônia, principalmente nas localidades longínquas e de difícil acesso.

Em entrevista dada a revista ISTO É (2002), o fotógrafo italiano Giuseppe Bizzarri, registrou a lida das parteiras no Amapá e a importância dessa prática e dessas mulheres na vida dos interiores do Estado e do Brasil. Nesta mesma reportagem, Giuseppe Bizzarri utiliza os dados fornecidos pelo Governo do Estado do Amapá para dizer que 18%, das crianças nascidas no Brasil, são assistidas por parteiras curiosas, e estima-se ainda, que sejam em torno de 40 mil mulheres que exercem essa função, as quais estão distribuídas entre as regiões norte e nordeste. Dentro desta estatística estão às três parteiras da comunidade da Ilha de Juba, mulheres muito respeitadas e queridas pelos moradores da localidade (PINTO, 2001).

A pesquisa constatou que das 48 pessoas entrevistadas, somente uma havia nascido no hospital, que fica na sede do município. O restante dos entrevistados afirmaram ter nascido em casa com a presença de uma parteira, entre elas, dona Maria do Carmo, que relata o seu nascimento e justifica a sua escolha de tornar-se uma parteira:

[...] teve muita dificuldade no meu parto, [...] naquele tempo era só parteira, que puxava, ajeitava a criança e eu me lembro que minha mãe contou que foi muito ruim o parto, porque eu tava de lado e a parteira não

tinha prática de meter a mão na barriga, como agora agente já tem, agente ajeita na hora, pra nascer rápido [...] e aí por ela não ter prática, [...] varou primeiro o meu braço, [...] os velhos antigos tem sempre aquele dizer, há! Nasceu primeiro o braço, porque alguma coisa ela vai ser, quem sabe ela não vai ser parteira, porque olha nasceu primeiro o braço.

Podemos abstrair da fala da entrevistada, que o ato de fazer vir ao mundo outras pessoas é visto pelos velhos e velhas da comunidade, como uma escolha divina. Uma escolha que independe da vontade do ser que nasce. Assim, as mulheres escolhidas, aceitam essa escolha do cosmo e passam a criar laços míticos e mágicos com a natureza, estabelecendo uma espécie de elo com os moradores da comunidade onde moram. Para Pinto, as mulheres parteiras são,

[...] detentoras de força, saber e poder. Qualidades estas que não aparecem pura e simplesmente, mas que resultam de práticas desenvolvidas no cotidiano e do desafio de assumir o destino de vidas – tanto das parturientes como de seus filhos – nas condições tão difíceis em que a maioria dos casos se enquadram. Suas funções de parteiras se encontram envolta em práticas místicas, que acabam por transformá-las simbolicamente numa espécie de “mulheres anjos”, guardiãs de saberes e poderes ocultos, capazes de decifrar, desafiando até em certos momentos teorias modernas da medicina (PINTO, 2001, p. 325).

As parteiras são como guardiãs dos ritos referentes a todo o universo do nascimento e estão sempre prontas e alertas para socorrer as parturientes que delas necessitam, nesta hora tão delicada e mágica para os seres humanos (idem, 2001). Um fator fundamental na relação entre parteiras e parturientes é a confiança, peça indispensável para que o momento do nascimento do bebê aconteça de forma tranqüila e segura, para mãe e filho. Durante o ritual do parto, as parteiras preparam as parturientes para o grande momento, o nascimento. Neste momento segundo (Giuseppe Bizzari, Apud, ISTO É, 2002, p. 48),

[...] Ela [parteira] massageiam a barriga [das parturientes com óleo de andiroba] para aliviar as dores e mexem no bebê para posicioná-lo, [...] o intuito, o tato e as rezas são o eu arsenal. Tudo roda entre ação e fé. A tranquilidade com que cuidam de suas buchudas impressiona.

O azeite de andiroba exerce um papel muito importante no cenário do nascimento do bebê, pois é utilizado pelas parteiras para puxar a barriga das parturientes e colocar seus filhos na posição certa para nascer. Para a parteira dona Maíde, “[...] o óleo de andiroba é usado para queimar o umbigo do bebê, evitando hemorragia e doenças”. Assim, o azeite de andiroba, tem a função de esterilizar o umbigo da criança, evitando assim, a entrada dos germes e outros micróbios oportunistas, que possam causar dano à saúde do recém nascido, (PINTO, 2004; BOUFLEUER, 2004; SHANLEY, 2005).

Segundo os dados da pesquisa e os relatos, tanto das parteiras, quanto das mulheres assistidas da localidade de Juba, não há um pagamento ou valor específico para este trabalho, a cliente ou seu marido, costumam remunerar ou até gratificar as parteiras de acordo com suas posses. A relação estabelecida entre as parte envolvidas é construída a partir de uma base de solidariedade, amizade e confiança, onde na maioria das vezes, as parteiras, chegam a passar oito dias na casa da mulheres atendidas, a fim de poder fornecer, principalmente, nos primeiros dias, todo o apoio e o cuidado necessário. Nestes dias, a parteira faz remédios caseiros que devem ser utilizados, durante os quarenta e cinco dias, período em que a mulher está de resguardo. Neste período segundo Pinto,

[...] a mulher toma remédios caseiros, “as temperadas” ou garrafadas à base de folhas de salva, casca de barbatimão, verônica, jucá, mel de abelha e vinho, receitados e feitos pelas parteiras, indicados para “arreiá o resto de parto”, purificar o útero da mulher, além de serem ótimo “fortificantes pra repor as energias perdidas e curar anemias”. Durante esse período, a parteira recomenda que sua cliente se afaste das atividades cotidianas como os trabalhos domésticos e da roça, assim como encher água no rio e varrer casa. Deve se abster também de relações sexuais e de certos tipos de alimentação e fruta (PINTO, 2001, p. 329).

Ao contrário da realidade vivenciada pela mulheres da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal, onde as parteiras herdaram o ofício de partejar da geração anterior, através de dom. A presente pesquisa, na Ilha de Juba, revelou que o saber de “pegar criança” , é um ofício que nem todas as mulheres, que exercem a função de parteira tradicional aprenderam com suas avós ou mães este ofício. Situação ilustrada por três mulheres que fizeram parte desse estudo. Dona Maíde, ainda lembra os momentos de formação que recebeu através da Igreja Católica em parceria com o Hospital e Maternidade Santa Luíza de Marilac de Cametá:

[...] olhe veio um pessoal da Holanda dá um curso pra nós na cidade de Cametá, agente ía pra cidade todo dia, lá no Hospital Marilac, agente estudava de manhã e de tarde. Eu me formei, peguei o meu certificado de parteira; Eu gosto do meu trabalho; Eu não tenho o dom! Eu aprendi a ser parteira, me deram livros, eu estudei. Eu atendo nas ilhas: Tem Tem, Mutuacá, Marinteua, Pacuí, Brum, Jurubatuba e aqui no Juba.

Estes saberes e estas práticas cotidianas que envolvem as mulheres parteiras, andirobeiras e extrativistas do Juba, são construídos e constituídos cotidianamente nas relações com a natureza e com a sociedade, ao longo dos anos, sempre na luta constante pela sobrevivência e manutenção de suas família, da comunidade, de saberes e das práticas, os quais representam a fonte primeira de sobrevivência para as populações ribeirinhas.

3. Mulheres, Natureza e História.

3.1. As mulheres e suas relações com a natureza.

As relações entre as mulheres e a natureza vêm de muito tempo atrás, pois foram elas que descobriram através da observação e do contato com o ambiente onde viviam, os ciclos da natureza. Ciclos estes que, na sua grande maioria, eram relacionados ou até comparados ao ciclo natural que o seu corpo sofria. Esta relação vem sendo constituída ao longo dos anos da história da humanidade aonde as mulheres vêm a cada dia, e de forma gradativa, desenvolvendo uma relação diferenciada com a natureza em comparação aos homens (ANGELIN, 2006).

Segundo a mitologia grega, o universo foi criado pela Grande Mãe, a qual seria Gaia, a primeira dá origem à Mãe Terra. Esta idéia, também era aceita e discriminada por outras religiões consideradas pagãs, como é o caso das civilizações Celtas e Vikings, as quais estabeleciam uma relação de proximidade com a natureza, pois acreditavam que as mulheres, assim como, a “Mãe Terra”, tinham o poder da fertilidade. Esta crença era bem mais forte na sociedade celta, onde as mulheres eram tidas como seres invulneráveis, de grande inteligência, que detinham o poder de verdadeiras guerreiras e líderes de suas nações. Já na religião católica, essa crença era considerada pagã. Portanto, vem daí o processo de distanciamento da mulher com a natureza, a qual passa a perder a sua evidência e importância social, deixando de ser a protagonista, para assumir um papel de coadjuvante, que é o caso de Maria, mãe do filho de Deus e intermediária entre Deus e a humanidade (idem, 2006).

O processo de posse e de subordinação das mulheres surgiu muito antes do sistema capitalista. Historicamente, esse processo tem início desde que os povos deixaram de ser nômades e passaram a utilizar a divisão social do trabalho como forma de organização. Este tipo de controle social fez com que as mulheres ficassem mais atreladas às atividades e preocupações do lar e dos filhos, enquanto que os homens ficassem ocupados com as atividades externas ao lar, como as caçadas, por serem a eles

atribuídos, na maioria das vezes, maior força física. Com esta divisão das atividades por gênero, as mulheres passaram a ter uma relação de proximidade maior com a natureza. Foi então que, ao longo dos anos de observação, elas descobriram a agricultura e passassem a domesticar alguns animais de pequeno porte, (op.cit. ,2006).

Neste cenário de descobertas, o homem passa a questionar o seu papel no processo da reprodução, passando a estabelecer o processo de identificação dos filhos que considerava seus, e com este comportamento, o homem passa garantir a sua descendência, os seus herdeiros. Este comportamento, sem dúvida, vai dar início ao processo de controle sobre o corpo da mulher, fato este que irá contribuir de forma decisiva para mantê-las dentro de relacionamento monogâmico, patriarcal, na esfera do lar e cuidando dos filhos, das pessoas doentes e idosas, além de cuidarem das atividades relacionadas a casa (op.cit. ,2006).

A tarefa das mulheres em relação à reprodução e a vida doméstica, assim como, toda a responsabilidade em torno da alimentação e da saúde dos membros da família, ocasionou o processo de aproximação das mulheres com a natureza. Em muitas culturas as mulheres são as principais responsáveis pela conservação da biodiversidade. Assim, as mulheres dão uma importante contribuição para o equilíbrio do meio ambiente, pois representam um fator essencial para a qualidade de vida da família. Uma vez, que reconhecem a natureza como fonte de vida que precisa ser cuidada e preservada.

As antigas populações que habitavam a região amazônica foram bastante observadoras e atentas com a fauna e flora da região, denominada de Amazônia. As quais, eram constantemente observadas pelos europeus desde o processo de colonização das terras brasileiras, época em que não passavam despercebidos seus conhecimentos em relação a floresta e os perigos nela existentes, principalmente, no período chuvoso, quando há uma grande proliferação de insetos, mosquitos, cobras (DERENJI, 2003). Índios, caboclos e mestiços, ao conhecerem de forma singular os mistérios da floresta, se desentavam da mistura de alguns óleos vegetais, associados a tintas naturais, e conseguiam se livrar das picadas dos mosquitos e de outros insetos.

Portanto, para Reis, a responsabilidade de fazer o processo de identificação das espécies de plantas na floresta deveria ser atribuída aos povos oriundos

das matas. Pois, a eles cabia exercer esta atividade com precisão, competência e sabedoria:

[...] a identificação das espécies amazônicas que deveriam ser colhidas na floresta, o negro africano não era a mão-de-obra indicada. Essa [atividade] devia ser solicitada aos contingentes da bugrada local, [...] ninguém como eles para identificar as espécies vegetais, indicando-as e apanhando-as com solicitude e na época própria (REIS, 1961, p.340).

Os povos da floresta tiveram uma importante contribuição no processo de descoberta dos cientistas naturalistas, que andaram por várias partes do território brasileiro em busca de respostas para as suas investigações sobre o potencial da fauna e da flora da Amazônia brasileira. Na concepção de Moreira, “[...] a habilidade dos nativos para se orientarem dentro da floresta era um ponto que despertava a admiração dos naturalistas, e da qual eles dependiam às vezes para a sua sobrevivência” (MOREIRA, 2007: 47).

Estudos sobre a história do Brasil, tem comprovado, que o território brasileiro foi intenso e gravemente explorado pelos europeus, desde o Brasil Colônia ao século XX, através das atividades econômicas da cana de açúcar, da mineração, do café, da borracha, como enfatiza Martinez, que o “[...] traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, [foi] o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra, o desbaratamento de um capital” (CAIO PRADO JÚNIOR apud MARTINEZ, 2006, p. 27). Neste contexto, as relações estabelecidas com a natureza como um todo, estiveram marcadas por uma conduta de geração de riqueza, que custou a vida de milhares índios e índias e a perda de muitas espécies florestais e animais.

Este comportamento desrespeitoso como a natureza, gerou estudos científico em diversas áreas do conhecimento, passando a despertar novos olhares e criar questionamentos, somente a partir do registro de Edmund Burke na sua obra *Reflexões sobre a revolução em França*, na última década do século XVIII, onde começa a se levantar os primeiros questionamentos a cerca do verdadeiro papel do homem na natureza e de sua relação com outras espécies nela existente. Esse sentimento

de dúvida e questionamento ganha força com o nascer da modernidade, que passa a discutir a relação que o homem exerce com o seu ambiente natural. Esses questionamentos sobre homem e natureza ganharam aliados importantes como: Darwin, através de seus estudos e de sua obra “Origem das espécies” de 1859, e as teorias do botânico e naturalista Lineu, responsável pela catalogação de diversas espécies. Assim, somente a partir dessas discussões e com o importante papel desempenhado pelas ciências naturais, sobre esta problemática relacionada à natureza, é que podemos entender esta discussão sobre o homens e mulheres e suas relação com o meio natural ao qual estão inseridos (Edmund Burke, Apud, COSTA, 2006).

Esta consciência em relação à natureza, ganha a cada dia novos adeptos, e começa a fomentar novos olhares e intensos debates sobre a temática, podemos evidenciar esta realidade, a partir do relatos de um dos moradores da Ilha lócus deste estudo, quando diz:

[...] Ela [a natureza] é muito importante, cada árvore da floresta tem uma importância muito grande para nós, [...] até o mututi, serve para fazer lenha, é muito importante sim! (José Prestes, Ilha de Juba, 2007).

[...] agente tira andiroba, maú, esteio pra fazer casa, tira a árvore de andiroba pra assoalhar a casa; a andiroba joga o azeite [sementes], agente ajunta, coze pra tirar o óleo pra vender (Maria Maíde, Ilha de Juba, 2009).

Estas falas refletem uma realidade determinante e a cada dia presente, a qual, busca nortear a relação dos moradores da localidade de Juba com a natureza, a qual representa para eles, sobrevivência, base de sustento material e sobretudo fonte de vida ou seja infra-estrutura, de onde os mesmos extraem os recursos naturais necessários para o sustento alimentar, econômico, medicinal e cultural de suas famílias. Como diria Wollf, “[...] diversas espécies vegetais são usadas para a alimentação; remédios; construção de casas; [...] cestos e outros utensílios; combustível” (WOLFF,1999, p.172).

Esta utilização dos recursos naturais faz parte de todo um acúmulo de vivências, de saberes e de práticas culturais, pertencentes aos povos da floresta (índios,

caboclos, mestiços e negros das Amazônias), que se utilizam desses saberes e dessas práticas, adquiridas com seus antepassados, para garantir a sobrevivência de suas famílias e de sua comunidade. As comunidades tradicionais constroem seus saberes e suas práticas de vida de forma cotidiana e constante, onde “ [...] este saber se faz de muitos momentos e de muitas coisas heterogêneas. É uma memória, cujos conhecimentos não se podem separar dos tempos de sua aquisição e vão desafiando as singularidades” (CERTEAU, 2003, p. 157-158).

A natureza para os sujeitos locais, se constitui como uma relação de extensão, que vai para além de sua casas, de suas cozinhas, de suas religiosidades, de sua vida (individual e coletiva), uma vez que, a floresta, o rio, os igarapés, as marés, a formação e coloração das nuvens (a força do vento e a brisa da tarde), as informações sobre o tempo (chuvas e as estiagens), fornecem informações, saberes e conhecimentos importantes e imprescindíveis a esses sujeitos ribeirinhos. Esta relação pode ser identificada na fala de José Prestes, quando afirma: “[...] é daí [natureza] que eu tiro [...] meu sustento, nossa andiroba, nosso açaí, a ucúba e as cascas do pau, que a gente tira quando está doente”

Não resta dúvida de que o ribeirinho estabelece uma relação de pertencimento que, ao mesmo tempo, pode representar uma espécie de posse em relação à floresta, ao rio, aos lagos e aos igarapés. A natureza representa para esses sujeitos a dispensa das suas casas e a possibilidade real de reserva alimentar e sustentação financeira da família e da comunidade onde vivem e criam seus filhos e animais. É da floresta que os moradores da Ilha retiram os recursos naturais necessários, como é o caso do açaí, do cacau, da castanha do Brasil, da andiroba, da tala para tecer os paneiros, das folhas de aninga, que serviram para forar os paneiros que receberam posteriormente açaí debulhado⁴⁰.

Nos territórios das comunidades tradicionais⁴¹ do campo, como é o caso dos quilombolas, das mulheres parteiras, das extrativistas do óleo de andiroba, das

⁴⁰ Debulhar, ação de extrair os caroços de açaí dos talos que compõem o cacho da fruta, esta atividade é executada ainda ao pé do açazeiro, para que os cachos sem os caroços fiquem em baixo da palmeira para servir-lhe de adubo orgânico (Marinaldo Teles, 2007).

⁴¹ Segundo Caldart, comunidades tradicionais “[...] São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de

pescadoras artesanais, dos mateiros, “[...] o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorpora-se no imaginário [e nas suas memórias], recodificando experiências”. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 29). Uma dessas experiências está associada aos saberes que o ribeirinho herdou de seus antepassados em relação ao rio, ao movimento das marés. Saberes esses repassados de maneira informal aos filhos, geralmente pais e filhos fazem esse processo de socialização desses conhecimentos, como por exemplo: um banho no rio. Este é um comportamento tipicamente dos habitantes das comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas, como o banho de rio⁴². Prática, que herdada dos índios, é utilizada até hoje pelos moradores de comunidades que vivem às margens de rios, como é o caso dos moradores da Ilha de Juba. Este momento é muito importante para a família, porque se configura em um momento de encontro, de conversas, de ensinamentos, de descobertas, de repasse de informação, de higiene pessoal, de intimidade com a natureza, e, fundamentalmente, de prazer e de lazer da família. Segundo Munduruku,

“ Todo aprendizado de respeito à natureza é transmitido desde o nascimento. A criança vem sendo introduzida no convívio social ao longo dos momentos marcantes de seu processo de crescimento. Até mesmo no ato de ouvir uma história narrada por um velho da aldeia, a criança está aprendendo como deve ser seu relacionamento com a natureza. (Munduruku, 2002 apud MORAES, 2007),”

A relação de homens e mulheres das sociedades tradicionais da Amazônia com a natureza começa desde cedo, pelos laços e braços da família, sendo estas relações incessantemente (re) construídas, ensinadas e aprendidas, sobretudo, em seus espaços geográficos naturais, sociais, culturais e históricos.

olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas: diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas” (CALDART, 2002:30).

⁴² “[...] os índios e os mestiços que vivem metidos na água dos rios que chamam de igarapés. [...] Só os índios não têm medo e se sabia que nos seus lugares, [...] costumavam se banhar juntos, homens e mulheres, crianças de todas as idades” (DERENJI, 2003:86 – 86).

Outra prática que as comunidades ribeirinhas desenvolveram e mantêm até os dias atuais, está realacionada ao cultivo de algumas plantas, seja para uso medicinal, seja para o consumo alimentar da família. A horta suspensa ou jirau (cantateiro como é chamado pela comunidade), é uma prática bastante comum na localidade ribeirinha da Ilha de Juba, uma vez que o terreno onde as famílias estão situadas fica completamente submerso na grande maioria dos meses do ano. Portanto, a horta suspensa funciona como uma alternativa viável para os moradores poderem cultivar suas verduras e plantas medicinais. Para dona Maria Maíde a horta suspensa tem importância fundamental tanto para a economia da família, quanto na nutrição e saúde dos seus familiares,

[...] depois que casei, eu pensei, eu teve filho eu pensei assim, eu tenho que cuidar da minha casa, vou fazer uma horta, plantar minha verdura, porque o pouco de comida que eu arranje, eu misturo com a verdura e dá pra eu dá alimentação confortável pros meus filhos.[...] eu planto feijão verde, pimentinha cheirosa, couve, cebolinha, berinjela, maxixe, mamão. [...] assim como eu planto as minhas verduras, eu também tenho a minha horta de remédio caseiro, eu planto ortiga, tenho ortelanzinho, trevinho de criança, vergamorta, esturaque. [...] eu não tenho criança pequena, mas minha filha tem, quando eles adoecem, eu vou lá no quintal, tiro folhas pra fazer remédios pra eles.

Podemos observar na imagem 05 a seguir, como os moradores locais, constróem uma horta suspensa ou jirau de plantas, como são comumente chamadas pelas famílias locais, a qual possui duas finalidades fundamentais para as famílias. A primeira, está diretamente relacionada a dieta alimentar; e a segunda destina-se a farmácia natural, de onde é cultivado e retirado alguns remédios utilizados cotidianamente pela família.

No espaço da horta, os sujeitos da comunidade cultivam plantas medicinais como: mastruz, aruda, alecrim, pirarucu, alfavaca entre outras. Mas também, cultivam plantas que irão fazer parte da dieta alimentar da sua família como: mamão,

cebolinha (*Allium schoenoprasum*), caruru (*Talium esculentum*), maxixe (*Cucumis anguria*), couve (*Brassica oleracea var. acephala*) (COSTA, 2006).

A imagem 05, nos permite inferir que o ribeirão se utiliza de todos os recursos naturais que o circunda, fornecidos pela floresta de várzea, para construir a horta suspensa. Esta é constantemente cultivada entre uma casa e outra, para facilitar o processo de socialização dos seus produtos entre os vizinhos, como uma forma de solidariedade. Nota-se ainda que na construção da passarela que dá acesso a outros lugares, foi utilizado apenas a madeira do açazeiro, denominada na região como paxiba.

Desta forma, observou-se durante a presente pesquisa que em casas, como a da entrevistada Socorro Teles, moradora da Ilha de Juba, as hortas (de plantas medicinais e verduras da dieta alimentar), são contruídas com material totalmente reaproveitado da natureza, tendo como estrutura, a madeira de açáí (a paxiba). Ao ser feito o processo de manejo dos açazais, alguns pés de açazeiros são retirados, por não produzirem mais, ou porque apresentam algum tipo de deficiência. Eles são utilizados ou reaproveitados pela comunidade, tanto para se retirar o palmito, como o caule do açazeiro, transformando-o em madeira utilizada na construção de pontes, assoalhos, jiraus, curral para os animais, banheiro da família, e também servem de base que dão estrutura as hortas.

A pesquisa também identificou a presença de outras plantas frutíferas nas propriedades visitadas na localidade entre elas está: os pés de mangueiras, de qualidades diferentes, cacau, açáí, café, pés de aração, ingá de metro, jambeiros, buritizeiros, entre outras frutas. Toda essa variedade frutífera, contribui para a nutrição do povo ribeirão, além de serem utilizadas como complemento na renda da família.



Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açaí para construir pequenas pontes. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Destaca-se que o açaizeiro, uma planta nativa da região amazônica, é de fundamental importância para as comunidades ribeirinhas. Além de fornecer o alimento e a madeira, também é o produto básico na composição do adubo natural, já que transforma-se em matéria-prima que nutre as hortas. Este adubo natural é feito a partir da mistura do carroço e da madeira podre [envelhecida] do açaizeiro, misturado com terra preta, folhas secas e restos de casca de pau, que ajuda fertilizar a terra na expectativa de produzir de forma saudável os alimentos que os habitantes da comunidade vão consumir.



Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açaizeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

No que concerne a construção, a funcionalidade e a estrutura da passarela ou ponte feita da madeira (ou caule] do açaizeiro, foi observado que na estrutura desta não se utiliza pregos. As mesmas são construídas no terreiro (quintal) das casas, geralmente em terreno de várzea, onde as toras (ou estacas) são afincadas. Depois abre-se espaços na madeira para que a mesma possa ser encaixada a outras estruturas que compõe a passarela. Para dá firmeza às pontes ou passarelas, alguns moradores utilizam cipó e até corda para amarrar a paxiba (lasca do caule do açaizeiro). Essa estrutura, também denominada de estiva na localidade, é muito importante para a comunidade, pois funciona como um elo de ligação entre as casas de familiares e a casa dos vizinhos mais próximos.

É importante ressaltar que o acesso das pessoas às casas de parentes e vizinhos, por meio das passarelas, facilita a vida dos moradores da localidade de Juba, pois diminui não só a distância entre as casas, mas também entre os habitantes locais.

Uma vez que, sem elas, o acesso às casas só seria possível através de barco e casco, devido a dificuldade de locomoção dos ribeirinhos.

Portanto, conforme afirmam as pessoas entrevistadas, após a feitura das passarelas, se tornou possível socorrer mais rapidamente uma pessoa que precise de ajuda no meio da noite. Além de oferecer às crianças outro espaço de locomoção e lazer, pois elas elaboram vários tipos de brincadeiras sobre as passarelas, inclusive brincam de pira⁴³. Outra vantagem desse sistema de locomoção/comunicação, que a comunidade criou, é a facilidade que os moradores passam a ter para fazer o embarque rápido nas rabeta, uma vez que as mesmas ficam presas a essas passarelas. Portanto, se for preciso sair no meio da noite, em caso de emergência ou, mesmo, em dias de viagem programada para a sede do município, não será preciso ir até a ponte, basta descer pela passarela e já vai está dentro do transporte.

Tanto as pontes ou passarelas, quanto as horta suspensas, são artimanhas, práticas e saberes utilizados por homens e mulheres ribeirinhos, na convivência e na forma de utilização dos recursos ambientais, os quais, apropriam-se do espaço territorial que ocupam para criar e recriar as paisagens geográficas e culturais onde vivem, por meio da utilização dos recursos naturais, garantindo a segurança alimentar de sua comunidade.

Seguindo este viés, diversas famílias ribeirinhas e extrativistas adotam um novo comportamento para criar uma fonte financeira alternativa para família, através de criatórios de peixes consociada à plantação de açazeiro, dois dos elementos fundamentais da dieta do ribeirinho (SIMONIAN, 2001). Trata-se da construção de tanques para a criação de peixes em cativeiro, como tambaqui e tilápia, que apresentam maior resistência ao processo de criação em cativeiro. Esta criação surgiu devido a falta de peixe nos rios, provocada pelo impacto ambiental, provenientes da implantação da usina hidroelétrica de Tucuruí. A partir de então, as comunidades ribeirinhas com a

⁴³ A brincadeira de pira é uma brincadeira que acontece tanto dentro, quanto fora da água. Esta atividade lúdica envolve várias crianças, onde apenas uma delas é escolhida pra ser a mãe. O papel da mãe é achar ou pegar outro integrante da brincadeira para ocupar o seu lugar. A regra dessa brincadeira é simples, todos os brincantes tem que tocar a mão em um lugar estratégico, escolhido pelos envolvidos na brincadeira, aquela criança que não conseguir tocar no lugar escolhido e for pego pela criança que representa a mãe, perde sua liberdade e passa a ocupar o lugar da mãe. – Dados da Pesquisa de Campo, 2009 – Ilha de Juba, Cametá/PA.

ajuda de instituições não-governamentais, como a APACC, passaram a investir na criação de peixe e camarão em cativeiro.



Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Os tanques são cavados no interior das ilhas, na parte mais alta, e a terra retirada da escavação é utilizada para fazer uma espécie de muro lateral, servindo de barreira de proteção, contribuindo para contenção da água do rio no período do inverno e da maré alta. Para que essa barreira não se desfaça em contato com a água, os moradores plantam algumas árvores e verduras nas laterais, de maneira que a terra tenha mais sustentação com as raízes das plantas e resista a presença constante da água. Menciona-se que a construção de tanques desta natureza está presente em outras localidades do município de Cametá, que tem nesta atividade uma renda a mais para o sustento da família e garantir a segurança alimentar das famílias envolvidas neste empreendimento.

Portanto, os saberes singulares e múltiplos, para o uso das matas das águas e dos territórios, estão cheios de imagens e de representações sociais, culturais, ambientais e ecológicas. São saberes também vivenciados pelas mulheres andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, e atravessam as suas práticas do dia-a-dia em comum acordo com as relações que elas estabelecem com a natureza. Tal realidade pode ser constatada no relato de dona Maria Benedita, habitante da localidade de Juba quando esta descreve o processo de retirada do azeite de andiroba, historicamente vivenciado pelas mulheres jubenses:

A gente vai pro mato para juntar as sementes que estão debaixo das árvores e traz no paneiro de costa, [...] espera a água crescer, trás no casco para poder [...], tirar o óleo. [Depois desse processo, a moradora] bota para cuzer, espera quarenta dias, retira da casca a massa; [a massa é o conteúdo interno da semente de andiroba], se ela não tiver no ponto de escorrer o óleo, a gente deixa no paneiro pega algumas folhas e coloca de fusão no paneiro até ela brilhar. Quando estiver brilhossinha, a gente coloca na tábua para amassar, para ela escorrer aquele azeite.

Segundo Fonseca, as memórias e os relatos são tecidos, nas histórias orais, cotidianas, com o firme propósito de “reconstruir a história através de suas múltiplas versões, captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do próprio co-autor da história – o depoente” (FONSECA, 2000, p.152), . Os relatos, as falas, as histórias orais, suas vivências e suas práticas socioculturais, assim como, suas narrativas, são eivadas das memórias dos velhos e das velhas pertencentes às sociedades camponesas, constituindo-se em história oral:

“ [...] é indiscutível a relevância dos relatos, como base da problematização, da compreensão e da apreensão dos significados e dos sentidos das narrativas das sociedades tradicionais do campo, produzidas coladas aos saberes imbricados de suas práticas de vivências e de convivências sociais, culturais, étnicas, ambientais, éticas, estéticas e de trabalho: [...] O relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz. Pode-se portanto compreendê-lo ao entrar na dança” (CERTEAU, 2003, p.156).

Desta forma, os saberes singulares e diversificados acerca das matas, das águas e dos territórios estão povoados, impregnados de imagens e de representações sociais, culturais, ambientais e ecológicas. São saberes vivenciados pelas mulheres andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, as quais perpassam suas práticas cotidianas, em comum acordo com as relações que estabelecem com a natureza. Para Rute Teles, moradora da ilha de Juba, o processo de interação do homem com a natureza ocorre quando o homem ou a mulher se sente parte dela, “[...] a água tem muita importância porque sem o rio como era que agente ia viver, eu preciso muito dele, pois vou de casco para aula”. Fica claro, na fala desta entrevistada, o nível de importância e de dependência da população ribeirinha com os recursos naturais. Portanto, a sobrevivência dos saberes significa a fonte de suas práticas cotidianas e de suas vivências.

As histórias e memórias acerca de tais saberes permeiam o universo das aprendizagens, das práticas, consolidadas no dia-a-dia das comunidades campesinas amazônicas. E a vivacidade da relação mútua que os seus habitantes estabelecem com os elementos integrantes da natureza, como a fauna e a flora, os tira da névoa do esquecimento, tornando audíveis e visíveis mediante os relatos, os discursos, as linguagens, as falas, isto é, as histórias de vida destas comunidades, dando significado às suas vidas, às suas práticas e, por conseguinte, às suas vivências (BOSI, 2004). A história oral vai a construção, a constituição e a apreensão significativa das teias da vida, das vozes e das memórias das pessoas da comunidade, na sua maioria, velhos e velhas guardiãs (ões) dos saberes e das práticas da vivência cotidiana.

4. Da árvore ao azeite: as andirobeiras e processo de coleta e extração do azeite de andiroba na Ilha de Juba.

4.1. Andiroba: origem e incidência na Amazônia.

A andiroba ou (*Carapa guianensis*), recebe outras denominações no Brasil, como: andirobeira, andiroba-branca, andiroba-vermelha, andirobinha, andiroba-do-igapó, carapa, jandiroba, penaiba. Podendo ainda ser encontrada no Suriname, Peru, Paraguai e as ilhas do Caribe. Podendo ainda ser encontrada em outros países e receber outras denominações como é o caso de Cuba onde recebe o nome de *najesi*, América Central (cedro-macho), estendendo-se por alguns países da América Latina, entre eles destacam-se a Colômbia (*huino/masábalo*), Guiana Francesa e Venezuela (*krappa*, *crappo* ou *carapa*), (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL,2004).

Os pés de andiroba são de origem nativa em todos os países citados, tendo sua presença em toda a região compreendida como bacia Amazônica, onde as florestas possuem característica diferenciadas, existindo as florestas de terra firme e as florestas inundadas (na maior parte do tempo), que é o caso dos igapós, das várzeas, dos rios, afluentes e dos manguezais.

Assim, cabe a ressaltar que a árvore de andiroba tem maior incidência nas áreas de várzea, chegando a atingir uma altura bem maior que as encontradas nas florestas de terra firme, (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL,2004), (SHANLEY,1998), (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003). Percebe-se também que a presença desta árvore em locais diferentes dá-se em virtude do ir e vir das marés. Esta distribuição geográfica, tanto leva as sementes de andiroba de um lugar a outro, quanto trazem de outros lugares, uma vez que as sementes flutuam com facilidade sobre as águas, aumentando, portanto, a disseminação dessa espécie florestal.

A andiroba é um arbusto de grande porte, chegando a medir aproximadamente 30 metros de altura. Possui uma copa de tamanho médio, com galhos retos e com folhas grandes, algumas delas chegando a medir geralmente entre 50 e 75

cm de comprimento. Seu caule é recoberto por uma casca grossa e amarga, de coloração avermelhada ou branca⁴⁴, bastante utilizada na medicina popular como vermífugo, em algumas localidades da Amazônia, como é o caso da ilha de Juba.

A árvore andiroba apresenta uma grande copa, com galhos eretos e todo preenchido por folhas, revelando uma imagem majestosa dessa espécie florestal. A madeira desta planta é de alta qualidade, perdendo apenas para o mogno no mercado madeireiro. Sua estrutura física é mais dura e bem mais pesada, possuindo grande resistência ao ataque de cupins e outros insetos, porém, não tem grande resistência à umidade (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL,2004).

A floração e a frutificação da andiroba acontecem de forma diferenciada em cada Estado ou região da Amazônia. Podemos observar que em algumas regiões do Estado do Pará como a região leste, as andirobeiras floram entre os meses de Agosto a Outubro, tendo seus frutos maduros nos meses de Janeiro a Abril (SHANLEY, 1998), (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL,2003).

⁴⁴ “[...] A madeira vermelha vem da terra firme e é de melhor qualidade que a madeira branca, que vem de áreas alagadas (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2004)”.



Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Planta de andiroba possui um fruto em formato de cápsula com 4 valvas, de forma globosa ou sub-globosa, medindo geralmente entre 5 e 11cm de diâmetro e pesando entre 90 e 540 g; cada fruto pode conter em seu interior cerca de 1 e 16 sementes (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003). As amêndoas de coloração marrom geralmente apresentam variações quanto a forma e ao tamanho; esta variação também pode interferir no peso das sementes, chegando algumas a pesar em torno de 10 e 70g e a medirem entre 1 e 6 cm de comprimento.

A partir dos autores (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003), foi possível entender a estrutura da Carapa guianensis, a qual possui raízes primárias, as quais são compridas, lenhosa e de maior resistência, podendo ser reconhecidas pela coloração marrom que apresentam, enquanto as raízes secundárias possuem uma estrutura bem mais fina, densas e de coloração castanho claro.



Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Na imagem 09 é possível se observar duas espécies de cápsulas naturais, onde ficam as amêndoas da Carapa guianensis. São nesses espaços de invólucros que as sementes de andiroba se desenvolvem, e após atingirem a maturação e o tamanho ideal, as cápsulas caem no chão, liberando as amêndoas ou sementes. Só então estas sementes

são recolhidas pelos ribeirinhos, ou consumidas pelos animais da floresta, como o porco do mato e a cutia. Um dado importante verificado durante a pesquisa, e que deve ressaltado aqui, é que as mulheres extrativistas do óleo de andiroba da região Tocantina, não observam atentamente ou dão pouca importância ao processo de floração da andirobeira. Porém, dão grande importância ao período em que as válvulas globosas caem, liberando as sementes no chão.

4.2. A coleta das sementes de andiroba na Ilha de Juba.

Na ilha de Juba, no município de Cametá, a coleta da semente da andirobeira é feita de duas formas: com a maré baixa, as crianças e as mulheres vão juntar as sementes no mato; e de maré alta a coleta é feita de canoa no rio. Contudo, tanto a coleta no rio, quanto aquela feita no interior da floresta, se constitui como um trabalho perigoso, devido ao risco que apresenta à pessoa que o desempenha. Pois, nas duas formas de coleta enfrenta-se perigos: na mata há a possibilidade do coletor ser picado por bichos e insetos peçonhentos, entre os quais se destacam cobras venenosas, escorpiões, aranhas. Assim como há outros riscos como a queda de galhos de árvores e da própria queda das cápsulas que contém as sementes de andiroba, que podem atingir, tanto a cabeça, como outras partes do corpo das(os) coletoras(es) de andiroba. Neste sentido, a preocupação das mulheres andirobeiras fica evidente na fala da entrevistada Maria Benedita, moradora da Ilha de Juba, quando diz:

[...] agente vai pro mato pra juntar as sementes que estão debaixo da árvore e trás no paneiro [de costa] ou espera a água crescer e trás no casco, agente tem que ter cuidado com alguns bichos e insetos, pra não ferrarem agente, uma cobra, uma aranha.

A partir desta fala da informante, pode-se evidenciar os frequentes riscos que as mulheres andirobeiras enfrentam no cotidiano do seu trabalho. Uma vez que as mesmas não utilizam nenhum equipamento de proteção no trabalho, ficam totalmente desprotegidas, suscetível a furadas no pé, provocadas por espinhos, ou até mesmo pisar em alguns insetos como escorpião, centopéia, aranha caranguejeira, entre outros. Além da presença constante de serpentes venenosas, visto que a árvore de andiroba libera muitas folhas, que ao caírem no chão se acumulam e passam a servir de abrigo para as cobras.

As sementes, por outro lado, ao saírem da cápsula de proteção ficam expostas em torno da andirobeira, e como, geralmente, essas árvores se desenvolvem em áreas que sofrem inundações, muitas dessas amêndoas são levadas pelas águas ao sabor das marés durante o processo de enchente de rios e igarapés. Fator este que leva as extrativistas ribeirinhas a desenvolver uma outra forma de coleta da andiroba, feita nos rios e igarapé. Quando as sementes são recolhidas ou catadas no meio do lixo (como é chamado o acúmulo de folhas secas, pedaços de plantas, caroços e até frutas de buritizeiro), que a maré trás no período da vazante ou da enchente. Ou, então, essas sementes são recolhidas ao longo do rio pelas crianças, mulheres e homens da comunidade. As quais são transportando no interior da sua canoa algumas sementes de andiroba e frutas de buriti que foram recolhidos no rio. Estas são constantemente utilizadas pelas famílias ribeirinhas como parte da alimentação ou então destinam-se a venda. A venda desses produtos acontece na sua grande maioria no comércio local, ou são negociados com os comerciantes do rio, como são mais conhecidos alguns marreteiros⁴⁵ ou atravessadores da localidade.

A coleta da andiroba acontece no rio, no período de maré baixa ou vazante, é realizada com auxílio de um puçá⁴⁶, e é praticada por mulheres, homens e crianças. Aliás, esta modalidade de coleta também representa riscos para os coletores e coletoras, uma vez que, as sementes de andiroba vêm misturadas ao “lixo”, que a maré

⁴⁵ A partir da explicação de Marinaldo, “ marreteiro é aquele vendedor que compra e vende de porta em porta, só que aqui ele vai pelo rio fazer as suas compras dos produtos locais e revender” – Dados da pesquisa – 2007.

⁴⁶ Segundo Eleonora Figueira, “puçá, confeccionado pelos próprios coletores: espécie de cesta em formato redondo, feita com tiras de miriti, fixada na extremidade de um vara longa” (FIGUEIRA, 2005, p. 63).

vazante ou enchente trás, propiciando a presença de insetos venenosos e até mesmo cobra, que se misturam ao lixo, podendo causar acidentes aos coletores.

Acompanhando atentamente as etapas do trabalho das andirobeiras, após a coleta e seleção das sementes, estas mulheres deixam a maré vaziar, para fazer no quintal da casa um fogo à lenha, onde colocam um tacho ou uma lata de alumínio com água para cozinhar as sementes de andiroba, até que elas estejam amolecidas. Assim, no processo de beneficiamento do azeite de andiroba, todo o trabalho é exercido de forma manual e artesanal, acontecendo de forma lenta, cuidadosa, trabalhosa e arriscada. Uma vez que, as sementes são cozidas em grande quantidade, aumentando o perigo de acidentes com queimaduras. Nesta atividade, as mulheres costumam ficar em torno de quatro a cinco horas por dia, a cada vinte dias de intervalo entre a coleta das sementes e o processo de cozimento das sementes.

5. A dinâmica das mulheres extrativistas e o processo de extração do azeite de andiroba na comunidade ribeirinha de Juba.

5.1. Passos do processo de beneficiamento artesanal do azeite de andiroba.

Os saberes⁴⁷, vivenciados pelas mulheres extrativistas e andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, perpassam de forma cotidiana suas práticas em comum acordo com as relações que elas estabelecem com a natureza. Esta dinâmica pode ser observada na fala dos moradores da localidade de Juba, que trabalham neste processo de extração do óleo de andiroba:

⁴⁷ “Os saberes, representações e imaginários em relação à mata estão vinculados ao existir pessoal e em comunidade, envolvendo situações de sobrevivência, consubstanciadas na caça, no plantio, realizado no roçado com a derrubada da mata. [...] As águas são referidas pelos rios, igarapés e fontes d’águas. A imagem do rio está associada à alimentação, ao transporte, ao lazer, à higiene, ao trabalho e às condições naturais e de vida” (OLIVEIRA & NETO, 2003, p. 58-59).

[...] agente tras a andiroba [do mato ou do rio] (José Prestes, Ilha Juba, 2007).

[...] primeira coisa, agente põe prara ferver, agente cozinha a castanha [...] e aí quando tá mole a andiroba, agente tira [o tacho do fogo] aqui nós temos o costume de deixar quarenta dias na casca (Maria Ivanildes, Ilha Juba, 2007).

[...] agente pega algumas folhas, coloca de fusão no panela (Maria Benedita Teles, Ilha Juba, 2007).

O cozimento das sementes, que dura em média de uma a duas horas de cozimento, o tempo de cozimento será determinado pela quantidade de semente que serão postas para cozinhar. Somente a partir deste processo, que geralmente ocorre quando a maré baixa e a fogo pode ser feito. Nesta etapa do procedimento para o beneficiamento do óleo de andiroba, há a presença mais marcante dos homens, pois, devido a precária estrutura para a feitura da atividade, os riscos por queimadura, associado a quantidade de semente a serem cozidas no tacho, faz-se muito necessário o apoio e força dos marido e filhos. Somente a partir desse processo, é que então, parti-se para o processo de armazenamento, em panelas de talas, das amêndoas cozidas. Algumas famílias costumam cobrir, as sementes cozidas com: folha de aningueira, palhas de bananeira ou em sacolas de polipropileno, onde as amêndoas ficaram em repouso por quarenta e cinco dias (FIGUEIRA, 2005).



Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Passado este período de descanso, nos quais as sementes ficam de resguardo – não só para enxugar a água do cozimento, mas também para que sejam resguardadas de quaisquer problemas, que possam violar interditos e segredos dominados pelas mulheres extrativistas, e, conseqüentemente, venham prejudicar a extração e uma melhor qualidade do azeite de andiroba – a massa é retirada do interior das amêndoas.

A retirada da massa é geralmente executada pelas mulheres, são mães, filhas, netas e noras que se ocupam com a retirada da massa de andiroba, conforme pode ser observado na imagem a seguir. Na imagem 11, podemos observar que as sementes de andiroba cozidas, estão dentro de um paneiro de tala de miriti. As sementes são abertas por um objeto amolado, geralmente feito de um cabo de colher de alumínio e do seu interior é retirada do seu interior a massa que contém o óleo de andiroba.



Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Esta atividade é executada, na grande maioria das vezes pelas mulheres, que ficam sentadas no assoalho da cozinha da casa, onde passam horas fazendo essa tarefa com um auxílio de espátula de alumínio [feita a partir de uma faca sem cabo]. Ao longo de todo o processo de extração do óleo de andiroba, percebe-se que essa atividade está diretamente ligada aos trabalhos cotidianos e rotineiros da casa. Segundo Saviani (2007),

“ [...] A origem da educação coincide, então, com a origem do homem. [...] eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem, (SAVIANI, 2007, P.154).

Percebe-se ainda que a transmissão dessa prática acontece de maneira informal e através da oralidade, mais pelo processo de observação e prático, que pelo ensinamento propriamente dito. Não há uma obrigatoriedade no ensinar. O ato de ensinar e o de aprender, acontece de forma espontânea.

5.2. Práticas, segredos ditos e interditos do processo de extração do óleo de andiroba.

A atividade de retirada da massa contida no interior das amêndoas ou castanhas de andiroba, já cozidas, obedece três cuidados fundamentais que devem ser seguidos: primeiro, que esta atividade não deve ser realizada por mulheres que estejam no período menstrual; o segundo cuidado a ser tomado é que a mulher que irá manusear a andiroba, não está de parto; e o terceiro cuidado, é que pessoas que estejam de preceito, ou seja, que estejam em período de luto, devido à morte de um parente ou amigo não devem pegar na massa de andiroba. Mas além de todos esses cuidados, ainda é necessário resguardo, prestar atenção, para que a andiroba, cozida e já tirada da casca, seja protegida dos olhos de pessoas invejosas, pois segundo se acredita na localidade da Ilha de Juba,

[...] a andiroba não pode ser olhada com olho grande, ela pega quebranto (Maria Pinto, Ilha Juba – Cametá, 2007).

[...] quando a mulher está menstruada ela tem aquele mofo, né? e aquele mofo transpassa para a massa; aí ele [azeite] fede pronto! Aí o azeite não escorre. Se a senhora é meu parente e vai morrer, eu não tenho que pegar no azeite, porque assim como o seu corpo vai destruindo debaixo da terra, vai feder, a andiroba também vai feder. Eu tenho pra mim, que é verdade, porque já aconteceu comigo, uma viagem, eu cozi mil quilos de azeite e morreu a filha do primo, eu não sabia, aí o azeite ficou todo na tábua, uma porção de massa e não escorreu, deu aquele fedor e aquela porção de bicho debaixo da massa, não prestou o azeite (Maria Maíde, Ilha Juba - Cametá – 2009).

Podemos depreender da fala das entrevistadas, que há crenças, simpatias, interditos e segredos, assim como, o hibridismo religioso que pulsa e está enraizado no cotidiano das mulheres extrativistas, visto que permeiam as atividades de coleta e extração do azeite de andiroba. Onde as expressões “resguardo”, “olho grande” e “quebranto”, podem ser responsabilizados pela má qualidade do óleo. Assim, para prevenir que a andiroba problemas no processo de extração do azeite, dona Maria Pinto, explica que é necessário se prevenir, “*agente faz uma cruz, quando agente amassa ela [andiroba]*”. As práticas cotidianas das populações das Amazônias, por meio de suas crenças e de suas relações constituem sua história oral, onde o natural e o sobrenatural caminham juntos na construção de suas histórias de vida. O que de acordo com Galvão, (1979), são na sua maioria de proveniência ameríndia. Porém, grande parte da população da Amazônia rural, as utiliza como norteadoras das relações que travam com o mundo que as cerca.

Assim, a ação de fazer uma cruz na massa, como demonstra a imagem 12, assume o significado de segurança e proteção, evitando que malefícios e forças negativas que permeiam o espaço cotidiano desses sujeitos, para que não tenham força e conseqüentemente, não consigam prejudicar a qualidade do azeite e a renda e benefícios que a família irá tirar com o produto final, o azeite. Para Laplantine, a presença e utilização da cruz, nesta atividade estabelece o laço de proximidade Cristo. Este símbolo não o substitui, porém, para os usuários desta crença, o uso da cruz, demonstra que Cristo está presente, protegendo a massa dos perigos espirituais, ou seja, é o Cristo ali representado por intermédio da cruz o inverso. Que segundo o autor “[...]. Tudo depende em definitivo da natureza do reconhecimento ou da identificação, ou seja, da intencionalidade dos atores em uma dada situação sociocultural” (LAPLANTINE, 2003, p. 14-15).



Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de maseira. Fonte: Amarilis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Esta crença manifesta-se de forma tão significativa entre as mulheres andirobeiras de Juba, que grande maioria das pessoas entrevistadas, constantemente relatava uma história relacionada às questões de segredos e interditos. Vejamos o que afirma a entrevistada Maria Benedita, moradora da Ilha de Juba:

[...] eu tinha pouco azeite em casa, porque no período que tive o meu filho [...] aí [...] cozemos [cozinharam as sementes], esperamos o período de 40 dias, aí eu estava com aquele sangramento, tive que amassar [que é o mesmo que pisotear a massa] porque não tinha quem amassasse pra mim,

e já tava passando do prazo e meu azeite não escorreu, se imperriou⁴⁸, se imperriou e não deu o óleo, aí minha mãe tirou o óleo no fogo.

Percebe-se, portanto, que estas mulheres fazem uma espécie de analogia entre o período em que as amêndoas de andiroba cozidas ficam em repouso por quarenta dias e o período em que dão a luz a um filho, o pós-parto, quando também resguardam por quarenta dias. Assim, se afastam das atividades cotidianas, se recolhem, se resguardam do mundo natural e de das entidades sobrenaturais, ficam em processo de proteção, recuperação e de mudança corporal.

Na concepção de Pinto, a crença que envolve tanto o sangue menstrual, o pós-parto e a questão do luto, assume uma espécie de elo simbólico⁴⁹, que acaba despertando o interesse de forças negativas invisíveis (PINTO, 2004)), que se utilizam dos sujeitos que se encontram em alguma das situações acima citadas, ou seja, pessoas “*fracas de proteção*” para influenciarem de forma negativa no processo de extração do óleo de andiroba, prejudicando tanto o azeite, quanto o dono do azeite, que arcará com o prejuízo econômico dessa interferência sobrenatural. Esta crença herança de seus ancestrais negros, brancos e índios, fazem parte do universo imaginário⁵⁰ dos velhos e velhas, mulheres, homens, jovens e crianças, não apenas da Ilha de Juba, mas de outros povoados da região Tocantina.

Após a retirada da massa e todos os cuidados tomados em relação a andiroba, dar-se prosseguimento nas atividades de extração do azeite ou óleo, atividades essas relatadas a partir da fala do morador da localidade de Juba, José Prestes, que afirma,

⁴⁸ A expressão utilizada pela moradora Maria Benedita da localidade da Ilha de Juba, tem o mesmo sentido ou significado referente a palavra empacar, que segundo o Mini dicionário Aurélio Buarque de Holanda (2000: 257), quer dizer: emperrar, parar, não continuar, não ir adiante, [ficar estático].

⁴⁹ “O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica” (LAPLANTINE, 2003, p. 21).

⁵⁰ “No mundo real do cosmo imaginário, os adeptos vivem, concebem e produzem através do culto as suas relações com os deuses e a interferência desses deuses em suas experiências cotidianas. [...] As criações de [...] deuses são feitas pelas relações entre as tradições religiosas e socioculturais e a reinterpretação dessas tradições” (LAPLANTINE, 2003, p. 38).

[...] agente tira ela [está fazendo referência a massa contida no interior das sementes de andiroba] da casca aí fica três dias empalhada [neste processo é utilizado folhas de bananeira ou de cacauero], depois agente amassa [esta expressão equivale ao processo de pisoteio da massa] e coloca na tábua. Agente coze quatro mititizinho assim [medida de um metro de comprimento], que lá, a massa cai em cima daquele miriti.

No processo de extração do azeite ou óleo de andiroba a massa fica suspensa sob varinhas de pau, que serve para evitar o contato entre a massa e a masseira (tábua feita de tronco de árvore). Além de facilitar a retirada da massa de andiroba da tábua durante o processo de aquecimento desta, também contribui para que o óleo escorra melhor e sem impurezas. Nesta técnica relatada por seu José Prestes, também é utilizada varetas de miritizeiro, para receber a massa já pisoteada.

Nestas condições a massa de andiroba é transformada em bolas, que são depositadas na masseira para escorrer o óleo. A masseira é previamente forrada com talos de miritizeiros, sob os quais são depositadas as bolas feitas com a massa de andiroba cujo o azeite escorre dentro de uma tigela de inox⁵¹ que em gotas rápidas e frequentes vão caindo e enchendo o recipiente com o óleo amargo. Este processo de retirada da andiroba dura em média de 10 a 15 dias.

Porém, é necessário ressaltar, que este processo já citado para a retirada do óleo de andiroba não é o único utilizado pela comunidade local. Segundo os moradores da localidade estudada, há três processos básicos para se fazer a retirada do azeite andiroba. O primeiro e o mais utilizado pelas mulheres andirobeiras, acontece através da utilização da tábua ou masseira como muitos falam; O segundo processo retirada do óleo é feito através da utilização do tipiti, este processo é considerado muito trabalhoso por quem o executa; E por fim a terceira forma de retirada do óleo, é feita no fogo. Poucas são as mulheres que utilizam esta forma de retirada, pois a consideram muito arriscada, uma vez que, elas não possuem equipamentos de segurança necessário para a execução desta atividade manual.

⁵¹ A utilização da tigela de inox é muito frequente entre as produtoras do óleo de andiroba, pois acredita-se que o inox não repasse nenhuma substância química ao produto final, conservando o azeite puro e de boa qualidade.

5.3. O azeite na tábua: a difícil arte de estilar o óleo de andiroba.

A imagem 13, do interior da casa da entrevistada Socorro Teles, tenta retratar parte de uma das etapas da extração do azeite de andiroba. Esta atividade manual acontece no interior da casa, geralmente, na cozinha, fazendo parte do espaço doméstico e das outras atividades aí desempenhadas pelas mulheres. Portanto, esta é mais uma atividade agregada à rotina da casa.

É neste universo que mergulhamos na experiência desta prática secular, herdada dos índios e repassada de geração a geração, repasse que acontece de forma tranqüila e natural, onde as crianças aprendem esses saberes e práticas cotidianamente. “[...] eu trabalho com a andiroba desde a idade de 10 anos, quando eu ajudava minha mãe no mato, ajudava tirando a massa da andiroba, [...] ela morreu e eu fiquei fazendo”, relato de dona Maria Maíde,.

Percebemos que esta atividade é desenvolvida da forma mais tradicional, primária, sem que haja uma preocupação mais rigorosa com o processo de higienização, referente ao contato com a massa. A grande maioria das mulheres lidam com a massa com as mãos nuas, sem proteção para os cabelos. Outro fato presente nesta etapa da extração do óleo de andiroba, é o fato da massa ficar sem nenhuma cobertura de proteção, durante a noite, ficando sujeita aos efeitos do vento, da chuva e até a presença de insetos.



Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

A imagem 13 da tábua onde ocorre o processo de estilar⁵² o azeite, fica posta e exposta no centro da cozinha, local onde a dona da casa recebe para um cafezinho e uma boa conversa as pessoas mais íntimas ou de prestígio para a família. Podemos perceber ainda que a casa está muito perto das árvores, estabelecendo uma espécie de elo de proximidade entre a natureza e as pessoas, onde ambas estão totalmente entrelaçadas.

⁵² Segundo a moradora Socorro Teles – Ilha de Juba – Cametá/PA: “A expressão estilar é utilizada pelas pessoas da comunidade da Ilha de Juba, para designar a atividade de extrair das sementes o óleo de andiroba”.



Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Conforme se pode observar na imagem 14, uma criança é banhada numa bacia de alumínio ao lado da tábua onde o óleo de andiroba está sendo estilado. Todavia, ressalta-se que esta cena, da criança tomando banho de bacia, a cada dia se comprime no tempo, pois as crianças ribeirinhas, cada vez mais cedo estão participando das práticas cotidianas do seu grupo familiar, como os banhos de rio e de igarapé. O que deixa evidente, que desde muito cedo as crianças passam a conviver com a presença de saberes e das práticas cotidianas que estão entrelaçadas à rotina doméstica e a educação dos filhos, os quais dividem o mesmo ambiente e compartilham gradativamente suas vidas, suas memórias e suas práticas.

Deve ser mencionado que para entendermos o processo de retirada do óleo e chegarmos ao produto final (andiroba), é necessário compreendermos a dinâmica

da masseira ou tábua de escorrer o óleo (SHANLEY, 2005). A masseira ou tábua é geralmente feita do tronco de uma árvore, que é partida ao meio, formando duas partes, as quais são cavadas para imitarem um formato de U, o que facilitará no processo de escorrer o óleo.

Na formatação da tábua, temos em uma das extremidades um buraco, pelo qual passará uma corda resistente, que vai amarrar a tábua a um esteio da casa deixando a tábua em posição inclinada. A outra parte do tronco da árvore é aproveitada para fazer uma prancha ou tabua de pisotear a massa retirada das amêndoas cozidas. Como já foi descrito anteriormente, a masseira ou tábua que recebe a massa pisoteada é constantemente forrada com pequenas varetas para só então receber a massa da andiroba. Um detalhe importante da masseira, é um sustentáculo feito em madeira, que serve para proteger a massa e não deixar cair no chão, ficando apenas um pequeno espaço para que o óleo esorra pela tábua, e caia de forma segura na tigela de inox, que fica sempre debaixo desta estrutura de madeira.

Outro detalhe que compõe a estrutura da masseira é o suporte que serve de apoio para a prancha que contém a massa, este suporte fica debaixo da masseira, dando estabilidade e sustentabilidade, evitando que a masseira vire e provoque algum acidente. Geralmente este suporte é feito a partir de pedaço de tronco de árvore, que é cortado e moldado para receber a prancha.

Na imagem 15, podemos observar como acontece o processo de aquecimento da massa de andiroba que após, aproximadamente, 12 horas de descanso na masseira a massa de andiroba é transportada para a tábua de pisar, onde passará pelo processo de aquecimento da massa, quando esta é pisada por cerca de 20 minutos, para ela seja aquecida. Segundo dona Socorro Teles, este processo de pisoteio ajuda a massa a liberar mais azeite de andiroba de melhor qualidade. De acordo com os depoimentos das mulheres andirobeiras, o óleo coletado nos primeiros cinco dias é considerado virgem, pois a sua aparência límpida, transparente e esverdeado dá a ele propriedades medicinais mais eficientes e eficazes.



Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007.

Depois de ser pisoteada, a massa será novamente transformada em bolas, que serão novamente arrumadas na masseira para o processo de estilar ou escorrer o azeite. Segundo as mulheres extrativistas entrevistadas, o processo de aquecimento da massa da andiroba deve ocorrer a cada seis horas. Porém, não é uma regra constante, nem tão pouco rigorosa, algumas mulheres como, por exemplo, dona Socorro Teles, afirmam que organizam essa atividade de acordo com o seu horário de trabalho doméstico e demais atividades ligadas as tarefas do lar como: lavagem de roupa, preparo de alimento, cuidados com o parente idoso, entre outras tarefas. Estas tarefas foram historicamente atribuídas as mulheres, na grande maioria das vezes, essas atividades sobrecarregam as mulheres de trabalho (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESHY, 2002).

Dentro desta técnica de retirada do óleo através da tábua, temos ainda o azeite de sol. Nesta técnica, segundo Shanley (1998), a massa de andiroba é levada para ser aquecida com o calor do sol, durante uns dois dias, e de duas a três horas, essa massa é mexida, sendo mudada de posição ao longo do dia. No final da tarde, a massa é novamente transformada em bolas e colocada na tábua de escorrer o óleo, de forma que a tábua fique inclinada, facilitando que o óleo escorra e caia na vasilha coletora do produto.

5.4. A utilização do tipiti na retirada do óleo de andiroba.

Após 15 dias, período que dura o processo de retirada do azeite, quando a massa não libera mais o óleo de andiroba em quantidade esperada, então os extratores ribeirinhos da Ilha de Juba partem para outras formas de retirada desse produto, utilizando o tipiti, para retirar o óleo,

[...] agente usava [o tipiti] antes, agora não usa, minha mãe usava. Olha esse pau que ta amarrado lá em cima. Agente botava a massa [andiroba] no sol, quando tava bem quente a massa, agente enchia o tipiti e metia aqui [aponta para o pau preso ao teto] e apertava com outro pau pro dentro do tipiti, [...] não é um processo demorado, só que dá mais trabalho do que na tábua, porque no inverno chove. Aí ! agente tira a tábua com a massa, quando passa a chuva, agente leva de novo, aí quando vem a chuva, agente tira de novo (Maria Maíde – Ilha Juba, 2008).

[...] agente não comercializa porque quase sempre ele [óleo] fica duro, agente faz sabão e vende para o pessoal de Igarapé – Miri (José Prestes – Ilha Juba, 2008).

Os relatos acima demonstram o acúmulo de conhecimento que os ribeirinhos têm em relação a esse produto florestal, quando utilizam outras formas de

extrair o óleo de andiroba, e conseqüentemente atribuindo-lhe uma outra utilidade comercial, ao fazerem um outro produto, como o sabão de andiroba, agregando, portanto, a ele valor, e comercializando para outro município da região Tocantina (SHANLEY, 2005). Porém, não podemos deixar de abordar a retirada do óleo pela técnica do fogo.

5.5. A retirada do óleo de andiroba através do fogo.

A retirada do óleo de andiroba, através do fogo é uma técnica muito pouco utilizada pelas mulheres andirobeiras, ela só é utilizada em última instância, por ser uma técnica de alto risco para as mulheres que a praticam, uma vez que este processo pode causar queimaduras. Conforme relatos de alguns entrevistados:

[...] a massa pra mim já tava passando do prazo e meu azeite não escorreu, se imperriou e não deu óleo, aí minha mãe tirou pra no fogo (Maria Benedita, Ilha Juba, 2007).

[...] quando o azeite fica grosso e duro, agente usa o tacho, agente coloca a massa que tá na tábua na água quente e põe pra ferver, o óleo buia [flutua sobre a água] todinho, agente vai com uma cuiazinha e ajunta todinho aquele óleo (Maria Maíde, Ilha Juba, 2009).

Quanto o bagaço que resta do processo de beneficiamento da andiroba, as mulheres queimam com a finalidade de afugentar mosquitos e carapanãs. A fumaça da andiroba funciona como uma espécie de repelente natural. Além de estas mulheres devolverem à natureza o restante que não foi consumido, utilizando-o, portanto, como adubo orgânico para as plantas.

A andiroba tem várias utilidades para a comunidade da Ilha de Juba, entre elas, está a venda das sementes, do óleo, da madeira⁵³ da andiroba e sobretudo, dos subprodutos fabricados a partir de seu óleo e de sua casca, produtos esses destinados à saúde estética e medicinal, sendo utilizado como um fitoterápico de grande importância. Segundo dona Maíde, “[...] a andiroba se usa pra tudo, se tiver uma ferida, um golpe que custe sarar, é só usar ela e acaba com tudinho”. Assim, a árvore de andiroba representa para a comunidade de Juba uma fonte de sobrevivência e perspectiva de melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes.

⁵³ “Madeira [da árvore de andiroba]: de excelente qualidade e cor castanho-vermelha brilhante, é resistente ao ataque de insetos e turus. Muitas vezes é comparada à madeira do mogno, sendo chamada de mogno falso; tem alta demanda para exportação. É usada para cavaco e na construção civil. A madeira pode ser encontrada nas serrarias do Pará por R\$ 200 o metro cúbico serrado. Para exportação, o metro cúbico não sai por menos de R\$ 500” (SHANLEY, 2005, p. 43).

“[...] A madeira de *Carapa guianensis* tem tonalidade castanho-vermelha brilhante e é resistente ao ataque de insetos e de turus. Por apresentar excelente qualidade é muitas vezes comparada com o mogno, e por isso chamada de mogno falso” (BOUFLEUER, 2004, p. 27).

CAPÍTULO III

O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo.

1. Natureza, Trabalho e Princípio Educativo.

1.1. O trabalho de extração do óleo de andiroba como um dos elementos de reprodução da vida na Ilha de Juba.

As matrizes dos saberes das ciências da vida cotidiana da sociedade ribeirinha da região Tocantina, como princípio educativo-ambiental histórico-dialético (TOZONI-REIS, 2004), estão presentes por entre os cipós das matas; por entre as águas dos rios, dos igarapés e dos furos; ainda se fazem entrelaçados nas práticas extrativistas de pescar, de caçar, de coletar frutos e sementes no rio e na floresta; atadas aos modelos de comportamento e de organização social; visíveis nas histórias das narrativas de suas memórias subjetivas e objetivas; contadas oralmente entre os membros das famílias das comunidades, constituindo-se, segundo Oliveira & Neto, em:

[...] saberes, representações e imaginários em relação à terra estão vinculados ao trabalho e à habitação. A terra é compreendida como espaço de trabalho, de moradia, de sobrevivência, e de comunidade, assim como de educação, ou seja, como transmissão de saberes, atitudes e valores através das práticas cotidianas para as futuras gerações, de suas tradições historicamente construídas (OLIVEIRA & NETO, 2003, p. 55).

Saberes das escutas e observação das águas; saberes audíveis dos silêncios e dos movimentos das matas, saberes da terra, saberes histórico-culturais. Esses saberes, ora presentes, ora ausentes em discursos, contribuem na incessante construção de suas identidades. Enfim, são saberes das vivências cotidianas, apreendidos preferencialmente durante as contínuas e descontínuas histórias relatadas especialmente pelos velhos e velhas das comunidades rurais ribeirinha. Assim, a ação de apreender e reconstituir os significados e os sentidos das práticas cotidianas de tecer redes, malhadeiras, paneiros, abanos; teias de saberes da construção de cascos (ou pequenas canoas) e de embarcações se fazem presentes nas experiências cotidianas das

comunidades tradicionais, que por entre as águas, as matas e as terras vão tecendo suas narrativas históricas fruto de seu trabalho e interferência no meio natural.

As populações tradicionais⁵⁴ das amazônias, em particular, a comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, na sua maioria, procuram pautar suas práticas, suas vivências, suas memórias, suas narrativas, isto é, suas etno-histórias da vida cotidiana, nos fluxos, nas imensas e férteis vitalidades dos saberes das suas ciências ambiental e procurando exercitar atividades humanamente sustentáveis. São saberes indiscutivelmente importantes, principalmente, quando se busca saídas ecologicamente sustentáveis para a profunda e acelerada crise ambiental que a comunidade vem vivenciando após a implantação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, com suas experiências de vida, as quais não podem ser desperdiçadas, segundo Conceição & Maneschy,

[...] é a existência de um saber tradicional, capaz de orientar a reordenação do modo de vida das populações pesqueiras, camponesas, extrativistas, etc, no sentido de um maior equilíbrio entre sociedade e natureza. [...] servem-se de recursos e saberes acumulados culturalmente, os quais oferecem os elementos para a discussão sobre a sustentabilidade (CONCEIÇÃO & MANESCHY, 2002:147).

Nas comunidades tradicionais a relação estabelecida entre o povo ribeirinho da Amazônia do Baixo Tocantins/Cametá-PA e a natureza de um modo geral, são constantemente criadas e recriadas em consonância com os saberes locais entrelaçados com o meio ambiente onde vivem, sobrevivem e convivem, que não são isoladas de suas representações sociais, de suas memórias e de suas polissêmicas águas, pescas e matas.

⁵⁴ População tradicional: São as populações que habitam uma região durante períodos relativamente longos, que variam de décadas até séculos. De origem racial diversa, essas populações são representadas pelos atuais remanescentes de quilombos, por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, caiçaras e pescadores. Utilizam seus espaços e recursos de forma comunitária e praticam atividades de relativo baixo impacto ambiental, tais como agricultura itinerante em pequena escala e a colheita de produtos florestais não-madeireiros, além da caça e pesca, (GTA, 2001, p.39).

1.2. Produção, atribuições e divisão do trabalho na Ilha de Juba.

Ainda hoje se conserva na localidade de Juba, uma forma “primitiva” de propriedade de produção. Segundo Marx, este modelo de propriedade constitui como,

“[...] a propriedade da tribo. [...] corresponde a esse estágio de trabalho rudimentar da produção, quando um povo se alimenta da caça e da pesca [...] da agricultura. [...] a divisão de trabalho é ainda muito pouco desenvolvida e se limita a maior extensão da divisão natural do trabalho que é oferecida pela família” (MARX, 1996, p. 47).

Dentro desta ótica fica evidente a responsabilidade de mulheres e homens, no processo de produção de suas representações entrelaçadas aos saberes, às práticas, às narrativas, às memórias, como fundamentos do princípio do trabalho educativo formal e informal das mulheres andirobeiras. Neste quadro de atribuições, é possível observar as tarefas destinadas a cada sujeito que compõe a família, mesmo àqueles cuja força de trabalho é bem menor, como é o caso das pessoas mais velhas. Portanto, na lógica de distribuição de atividade, de trabalho, todos os indivíduos da família colaboram e executam suas obrigações referentes à produção do azeite de andiroba, sem que esta atividade interfira nas outras atividades cotidianas de cada indivíduo. Um fato a ser levado em consideração neste estudo é a presença das crianças no processo de extração do óleo de andiroba.

As crianças desempenham um papel fundamental dentro da atividade de extração do azeite de andiroba. Uma vez, que são elas que, na maioria das vezes, fazem grande parte da coleta das sementes, tanto no mato, quanto nos rios e igarapés. Portanto, todo o processo de coleta, seleção das sementes de andiroba e beneficiamento do azeite ou óleo passa a gravitar o universo imaginário das crianças. Para elas, a atividade de coletar as sementes de andiroba não tem um significado propriamente dito de

obrigatoriedade. Pelo contrário, é visto como uma espécie de brincadeira, associado ao prazer de poder contribuir com a renda da família e a perspectiva de com o trabalho poder adquirir alguns objetos e até alimento. Essa atividade de coleta das sementes desperta o sentimento de fazer parte, de ser parte dessa atividade, simboliza que a criança tem certo destaque entre a família, pois já tem condições de fazer parte desta atividade na sua grande maioria, de responsabilidade dos adultos. Podemos identificar tal questão na fala da menina Laura⁵⁵, 10 anos de idade: “[...] eu gosto de ir pro mato com a mamãe catar o azeite [as sementes de andiroba], agente entra no mato e ela vai me ensinando o nome das plantas, dos bichos, eu gosto”.

Perceber –se que, neste caso, a criança demonstra ter uma certa satisfação em poder ajudar na economia da família, e também de fazer parte desse universo que envolve a andiroba. Podemos ainda inferir que a criança ao ser ensinada, passa a ter um certo poder sobre o espaço onde mora, e que um dia aquele espaço territorial lhe pertencerá. Porém, para elas, as sementes de andiroba, também representam a entrada de coisas novas na economia da casa, uma vez que, serão vendidas in natura ou então transformadas em óleo, que também será vendido, e desta forma, transformando-se em algo concreto para seu universo material. Portanto, a relação de intimidade que as mulheres desenvolvem desde cedo com a floresta, darão a elas um conhecimento maior e melhor da biodiversidade e dos recursos naturais (SIMONIAN, 2001, p. 39).

É importante ressaltar, que quando as crianças executam a atividade de coleta da andiroba na mata, na maioria das vezes, são acompanhadas por um adulto, como uma tia, a madrinha, o pai ou por alguma pessoa conhecido da família. Pois, esta tarefa pode ser perigosa para elas, uma vez que o período da coleta acontece entre os meses de dezembro a maio, este período do ano considerado muito perigoso, devido a quantidade de chuva na região, o que ocasiona uma maior incidência de acidentes com insetos e cobras venenosas. Aliás, os ribeirinhos acreditam que neste período as cobras estão mais venenosas, porque estão se reproduzindo.

Por outro lado, pode-se notar a presença constante das crianças e dos jovens nas atividades referentes aos processos de extração do azeite de andiroba ou

⁵⁵ O nome Laura, 10 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de uma das crianças entrevistadas durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

como dizem as mulheres andirobeiras: processo de estilar⁵⁶, o azeite. Foi possível observar durante a pesquisa, que é nestas etapas que o conhecimento a cerca desse saber é repassado com mais intensidade, uma vez que, tanto os jovens, quanto as crianças acompanham e desempenham importantes papéis neste processo de aprendizagem. Pois, o conhecimento adquirido com esta experiência prática, vai passar a fazer parte internamente de seu universo cultural e imaginário, compondo por assim dizer, um espaço significativo nas suas vivências e nas suas práticas cotidianas.

É desta forma que a tradição está sendo mantida e repassada de uma geração para outra. As crianças paulatinamente vão incorporando, construindo e constituindo as matrizes das tradições das comunidades do campo da Amazônia ribeirinha. Elas estão em permanente processo de aprendizagem e de ensino juntamente com os adultos. Todos precisam aprender e ensinar os saberes e as práticas, a fim também de darem prosseguimento à reconstituição das memórias da cultura e da história de vida dos homens e das mulheres dos homens e das mulheres ribeirinhas.

Durante a pesquisa alguns questionamentos surgiram em relação a presença das crianças na atividade relacionada ao processo de extração da andiroba, onde questiono um garoto dizendo: você gosta de recolher no mato as sementes de andiroba? E ele dá um sorriso e responde balançando a cabeça em sincronia à resposta: “[...] eu gosto! Eu vou pro mato juntar o azeite [as sementes de andiroba], teve uma vez, que eu juntei cem quilos de azeite,[risos] agente vende, troca o azeite por biscoito, açúcar, café, agente traz pra casa.” Antônio⁵⁷, 8 anos de idade. Podemos constatar através das palavras do entrevistado, que esta atividade acontece cotidianamente, a partir da dinâmica das atividades domésticas e dos pequenos trabalhos executados pelas crianças da família (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002, p. 96).

Queira ver a seguir um quadro das atividades desenvolvidas por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos em torno da extração do azeite ou óleo de andiroba, na Ilha de Juba:

⁵⁶ Este termo é utilizado pelas senhoras mais velhas, que significa o mesmo que extrair o óleo das sementes de andiroba. Informações coletadas durante a pesquisa de campo – Julho de 2007.

⁵⁷ O nome Antônio, 8 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de um dos entrevistados durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

MEMBROS DA FAMÍLIA⁵⁸	M	H	J	C	I
Coletar sementes na mata	X	X	X	X	-
Coletar sementes no rio	X	X	X	X	-
Cortar a lenha	X	X	-	-	-
Cozinhar as sementes	X	-	-	-	-
Armazenar as sementes	X	X	-	-	-
Tirar a massa da casca	X	-	X	X	X
Pisar a massa e fazer as bolas	X	-	X	X	-
Espremer a massa no tipiti	X	X	X	-	-
Compra ou arrecadação dos vasilhames para colocar o óleo	X	X	-	-	-
Venda do produto final (óleo)	X	X	-	-	-
Produtos derivados do azeite	X	-	X	-	-
Aplicação e distribuição da renda da venda	X	X	-	-	-

Tabela 01: Quadro de atividades à extração da andiroba. Fonte: Dados da Pesquisa de campo – Amarílis Maria Farias da Silva, maio de 2006 – Cametá/PA.

A tabela 01 demonstra que as atividades que envolvem o processo de extração do azeite de andiroba, ocupa todo o grupo familiar, portanto, as crianças, que desde muito cedo são levados pelos pais para o trabalho, seja porque não tem com quem deixar, seja porque os pais querem ensinar desde pequenos o seu trabalho, vão assimilando a arte desse ofício e deste saber tradicional.

⁵⁸ Os sujeitos sociais são identificados a partir das iniciais: (M) Mulher; (H) Homem; (J) Jovem; (I) Idoso.

1.3. Amazônia e o Extrativismo: fator sociocultural na comunidade de Juba.

O território da Amazônia Brasileira, ocupa cerca de três milhões e setecentos mil quilômetros quadrados, onde a sustentabilidade enfrenta as contradições entre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade. As florestas nativas possuem a função estratégica de servirem de barreiras naturais contra o processo de desertificação, de erosão genética, da perda de recursos biológicos, da fragmentação de ecossistemas e das catástrofes naturais. Porém, pesquisas recentes mostram que, a cada ano, mais de 30 milhões de metros cúbicos de toras de madeira são retirados da Floresta Amazônica, sendo destinados as 2600 indústrias madeireiras da região que utilizam a madeira na fabricação de vários produtos (GTA, 2001). Esta realidade não está distante da comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, já que a sobrevivência das famílias desta ilha está intrinsecamente relacionada com sua prática cultural extrativista, que tem sua origem nas sociedades indígenas da Amazônia.

Para os ribeirinhos e ribeirinhas desta localidade, a coleta do açaí, do cacau, o beneficiamento do azeite de andiroba, a pesca do camarão e do mapará⁵⁹, a extração de madeira de lei, a extração do palmito de açaí, a produção de farinha de mandioca, a coleta de miriti⁶⁰ e, por fim, o comércio, fazem parte de toda uma estratégia de permanência e sobrevivência dos sujeitos da localidade pesquisada, que se adaptaram a conviver, e a extrair os produtos naturais, obedecendo todo um ciclo de produtividade estabelecido pela natureza. Para Saviani, “ [...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. [...] Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la” (SAVIANI, 2007, p.154).

Esta produtividade oriunda da floresta, de rios e igarapés torna-se responsável pela sobrevivência e qualidade de vida dos ribeirinhos, que através da venda desses produtos extrativistas, passam a ter oportunidade de adquirir equipamentos e bens duráveis, necessários para a melhoria da sua qualidade de vida.

⁵⁹“ O mapará (*Hypophthalmus marginatus*), peixe símbolo da região [Tocantina], principal integrante da dieta alimentar dos ribeirinhos, exímio migrador e que tem sua dieta baseada no consumo de fito e zooplâncton ” (COLÔNIA DE PESCADORES Z-16, 2007, p. 13).

⁶⁰ “ O buritizeiro (*Mauritia flexuosa* L.), é uma das maiores palmeiras da Amazônia, possuindo um porte de 30 a 60 cm de diâmetro, com uma altura de 20 e 30 metros.[...] também conhecida na região como miriti e como aguaje no Peru ” (SHANLEY,1998, p. 61).

Atividades Extrativistas praticadas na Ilha de Juba ao longo do ano

Atividades referentes aos meses do ano	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pesca artesanal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coleta das sementes de andiroba	X	X	X	X	X							
Beneficiamento do óleo de andiroba	X	X	X	X	X	X						
Pesca do camarão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Captura do aviú						X	X	X				
Coleta do cacau						X	X	X				
Extração do palmito de açaí	X	X	X	X								
Safra do Açaí						X	X	X	X	X	X	X
Retirada de madeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 02: Quadro de atividades extrativistas praticada pelos moradores da Ilha de Juba, durante o ano. Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo, Amarílis Maria Farias da Silva – Cametá/PA. – 2008.

Portanto, o sistema de produção da localidade da ilha de Juba é totalmente extrativista, baseado na pesca artesanal e na colheita de frutas, principalmente o açaí, mantendo viva a prática cultural de seu povo, em que famílias cultivam e manipulam plantas medicinais, extraem óleos vegetais, como o de andiroba, através de métodos tradicionais e ainda desenvolvem atividades como a extração de madeira, como forma de complementar a renda familiar. Todas essas atividades relacionadas ao extrativismo foram organizadas, a partir do período do ano em que ocorrem na comunidade.

A natureza é formada pelo conjunto dos recursos naturais, que constituem a base material da existência de mulheres, homens, crianças, jovens e velhos. A forma de relacionamento estabelecida entre a natureza e os seres humanos depende de vários fatores, tais como: modo de produção, estágio sócio-econômico e tecnológico da comunidade. Pode-se observar esta relação, a partir das antigas sociedades comunitárias, por exemplo, onde a dependência do homem com relação à natureza era praticamente total, este retirava da natureza apenas o necessário para sua sobrevivência e de sua comunidade. Para Costa (2006), “[...] a população nativa mantém sua reprodução a partir da exploração das potencialidades deste ecossistema, adaptando o meio às suas necessidades e sendo adaptada por este”.



Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cameté, 2008.

A imagem 16, mostra a família do seu Marinaldo Teles, exibindo uma pirarara, de aproximadamente 20 quilos, recém capturada, através de linha e anzol, resultado da pesca artesanal⁶¹, capturada especialmente para oferecer em um almoço para amigos, que estavam em visita à casa da família Teles. Podemos perceber na imagem que o morador segura em suas mãos uma espécie de fio; o qual está amarrado na calda do peixe, e preso à uma vara ao lado da ponte; o que significa que o animal está sendo conservado vivo, para que seus convidados tenham a oportunidade de conhecer de perto o peixe que vão consumir. Assim, o morador mostra que diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, o homem exercem seu domínio sobre a natureza, fazendo-a se adaptarem as suas necessidades, (SAVIANI, 2007, p.154).

A imagem 16, também reflete o comportamento extrativista e pesqueiro da Ilha de Juba, assim como, o seu potencial extrativista, o qual, está ligado à cultura tradicional, principalmente, de remanescentes de quilombolas, índios e ribeirinhos que, durante muitos anos, travaram suas relações sociais a partir de bases culturais comuns. Utilizando técnicas artesanais de forma racional e sustentável permitiam que os recursos naturais, fossem retirados de forma a garantir a sua sobrevivência no ecossistema desta região. Garantindo, desta forma, a conservação de espécies, tanto animal, quanto vegetal. Comportamento este, que faz parte de toda uma relação histórica que os povos, em particular, desenvolveram com a floresta. Segundo Cristina Wolff (1999, p. 173),

[...] Os diversos povos indígenas têm interagido com esta floresta de forma diversificadas, mas sustentáveis, plantando ou favorecendo o crescimento de espécies que lhes são úteis, domesticando plantas, ou mesmo praticando a extração simplesmente, mas numa escala em que normalmente a reposição dos espécimes coletados pode dar-se sem maiores problemas de forma natural.

Pode-se observar que essas práticas cotidianas de lidar e conhecer os mistérios que envolvem as águas e a floresta faz parte de todo um processo de educação

⁶¹ Pesca artesanal: É aquela realizada em escala menor, por comunidades que usam pequenas embarcações e equipamentos (redes, anzóis), não eliminam pequenas espécies nem os alevinos (filhotes em crescimento), garantindo a continuidade dessas espécies e, portanto, a pesca futura, (GTA, 2001, p. 39).

e transmissão de conhecimento. Que tem início ainda na infância, quando as crianças são ensinadas informalmente pelo método da observação e da prática cotidiana a reconhecer um cacho de açaí maduro; aprender a subir no açaizeiro⁶² para retirar os frutos; coletar frutas e sementes; fazer paneiro de costa e demais paneiros (feitos de talas ou cipós para carregar ou acondicionar produtos); colocar matapi; entender a dinâmica do paredão⁶³; torrar grãos de café e a moê-los; fazer o pão de cacau (uma espécie de massa feita de sementes masceradas de cacau, com a qual se faz o chocolate natural), que é acompanhado de farinha de tapioca. Destaca-se que a atividade de processar o pão de cacau e fazer o chocolate é constantemente realizada pelas mães de famílias, que são atentamente observadas pelas filhas. Para Simonian, as atividades das mulheres vão bem além dos serviços domésticos costumeiros,

As mulheres indígenas das sociedades [tradicionais] caçadoras e coletoras são, em geral, responsáveis pela coleta de frutos nativos e outras matérias-primas. Elas também participam da pesca e caça de animais pequenos, e ainda do beneficiamento de produtos da floresta” (SIMONIAN, 2001, p. 44).

Estes e outros saberes estão presentes na dinâmica do cotidiano das sociedades tradicionais, mais especificamente das mulheres. Sociedades estas, que buscam desde cedo, orientar, conduzir e ensinar suas crianças e seus jovens, a arte do conhecimento e os meios de sobrevivência na floresta. São saberes e práticas construídas e constituídas da consciência da sustentabilidade local e planetária.

Os processos educativos informais, construídos pelas mulheres andirobeiras em suas práticas e em seus saberes, estão sendo construídos e fundados nas articulações com a ecopedagogia, com a pedagogia da terra, com a ética universal

⁶² “ [...] O açaizeiro (*Euterpe oleracea* mart) é uma palmeira característica das várzeas e margens dos rios amazônicos. De estipe (tronco) delgada, pode atingir até 30 metros de altura. Suas folhas, de coloração verde-escura, chegam a 2 metros de comprimento. As flores desabrocham de setembro a dezembro, época da “seca” (de fevereiro a maio, período de maior precipitação).[...] cada palmeira produz de três a quatro cachos. Cada um deles, de 3 a 6 quilos de frutas. Da planta se aproveita tudo, principalmente palmito e frutas, das quais se extrai o vinho, ou suco” (Revista Globo Rural, 2000:32).

⁶³ Paredão é uma técnica cabocla, utilizada para capturar peixes, construído com talas de palmeiras de buriti, o qual é fixado à beira do rio, formando um grande paredão, onde os peixes entram na maré alta e não conseguem mais sair, e são finalmente capturados de maré vazante. – Marinaldo Teles, Abril, 2009.

humana, preocupadas com a humanização prudente e decente, fundada no princípio educativo da educação ambiental, do paradigma histórico do materialismo dialético:

O caráter histórico é essencial no pensamento marxista, e esta foi uma pista importante: buscar nas categorias para a análise da educação ambiental aquelas em que o caráter histórico está mais presente. O conceito de história ultrapassa os fatos para, a partir deles, pelas abstrações, compreender a história real, dinâmica, pensada. A história da humanidade é a história das relações sociais, relações sociais de produção e reprodução da vida dos seres humanos. A crise ambiental tem relação direta e profunda com o desenvolvimento social e econômico, a categoria de análise da relação homem-natureza atende a essa perspectiva (TOZONI-REIS, 2004, p. 20).

No transcorrer da pesquisa, foi possível perceber que o princípio educativo da educação ambiental transdisciplinar é a base dos saberes e das práticas de jovens, dos adolescentes e crianças, visivelmente, percebido quando eles estão dentro de um pequeno casco a remo (pequena canoa), em direção a floresta para coletar o açaí. A responsabilidade socioambiental do grupo parecia ser grande, pois, cabia a ele não só o processo de identificar e extrair os cachos de açaí maduros, que irão garantir a alimentação de toda família. Mas também arcar com os riscos enfrentados nesta atividade, que poderia ser desde a possibilidade de sofrer acidentes por picadas de insetos e cobras venenosas, assim como, enfrentar o risco de cair do açazeiro. Visto que o açazeiro é uma palmeira muito alta e fina, portanto, propenso a quebrar quando sobrecarregada pelo peso corpóreo do “apanhador de açaí”. É desta forma, que as crianças, desde muito cedo, vão assumindo responsabilidades perante a família e a comunidade da qual fazem parte.

A volta para casa, com um dos ingredientes básicos da dieta alimentar do ribeirinho, garante ao grupo de crianças respeito, confiabilidade e a certeza de que os ensinamentos, repassados no dia-a-dia, estão sendo aprendidos. No entanto, a tarefa não

pára por aí, é necessário molhar⁶⁴ o açáí. Que, posteriormente, é beneficiado em “máquina de bater açáí” manual ou elétrico, para se obter o “vinho de açáí”.

Ressalta-se que o açazeiro é uma palmeira muito importante neste cenário ribeirinho, pois ele é responsável por grande parte da economia dos habitantes das ilhas da região do Tocantins. O açáí (suco retirados dos frutos do açazeiro) é altamente consumido na localidade pelos moradores de quase todas as faixas etárias, seja na sua versão in natura, como alimento principal da dieta alimentar cotidiana desses sujeitos. Ou associado a outros alimentos como: a farinha d’água, o consumo de camarão, carne de porco, de jacaré, de frango e, sobretudo o consumo de peixe.

A lógica que orienta os sentidos e os significados das práticas e os saberes das águas e das florestas das mulheres andirobeiras é a lógica dialética crítica e dialógica, que contrasta com a lógica formal cartesiana, que ainda domina a relação homem-natureza capitalista:

Assim, se a relação homem-natureza subjacente à lógica formal cartesiana separa o universo em objetos/partes e dá ao homem o poder de dominá-los, a lógica dialética compreende a relação homem-natureza como uma relação permeada pela totalidade pela contradição. O ser humano, segundo essa concepção, é o sujeito histórico da construção de sua relação com a natureza (TOZONI-REIS, 2004, p. 38).

É importante ressaltar que os ribeirinhos da localidade estudada não se alimentam somente dos recursos naturais fornecidos diretamente pela natureza. Eles plantam e sobretudo criam animais como o porcos, o pato, a galinha, o peru. Estes animais geralmente são criados soltos no terreiro e transitam livremente por outros quintais, (MARCON, 2003). Devido as marés os animais possuem local próprio para se agasalharem no entardecer, e para que seus donos possam conferir se retornaram ou foram roubados, aliás este comportamento de pilhagem está ficando bastante freqüente na comunidade, (FIGUEIRA, 2005). Atualmente a presença de roubo na comunidade se reflete diretamente na floresta, através do roubo de árvores como: as andirobeiras, as

⁶⁴ Molhar o açáí, expressão muito utilizada pelos ribeirinhos, para explicar o processo ao qual o açáí é submetido para poder a polpa da fruta amolecer, como dizem os ribeirinhos, para que a massa se desprenda dos caroços com facilidade. Neste processo esquentam-se a água a uma temperatura de 45° graus, e coloca-se sobre os caroços de açáí. Depois é só esperar uns 10 minutos e partir para processar a fruta, a fim de retirar a poupa. – Informações coletadas na pesquisa de campo- julho de 2007.

ucuúbeiras e principalmente a palmeira do açaí, que é utilizada para retirarem o palmito. Outra modalidade de roubo também praticada na localidade é o roubo por afogamento de animais, bastante utilizado com porcos, pois são animais que emitem muito barulho, então a alternativa utilizada pelos assaltantes é observar o banho do animal, e durante o banho alguém mergulha e puxa o animal para o fundo d' água, o que provocará sua morte por afogamento, esta ação silenciosa, ajuda os assaltantes a executarem seu roubo sem que sejam pegos pelos donos dos animais.

A preocupação das mulheres e dos homens ribeirinhos jubenses em estabelecer relações de sustentabilidades ecopedagógicas com a natureza, sem comprometer o futuro das outras gerações, é uma constante, porque a natureza é a fonte fundamental de vida social, cultural, econômica e ambiental deles. Portanto, a dieta alimentar dos ribeirinhos não se restringe somente ao consumo do açaí, se baseia também no consumo de peixe, entre eles o mapará⁶⁵, frango caipira, carne de porco, camarão, aviú⁶⁶. Além de produtos derivados da mandioca como, farinha, tapioca, tucupi, cruêira, beiju.

Percebe-se através da observação e da fala das pessoas entrevistadas, que a população da localidade da Ilha de Juba, mantém a consciência ecológica, fundada no princípio educativo-ambiental histórico dialético, de que o lugar onde mora possui um grande potencial extrativista, mas que não podem explorá-la exaustivamente, interferindo desumanamente na natureza. Conforme fica evidente ao longo deste texto, que demonstra claramente quais são os produtos oriundos da natureza utilizados cotidianamente na localidade em questão.

Produtos estes, que estão diretamente ligados à cultura tradicional, assim como a identidade cultural e econômica desta localidade, principalmente aquela herdada de seus antepassados índios, negros, brancos, mestiços, que aqui viveram, simboliza a origem dessa e demais comunidades ribeirinhas e precisam ser utilizados de forma

⁶⁵ [...] o mapará (*Hypophytamus marginatus*), peixe símbolo da região [Tocantina] principal integrante da dieta alimentar, que migrou para outras regiões por conta da destruição de seu habitat natural (BARRA & FURTADO, 2004, p. 64).

⁶⁶ Segundo o morador de Juba Benedito Teles, “ [...] o aviú pertence a família do camarão (crustáceo decápodes us., utilizado para alimentação), ele é um camarão miúdo que aparece em toda a costa do Rio Tocantins e de seus afluentes no período entre os meses de julho a agosto. Ele é muito reimoso (expressão utilizada pelo morador, para dizer que pessoas doentes, crianças pequenos, não podem ingerir este animal, pois o mesmo pode despertar outras doenças ao organismo, como alergias), tem que saber preparar, senão ele dá diarreia e vômito.

responsável e racional pelos seus habitantes. Como diria Costa, “[...] a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência tem revelado que o conhecimento das pessoas do local [...] pode ser bastante detalhado” (COSTA , 2006).

Embora a pesquisa nos permita afirmar que a comunidade da Ilha de Juba tem sua base econômica pautada no trabalho extrativista vegetal e animal, um comportamento econômico tipicamente amazônico, que define o modo de vida da população local. Porém, a partir do ano de 1984, com a Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), a região Tocantina começou a enfrentar, os impactos sócio-ambientais, provocados pela formação do lago desta usina hidrelétrica, e as graves alterações ecológicas e econômicas, que esta construção significou para a população ribeirinha da região.

2. O contraste entre o tradicional e o moderno: vivências, hábitos, costumes e bens de consumo.

A população da região Tocantina, em particular a Ilha de Juba, vem adaptando-se às mudanças na sua cultura nativa ao longo dos anos, assumindo comportamentos, hábitos e costumes de outras culturas, reflexo e/ou influência de uma invasão simbólica e cultural, provocada pela imitação de uma sociedade pós-moderna. A qual vai gradativamente interferindo de forma significativa na estrutura do viver que o ribeirinho possui. O qual passa a adquirir e a assimilar pouco a pouco a cultura do outro. Este comportamento social tem deixado de lado as tradições, depreciando e enterrado com os mais velhos a cultura nativa da localidade, devido o “convívio” com outras culturas. Para Stuart Hall, este comportamento social praticado pela comunidade pode ser entendido, a partir da relação que,

[...] Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “ identidades partilhadas” – como “ consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “público” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da a infiltração cultural.

As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “terceiro mundo”, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou rádios portáteis, que as prendem à “aldeia global, (HALL, 2001, p. 74).

Este comportamento cultural elencado pelo autor pode ser sentido na comunidade pesquisada, e em seus moradores. O processo a assimilação e de reprodução de outras culturas, está presente no cotidiano das pessoas da localidade, segundo o entrevistado Marinaldo Teles, “ [...] hoje a vida ficou mais fácil pra nós, nós temos hoje televisão, antena parabólica e até celular pega aqui no Juba. [...] agente aprende muita coisa, hoje as coisa tão muito diferente de antes [...] do tempo dos meus avós”. Todas essas mudanças em relação a questão cultural-histórica, tem contribuído de certa forma, para o processo desvalorização da cultura local, a qual passa a incorporar novos valores e desprestigiar os valores construídos pela comunidade ao longo desses anos. Assim como, a entrada de novas informações na comunidade local, abre a possibilidade de reflexão a cerca de toda a cultura da comunidade, este comportamento poderá despertar, um processo social de valorização e conservação da cultura cabocla.

Desta forma, pode ser observado na fala do referido entrevistado, a importância das informações que a comunidade assimila, elas chegam por meio da televisão ou através de outro equipamento tecnológico presente nas residências. A presente pesquisa revelou que a presença destes novos equipamentos, das novas tecnologias no cotidiano da comunidade jubense está a cada vez mais presente, o que demonstra que 28% das casas visitadas possuem rádio, seja à pilha ou à bateria; 24% das casas possuem televisão, seja de imagem colorida ou imagem em preto e branco; 24% das casas tem fogão à gás, com forno ou somente de duas bocas; 15% das casas dos moradores da localidade possuem antena parabólica. Dos moradores apenas 6%

declararam possuir vídeo cassete e/ou DVD em suas casas e 3% dos entrevistados declararam possuir ferro de passar roupa, seja ele elétrico ou a carvão.

Na imagem 17 é possível perceber que o padrão de vida dos ribeirinhos tem mudado e com ele, sua cultura também vem sofrendo alterações. Porém, embora estes sujeitos tenham assimilado novos elementos a sua cultura, ainda, mantém “velhos” hábitos do viver nativo, tradicional, caboclo (COSTA,2206). Entre esses costumes que ainda resiste está o jogo de baralho, jogado por homens e mulheres, no assoalho da cozinha, regado a risadas e um bom café, na sua maioria das vezes, torrado com erva doce. Este jogo é utilizado em dois momentos importantes, um está relacionado às nas noites de velório, pelas pessoas que ficam durante a vigília do corpo, durante toda a noite. O outro momento é no período da semana santa, como uma maneira de passar o tempo e se distrair da tristeza, uma vez que, é proibido o uso da televisão. Esta proibição propriamente dita, tem haver com o comportamento religioso da comunidade, que nos explica este comportamento é dona Maria da Paz, “[...] agente guarda a sexta-feira santa por que foi o dia em que Jesus morreu.Pra nós é um sentimento. Deus o livre! É como se um parente da gente tivesse morrido também. Então a entrevistada continua seu relato lembrando que a semana santa, é muito parecida ao período de preceito ou luto que as famílias vivem, quando morre um de seus membros, geralmente este período é de uma semana. Para a entrevistada, nestes sete dias a família se recolhe socialmente, não assiste televisão, não faz barulho⁶⁷, não ri exagerado, mas principalmente evita tocar nas plantas, maquina de costura, pois acredita, que esta ação desencadeia danos ao objeto tocado, podemos ver esta afirmação em sua fala, “[...] eu acredito que no período do luto isso acontece, minha cunhada e também minha comadre morreu, as crianças daqui de casa viviam pegando no meu pé de muruci, [...] naquele ano deu bicho na fruta. Esta constatação feita pela entrevista, reforça a fé nesta crença popular, que é presente em todas as famílias da comunidade pesquisa. Ainda há muito da cultura cabocla nesta localidade.

⁶⁷ Pude observar no transcorrer da pesquisa de campo, que as famílias que residem próximo as casas que estão vivenciando o período luto, manifestam um comportamento de solidariedade e profundo respeito à família enlutada, pois não deixam que seus filhos façam barulho alto, não ligam o som. Este comportamento demonstram o nível de consideração e de sentimento das famílias em relação a pessoa que morreu e a seus familiares.



Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Porém, este comportamento tipicamente caboclo, vem sofrendo alterações. O acesso a informação e a assimilação de novos conteúdos, tem acima de tudo contribuído para o processo de mudança de comportamento da comunidade, no que diz respeito a natureza e ao destino que ela vem tendo. O que levanta a preocupação sobre o meio ambiente e o futuro das próximas gerações.

3. O papel da educação para o fortalecimento da tradição.

Segundo informações fornecidas pelo setor de Estatística Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, dados estes referentes ao ano letivo de 2008, o município de Cametá possui 40.150 alunos, regularmente matriculados na rede

pública municipal, desse total, 330 alunos são comunidade ribeirinha da ilha de Juba. Nesta localidade está situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Glicéria Guimarães, a qual atende as seguintes modalidades de ensino como: educação especial, creche, pré-escola, ensino fundamental, abrigando ainda três turmas de o ensino médio modular pertencentes ao Estado.

A escola da localidade está situada as margens do rio Juba, possuindo no seu quadro funcional onze professores, sendo apenas um destinado ao ensino da disciplina história. Além, de um diretor, uma merendeira. Sua estrutura é em madeira, coberta com telhas de barro.

O acesso a escola pelos alunos acontece através de transporte próprio do aluno, ou através do transporte escolar que a prefeitura municipal fornece aos alunos. Um dado relevante diz respeito ao papel da professora em relação aos alunos. Ela mantém uma relação de responsabilidade que extrapola a relação sala de aula, pois ao termino da sua atividade escolar e retornar para a casa no final do dia, alguns alunos retornam com ela, geralmente de rabetá, que ao longo do rio vai parando e deixando seus alunos em suas casas.

Os dados expostos na tabela 03 fazem referencia a uma realidade bastante atual na comunidade pesquisada. Porém, um dado negativo é detectado pela pesquisa, e que é confirmado pelos dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, diz respeito, a porcentagem de crianças e adolescentes que são reprovados no final do ano letivo, este índice chega a 30,99% dos alunos matriculados na escola municipal local - Professora Glicéria Guimarães. Este índice elevado de reprovação levanta a discussão sobre o formato de ensino e aprendizagem que crianças e jovens vem recebendo da escola da comunidade estudada. Este processo de ensino e aprendizagem, segundo Costa, apenas reflete uma “[...] educação bancária, a-crítica, a-histórica, [...] Nas escolas comunitárias das ilhas se percebeu, que não há maior interação entre os sujeitos com base nas práticas e experiências no espaço de ensino e aprendizagem de sua própria realidade e experiência” (COSTA, 2006, p. 206). Este fato contribui para o processo de desestímulo das crianças e jovens em relação a escola e ao método de ensino, onde o professor centraliza as informações, relegando aos alunos a condição de meros espectadores.

Modalidades Educacionais na Ilha de Juba
Ensino Regular

Educação Especial	07 crianças
Creche	24 crianças
Pré - escola	27 crianças
E. Fund.1ª a 4ª Séries	135 crianças
Ensino Fund. 5ª a 8ª Séries	137 crianças
Ensino Médio 1ª a 3ª Séries	73 pessoas
403 pessoas	Total de crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos. Entre eles estão os alunos atendidos pelo Estado nesta escola.

Tabela 03: Estas informações referentes a escola, diz respeito ao número de crianças matriculadas na escola local. – Fonte: Setor de Estatística Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, 2008.

A pesquisa de campo, ao investigar a realidade dos entrevistados acerca de sua escolaridade, constatou que das 48 pessoas entrevistadas na Ilha de Juba, 05 mulheres só utilizam um código lingüístico, neste caso a fala. Estas mulheres foram treinadas para apenas escrever o próprio nome, algumas delas consideram-se totalmente analfabetas.

Na seqüência, temos dados referentes a escolaridade na Ilha de Juba, onde pessoas que tiveram acesso ao ensino fundamental menor, de 1ª a 4ª série, porém, não concluíram seus estudos, cursando apenas as primeiras séries do referido ensino, estas são contabilizadas em 38 pessoas. Foram identificadas pessoas que ingressaram no ensino fundamental maior, de 5ª a 8ª e conseguiram concluir seus estudos, contabilizando o número de 05 pessoas. Há também pessoas que iniciaram o ensino médio e não conseguiram concluí-lo, estas somam apenas 01 pessoas; já as pessoas que deram início ao ensino médio e conseguiram chegar até o final do curso, somam apenas 03 pessoas; quanto as pessoas que ingressaram no ensino superior e que ainda estão

cursando, esta representam cerca de 01 pessoa. Estes dados fazem parte da coleta de dados feita ao longo da pesquisa de campo.

De posse de todos esses dados numéricos suscitam perguntas como, qual a razão de tamanha debilidade escolar? Que motivos poderiam justificar esses resultados educacionais demonstrados nesta comunidade? Contudo, o que a pesquisa encontra enquanto justificativa, na fala dos sujeitos locais, é a grande luta diária pela sobrevivência da família que na maioria das vezes impede este indivíduo de cursar até o final seus estudos; outro fato evidenciado é o da dificuldade de acesso a escola, devido a localização geográfica da região, que em muitos casos impossibilita a ida a escola. Porém, para o Sr. Braúlio Leão, um dos entrevistados, uma das razões deste fracasso, está no papel desempenhado pelos alunos e pela própria escola,

[...] O se eu tivesse dizendo que [a escola] não prestava, eu estava desfazendo e me sentiria um miserável, eu acho assim sofrida né !por que tem professores que não se discuti, mas é que um pouco dos alunos não querem estudar, querem anarquizar a escola e a escola não tem autonomia para bancar a dureza e não deixar anarquizar.

Para o entrevistado tanto a escola, quanto os alunos não estão desempenhando o seu verdadeiro papel, pois os alunos não valorizam este espaço e o investimento público direcionado para eles. Assim como, a escola não exerce a sua função de agente transformador da realidade local por meio da educação. A partir da visão educacional de Ferreira, “ é preciso que a escola ribeirinha encare a forma de luta político-cultural, proporcionando aos seus sujeitos uma atuação responsável e crítica onde [...] se reconstrua o conhecimento, (FERREIRA, 2007, p.42). Assim, no entendimento do entrevistado, falta mais autonomia da escola e uma metodologia participativa, crítica de ensino e aprendizagem para se trabalhar o processo formativo desses jovens. Porém, para dona Maria Benedita, moradora da localidade de Juba, o problema da escola é outro:

[...] ela [escola – professora] não tem uma visão voltada para despertar o interesse dos alunos, para conhecer sua cultura, a sua origem, como surgiu o Juba, a história da comunidade, ela só trabalha o que vem no livro [didático] oferece. [...] eu [aluno] não me reconheço nele [livro didático].

A problemática apontada pela entrevistada destaca uma escola desmotivada, acomodada, sem inovações, bitolada e, portanto, ultrapassada, sem sentido real para a vivência dos alunos. O livro didático passa a funcionar como o único recurso no processo de ensino aprendizagem. Diante desta realidade Mendes, argumenta que, “[...] a escola deve valorizar o conhecimento cotidiano como base cognitiva para que os alunos possam aprofundar seu pensamento [...] organizá-lo como conhecimento escolar” (MENDES, 2004, p.21). Assim, o processo permanente de alfabetização dos saberes das experiências [...], das ciências, entre outras coisas, está baseada na leitura crítica da linguagem dos conteúdos textos e dos contextos empíricos, escolares e acadêmicos, e de suas relações com os outros saberes (CHASSOT, 2003).

A partir dessas reflexões, a entrevistada identifica como um dos elementos responsáveis pelo fracasso escolar tanto dos alunos, quanto da própria instituição educativa, é a não identificação dos alunos. Para ela os estudantes não se sentem parte da escola, não se identificarem com os conteúdos estudados em sala de aula, em outras palavras, o que para moradora Maria Benedita, “[...] esta forma de estudo não traz nenhum significado para a vida cotidiana e prática dos alunos e nem à comunidade na qual eles fazem parte”.

É importante compreendermos o nosso espaço no mundo, pois segundo Freire, “[...] Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade” (FREIRE, 1997, p. 86). Temos de entender as razões que nos levam à escola, temos de problematizar as razões de se estudar algo, o para Freire entender, “[...] Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (FREIRE, 1997, p. 86). Informações imprescindíveis para construirmos uma educação de qualidade, que valorize os fatores socioculturais dos indivíduos .

Assim, mesmo com todas as dificuldades e debilidades ressaltadas pelos entrevistados em relação ao ensino, a professora da disciplina história, Maria de Lourdes, ao ser entrevista, afirma:

[...] nós temos uma educação que não está em um porte elevado, mas eu acredito que ela está se desenvolvendo bem, porque nós já temos ex-alunos na universidade, na UFPA, isso nos enriquece, isso é o que nos faz avaliarmos como professor. [...] eu falo muito sobre o nosso meio ambiente, esse meio que deve ser preservado porque mais tarde pode faltar.

A professora da escola da Ilha de Juba diz que reconhece todos os problemas citados acima. Porém, para ela tal reconhecimento não soa como uma confissão de culpa ou aceitação de fracasso, mas sim como reações pertencentes a todo um processo de desenvolvimento, ao qual a educação está exposta. As condições pedagógicas e didáticas dos professores são precárias, diante das demandas por condições de acesso e de permanência com qualidade humana para os alunos das sociedades tradicionais.

Para a professora Maria de Lourdes, 33 anos, essa realidade é compreendida assim, “ [...] não tem oportunidade para trabalhar essas tradições [...] nosso tempo é curto e nosso espaço também, porque para fazermos um trabalho bem elaborado, nós precisamos ter a criança perto, [...] é complicado quando se fala de transporte”. A referida professora afirma que mesmo com as debilidades já apontadas, ainda assim, vários alunos da localidade avançam na vida educacional e profissional, chegando a ingressar em uma faculdade federal, embora enfrentem uma acirrada concorrência. Com esta colocação a professora, tenta justificar os problemas em torno do ensino na localidade. Para Ferreira, “ a escola ribeirinha, [...] deve colocar em ação projetos curriculares nos quais professor e aluno realizem ações fundamentadas em um conhecimento, [...] acerca dos aspectos da sociedade da qual fazem parte (FERREIRA, 2007, p. 42).

É importante compreendermos que para fazermos uma educação diferenciada é necessário levar em consideração as histórias de vida e as linguagens das culturas, entendendo que elas não são homogêneas. Compreender que o currículo escolar, não deve ser visto como um espaço unitário, harmonioso e homogêneo, e sim como um campo cultural de contestação e conflitos, onde a reprodução, produção, resistência e passividade, façam parte dele, (Ferreira, 2007). Pois, a educação deve ser

caracterizada por suas diversidades de sentidos e de significados na vida do sujeito. O que para (FOUCAULT, 2005, p.13) “[...] trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los” (FOUCAULT, 2005, p.13). Nesse sentido, buscar o entendimento da educação como um processo social, onde ela permita o avanço das forças sociais, levando em consideração o acúmulo sociocultural da comunidade, assim como, o fortalecimento humano baseado no conhecimento e nas experiências historicamente construídas por essa comunidade (LEITE,1999, p.92).

As políticas públicas federais, voltadas para a educação das comunidades tradicionais do campo, como a comunidade da ilha de Juba, ainda não estão de fato direcionadas de forma satisfatória para a sustentabilidade ecopedagógica e para a reconstituição das práticas e dos saberes das etnohistórias e das etnociências das mulheres andirobeiras, porque os recursos financeiros são insuficientes, para impulsionar o desenvolvimento socioambiental concomitante ao crescimento econômico das populações ribeirinhas, e, também, porque os currículos escolares instituídos nacionalmente desconsideram as vivências cotidianas locais, plurais e múltiplas, quando implicitamente são o modelo único, uniforme e linear de educação formal aceita como válida e universal (TOZONI-REIS, 2004).

Todavia, as mulheres andirobeiras diariamente vem reconstituindo as suas histórias, as suas narrativas, as suas memórias, as suas representações, entrelaçadas às relações com a natureza, com as águas, com as florestas, com as terras, ou seja, com as inter-relações homem-natureza, como princípio educativo-ambiental sustentável histórico dialético e dialógico docente-discente.

4. Preocupações com o meio ambiente e a inserção em movimentos sociais organizados.

Diante das preocupações com a devastação do meio ambiente e da crescente pobreza da população da região Tocantina e da localidade de Juba, a população dos municípios atingidos pela barragem começa um processo de luta e de participação em movimentos sociais. Movimentos estes criados a partir da segunda metade da década de 1980, estendendo-se por todos os anos de 1990. Este momento histórico da região ficou marcado pelo movimento dos trabalhadores rurais, vítimas dos prejuízos provocados pela barragem de Tucuruí (SOUSA, 2002).

O Movimento em Defesa da Região Tocantina - MODEST, como foi denominado – reuniram os municípios de Mocajuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru, todos enfrentando problemas em relação aos impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Esta população teve como principal apoiadora a Igreja Católica. O referido movimento, que ficou conhecido como “atingidos pela barragem de Tucuruí”, veio quebrar, e por que não dizer, romper as amarras com os paradigmas políticos historicamente construídos pelas elites da região. Conforme se pode constatar no relato do senhor Marinaldo Teles, morador de Ilha de Juba:

[...] há uns 20 anos atrás, agente já tinha um movimento de preocupação com a poluição de nossa água. [...] O movimento da igreja [Católica], que já lutava em favor dos ribeirinhos da região, a questão [estava] na construção da barragem de Tucuruí, que ela prejudicaria muito a água, por que nós somos consumidores aí do rio.

Este movimento ao qual o morador se refere, é o movimento dos povos ribeirinhos pertencentes a região Tocantina. Na ocasião, um dos objetivos dos trabalhadores era fazer a ELETRNORTE, indenizar as populações atingidas pelos

impactos negativos ao meio ambiente e a economia desta região, em virtude da implantação da barragem (CASTRO, 1989).

A participação dos moradores da Ilha de Juba nos movimentos sociais organizados está relacionada às entidades, que pautam seus objetos na causa dos povos das águas, primando pelo desenvolvimento sustentável e solidário, desta região do nordeste paraense. Sem deixar, no entanto, de entender que os atores sociais beneficiados nesse processo são os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadores e pescadoras, donas de casa, aposentados, crianças e jovens, que almejam uma melhor qualidade de vida.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, assim como a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, vem acompanhando e mobilizando as lideranças sindicais das ilhas, a se organizarem na luta por seus direitos enquanto cidadãos. Através dos dados da pesquisa foi possível observar que estas instituições vêm aglomerando cada dia mais associados e entre eles, a mulheres vem gradativamente ocupando o seu espaço nas discussões socioambiental desta região.

No decorrer da pesquisa foram analisadas Fichas de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Cametá, assim como as Ficha de Filiação da Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cametá, com a finalidade de identificar a presença das mulheres da localidade da ilha de Juba nestas instituições. Os dados da pesquisa apontaram que no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá 231 pessoas da localidade pesquisada são associadas nesta instituição, sendo 115 mulheres, na faixa etária de 18 a 92 anos. Quanto as 296 pessoas da ilha de Juba, associadas à Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cametá, 116 são mulheres na faixa etária entre 21 a 58 anos.

Entre as vantagens fornecidas as usuárias por estas instituições está: a declaração à associada comprovação que as mesmas são trabalhadoras do campo ou pesadoras. Esta declaração é fundamental para a processo de aposentadoria dos associados. Outro benefício bastante solicitado pelas associados é o auxílio maternidade. No caso da Colônia dos Pesadores as mulheres cadastradas também

recebem o seguro defeso⁶⁸, fornecido pelo Governo Federal, através do Ministério da Meio Ambiente, no período do defeso ou seja, nos meses em que a pesa é fechada nesta região, para garantir a reprodução de algumas espécies de peixes, como o mapará⁶⁹. Outras vantagens foram também relacionadas, como a luta por linhas crédito e de financiamento nas agencias bancárias, para investimento em suas propriedades; Além de cursos de formação em remédios caseiros, piscicultura, criação de abelhas, cursos que acontecem sempre em parceria com a Associação Paraense de Apoio as Comunidade Carentes - APACC e o Centro Miriti de Assessoria às Mulheres - CEMAM, IPEDE e outras organizações, seja locais ou estaduais. Quanto a outras instituições presentes na localidade de Juba, aparece o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Profissional do Estado do Pará, com 1% de associados.

Estas instituições os representam e garantem que suas reivindicações e seus direitos sejam ouvidos, embora em parte, sejam respeitados pelo poder público e pela sociedade. É válido dizer que muito da força dessas organizações veio do apoio recebido pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

O Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE articulou um desses momentos de discussão com o poder público, organizações não governamentais e governamentais e as mulheres andirobeiras, detentoras dos saberes e das práticas do beneficiamento do azeite de andiroba. Este momento político objetivava mobilizar o poder público, tanto o legislativo, quanto o executivo a fim de sensibilizá-los em torno da causa das mulheres, que lutavam pela conservação de seus saberes e práticas, fruto do acúmulo e da herança cultura de seus antepassados.

Entre as discussões, destaca-se aqui o II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais, que teve como temática: “Valorizando a cultura das mulheres

⁶⁸ O Sistema Nacional de Emprego, com delegacia em cada estado da federação. O SINE órgão do Ministério do Trabalho e é o pagador do seguro defeso dos pescadores artesanais. Para caracterizar esse direito vários órgãos do governo são envolvidos, o que gera grande ineficiência do sistema. Primeiro o Ibama tem que emitir a portaria definindo o período de defeso para cada bacia [hidrográfica]. Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, tem que comprovar que o cidadão exerce a profissão e que não tem nenhum impedimento para acessar o benefício. Terceiro: O – Ministério de Trabalho e Emprego - MTE, após consultar a previdência social, autoriza o pagamento.

⁶⁹ Período de defeso é a época de desova das principais espécies de peixes migradores. Para cada bacia ou região tem um período que é definido em portaria do Ministério do Meio Ambiente. Na região de Cametá é de 01 de novembro a 28 ou 29 de fevereiro. (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006)

extrativistas, para um mundo mais justo e solidário”, o evento aconteceu no mês de Fevereiro de 2007, na Casa Familiar Rural, reunindo aproximadamente 70 participantes de diversas ilhas do município de Cametá, além de instituições governamentais e não governamentais.

O II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais – “Valorizando a cultura das mulheres extrativistas, para um mundo mais justo e solidário”— contou com a participação do representante do ministério do Meio Ambiente, Deputado Airton Faleiro, Deputado Valdir Ganzer, IBAMA do município de Cametá, Câmara dos Vereadores de Cametá, Vereador Luis Gonzaga da Cruz (PT), BASA, SAGRI, cooperativa CART, Prefeitura Municipal de Cametá. Além da presença das mulheres andirobeiras e extrativistas, que representavam suas localidades de origem. Dentre elas destacam-se a Sra. Dinair Gaia (Ilha de Paruru de Cima), a Sra. Socorro Teles (Ilha de Juba), Sra. Benedita Furtado (Ilha de Juba), Sra. Eliana (Santana, localidade que faz extrema com o município de Mocajuba), e demais mulheres, representantes de movimentos sociais, como a Sra. Waldirene Cruz (STTR- Cametá).

O principal objetivo deste evento foi provocar a discussão sobre o projeto de beneficiamento de óleos vegetais de espécies florestais, existentes no município de Cametá, dentre os quais se encontra a andiroba. Da mesma forma, sensibilizar as esferas de poder, presentes no seminário, com a finalidade de poder proporcionar uma séria discussão sobre os recursos naturais da região, visto que a cada dia estão sendo exauridos, buscando, assim, encontrar alternativas econômicas, principalmente, no que concerne a geração de trabalho e de renda para as comunidades tradicionais, a fim de evitar que as mesmas, lancem mão dos recursos naturais florestais, sem nenhum manejo, comprometendo cada vez mais o processo de sustentabilidade da região do Tocantins.

Dentre as temáticas discutidas no II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativistas produtoras de óleo de Andiroba da região Tocantina, destacam-se as palestras do Deputado Estadual (PT) Airton Faleiro, que abordou as Políticas Governamentais de Incentivo ao Extrativismo Florestal, dando uma maior visibilidade ao trabalho das mulheres produtoras do óleo de andiroba, ressaltando a importância delas na cadeia produtiva e no fortalecimento da agricultura familiar desta região. Após este momento de reflexão coletiva a Socióloga e Coordenadora do IPEDE,

Aida Maria, em uma palestra, deu foco ao potencial extrativista da região Tocantina e o Projeto de Beneficiamento de óleos Vegetais (IPEDE, 2003).

As mulheres extrativistas do município de Cametá, fundamentalmente, da localidade da Ilha de Juba, também fizeram parte de forma ativa do II Seminário das mulheres andirobeiras da Região Tocantina, com a finalidade de debater com o poder público, e com outras instituições presentes no evento, os rumos que a sua atividade de extração do óleo de andiroba vem tomando ao longo dos anos. Levantando a necessidade de conscientizar a sociedade e o poder público para a defesa de seus saberes e de suas práticas, fonte de suas sobrevivências e, sobretudo, do meio ambiente em que vivem. Tal preocupação também foi externada durante o referido evento por uma moradora da comunidade remanescente de quilombo de Santana, município de Cametá: “[...] a conscientização sobre o valor da andirobeira é de extrema importância e medidas como reposição das árvores devem ser implantadas urgentemente nas comunidades” (ELIANA MACHADO, apud IPEDE, 2003). Estas palavras denotam a preocupação que essas mulheres têm com o meio ambiente, mas também com o elemento fundamental de suas práticas e de seus saberes, a árvore de andirobeira, um dos elementos responsáveis pela segurança alimentar de suas famílias e da própria comunidade.

A constante luta travada cotidianamente pelas mulheres desta região, em defesa de seus direitos e pelos direitos de sua comunidade, vem tomando corpo e ganhando novos aliados nos cenários municipais, estaduais e na própria esfera federal. Embora as mulheres que trabalham na extração do óleo de andiroba, não estejam unidas em uma cooperativa ou até mesmo em uma associação direcionada a prática de extração do azeite de andiroba, ainda assim, se fazem ouvir e exercem seu papel social, político e ambiental, atuando coletivamente na luta pela conservação e valorização de seus saberes e de suas práticas cotidianas que envolvem o processo de extração do azeite. Estas mulheres pautam suas lutas e resistências na firme consciência da construção de um ambiente local, que respeite seus saberes, suas vivências, estabelecendo uma relação com a natureza pautada no respeito, preservação e sobretudo na conscientização, tanto dos recursos naturais, quanto de todo o conhecimento que este lhe proporciona. Pois, o meio ambiente, representa para essas mulheres e suas famílias, espaço indispensável para a sobrevivência de sua gente e de seus saberes e práticas.

5. A relevância da presença da mulher na extração do Óleo de Andiroba.

Segundo informações do último censo populacional feito no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), o número de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias aumentou consideravelmente. Esta realidade também está ocorrendo na Amazônia Legal, também está ocorrendo. Entre essas mulheres estão trabalhadoras rurais, pescadoras, extrativistas, parteiras, entre outras. As quais assumem suas próprias lutas, ao lado de seus companheiros, filhos. As extrativistas do óleo de andiroba ocupam a terra de onde extraem recursos naturais e começam a beneficiados tais recursos, melhorando a renda familiar e de sua comunidade, contribuindo assim, para o processo de conservação da floresta. Para Lígia Simonian, “ Estas mulheres tem logrado avançar em suas lutas por melhores condições de vida, através da melhoria de produtos extraídos da floresta e de sua comercialização e, mais recentemente, pela entrada na educação formal, que às vezes, inclui a ambiental (SIMONIAN, 2001, p. 50)”. O fortalecimento das discussões em torno da natureza e a definição de novos rumos para o desenvolvimento sustentável⁷⁰ amazônico está evidente na presença na feminina nas atividades de trabalho do cotidiano (GTA 21, 2001).

O tempo e as atividades relacionadas ao trabalho das mulheres extrativistas e andirobeiras de Juba é organizado a partir dos espaços casa e floresta, ou mato chamam cotidianamente. Sendo que o espaço casa se subdivide em: responsabilidades com a casa em si, com idosos e criança, criação de animais, cultivo de plantas medicinais, preparo de remédios, entre outras atividades pertencentes aos afazeres de casa. Em relação ao tempo floresta, na maioria das vezes acontece quanto seus companheiros, filhos estão fora, além dos trabalhos rotineiros elas assumem os dois espaços. Se embrenhando na floresta em busca se sementes, cascas, cipós, lenha,

⁷⁰ O Desenvolvimento sustentável acontece o crescimento de uma comunidade de forma organizada, e todos podem estudar, ter boa saúde, trabalhar e receber de maneira justa, utilizando bem os recursos da natureza. Para isso acontecer, é necessário mudar a forma de cultivar a terra, de utilizar a água, tirando do meio ambiente somente o necessário para uma vida saudável. Essa é uma forma de desenvolvimento de países e comunidades sem destruição do meio ambiente e com maior justiça social, sem comprometer o direito das futuras gerações também utilizarem os recursos naturais, (GTA, 2001, p.39).

frutas. Nos igarapés quando a maré baixa, para retiram os matapis⁷¹ que foram colocados na maré anterior a fim de capturar camarão e pequenos peixes. Fazem tapagem do igarapé com ajuda dos filhos mais novos em busca de pequenos peixes para o consumo das famílias (FIGUEIRA, 2005), (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002).

Entre as atividades de casa desempenhada pelas mulheres é importante ressaltar a atividade de lavagem de roupa, pois esta atividade é feita a céu aberto, de modo mais tradicional, onde as roupas são levadas ou para o igarapé que corta a propriedade ou no rio principal que passa em frente a residência, esta ação justifica pelo fato das casas não possuírem sistemas de encanação, ou qualquer forma de bombeamento da água do rio para casa. Nesta atividade muitas das mulheres utilizam durante a lavagem o sabão de andiroba⁷². Quando estas mulheres encontram-se menstruadas ou de parto costumam trazer água do rio ou igarapé para o jirau de suas casas para executarem esta atividade. Esta mudança na rotina da doméstica ocorre em virtude do receio que as mulheres demonstram ter do boto⁷³ e de seus encantamentos. Isto por que na localidade acredita-se que o boto transforma-se em uma entidade encantada que malinam com as mulheres. Segundo Pinto,

[...] o sangue menstrual e do pós-parto assume uma espécie de elo simbólico que desperta o interesse das “coisas do encantado”, principalmente do boto, já que nesses períodos o sangue da mulher se expõe, ganha visibilidade, e por ele, a mulher fica mais atraente e desprotegida para o ataque das forças do invisível, como, por exemplo, do boto, que, pelo sangue, entra em contato com a mulher, já que suas ligações amorosas são ativadas pelo sangue, durante as relações sexuais, (PINTO,2004, p.199 - 200).

⁷¹ O matapi é uma armadilha de pesca feita de talas de palmeiras amarradas com cipós, mede aproximadamente um metro de comprimento por 70 cm de diâmetro. O pescador deixa as armadilhas durante a noite, isto é, dependendo da maré pode também ser colocado durante o dia, e, ao amanhecer, vai tirar ou “revistar”, (PINTO,2004, p. 200).

⁷² Segundo dona Ivanildes, o sabão de andiroba é composto: sebo animal, cinzas da casca da fruta do cacau, óleo de andiroba endurecido, folhas de uma planta chamada oriza, folhas de urtiga cheirosa e solda cáustica. Ele é utilizado na lavagem de roupa, mas também é recomendado para o tratamento de coceiras na pele. – Dados da Pesquisa de Campo – maio de 2007, Ilha Juba – Cametá –PA.

⁷³ Segundo Benedita Celeste, “O boto é um cetáceo platanídeo marinho de água doce. Quando adulto pode alcançar mais de dois metros de comprimento e aproximadamente 80 cm de diâmetro. [...] (PINTO,2004, p.199 - 200).

Para as pessoas mais antigas da comunidade de Juba, o boto ao simpatizar com uma mulher, não leva em consideração se ela é moça donzela ou mulher casada. Ele simplesmente enamora a mulher e a partir de então passa a perseguir sua escolhida. A mulher escolhida passa a manifestar um comportamento físico e psicológico diferente, manifestando tristeza e profunda palidez. Para que a mulher não enlouqueça ao encantamento do boto é preciso que ela seja tratada à tempo por um experiente, uma espécie de pajé. Porém, se a família não procurar um tratamento rapidamente, ela poderá até morrer. Por essa razão as mulheres da localidade previnem-se contra os encantamentos do boto, evitando o contato com direto com ele. Sendo assim, executam suas atividades no período menstrual de forma mais cautelosa e recatada, no interior de suas casas.

A atividade doméstica de lavar roupa nos remete ao trabalho das lavadeiras, na Escócia do século XVIII, e a importância desse trabalho. O qual, serviu de contribuição para a criação da indústria de branqueamento do linho. Assim, também, o trabalho das mulheres extrativistas em torno da extração do óleo de andiroba, aqui na Amazônia, tem despertando o mercado das indústrias de cosméticos (shampoo, óleos aromáticos, sabão líquidos e em barra, velas, etc) e das farmácias que trabalham com remédios fitoterápicos (MACEDO, 1981).

As mulheres da floresta⁷⁴ ocupam um espaço significativo em todo o processo de extração do azeite de andiroba, pois cabe a elas todas as etapas dessa atividade, mesmo as mais perigosas como a etapa do cozimento das sementes. Algumas mulheres nesta etapa recebem ajuda de seus maridos e/ou filhos, nesta tarefa, principalmente, para retirar o tacho cheio de semente de andiroba cozida do fogo. Este trabalho é tão árduo a ponto de algumas entrevistadas como dona Maria do Socorro o definir da seguinte maneira,

⁷⁴ “Dentre as mulheres da floresta podem estar incluídas as indígenas, as caboclas e as quilombolas, especialmente por seu envolvimento com as atividades de coleta, caça e pesca voltadas para a subsistência familiar, ou na economia extrativista voltada para o mercado. Tais mulheres intervêm no ambiente via produção agro-florestal e ainda [...] mantêm toda uma relação mítico-espiritual com os ecossistemas florestais, ribeirinhos, [...]. Essas mulheres conhecem, exploram e utilizam os recursos naturais no seu cotidiano, comercializam-nos e empenham-se em sua preservação, (SIMONIAN, 2001, p. 109)”.

[...] nem pense dona, esse trabalho é muito sacrificoso, perigoso; agente tem sempre que tá prestando atenção, pra não pisar num bicho, pra num ser batido por cobra; e o pior é quando agente vai cozer as amêndoas; agente tem de esperar a água baixar, aí nós vamos arrumar a lenha pra fazer o fogo, é muito difícil, porque o terreiro tá molhado, o fogo demora pegar pressão; agente tem de tá mexendo as sementes pra elas cozerem igual, aí agente pega aquele imenso calor do fogo, quiete! É muito trabalho! Muita das vezes pra vender o óleo bem baratinho, quase de graça.

O processo de extração do óleo de andiroba, de acordo com a fala da informante é um trabalho muito difícil e sobretudo, perigoso. Observou-se durante a pesquisa que as mulheres que fazem desta atividade, na sua maioria não possuem os equipamentos adequados como luvas apropriadas para o calor, botas, panelão para executar tal tarefa. Muitas vezes elas tomam emprestado de suas comadres ou vizinhas objetos como o tacho, onde é feito o cozimento das sementes. Devido a tantas dificuldades, as famílias que extraem o óleo de andiroba costumam reunir outras famílias em torno dessa atividade de beneficiamento, numa espécie de convidado ou mutirão. Segundo dona Maria do Socorro, “ [...] essa atividade reúne vizinhos, compadre, comadre, parentes e amigos, geralmente acontece na casa de alguém que estila muito óleo”. Ou seja, uma quantidade acima de 500 quilos de sementes. Segundo dona Maria Maíde, essa atividade acontece geralmente à noite, quando todos estão livres para ajudar. Para Figueira, nesta ocasião as pessoas aproveitam para conversar e, conseqüentemente, estreitar os laços entre as famílias convidadas (FIGUEIRA, 2005).

Atualmente, esta prática de convidado está passando por transformação na comunidade, devido a fatores como: a gradativa diminuição de pessoas que retiram o óleo de andiroba, associado ao fator econômico relacionado ao valor do produto no mercado e o grau de dificuldade de se obter o produto final, o óleo de andiroba. Estes seriam segundo os informantes, as razões principais que estariam contribuindo para o processo de diminuição da prática do convidado.

6. O destino comercial da andiroba: sementes e óleo.

No transcorrer da pesquisa em torno da andiroba constatou-se que os produtos oriundos dessa espécie fazem parte da economia doméstica, entrando no orçamento da família. Os extrativistas do óleo de andiroba comercializam este produto de forma diferenciada. Alguns vendem somente as sementes, outros vendem as sementes e o óleo, outros porém, vendem as sementes, o óleo e os derivados do produto final, como é o caso do sabão feito a base de óleo de andiroba. Dentre os que comercializam esses produtos estão: as pessoas da comunidade estudada e os comerciantes que estão situados ao longo do rio, alguns extratores vendem na feira livre de Cametá, outros na feira livre de Mocajuba, alguns vendem a sua produção em Belém do Pará.

Porém, na maioria dos casos os extratores e coletores utilizam o antigo sistema de troca de produtos, pode-se constatar essa informação a partir do relato da moradora Maria Maíde, que ao lembrar-se de sua infância diz: [...] eu ia juntar no mato com a minha mãe, ela me levava, quando agente vinha do mato ia vender na venda [pequeno taberna], aqui mesmo no rio, pra comprar alimentação; agente juntava ucuúba, azeite; agente ia toda de manhã no inverno. A fala da moradora reflete uma realidade ainda presente atualmente na comunidade, onde as famílias juntam as sementes de andiroba e trocam por café, açúcar, biscoitos e até óleo diesel, (FIGUEIRA, 2005). Esta atividade de troca acontece nas pequenas mercearias distribuídas ao longo do rio.

Neste processo de negociação/comercialização, os extratores e coletores das sementes de andiroba, sempre saem perdendo, pois os donos das mercearias, estipulam um valor que querem para o produto, seja este, o de compra, seja o de troca, configurando assim uma espécie de subordinação/dominação, pois faz com que tanto coletores, quanto extratores fiquem “reféns” de suas decisões comerciais. Outro processo bastante corriqueiro na localidade é denominado de azeite de “meia” ou seja, neste tipo de negócio o dono da venda entra com as sementes e o extrator com todo o trabalho. Ao final de todo o processo de extração o óleo é dividido em partes iguais. Sendo que a parte que cabe para o extrator muitas vezes é retirada em alimentos e outras

mercadorias, o que acaba configurando prejuízo para quem extraiu o óleo, (FIGUEIRA, 2005, p.86).

A pesquisa identificou alguns problemas que afetam diretamente a relação do produto e da comercialização do óleo de andiroba, foi possível através da observação, localizar os principais problemas desta relação que as mulheres extrativistas da Ilha de Juba, enfrentam em relação a venda e a própria agregação de valor ao óleo. Estes entraves na comercialização acontecem devido a falta de qualificação da mão-de-obra, que vai desde a baixa qualificação profissional das mulheres, até a ausência de organização comunitária. A falta de materiais para a higienização do produto, embalagem e local adequado para guardar o estoque afetam o produto final e conseqüentemente a entrada do produto no mercado e sua comercialização, torna-se bem mais difícil e muitas das vezes inviável. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres e do óleo para a comunidade local. A atividade de beneficiamento do óleo acontece sem um planejamento e sem quase nenhuma estrutura.

Segundo Figueira, a empresa BRASMAZON, de propriedade de dois engenheiros químicos, pertencentes a Universidade Federal do Pará, teve sua fundação na década de 90, mas especificamente no ano de 1995, seu principal objetivo era desenvolver produtos acabados, a partir de óleos vegetais, entre eles o de andiroba. Também funciona como exportadora de óleos amazônicos. O óleo que esta empresa produz é encaminhado para São Paulo, Europa e Japão. Sendo ainda vendida para o centro-sul do Brasil (FIGUEIRA, 2005).

Esta empresa tem a sua atuação em vários municípios do Estado Pará, entre eles Cametá, de onde compra quase a totalidade das sementes de andiroba. A cerca de três anos, a BRASMAZON, foi vendida para grupo Beraca-Sabará, passando posteriormente a ser chamada de Beraca- BRASMAZON. Quando a empresa não consegue absorver a demanda de amêndoas, há uma queda considerável no preço das sementes e conseqüentemente no óleo. A empresa utiliza como seus intermediários nesta compra os próprios comerciantes da localidade. Não havendo uma relação de proximidade entre a empresa e os coletores de sementes. O que acaba alimentando o mercado do aviamento, fazendo com que tantos os extratores, quanto os coletores das sementes contraiam dívidas no comércio local.

7. A tradição ameaçada.

A comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, vem ao longo dos anos enfrentando a resistência das gerações mais jovens em relação a prática de extração do óleo de andiroba. Apesar desta prática fazer parte da cultura cametaense, muitas pessoas estão deixando de fazelá-la. A maior parte dos adolescentes e jovens dessa comunidade, estão traçando outras perspectivas para as suas vidas, portanto, não demonstram interesse por esta prática, tal comportamento também pode ser justificado pelo viés econômico. Segundo a moradora Rute Teles,

[...] uma das causas da diminuição da prática da andiroba, é a falta de andiroba, não tem quase na mata e também a força de vontade das mulheres, porque elas tem outros meios de ganhar, aí elas largaram de mão; os projetos do governo tão ajudando as famílias, a bolsa escola, a bolsa família; elas não tem tanta necessidade de trabalhar com aquilo [a extração do óleo]; aí elas param né.

Esta realidade que a alguns anos vem permeando o universo das mulheres andirobeiras, tem a cada ano tomado espaço e força, principalmente entre os jovens e as mulheres da localidade pesquisada. Porém, na fala da moradora outros elementos são levantados, para justificar todo o processo que vem ocorrendo em torno desta prática secular; um deles está diretamente relacionado ao auxílio que as famílias recebem dos programas do Governo Federal; outro está diretamente relacionado a retirada das árvores de andiroba na localidade. O que ocasiona a escassez de sementes e conseqüentemente a diminuição da prática de extração do óleo de andiroba.

Em relação a situação, que está ocorrendo na Ilha de Juba, alguns moradores, por conta própria decidiram trabalhar de forma diferente em relação a floresta, é o que nos explica dona Maria Maíde,

[...] agente cuida muito bem da floresta; agente não deixa tirar as árvores; o pessoal viu que nós temos um terreno e o pessoal da serraria, fica atentando pra gente tirar a madeira, eu digo que eu ainda não quero vender; deixa está a madeira na mata, se agente vender; agente acaba com a floresta.[...] eu vou deixar pra reserva e eu quero deixar para meus filhos também.

A mudança de comportamento de alguns moradores da comunidade ribeirinha, reflete o grau de preocupação e o nível de consciência que as pessoas vem desenvolvendo ao longo desses anos. Esta consciência é fruto de vários fatores socioculturais vivenciados pela comunidade. Fato estes, que vão desde a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí e todos os impactos negativos provocada por esta ao meio ambiente, o que representou uma alteração significativa na qualidade de vida da população ribeirinha. Assim como o processo de formação que a população da região das ilhas e zona rural receberam das comunidades eclesiais de base.

Atualmente o desafio que a prática de extração do óleo de andiroba enfrenta, é manter-se viva, presente no cotidiano da comunidade, apesar dos obstáculos existentes, como nos lembra a moradora Rute Teles, a falta de árvores de andiroba, pouco presente na mata, a falta da força de vontade das mulheres, a presença dos projetos do governo como a bolsa escola, a bolsa família, o baixo valor agregado as sementes e ao óleo, os perigos que envolvem essa prática. Assim como as novas perspectivas traçadas pelos jovens em relação para a sua vida. Todos esses fatores tem contribuído ao longo dos anos para que a prática de extração da andiroba esteja gradativamente sendo diminuída. Porém é importante salientar que o papel das mulheres andirobeiras em relação a estas práticas, representa a resistência e a continuidade desses saberes tradicionais, como se pode compreender na fala de dona Rute Teles quando diz: [...] a minha mãe tirava azeite, aí ela morreu! E eu fique tirando azeite no lugar dela”.

Para os mais velhos é frustrante saber que os saberes e as práticas que gravitam o universo de extração do óleo de andiroba, podem vir a ser diluídos e até se perder, desaparecendo com os mais velhos da comunidade. Uma vez que esta atividade exige de quem a pratica movimento rápidos e precisos, como andar na mata, se agachar, carregar peso, entre outras atividades, consideradas pesadas pelos mais novos. Por outro

lado, temos a mudança de comportamento dos mais jovens em relação a esta prática tradicional, herdada dos índios e transmitida oralmente de geração a geração. O que os motiva a esse comportamento, são as novas expectativas do mercado de trabalho. Os jovens estão reinventando o seu comportamento sociocultural.

A população da Ilha de Juba, mesmo com todos os problemas que enfrenta vem a cada dia lutando pela conservação e preservação de suas memórias, seus saberes e suas práticas, reafirmando sua cultura e seu modo de vida construídos historicamente. Tal realidade pode ser constatada através da fala de uma das crianças entrevistadas ao longo da pesquisa, “[...] eu gosto de ir pro mato com a mamãe catar o azeite [as sementes de andiroba], agente entra no mato e ela vai me ensinando o nome das plantas, dos bichos, eu gosto⁷⁵”. É, portanto, na prática do cotidiano que o aprendizado vem se sendo repassado e consolidando entre a população tradicional das Amazônias.

⁷⁵ Laura, 10 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de um dos entrevistados durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar algumas possibilidades de estudo a cerca da historicidade da população ribeirinha da região do Baixo Tocantins, região das ilhas, tendo como um dos propósitos reconstituir os saberes e as práticas socioculturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba, na Ilha de Juba.

A pesquisa teve como base teórica autores ligados a história social e a história oral, como P. Thompson, S. Hall, M. Foucault, M. Certeau, R. Williams, entre outros, os quais ajudaram compreender, que os saberes e as práticas cotidianas das mulheres andirobeiras da Ilha de Juba, assim como sua cultura, fazem parte das experiências socialmente construídas no convívio destas mulheres com diferentes sujeitos histórico- culturais. Na opinião Williams, para compreendermos esse processo cultural temos que entender o,

[...] processo social constitutivo, que cria 'modos de vida' específicos e diferentes que poderiam ter sido aprofundadas de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato e unilinear. (WILLIAMS, 1979, p.25).

Desta forma, procurei construir o presente trabalho a partir das análises de autores que trabalham a realidade social da Amazônia brasileira, dando destaque aos estudos que analisam as mulheres e suas práticas cotidianas, como Wolff, Simonian, Pinto, Acevedo, Angelin, entre outras. Contudo, ressalto que a produção historiográfica acerca da história social das classes menos privilegiadas e, principalmente, a respeito das mulheres são bastante escassas na região Tocantina. Segundo Pinto (2004, p.23),

[...] a história oral tem sido útil, cúmplice e necessária na reconstituição de saberes, experiências, improvisações e lutas cotidianas vividas no âmbito de uma cultura onde a oralidade predomina. Dessa forma, os relatos orais, mediante a memória e as histórias de vida tornaram-se as fontes principais.

O objetivo deste estudo foi, sobretudo, registrar e reconstituir os saberes cotidianos das práticas sócio-culturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da localidade de Juba, bem como analisar o contexto histórico das práticas dos saberes cotidianos das mulheres jubenses, com seus significados, a partir da escuta dos relatos, das falas e das histórias de vidas dos sujeitos locais. Assim,

[...] dar voz aos que a tem sufocada por aquelas outras vozes que, à custa de tanto se fazerem ouvir, abafam todas as demais. É o caso do método da história oral que normalmente se usa onde melhor se pode contar e escutar: entre os analfabetos, marginais e excluídos. O social não se resume àquilo que nos é dado com maior tangebilidade ou visibilidade. Mas para descobrir esse outro social submerso impõe-se desafiar as convencionais e persistentes 'hierarquias de credibilidade'. As falas do senso comum trazem um saber. [...] São locatários de um conhecimento cuja propriedade oferecem a quem desse saber queira saber: através de entrevistas, história de vida, observação participante (PAIS, 2003: 134).

A comunidade ribeirinha de Juba, a partir de sua necessidade, desenvolveu ao longo desses vinte e nove anos, de existência da usina hidroelétrica de Tucuruí, novas estratégias de sobrevivência e reprodução social. Com a falta de peixe e camarão, uma das alternativas encontradas pela comunidade ribeirinha foi a venda de árvores da floresta e de palmito de açaí. Este comportamento tem ficado a cada dia mais visível na comunidade, revelando um retrato triste e perigoso para a reprodução da vida na Ilha de Juba, pois representa uma dupla ameaça para os extrativistas da localidade, que trabalham com a prática de extração artesanal do óleo de andiroba. A primeira ameaça, diz respeito ao açaí, alimento fundamental da dieta alimentar da comunidade. A segunda, está relacionada a venda de árvores, entre as mais procuradas para a compra, está o pé de andiroba.

A pesquisa demonstrou que as mulheres apresentam uma preocupação maior em manter a floresta em pé. Para elas é necessário guardar, fazer reserva das plantas que estão no mato. Para as mulheres a floresta precisa ser poupada para que as gerações que estão vindo possam ter e conhecer as plantas e os animais e fazer uso deles para a sua sobrevivência. Portanto, as mulheres assumem o papel simbólico de guardiãs, pois estão vendo a tradição de extrair o óleo de andiroba ameaçada, devido a retirada indiscriminada dessa espécie florestal.

Entre as alternativas de sobrevivência, que a algumas pessoas da comunidade vem tomando, destaca-se a criação de peixe em cativeiro, atividade esta cada vez mais difundida entre as famílias da localidade pesquisada, e que serve para o consumo da família. Porém, ainda é muito grande a relação de dependência em relação a natureza, no que se refere aos produtos extraídos do rio e da floresta. Outro comportamento que vem tomando espaço nas discussões e decisões dos moradores é o processo de conscientização em relação a preservação das árvores, em especial as de andiroba. Pois, devido a falta de sementes de andiroba e, conseqüentemente, do óleo, algumas famílias estão reavaliando o comportamento comercial em relação a planta.

A pesquisa diagnosticou algumas limitações em relação a produção e a comercialização do óleo de andiroba. Da mesma forma, foi possível observar, que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres extrativistas da Ilha de Juba, vão desde a pouca qualificação profissional até a ausência de organização comunitária, falta materiais para a higienização do produto e equipamentos que acelerem o processo de extração do óleo, embalagem da produção, o que irá afetar o produto final e conseqüentemente a entrada do produto no mercado e sua comercialização. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres. Para Pinto, a mulher rural “é uma artista da vida, porque em meio a todos os sacrifícios e sofrimentos da vida dura de trabalho que vive, faz do seu cotidiano uma escola de onde constantemente se constrói e acumula saberes consagrados nas suas experiências de vida” (Pinto, 2004, p.130).

Em relação aos jovens e o seu aparente distanciamento da prática de extração, a pesquisa constatou que, além da escassez das sementes de andiroba, o baixo valor no mercado, as relações comerciais, os jovens também tem de conviver com dificuldade em relação ao acesso ao ensino na localidade. O que torna o processo de migração do jovem da ilha para a realidade da cidade, onde novas perspectivas são geradas

e alimentadas. Todos esses fatores estão contribuindo para o processo de diluição da cultura extrativista do óleo de andiroba.

A comunidade jubense tem lutado incansavelmente para a valorizar os saberes cotidianos provenientes de suas práticas e vivências historicamente construídos especialmente pelas mulheres, homens, crianças, jovens e velhos. Esses saberes necessitam de uma investigação aprofundada e orientada, a fim de serem não só registrados, narrados e memorizados, mas que as gerações mais novas possam contá-los e vivenciá-los em suas práticas cotidianas. Do contrário, os saberes desse povo vão continuar sendo desperdiçados e silenciados, especialmente, devido o falecimento das pessoas mais velhas.

Fontes

Fontes Orais:

- Maria do Carmo Leão, 62 anos, – Rio Juba, 2009.
- Maria Maíde Almeida Pinto, 47 anos – Rio Juba, 2009.
- Maria da Paz Pereira Baia, 74 anos – Jurubatuba, 2009.
- Rodrigo Teles, 08 anos – Rio Juba, 2009.
- Benedito Dias, 58 anos – Rio Juba, 2009.
- Maria do Socorro Teles Souza, 59 anos – Rio Juba, 2007 - 2008.
- Braúlio Leão, 74 anos – Rio Juba, 2008.
- Eliane Lima de Oliveira, 31anos – Rio Juba, 2008.
- Joana Dias, Juba, 102 anos – Rio Juba, 2008.
- José Prestes Furtado, 64 anos – Rio Juba, 2008.
- Maria Benedita Souza, 25 anos – Rio Juba, 2008.
- Adriana Gonçalves Rodrigues, 10 anos – Rio Juba, 2008.
- Maria Pinto Furtado, 49 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria do Socorro Siqueira Sanches, 44 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria das Graças Caldas Sanches, 58 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Ducilena Serrão Farias, 41 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria da Conceição Caldas Valente, 51 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Hosana de Souza Sanches, 27 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Rodrigues, 65 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Zeneide Furtado Gomes, 49 anos – Rio Juba, 2007.
- Marta Duarte Martins, 38 anos - Juba-Cametá/PA – 2007.
- Edna Borges Nunes, 25 anos – Rio Juba de Cima, 2007.
- Tarsila dos Santos, 34 anos – Juba, Rio Jubinha, 2007.
- Hosana Maria Dias Martins, 36 anos - Rio Juba, 2007.
- Zenaide Magno Pinto, 52 anos – Juba, Rio Jubinha, 2007.
- Dorcelina Almeida Nunes, 54 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.
- Benedita Santos Furtado, 41 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.

Dulcira Maria Louzada Prestes, 55 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.
Rozinete dos Prazeres, 41 anos – Rio Juba de Cima, 2007.
Laíde da Silva, 66 anos – Rio Jubinha, 2007.
Ana Maria Pinto Moraes, 57 anos – Rio Juba, 2007.
Valda Pinto Furtado, 48 anos – Rio Juba, 2007.
Ana Maria Guimarães Garcia, 48 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Ozanira Pinto Afonso, 46 anos – Rio Juba, 2007.
Minervina Dias Martins, 58 anos – Rio Juba, 2007.
Isabel Almeida Louzada, 71 anos - Rio Juba, 2007
Maria Garcia de Souza, 58 anos – Rio Juba, 2007.
Ana Cléia Pinto Louzada, 49 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Iracê Caldas Pinto, 69 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Claudete Garcia Pinto, 40 anos – Rio Juba, 2007.
Zélia Maria Louzada Furtado, 52 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Lúcia Maria Barros Alves, 60 anos – Rio Juba, 2007.
Maria José de Sousa Furtado, 69 anos – Rio Juba, 2007.
Maria de Lourdes, 35 anos, – Rio Juba, 2007.
Marinaldo Teles Souza, 37 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Ivanildes Garcia de Sousa, 34 anos – Rio Juba, 2007.
Rute Teles Souza, 20 anos – Rio Juba, 2007.

Fontes Escritas

Ficha de Fiação da Colônia de Pescadores de Cametá, Z-16.

Ficha de Fiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá.

Relatório da Secretaria Municipal de Saúde de Cametá - Sistema de Atenção Básica – SIAB - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde – Comunidade da Ilha de Juba – Cametá/PA.

Fontes Imagéticas:

Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cametá. Fonte: IBGE-2007.

Imagem 02: Mapa das comunidades do município de Cametá. Fonte: Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006.

Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açai para construir pequenas pontes. Fonte:Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açázeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de masseira.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva – Ilha Juba, 2007.

Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cametá, 2007.

Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2 ed. Belém, PA: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. *Floresta que sangra*. – Revista de História da Biblioteca Nacional, ANO 4 - N°. 44 – Maio de 2009.

ANGELIN, Rosangela. *Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo*. Revista Espaço Acadêmico - N°58 – Março de 2006 – Mensal – ISSN 1519.6189.

BARRA, José Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeito*. Cametá – Pará, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOUFLEUER, Neuza Terezinha. Aspectos ecológicos de Andiroba (*Carapa guianensis* Aublet., Meliaceae), como subsídios ao manejo e conservação. 2004. 84 folhas Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal do Acre. Rio Branco.

BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Em que pensam os historiadores?* In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BRANDÃO, Ascânio. *São Benedito: o santo preto*. Aparecida: Santuário, 1979.

CAMETÁ. Secretaria Municipal de Educação, Setor de Estatística Educacional, - *Relatório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Glicéria Guimarães, ano 2008*.

CAMETÁ. Secretaria Municipal de Saúde, - *Relatório da Equipe de Agentes Comunitários de Saúde da localidade de Juba, ano 2008*

CARVALHO, Marcos de, 1955 – *O que é natureza/ Marcos Carvalho*. – São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 243).

CARVALHO, Delza Maria. *Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá/PA*. Belém, PA: Camutás, 1998.

CASTRO, Edna. *Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidade*. In: CASTRO, Edna., HEBETTE, Jean (Org.) *Na trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CERTEAU, Michel de. *O tempo das histórias*. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

COLÔNIA DE PESCADORES, Z-16 de Cametá. *Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional*. Cametá : PDA, 2007.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. & MANESCHY, Maria Cristina A. *Tradição e mudança em meio às populações tradicionais da Amazônia*. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*. Belém,PA: EDUFPA,2002.

CORREA, Pio. *Dicionário de Plantas Uteis do Brasil e Exóticas Cultivadas Vols 1-6*, Brasília: IBDF. 1984;Taylor, Leslie. *Herbal Secret's of the Rainforest*, Prima Publishing, Inc., 1998.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém – UFPA/NAEA, 2006.

CHASSOT, Attico. *Educação conSciência*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DANIEL, João,1722-1776. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v.1 / padre João Daniel. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica* – [Tradução: Eduardo Brandão]. – São Paulo: Nobel, 1989.

DERENJI, Jussara da Silveira. *Relato do Crepúsculo/ Jussara da Silveira Derenji*. – Belém: Prefeitura Municipal, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Maria Odila Leite da Silva Dias; prefácio de Ecléia Bosi. – 2. ed. ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. *Espécies Arbóreas da Amazônia*, Carapa guianensis, 2004.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*.Edição Soviética de 1952 – Neue Zelt.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERRAZ, Isolde D. K; FERREIRA , Sidney A. N. & GENTIL, Daniel F. O. *Informativo Técnico Rede de Sementes da Amazônia*, Nº 1, - INPA, Manaus-AM, Coordenação do projeto: Manuel Lima - UFAM, Manaus-AM – 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda,1910 – 1989. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*; coordenação de

edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira;lexicografia, Margarida dos Anjos...[et al.]. 4. ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Rosa Helena Nogueira. Os processos de ensino e aprendizagem na região amazônica: novos caminhos para educação ribeirinha. – Belém, UNAMA/ FADESA, 2007.

FIGUEIRA, Eleonora Maria Mendonça. *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá - PA*. Mestrado em Sociologia – CFCH/ UFPA – Belém, - 2005.

FIGUEIREDO, Elida Moura; RICCI, Magda. *Guia de Normatização para Dissertação*; Belém: Junho, 2006.

FONSECA, Nelma Marçal Lacerda. *A história oral no museu da Escola de Minas Gerais: relato sobre o caminho percorrido*. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Universidade de São Francisco, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes,2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedade: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GTA- GRUPO DE TRABALHOS AMAZÔNICOS. *A Amazônia na Agenda 21 Brasileira*, Brasília/DF - Dezembro de 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* – Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Guacira Lopes Louro, - 6ª. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Organiadores); *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. - prefácio de Maria Conceição D’Incao. Belém, EDUFPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Cametá, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PARÁ. *Diagnóstico do Município de Cametá*. Série Relatório de Pesquisa. Belém: IDESP,1977.

IPEDE, INSTITUTO DE PESQUISA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS CULTURAIS E POPULARES DA AMAZÔNIA. *Relatório do Seminário das Andirobeiras*. Cametá: 2003.

- LAPLANTINE, François. *O que é imaginário*/ François Laplantine, Liana Sálvis Trindade. – São Paulo : Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 309)
- LENTILI, Marco; LIMA, Eirivelthon; VERÍSSIMO, Adalberto. *Pólo Madeireiros do Estado do Pará*. – Belém: Imazon, 2002.
- LENTILI, Marco; VERÍSSIMO, Alberto; SOBRAL, Leonardo. *Fatos Florestais da Amazônia 2003*. – Belém: Imazon, 2003.
- LEITE, Sergio Celani. *Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEOPOLDINO, Valéria de Deus; LOPES, Antonia Osima; VALE, Maria Joseci Lima Cavalcante. *Manual de Normatização para Trabalhos Acadêmicos* – Teresina: FACID, 2007.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*/ João de Jesus Paes Loureiro. – Belém: Cejup, 1995.
- MACEDO, Concessa Vaz. *Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na escócia setecentista*. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.º.0 (1981) - . – São Paulo: EDUC, 1981.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória* / Marina Maluf. – São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. – Chapecó: Argos, 2003.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. – (Coleção questões da nossa época; v. 130).
- MARX, Karl. “Fundamentos da história” e “Condições históricas da reprodução social”. In: Marx. *Sociologia* (Organização Otávio Ianni). São Paulo: Ática, 1996, pp. 45-73.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo . *Uma outra “invenção da Amazônia”: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup, 1999.
- MENDES, Iran Abreu. *Matemática: ciência, saber e educação*. In: MENDES, Iran Abreu. *Educação (Etno)matemática: pesquisas e experiências*. Natal: Flecha do Tempo, 2004.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada* / Antonio Torres Montenegro. – São Paulo: Contexto, 1992. – (Caminhos da história).
- MORAES, Sérgio Cardoso de. *Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. – Belém: EDUFPA, 2007.

MOREIRA, Ildeu de Castro. *Saber nativo: o conhecimento empírico de índios, escravos e colonizadores*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Impostos. Ano 2. N. 23. Agosto de 2007.

NERI, Marcelo. PARÁ SUSTENTÁVEL – Volume I, *Diagnóstico da Pobreza* – Rio de Janeiro: FGV/IBRE,CPS, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de & NETO, João Colares da Mota. *Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação*. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (Org.). Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém, PA: CCSE-UEPA, 2003.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. *Parteiras, “Experientes” e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta*. PUC: São Paulo, 2004 (Tese de Doutorado em História).

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka- Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Parteiras e “Porções” vindas das matas e Ribanceiras” dos rios*. Projeto História, (23). Natureza e Poder. São Paulo: Ed. EDUC, 2001.

POMPEU, José Danúzio Pinto. *Um panorama do município na virada do milênio*. Cametá, 1998.

PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. – RJ: Vozes, 1995.

Prelazia de Cametá. *Livro de Canto das Comunidades Cristãs*,1980.

REIS, Arthur César Ferreira. *O negro na imprensa colonial dos portugueses na Amazônia*. Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. ACTAS – volume V, II parte, - Lisboa, 1961.

REVISTA GLOBO RURAL. *Açaí, o fruto da energia*. – ANO 16, N°.181, Novembro – 2000

REVISTA ISTO É. *Luz, Reza e Ação*. – Abril, N°.1696, 2002.

SALM, Rodolfo. *Jornal Ciência – SBPC. Artigo Floreta em pé*, e-mail 3203, de 12 de Fevereiro de 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, V. 12, n.34 – Jan/Abr. 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SHANLEY, P.; CYMERS, M.; GALVÃO, J. *Frutíferas da mata*. Belém, 1998.

SHANLEY, Patricia. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Patricia Shanley, Gabriel Medina; ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Impactos sócio-ambientais da barragem de Tucuruí na percepção dos moradores da Ilha de Juba em cameté*. Monografia de Especialização, NUMA/UFPA, 2003.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Conclusões da CPI das Barragens*. Cartilha Impressa, Belém, 1991.

SILVA, João Batista Corrêa da. *A Dissertação clara e organizada*. – 2.ed. ver. e atual. – Belém: EDUFPA, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral* / Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1550 – 1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1979

WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890 – 1945)* São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXO

ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADAS NA COMUNIDADE
RIBEIRINHA DE JUBA – CAMETÁ/PA.

PERÍODO: 2007.

1. Fale um pouco da sua história de vida.
 - 1.1. Como foi seu parto? Quem fez? Houve algum problema?
 - 1.2. Como foi sua infância?
 - 1.3. Como é sua relação com as pessoas da localidade?
 - 1.4. Como é sua relação com fé? E com as outras religiões?
 - 1.5. Como é sua relação com o lazer? E como ele é construído aqui na localidade?
 - 1.6. Quanto a política, como você se relaciona com ela?

2. Busca da história do lugar
 - 2.1. Qual a origem do nome do lugar?
 - 2.2. Quem fundou? E em que ano?

3. Qual a sua relação com a água?
 - 3.1. No período das grandes marés, quais os acontecimentos na comunidade?
 - 3.2. Como você se relaciona com ela?
 - 3.2.2. Como você a vê?
 - 3.2.3. O que ela significa para você?

4. Qual a sua relação com a floresta?
 - 4.1. Como você a vê?
 - 4.2. O que ela significa para você?

5. Qual a sua relação com a cidade?
 - 5.1. Como você a vê?
 - 5.2. O que ela significa para você?

6. Como você relaciona com a roça?
 - 6.1. O que ela significa para você?
 - 6.2. Quais as atividades desempenhadas pelas mulheres na roça?

7. O que significou ou significa a hidrelétrica de Tucuruí para você e sua comunidade?
 - 7.1. Aspectos positivos da barragem?
 - 7.2. Aspectos negativos da barragem?
 - 7.3. Quais os principais reflexos da barragem na região onde você mora?
 - 7.4. Quais os impactos sócio-ambientais na Ilha de Juba?
 - 7.5. Que ações são tomadas pela comunidade local em relação a barragem de Tucuruí para reverter os problemas Ilha de Juba?

8. De onde vem a tradição da andiroba?
 - 8.1. Quem deu início aqui na localidade a essa prática de extração da andiroba?
 - 8.2. Como é feito o plantio da andiroba?
 - 8.3. Como acontece a coleta das sementes da andiroba?
 - 8.4. Quem participa?
 - 8.5. Fale como acontece o processo de retirada do óleo?

9. Como e em quê você utiliza o azeite de andiroba?
10. Quem trabalha no processo de retirada do azeite?
11. Quais os mistérios que envolvem a prática da andiroba?
12. As crianças participam da retirada do óleo? Como acontece esse trabalho?
13. Como acontece o processo de ensinamento desta prática?
14. Para quem é vendido o óleo de andiroba?
15. Como é a sua alimentação do dia a dia?
16. Que tipo de planta medicinal você conhece?
 - 16.1. Para que serve?
17. Você toma remédio natural?
 - 17.1. Onde é feito esse produto?
 - 17.2. Quem utiliza esse remédio?
18. O que você acha da educação aqui no Juba?
19. Como a professora trabalha a disciplina história na escola?
20. Você sabe como as tradições locais da comunidade de juba estão sendo trabalhadas na escola?
21. Você se reconhece nos livros didáticos que são utilizados na escola?
22. Como você se relaciona com as instituições não-governamentais e governamentais da região de Cametá?
23. Quais vantagens de está ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou a Colônia dos Pescadores?
24. Que tipo de artesanato e/ou utensílios são produzidos aqui no Juba?
25. O que significa para você ser uma mulher andirobeira?
26. Quais as vantagens e as desvantagens de ser uma andirobeira?
27. Você se reconhece enquanto andirobeira?

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO

Nos dias 09 a 11 de maio de 2003, realizou-se, no Seminário São Vicente de Paulo, no bairro da Aldeia, Cametá-PA, o **Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativas produtoras de óleo de Andiroba da região Tocantina**. O presente evento tem como objetivo principal a discussão do projeto de beneficiamento de óleos vegetais de espécies florestais existentes em nossa região entre elas a andiroba (*Carapa guianensis*) e buri (*Mauritia flexuosa*).

A abertura do evento se deu com a composição da mesa pelas entidades presentes, após a fala da coordenadora geral do Instituto de Pesquisa, Educação e Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE. Passou-se a palavra às entidades presentes para fazer suas considerações :

Paulo Gonçalves Damasceno (Secretário Municipal de Saúde) – Cumprimentou os participantes do encontrando ressaltando a importância do evento como resgate da cultura das populações tradicionais da região Tocantina. O debate em questão faz parte de uma iniciativa que visa a agregação de valores aos produtos extrativos e a conseqüente melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Benedito Siqueira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá). Destacou a importância do evento no intuito de buscar soluções para os graves problemas que abarcam as populações extrativas, de tal sorte que, somente com o resgate da tradição que há muito vem sendo evidenciada, somada a valorização dos produtos da mata é que a realidade por que passa essas populações tornar-se-á menos agressiva, do ponto de vista sócio-econômico-ambiental. Tal medida, aliada a outras intervenções que posteriormente serão implementadas, carrega em seu bojo uma dimensão muito maior: a de garantir a reprodução social das famílias e a permanência delas no meio rural.

Ivan Jorge (Banco da Amazônia) O extrativismo ainda é a mola-mestra da economia no município de Cametá, daí a extrema importância de intervenções no meio rural de sorte a promover o desenvolvimento e eliminar os entraves econômico-sociais por que passa toda a população da região Tocantina. E o Banco da Amazônia vem apoiando esse tipo de atividade na região, inclusive com orientações técnicas para o manejo de espécies florestais.

Helena (Federação dos Trabalhadores na Agricultura). O debate representa um avanço para toda a sociedade Tocantina, uma vez que, um projeto desta dimensão, não se pode levar em consideração os meros aspectos econômicos, mas também nele está embutida a idéia de uma ação que englobe o econômico, o social, o cultural e o ambiental, somada a inclusão de gênero. A produção isolada, caracterizada como pequena, média e grande escala precisa estar organizada de sorte a garantir espaço no mercado. O tripé metodológico – produção - beneficiamento - comercialização é condição básica para o êxito de todo e qualquer projeto.

Luís Medeiros (Assessor Parlamentar do Vereador Reinaldo Itaparica) A questão da prática extrativa somada às novas tecnologias é condição básica para a fundamentação de um projeto de dimensão como esse que se deseja implantar. Enfatiza quer, seja na esfera federal, estadual ou municipal, não existem políticas públicas que dêem suporte e apoio ao setor extrativo, setor esse que, na concepção desenvolvimentista, é tachado de “ultrapassado”.

No caso da região Tocantina, após a construção da barragem de Tucuruí, essa intervenção veio a somar negativamente na realidade que hoje se evidencia, considerada excludente e perversa.

O POTENCIAL EXTRATIVISTA DA REGIÃO TOCANTINA E O PROJETO DE BENEFICIAMENTO DE ÓLEOS VEGETAIS.

Expositora Aida Maria – socióloga, Coordenadora do IPEDE

Quero iniciar minha exposição sobre o potencial extrativista da região Tocantina e o Projeto de beneficiamento de óleos vegetais, lembrando que os produtos extrativistas dès da idade antiga atraíram o interesse comercial no mundo inteiro, estimulando as grandes navegações que buscavam na Índia as especiarias principalmente o cravo e a canela, foi numa dessas expedições que os Portugueses chegaram até o Brasil e de 1.500 como nos conta a história até os nossos dias, temos as nossas riquezas naturais saqueadas, ficando para o nosso povo só a pobreza. Até a década de 60 a região de Cametá foi um grande produtor de borracha e cacau, espécies como andiroba, ucuuba e virola eram predominantes na nossa floresta. Até 1916 funcionou em Cametá uma fábrica de óleos de essências florestais de andiroba e ucuuba, que exportava seus produtos para São Paulo e Inglaterra, com a falência dessa empresa a produção de óleo de andiroba passou a ser doméstica e totalmente artesanal. Essa atividade que é feita com a mão de obra feminina e infantil, é uma atividade que além de ser sacrificosa expõe as pessoas a riscos de picadas de cobras e insetos venenosos.

Falar do potencial extrativista da região Tocantina, significa reconhecer a cultura da nossa população, principalmente das comunidades ribeirinhas e remanescentes de quilombos, onde a fabricação do óleo de andiroba além de significar uma renda a mais no orçamento familiar, significa ter um remédio que não pode faltar em nossas casas, pois além de curar inflamações e ferimentos, é um repelente muito utilizado contra muriçocas (carapanãs). A cultura extrativista do nosso povo tem na pesca e coleta do açaí suas principais atividades mas expressa-se também no artesanato de cipó e tala, na fabricação de utensílios de barro, atividade que atualmente tem pouca expressão.

Durante muitos anos as pessoas viveram em harmonia com a natureza, usando de forma racional seus recursos, criando leis e códigos que garantiam sua conservação como as lendas e mitos da floresta: a mãe do mato, o curupira, o mapinguari, a anhangá e tanta outras, que eram forma do homem respeitar a natureza. As pessoas mais antigas da comunidade carregam consigo uma vasta cultura sobre a floresta, infelizmente muitos costumes, como a medicina tradicional por não serem valorizados estão se perdendo. O processo de

industrialização e os problemas causados com a construção da barragem em nossa região tem contribuído para a derrubada das espécies florestais madeireiras como a andiroba e a ucuuba, em muitas comunidades nossas já não se encontra uma árvore dessas espécies, isso mostra que a ação do homem na natureza foi mais no sentido de devastá-la do que conserva-la, derrubando grandes áreas de floresta, queimando a mata e despejando sujeira no rio, seja por que ele achava que esses recursos naturais eram inesgotáveis, ou mesmo por que para ele esta era uma forma de domina-la. Numa concepção desenvolvimentista, não existia a preocupação com o meio ambiente, até a década de 70 quando foi construída a Transamazônica a Amazônia, era considerada o "Inferno Verde", isto é a mata era considerada inimiga e precisava ser dominada.

A floresta com seus recursos naturais, que eram considerados um entrave para o desenvolvimento, passaram a ser explorados intensamente e de forma predatória, gerando lucro para uns poucos grupos econômicos e exclusão para o povo da região. A lógica desenvolvimentista, que por tantas vezes ignorou o extrativismo, atualmente volta os olhos para seus produtos como um novo filão comercial, associando estas atividades ao conceito de desenvolvimento sustentável, mas o que estamos vendo além deste discurso é a velha prática da pirataria das nossas riquezas, principalmente do saber popular. A proposta de se montar uma fábrica de beneficiamento de óleos vegetais, vem da reflexão com muitas mulheres que estão no meio da mata extraíndo óleo através de um trabalho duríssimo, e que ao final conseguem no máximo R\$ 4,00 (quatro reais) por litro.

Nós estamos trabalhando ao mesmo tempo, a implantação da indústria e a organização das mulheres extrativistas produtoras de óleo de andiroba, para o gerenciamento deste empreendimento, contando com a assessoria técnica do Laboratório de Engenharia Química da UFPa. A proposta que estamos construindo é de implantar uma experiência piloto que trabalharia com 100 famílias de 10 comunidades, a indústria seria montada numa comunidade das ilhas que centralizasse a maior população de andiroba, e teríamos na cidade um laboratório que faria o monitoramento químico dos produtos, inicialmente trabalharíamos com a extração de óleo de dois produtos, a andiroba e o buriti. O modo de produção desta indústria ainda será melhor debatido por nós, existe a preocupação em não transforma-las em operárias, mas integrar esta atividade a lógica da produção familiar.

Intervenções

Feita a exposição, abriu-se um espaço para debates, questionamentos e relatos de experiências das mulheres no tocante com o processo de extração do óleo de andiroba:

Ivan Jorge– O BASA dispõe de vários programas que apoiam o extrativismo e, para a implantação de um projeto de tamanha convergadura, não é exigido garantia real (bens móveis e bens imóveis) além de que os juros são menos de 3% ao ano, daí a possibilidade de se buscar financiamento. Acrescentando ainda que esse projeto deve abraçar uma causa maior, e que não fique centrado apenas na produção de óleo, mas que medidas como manejo das áreas, incluindo reposição de andirobeiras, devem ser implantadas. A seu ver, há a necessidade de se fazer um levantamento dos dados de biomas, num trabalho conjunto com a EMATER, CEPLAC, SEMAGRI e IPEDE.

Raimundo Sampaio – Enfatizou que o critério de definição das famílias para participarem da indústria não deveria ser apenas aquelas que possuem terra, mas que considere as que coletam as sementes, uma que muitas pessoas coletam as sementes no rio, quando a maré carrega as sementes que caem nas várzeas.

D.Eliana - Considera de muita importância que se faça a industrialização do óleo, ela trabalha com as suas irmãs e cunhadas e o processo é muito penoso, porque primeiro se procede a coleta das sementes, depois coloca-se as sementes para cozer até ficarem bem amolecidas, é um calor muito grande que as mulheres enfrentam, ainda tem que tirar lenha no mato, depois guarda-se essas sementes por aproximadamente 30 dias, em seguida retira-se a massa deixando-a empalhada por 3 dias aí vai-se amassar esse material fazendo bolas e colocando para escorrer numa tábua, que com o calor do sol é que se vai retirando o óleo.

O processo de extração do óleo de andiroba, mesmo de forma artesanal, apresenta algumas variações, interferindo diretamente na qualidade do produto.

Aida Maria – O projeto de beneficiamento de óleos vegetais que estamos trabalhando com as mulheres extrativistas tem um caráter social, no sentido de vislumbrar a organização destas mulheres, ele busca melhorias econômicas, porque através dele acreditamos ser possível aumentar a renda, diminuir o esforço físico despendido na forma de como se trabalha atualmente, preservar a cultura tradicional do nosso povo, presente na manipulação dos recursos naturais, construir alternativas ao corte predatório destas espécies, que se falta por absoluta falta de alternativas econômicas, construindo desta forma uma educação ambiental que

conserve os recursos naturais através do uso racional destes recursos, resgatando a cidadania plena para a nossa população.

Respondendo ao Ivan, considero um avanço para a Amazônia essa linha de crédito do Banco da Amazônia, que você se referiu, apesar de que nós pensamos, que para esta experiência piloto, seria prudente não contrairmos dívidas bancárias, porque estamos conhecendo tudo e para um compromisso bancário não podemos ter qualquer atraso, que comprometemos definitivamente o projeto.

Raimundo Sampaio, sua preocupação com o público é também a nossa, queremos também abarcar as mulheres que extraem óleo e que dispõem de pouca terra, o que implica dizer que têm menor renda, e que muitas vezes ficam presas nas mãos dos comerciantes do seu rio.

Ivan Jorge– Há a necessidade de coletar os dados, sistematizá-los e a partir daí expandir a atividade. Para que a fábrica de óleo de andiroba não fique ociosa por grande parte do tempo, ela deve ser adaptada para trabalhar a extração de outros óleos. O Banco da Amazônia, enquanto agente financiador da região amazônica não poderia ficar alheio a essas questões, já que nos últimos anos, o Banco vem incorporando no seu processo ambiental, na medida em que combina a eficiência econômica com a justiça social e a prudência ecológica.

“AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO EXTRATIVISMO FLORESTAL”

Palestrante Sr. **Airton Falcão** – Deputado Estadual do PT

A palestra iniciou com uma análise de conjuntura do contexto nacional do novo governo, que após 22 (vinte e dois) anos de árduas lutas travadas pela classe trabalhadora. Apesar de ter apenas 05 (cinco) meses de gestão, sua avaliação deste período é positiva como demonstração dessa popularidade basta citar o Programa Fome Zero. As políticas governamentais implementadas pelo Partido dos Trabalhadores em vários Estados brasileiros foram bastante significativas graças a seu caráter democrático e transparente, tanto que muitos dos programas petistas serviram de modelo às políticas oficiais da era FHC (Fernando Henrique Cardoso), em que está obtendo o apoio de toda sociedade brasileira, envolvendo governos, sindicatos, igrejas, ONGs.

A região Tocantina, atualmente vive um modelo de esgotamento dos recursos naturais (hídrico, florestais, íctios, etc.), daí a extrema necessidade de se construir no movimento novas estratégias baseadas na recuperação ambiental, investir no potencial extrativista que tem essa região de vocês, através de uma produção que possa promover o desenvolvimento local, casado com a preservação ambiental. Para os produtos específicos da região tocantina, o mercado consumidor é altamente promissor frente a essa realidade por que passa o mundo em função da alta e desordenada degradação do meio ambiente. Os pacotes tecnológicos incentivados e apoiados pelo governo não levam em consideração a exploração racional dos recursos, mas visa apenas ao lucro imediato. Apesar de todos os problemas acima expostos, muitas iniciativas já foram tomadas no sentido de considerar o homem e o meio ambiente como parceiros indissociáveis do desenvolvimento. Uma dessas mudanças diz respeito à Lei que obriga o país a produzir de 30 a 40% de produtos naturais, e isso representa uma inserção da Amazônia dentro dessa nova lógica de mercado, uma vez que ela dispõe da maior reserva de biodiversidade do mundo. Como estratégia de ação, necessário de faz, num primeiro plano, que seja feita a reposição de espécies florestais (madeiras e não-madeiras) na região, além de espécies frutíferas, como o cacau, por exemplo, como forma de aumentar a produção sustentável. Aliada a essa prática, a pesquisa assume importante papel nesse processo, e isso deve ser também uma função do IPEDE. É preciso buscar de todos os meios disponíveis para a obtenção de recursos, e na esfera governamental, existe uma linha específica para o caso, que é

o PROAMBIENTE (Programa Agro-extrativista, do Fundo Nacional do Meio Ambiente, coordenado pela Secretaria Nacional da Amazônia).

“A REALIDADE DAS MULHERES EXTRATIVAS PRODUTORAS DE ÓLEO DA REGIÃO TOCANTINA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR”.

Às 17:00 h e 30 min., formou-se uma mesa redonda para a discussão da temática. A plenária se dividiu em 05 (cinco) grupos, onde foi retratada a realidade por que passa essas mulheres quando da extração do óleo de andiroba. Foram feitas as seguintes considerações:

Grupo 1

- Pouca qualificação das mulheres extrativas;
- Baixo preço do produto;
- O processo de extração de óleo de andiroba é lento e trabalhoso;
- A comercialização do produto é perversa, gerando lucro para os atravessadores.

Grupo 2

- Verifica-se, cada vez mais, a extinção das andirobeiras;
- As dificuldades vão desde a coleta das sementes até a comercialização do produto;

Proposição: A necessidade de reflorestamento é tão óbvia quanto urgente.

Grupo 3

- O mercado não oferece um preço justo para o produto.
- Falta incentivo aos extrativistas;
- As andirobeiras estão em processo de extinção.

Grupo 4

- Desvalorização da atividade de extração de óleo em função do baixo preço do produto;
- Falta de organização dos extrativistas, bem como da produção.

Grupo 5

- Extinção das andirobeiras em função do corte indiscriminado das árvores;
- Falta de materiais e equipamentos que acelerem o processo de extração do óleo;
- A atividade representa sérios riscos à saúde.
- Pouca ou quase nenhuma higiene quando da extração do óleo.

Considerações

As experiências acima relatadas apresentam basicamente as mesmas dificuldades: Falta de tecnologias, o que acarreta, naturalmente, as dificuldades e a demora na extração do óleo; ausência de higienização na atividade; risco à saúde, extinção das andirobeiras, dentre outras.

Intervenções

Eliana – A conscientização sobre o valor da andirobeira é de extrema importância, e que medidas como reposição das árvores devem ser implantadas urgentemente nas comunidades.

Marcelo Alves – É necessário pesquisar a fundo sobre as andirobas, pois o povo tem saber, tem ciência e isso deve ser considerado. Faz-se necessário escolher as variedades mais produtivas.

Sandra – Há 03 espécies de andirobeiras, e cada qual apresenta diferenças quanto ao tamanho e a quantidade de óleo contida nas sementes. Dessa forma, é preciso que se faça a seleção do material genético que apresente as melhores características e fazer o reflorestamento.

Luiz Gonzaga – Ressalta a importância do reflorestamento, desde que haja uma seleção das melhores variedades. Enfatiza ainda que deve ser definido um programa, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, para iniciar essa atividade.

Valdirene - Informou que, nas áreas de terra firme, há também duas safras de andiroba: uma maior, no inverno; e outra menor, no verão. Mas a conscientização do valor da andirobeira deve

ser posta em prática, visto que não se consegue muito dinheiro quando da venda da madeira dessa espécie.

Silvayn – Destacou que deve haver um programa específico para o caso sob duas modalidades: uma de formação; a outra de reposição das árvores. E a APACC, enquanto entidade que realiza a pesquisa e a extensão no município de Cametá, pode vir ser uma importante parceira nesse processo.

No dia 11/05/03, às 9:00 h, e 30 min., prosseguiu-se à programação, tendo como tema "A viabilidade econômica do projeto do beneficiamento de óleo de andiroba". A palestrante Thais Pereira, pesquisadora do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos da Universidade Federal do Pará, fez breves considerações acerca da estrutura e do funcionamento do departamento em questão, e deu mais ênfase na sua área de atuação que é o Laboratório de Produtos Naturais – LEPRON.

A princípio, apresentou os conceitos e denominações de óleos e gorduras vegetais, diferenciou, com exemplos ilustrativos, o funcionamento da extração do óleo de andiroba, desmistificando a concepção de que o óleo de andiroba extraído pelo processo industrial não possui as mesmas propriedades do óleo extraído pelo processo artesanal.

Em seguida, foram ouvidos relatos de experiências de como funciona o processo artesanal de extração de óleo, e a palestrante enfatizou que a diferença do processo industrial do artesanal interfere diretamente na qualidade do produto. (Ver ANEXOS).

Considerações

Aida Maria – A atividade de exploração da andiroba para a retirada de madeira tem sido implementada desordenadamente, daí a necessidade de fomentar o desenvolvimento florestal (produtos madeireiros e não-madeireiros) de forma organizada sob a forma de manejo florestal sustentado. Nesse sentido, é mister ressaltar que a atividade da cadeia florestal é objetivo do IPEDE, devendo ser analisado sob dois viés: um rural e outro urbano, já que se pretende

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História Social

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Belém
2009

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora Professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Amarílis Maria Farias da

Saberes cotidianos e azeite de andiroba: a presença da mulher extrativista, no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da Ilha de Juba, Cametá-PA / Amarílis Maria Farias da Silva; orientadora, Benedita Celeste de Moraes Pinto. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

1. Mulheres - Cametá (PA) - Condições sociais. 2. Mulheres - Cametá (PA) - Condições econômicas. 3. História social. 4. Óleo de andiroba. I. Título.

CDD - 22. ed. 305.4098115

AMARÍLIS MARIA FARIAS DA SILVA

**SABERES COTIDIANOS E AZEITE DE ANDIROBA: A
PRESENÇA DA MULHER EXTRATIVISTA,
NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS DOS SUJEITOS DA ILHA DE JUBA,
CAMETÁ – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professora Doutora Benedita Celeste Moraes Pinto (Professora Visitante - DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação:
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – (DEHIS/UFPA).

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Campus Universitário do Tocantins - UFPA.

Profª. Drª. Leila Mourão
Suplente – (DEHIS/UFPA).

Dedico à minha família, em especial, aos meus pais, João Moraes da Silva e a memória da minha mãe amada Pedrina Farias da Silva, essa vitória só foi possível por causa do amor e da dedicação que dispensaram a mim e a minha formação;

À minha amiga, professora e orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste Moraes Pinto, por toda a confiança que depositou no meu trabalho;

A todas as mulheres e homens da Ilha de Juba, que contribuíram para a realização desta pesquisa;

Agradecimentos

Antes de tudo agradeço à Deus, que esteve ao meu lado a cada dia fortalecendo-me e ajudando-me a contornar os obstais e a superar os percalços desta jornada.

À memória de minha mãe Pedrina Farias da Silva, por formar a minha base intelectual e ao meu pai João Moraes da Silva por ter acreditado no meu sonho e ter investido na minha carreira.

Meu agradecimento sincero a minha família especialmente: Adede Maria pelo incentivo e apoio incondicional que me deu; Ângela Maria por toda a ajuda que me deu; Aida Maria pelas discussões e acúmulos em torno do meu texto; Even Silva por tantas vezes ter me dado o seu apoio e a sua proteção, estando sempre por perto quanto precisava; Evaldo Silva pelas hospedagens; Maiá Paula que muitas vezes foi minha companheira por horas a fio de leitura; Maiana Marques por ter sido minha companhia em algumas viagens a localidade de Juba; Ângela Regina por ter sido minha companheira de viagem e por ter colaborado com a aplicação dos formulários de pesquisa.

Nem toda a minha gratidão a professora Dra. Benedita Celeste De Moraes Pinto é suficiente, pelos puxões de orelha que me fizeram continuar escrever quando eu estava passando por aquele bloqueio que todo escritor passa, mais agradeço profundamente a cada momento de orientação, e pelas horas a fio que me acompanhou-a esta mulher aguerrida minha eterna gratidão e estendo ainda o meu agradecimento ao seu esposo Albertino Pinto, pela atenção, gentileza e cafés servidos durante as longas horas de orientação estudo e produção desta dissertação.

Aos meus amigos Jacinto e Rosângela Leão, por terem me acolhido em sua casa, terem me dado todo carinho e atenção partilhando suas vidas comigo e festejando a cada novo avanço profissional. A vocês, minha eterna gratidão!

Aos moradores da Ilha de Juba por me receberem tão acolhedoramente em suas casas e terem dividido comigo as suas praticas, seus saberes, compartilhando suas história de vida e ajudando a construir este estudo. Meu muito obrigado: Maria do Carmo Leão, Maria Maíde Almeida Pinto, Rodrigo Teles, Benedito Dias, Maria do Socorro Teles Souza, Braúlio Leão, Eliane Lima de Oliveira, Joana Dias, Juba,

José Prestes Furtado, Maria Benedita Souza, Adriana Gonçalves Rodrigues, Maria Pinto Furtado, Maria do Socorro Siqueira Sanches, Maria das Graças Caldas Sanches, Maria Ducilena Serrão Farias, Maria da Conceição Caldas Valente, Maria Hosana de Souza Sanches, Maria Rodrigues, Maria Zeneide Furtado Gomes, Marta Duarte Martins, Edna Borges Nunes, Tarsila dos Santos, Hosana Maria Dias Martins, Zenaide Magno Pinto, Dorcelina Almeida Nunes, Benedita Santos Furtado, Dulcira Maria Louzada Prestes, Rozinete dos Prazeres, Laíde da Silva, Ana Maria Pinto Moraes, Valda Pinto Furtado, Ana Maria Guimarães Garcia, Maria Ozanira Pinto Afonso, Minervina Dias Martins, Isabel Almeida Louzada, Maria Garcia de Souza, Ana Cléia Pinto Louzada, Maria Iracê Caldas Pinto, Maria Claudete Garcia Pinto, Zélia Maria Louzada Furtado, Maria Lúcia Maria Barros Alves, Maria José de Sousa Furtado, Maria de Lourdes, Marinaldo Teles Souza, Maria Ivanildes Garcia de Sousa, Rute Teles Souza.

Meu sincero agradecimento a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, Mestrado em História Social da Amazônia, na pessoa Prof. Dr. Aldrin Figueiredo.

Agradeço os professores disciplinas que cursei, por terem contribuído de forma significativa para a minha formação, eles destaco, Prof. Dr. Rafael Ivan Chamboleyron, Prof. Dr. Mauro César Coelho, Prof^ª. Dra. Magda Ricci e Prof^ª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Agradeço a todas as entidades governamentais e não governamentais que me ajudaram fornecendo informações importantes e de fundamental importância para a consolidação do meu trabalho: Secretaria municipal de Saúde Municipal de Cametá; Secretaria Municipal de Educação de Cametá – Setor de Estatística, na pessoa da Prof^ª. Sargia Francês; Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares na Amazônia – IPEDE, na pessoa da Sra. Aida Maria Farias da Silva; Grupo de Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART, na pessoa da Sra. Barbara Daniele; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, na pessoa do Sr. Marcelo Nogueira; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá; Colônia de Pescadores Z-16; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nas pessoas do Sr. Danúzio Pompeu e de Sr. Itamar Batista Wanzeler; EMBRAPA, na pessoa do Sr. Marcus Arthur Marçal de Vasconcelos; Centro Miriti de Assessoria as Mulheres

Aos meus amigos por toda ajuda e apoio recebido no transcorrer da minha pesquisa, sem a qual este trabalho seria quase impossível. Recebam a minha gratidão Dr. José Maria, à família Leal Pinheiro, Ozias do Carmo Cruz, Marcos José da Silva Baia, Amarildo da Silva Costa, Socorro Pinheiro Dias, Dejanira Costa Santos, Vilma Rebelo, ao casal Dalva e Luís Pires.

Meu agradecimento especial à Prof^a. Mestranda Ilma Pinto do Espírito Santo, ler e fazer a revisão textual do meu texto. Mas acima de tudo por apoiar-me nos momentos difíceis que enfrentei, sempre com o seu bom humor contagiante.

Ao meu amigo e colaborador Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, pela leitura e contribuição intelectual ao meu texto.

A Marcus Arthur Marçal de Vasconcelos, pessoa altamente generosa, que ao conhecer-me não mediu esforços para contribuir com o meu trabalho, fornecendo-me materiais técnicos sobre a andiroba, lendo o meu projeto e fazendo contribuições importantes para a construção do meu texto. Meu agradecimento sincero.

Cametá, 30 de Junho de 2009.

Resumo

Este estudo que ora apresento aqui, fundamenta-se na História Oral, utilizando fontes e memórias orais, relatórios institucionais, imagens fotográficas, a partir da escuta sensível dos relatos, das falas e dos depoimentos dos sujeitos. A presente pesquisa buscou investigar, refletir e sistematizar uma das práticas seculares dos povos das águas: a prática de extração do azeite de andiroba, que envolve as mulheres, homens, jovens, crianças e velhos extrativistas da Ilha de Juba, município de Cametá/PA, dando ênfase ao papel feminino. O principal objetivo deste trabalho é reconstituir os saberes cotidianos das práticas socioculturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da localidade pesquisada. Este trabalho buscou investigar a problemática, a partir do viés da história social. Partindo da análise das relações entre mulheres e homens ribeirinhos da região Tocantina com a natureza, no período de tempo entre a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década referente ao ano de 1980, até os dias atuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo onde foram ouvidas 48 pessoas, referentes a 40 famílias visitadas e entrevistadas na localidade, através de formulários com questionamentos acerca do modo de vida da população residente na localidade pesquisada, entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas; dentre as pessoas pesquisadas estão: membros da comunidade e de outras ilhas desta região do município de Cametá. A pesquisa diagnosticou algumas limitações em relação a produção e a comercialização do óleo de andiroba, sendo possível identificar as dificuldades mais latentes do processo da extração desse produto natural, como a pouca qualificação profissional e a ausência de organização das mulheres e dificuldade na entrada do produto no mercado e sua comercialização. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres.

Palavras- Chave: Mulheres Extrativistas. Saberes. Práticas. Andiroba. Ilha Juba.

Abstract

The study I present is based on the Oral History, from which sources and oral memories, institutional reports, photographic images, from the sensitive listening of the individuals could be extracted. The present research sought to investigate, reflect and systemize one of the secular practices of the peoples of the waters, the practice of extraction of andiroba oil, which involves the extractor women, men, children, young and old people of Juba Island, municipality of

Cametá/PA, emphasizing the feminine role. The main aim of this work is to reconstitute the daily acquiresments of the productive sociocultural practices of the women who extract andiroba oil of the proposed locality. This work searched to investigate the problem from the relations between riverine women and men of the region of Tocantins and the Tucuruí Hydroelectric Power Station in the decade relating to the year of 1980 until the current days. The methodology put to use was that oh the field research where 48 people were heard, relating to 40 families which were visited and interviewed, through forms containing a set of questions about the way oh life of the population which is living in that inquired locality, semi-structured interviews which were recorded, transcribed and analysed; among the community and of other islands of that region of the municipality of Cametá/PA the research diagnosed some imitations regarding to the production and commercialization of andiroba oil, causing the identification of the most latent difficulties of the extraction process of that natural product such as little professional qualification and the lack of organization of the market an its commercialization as well. Moreover, a broader comprehension of the social and historical role of those women is needed.

Keywords: Extractator women; Acquiresments; Practices; Andiroba; Juba Island.

Lista de Imagens

Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cametá. Fonte: IBGE-2007.

Imagem 02: Mapa das comunidades do município de Cametá. Fonte: Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006.

Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açaí para construir pequenas pontes. Fonte:Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açázeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de masseira. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva – Ilha Juba, 2007.

Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cametá, 2007.

Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Lista de tabelas

Tabela 01: Quadro de atividades referente à extração da andiroba.

Tabela 02: Quadro de atividades extrativistas praticada pelos moradores da Ilha de Juba.

Tabela 03: Informações referentes à escola.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	17
-------------------------------	----

CAPÍTULO I

Encontro da Memória com História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza	27
1. História, sujeitos, natureza e suas relações	28
1.1. A trajetória histórica de homens e mulheres com a natureza	28
1.2. O contexto histórico do município de Cametá	31
1.2.1. A presença da política oligárquica no município de Cametá	33
1.2.2. Natureza e história: a cultura extrativista no município de Cametá	35
2. O perfil sociocultural de um povoado amazônida: Ilha de Juba localização geográfica e origem.	39
2.1. Aspectos habitacionais da comunidade de Juba	42
2.2. A importância dos programas do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida da comunidade estudada	44
2.3. Cultura, religiosidade e a significativa presença da Igreja Católica entre os habitantes de Juba	45
2.4. O acesso a Ilha de Juba	47
3. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os impactos socioambientais no Baixo Tocantins e na realidade cotidiana da Ilha de Juba	49
3.1. Degradação ambiental e os reflexos na atual realidade da comunidade estudada	55
3.2. A presença do lixo doméstico e os riscos à saúde humana: o caso da Ilha Juba	59
3.3. A retirada ilegal dos pés de andiroba nativa	62

CAPÍTULO II

	Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas	67
1.	Cotidiano das Mulheres Andirobeiras: a reconstituição dos saberes entrelaçados com a floresta e com as águas	68
2.	“[...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós!”	74
2.1.	As mulheres e a medicina popular	75
2.2.	Aparar criança um dos saberes da mulher andirobeira	77
3.	Mulheres, Natureza e História	82
3.1.	As mulheres e suas relações com a natureza	82
4.	Da árvore ao azeite: as andirobeiras e processo de coleta e extração do azeite de andiroba na Ilha de Juba	96
4.1.	Andiroba: origem e incidência na Amazônia	96
4.2.	A coleta das sementes de andiroba na Ilha de Juba	100
5.	A dinâmica das mulheres extrativistas e o processo de extração do azeite de andiroba na comunidade ribeirinha de Juba	102
5.1.	Passos do processo de beneficiamento artesanal do azeite de andiroba	102
5.2.	Práticas, segredos ditos e interditos do processo de extração do óleo de Andiroba	106
5.3.	O azeite na tábua: a difícil arte de estilar o óleo de andiroba	111
5.4.	A utilização do tipiti na retirada do óleo de andiroba	116
5.5.	A retirada do óleo de andiroba através do fogo	117
	CAPÍTULO III	
	O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo	119
1.	Natureza, Trabalho e Princípio Educativo	120

1.1.	O trabalho de extração do óleo de andiroba como um dos elementos de reprodução da vida na Ilha de Juba	120
1.2.	Produção, atribuições e divisão do trabalho na Ilha de Juba	122
1.3.	Amazônia e o Extrativismo: fator sociocultural na comunidade de Juba	126
2.	O contraste entre o tradicional e o moderno: vivências, hábitos, costumes e bens de consumo	134
3.	O papel da educação para o fortalecimento da tradição	137
4.	Preocupações com o meio ambiente e a inserção em movimentos sociais organizados	144
5.	A relevância da presença da mulher na extração do Óleo de Andiroba	149
6.	O destino comercial da andiroba: sementes e óleo	153
7.	A tradição ameaçada	155
	Considerações Finais	158
	Fontes	159
	Fontes Orais	159
	Fontes Escritas	160
	Fontes Imagéticas	161
	Referências Bibliográficas	163
	Anexos	169

Considerações Iniciais

A trajetória histórica que tracei até a atual pesquisa que aqui apresento, tem suas raízes bem lá atrás, na década de 1980, quando tive a oportunidade de participar da CEB - Comunidade Eclesial de Base do meu bairro, como integrante do grupo de jovens da comunidade cristã do Bairro Novo. Este bairro de periferia altamente estereotipado e marginalizado pela sociedade cametaense, ao qual eram atribuídos todos os feitos negativos, como: roubo, uso de drogas, prostituição, entre outras acusações, algumas delas levianas. Neste contexto, dei meus primeiros passos rumo à investigação de fatos direcionados ao cotidiano social e histórico do município de Cametá. Em 1989, passei a coordenar o grupo de jovens da Comunidade Cristã do Bairro Novo, denominado JUBANO (Juventude Unida do Bairro Novo), passando a viajar e fazer parte dos encontros de jovens e dos intercomunitários (Encontros de comunidades cristãs em outras localidades do município de Cametá, onde eram discutidos os problemas que atingiam a população local e da região Tocantina¹.

Este período da história da Região Tocantina foi profundamente fértil, pois na década de 80, o Governo Federal estava implantando no município de Tucuruí a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHT, a qual iria mudar decisivamente os rumos da realidade social, política, econômica e ambiental dos municípios da Região Tocantina. Toda essa mudança afetaria, segundo Montenegro, “As populações pobres, que vivem, [...] numa luta diária contra a falta de tudo [...]. Neste embate, marcado pela ameaça, pela incerteza de ter alimento” (MONTINEGRO, 1992, p.36). Diante deste contexto, acirraram-se os ânimos da população ribeirinha e das instituições que defendiam a classe trabalhadora e, em meio a esta problemática que a região Tocantina estava enfrentando com a instalação da UHT surge o Movimento de Defesa da Região Tocantina - MODERT, que contou com o apoio da Igreja Católica, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, associações, Colônia de pescadores Z-16, partidos de esquerda e sociedade civil. O MODEST, segundo Castro (1989), tinha como um dos seus objetivos a busca de melhores condições de vida para os atingidos pela barragem, através da recomposição da condição de vida desta população.

Ao longo dessas décadas, venho acompanhando as discussões, ora perto, ora distante dos acontecimentos em torno da vida da população da região Tocantina,

¹ Região composta pelos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará.

procurando sempre estabelecer uma relação de proximidade com a realidade social e histórica desta região. O que fez-me observar, que a historiografia tem se aproximado cada dia mais das classes historicamente negadas, como os negros, as mulheres, que para Dias, essas “[...] novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano” (DIAS, 1995, p.14). Entendendo, que a história, segundo Le Goff, “[...] começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘eu vi, senti’”. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica, (LE GOFF, 2003, p.09). Para o historiador esses fatos sociais e históricos passaram a representar a possibilidade de novos campos de investigação, o que representa, segundo Boutier & Julia, [...] a conquista de novos objetos e de novos territórios, a acumulação de trabalhos eruditos, o aprofundamento dos métodos, o avanço da informática, a prática do historiador foi [...] renovada (BOUTIER & JULIA, 1998, p.21).

A vivência da população ribeirinha ou rural passou a fazer parte das minhas inquietações, estabeleci contato mais próximo com o universo social do campo, da ilha² adquirindo, a cada dia, novas informações, novos olhares, novas vivências, saberes e práticas. Portanto, a decisão de investigar o cotidiano³ das mulheres e dos homens andirobeiros por meio de seus saberes e suas práticas de beneficiamento do óleo de andiroba, dando ênfase as experiências cotidianas femininas, se materializou a partir da primeira viagem de trabalho que fiz à comunidade de Juba, em julho de 2006, na qual pude observar três fatores fundamentais que despertaram a minha curiosidade em relação ao objeto a ser pesquisado. O primeiro estava relacionado à comunidade e a concentração de famílias que exerciam a atividade de extração do óleo de andiroba. O segundo fato diz respeito ao comportamento de dependência estabelecido pela

² Segundo o Mini Aurélio a palavra ilha refere-se “terra menos extensa que os continentes e cercada de água por todos os lados” (FERREIRA, 2002, p. 372). Este conceito utilizado pelo dicionário representa parte desta realidade das ilhas dessa região do Baixo Tocantins, pois é necessário ressaltar que as ilhas estão situadas em terreno sedimentar, de várzea. As quais, sofrem influência permanente das marés, chegando a ficar totalmente submersas no período chuvoso, denominado pelos moradores locais de inverno”.

³ “O estudo do cotidiano tem sido tão ou mais elucidativo das relações sociais de um sistema do que a análise dos grandes projetos econômicos, políticos e sociais propostos para a nação, um movimento, uma classe etc.” (VIEIRA; PEIXOTO & KHOURY & KHOURY, 1991, p. 19).

comunidade em relação à natureza e por fim o terceiro, que deixava bem evidente os impactos socioambientais provocados pela hidrelétrica de Tucuruí.

Entre os objetivos que me levaram a viajar e a conhecer a ilha de Juba, o principal era aplicar um diagnóstico social, econômico e ambiental da microregião de Cametá, direcionado às ilhas Turema, Mendaruçu, Juba, Santana e Paruru, este levantamento da realidade destas localidades, foi organizado pelo Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de práticas culturais e populares da Amazônia - IPEDE, que tinha a intenção de inventariar a potencialidade produtiva destas ilhas que envolvem esta prática secular de beneficiamento do azeite de andiroba e o papel das mulheres nesta atividade familiar.

O propósito era conhecer a realidade cotidiana dos sujeitos da Ilha de Juba, que são trabalhadores e trabalhadoras rurais, ribeirinhos e pescadores(as), donas de casa, pais de famílias, alguns e algumas são lideranças sindicais, na sua totalidade extrativistas. A finalidade deste trabalho é, portanto, reconstituir suas histórias de vida, de maneira a produzir elementos que valorizem seus saberes e suas histórias, pois, como afirma Marina Maluf, “[...] é preciso reconstruir aquelas vidas através de um novo conceito para tirar do silêncio o trabalho feminino” (MALUF, 1995, p. 21). Diante à escolha do objeto de estudo, a pesquisa passou a buscar toda a informação necessária, acerca do ambiente onde essas mulheres e homens se encontram e constituem seus saberes e práticas cotidianas, fazendo uma construção historiográfica e geográfica das condições de vida e vivências desses sujeitos andirobeiros amazônidas.

A Amazônia é conhecida por possuir uma biodiversidade rica, diversificada, exótica, singular e muito pouco conhecida. Esta imagem poética da Amazônia passa a fazer parte do imaginário dos “caçadores de tesouro”, que são atraídos por este discurso exuberante de beleza e de grande potencialidade financeira. Suas florestas são cortadas pelas reentrâncias dos rios, igarapés. Lugar de predominância de saberes e de recursos naturais⁴, florestais e animais, pertencentes a uma população humana, constituída por culturas diferentes, encharcadas de

⁴ Recursos naturais: Substâncias, estruturas e processos encontrados na natureza utilizados pelas pessoas, mas que não podem ser criados por elas. Os recursos naturais podem ser renováveis e não-renováveis. Os renováveis incluem o sol, o solo, as plantas e a vida animal, que se perpetuam naturalmente. Por exemplo, se determinada espécie animal está ameaçada de extinção pela caça excessiva, a sua população pode ser aumentada se a caça indiscriminada for evitada. Os recursos não-renováveis são aqueles que não se perpetuam (petróleo, carvão e minerais) e, se forem continuamente utilizados pelos seres humanos, irão acabar algum dia. É o caso do minério de ferro, utilizado para fazer o aço, (GTA, 1992: p. 39).

conhecimentos não sistematizados. Toda riqueza de recursos naturais, que compõem o universo dos sujeitos amazônidas, representam a fonte, a garantia de sobrevivência e do desenvolvimento desses povos que habitam tradicionalmente esse espaço territorial (BOUFLEUER, 2004).

Cresce a cada dia o interesse em relação à Amazônia, interesse este, que não se restringe apenas a seus recursos naturais, mais a toda gama de saberes e de práticas culturais pertencentes aos povos que nela residem. Povos estes, que detém saberes e práticas que envolvem a floresta, as águas, a fauna. Esses saberes, que ao longo dos anos, são utilizados pelos índios, caboclos e mestiços, fazem parte do acúmulo cultural e da vivência do povo amazônida. Convém destacar que grande parte destes saberes é assistemática.

Estudos indicam que, todas essas riquezas existentes na Amazônia estão sendo ameaçadas de extinção, devido a um comportamento predatório, provocado pela ação humana, que associado a uma total falta de conhecimento acerca da biodiversidade local, no que diz respeito, às espécies vegetais e animais. Toda esta desinformação tem contribuído para que determinadas espécies animais e florestais entrem na lista da extinção.

As pesquisas referentes às vivências dos povos de biodiversidades paraenses, isto é, os estudos e as investigações dos modelos, das lógicas, das racionalidades e dos valores das populações camponesas, ribeirinhas, indígenas, remanescentes de quilombos, das matas e florestas do Pará, não podem deixar de levar em consideração os vários entendimentos, as inúmeras reflexões, os inegáveis olhares e os antagônicos e conflitantes interesses vividos por diversas e diferentes pessoas sobre os saberes dos ecossistemas das Amazônias, pois, “[...] a essa diversidade natural das várias Amazônias soma-se, pois, a diversidade humana e cultural, que nem sempre obedece às fronteiras étnicas e políticas” (MAUÉS, 1999, p. 58).

A presente pesquisa, conseqüentemente, busca investigar, refletir e sistematizar, uma das práticas seculares dos povos das águas⁵, que envolve as mulheres e os homens extrativistas da Ilha de Juba, município de Cametá/PA, com suas diversas

⁵ “Rios, lagos, igarapés, furos corporificam o espaço do homem [e da mulher] do Baixo Tocantins [...] As águas são fonte de alimentação, de produtos para comercializar e de vias de transporte, mantendo viva sua cultura de economia extrativista. Os apetrechos de pesca tipo malhadeira, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia [...], que por séculos vêm sendo utilizados por esses povos das águas, representam essa dinâmica cultural”. (COLÔNIA DE PESCADORES, 2007, p. 28).

formas de trato e técnicas de manipulação de uma espécie. O principal objetivo deste trabalho é reconstituir os saberes cotidianos das práticas socioculturais produtivas das mulheres e homens extrativistas do óleo de andiroba da localidade, analisando o contexto histórico das práticas dos saberes cotidianos das mulheres jubenses, com seus significados, a partir da escuta sensível dos relatos, das falas e dos depoimentos dos sujeitos da história oral, que para Thompson, “O historiador oral tem que ser um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo. [...] é uma história construída em torno de pessoas (THOMPSON, 1992, p. 43)”.

Buscando compreender quais as razões que motivam a prática de extração do azeite de andiroba e como são rememorizadas pela comunidade? Para que esta discussão materializasse se buscou investigar a problemática, a partir do viés da história social, dando ênfase à história oral. Partindo da análise das relações entre mulheres e homens campesinos da região Tocantina com a natureza, no período de tempo entre a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década referente ao ano de 1980, até os dias atuais.

A pesquisa buscou estudar de maneira investigativa a realidade social e histórica dos sujeitos da localidade da Ilha de Juba, focalizando as mulheres extrativistas, produtoras do azeite de andiroba. Elas exercem os papéis sociais de trabalhadoras rurais, parteiras, pescadoras e donas de casa. Porém, é relevante destacar que a pesquisa também ouviu homens desta localidade, os quais também fazem parte do universo de beneficiamento. A partir da dinâmica de pesquisa de campo, coleta dos dados, onde foram ouvidas 48 pessoas, referentes a 40 famílias visitadas e entrevistadas na localidade, através de formulários com questionamentos acerca do modo de vida da população residente da população, entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas; dentre as pessoas pesquisadas estão: membros da comunidade e de outras ilhas desta região do município de Cametá; porém, é importante ressaltar, que nem todos os relatos foram utilizados no corpo do presente trabalho, uma vez que, as falas foram sendo analisadas, selecionadas pelas informações que nelas continham, sendo, portanto, utilizadas mais diretamente, a fala de 16 informantes do grupo pesquisado. Além, das fontes orais, também se faz um cruzamento com fontes documentais escritas como: o Relatório Final de Conclusões da CPI das Barragens, Fichas de Cadastro de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

de Cameté; Fichas de Matrícula da Confederação Nacional dos Pescadores – CNP e da Federação dos Pescadores do Pará- FEPA e Relatório do Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativistas Produtoras de Óleo de Andiroba da Região Tocantina. Além de imagens fotográficas feitas na localidade em questão.

As informações, adquiridas no transcorrer da pesquisa, contribuíram de forma significativa no processo de reflexão e de entendimento acerca dos olhares, das análises, dos referenciais teóricos que compõe este estudo. Uma vez que, conforme afirma Borges, toda escolha que o historiador fizer, não terá inocência e nem tão pouco neutralidade, pois, “[...] o historiador é um homem em sociedade, [...] seu trabalho será condicionado tanto pelo nível de conhecimento então existente, como pelos interesses que ele possa estar defendendo, mesmo que inconscientemente” (BORGES, 1980, p. 60).

Investigar relatos, documentos, imagens de forma qualitativa, com base na história oral, que envolvem o ato de lembrar, contar, falar, memorizar, isto é, abarca o processo de escuta das vozes “silenciadas”, para dar visibilidade às expressões relatadas por gente protagonista, que cotidianamente inventam e reinventam as lógicas e as racionalidades do campo. Portanto, as sociedades tradicionais do campo, fundamentam suas práticas, suas histórias de vida, suas memórias, seus relatos, suas etno-histórias⁶ da vida cotidiana, neste universo de vitalidades dos saberes, das suas ciências ambientais e humanamente sustentável.

As fontes não-escritas se constituem, como um dos principais elementos das investigações e dos estudos acerca da História Oral. Na concepção de Pinto, “os saberes das comunidades tradicionais do campo são narrados e memorizados pelas pessoas mais idosas, que são as guardiãs das vivências e das práticas dos seus ancestrais” (PINTO, 2004, p.130). Daí elemento importante para estudar a experiência das mulheres extrativista do Juba, mediante as fontes não-escritas que se constituem, a partir de suas vivências e de suas práticas, sendo registradas através de diferentes

⁶ A etno-história está enraizada nas relações críticas interdisciplinares em antropologia e história das experiências dos saberes das ciências vividas pelas pessoas das comunidades tradicionais em seu contextos específicos, singulares e particulares: “a aproximação da história com a antropologia, cada vez intensa nos últimos anos, bem como o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e da etno-história têm contribuído de forma fundamental para uma revisão [também] dos índios do Brasil. Tal discussão, no entanto, não é recente. Nos anos de 1950, algumas vezes já se faziam ouvir no sentido de buscar uma aproximação entre essas disciplinas” (ALMEIDA, 2002: 28).

formas de linguagens, que estão presentes nas falas dos velhos e das velhas da localidade: nos olhares de consentimento e censura, nas esculturas de santo, nos altares das casas, das igrejas bem como nos altares de terreiro de umbanda, nas vestimentas de festas sacras e profanas, nas roupas de trabalho, nos objetos da cultura material, como o remo, o tipiti, a malhadeira, o paredão. Nas fotografias de família, nas músicas e ladainhas, principalmente as cantadas pelos mais velhos. Nas ferramentas de trabalho, nos utensílios de cozinha; nas comidas de festa e do próprio cotidiano; nos corais da igreja, nos movimentos corporais, faciais; nos gestos e muitas vezes no silêncio, isto é, o silêncio também se constitui em uma forma de linguagem.

Portanto, a metodologia proposta para a investigação deste estudo pautou-se em: entrevista semi-estruturada, relatos orais, na análise dos Cadastros de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá e das Fichas de Matrícula da Confederação Nacional dos Pescadores – CNP e da Federação dos Pescadores do Pará- FEPA, além da análise semiótica das imagens referentes as práticas e saberes dos sujeitos da pesquisa, os moradores da Ilha de Juba/ PA. Essas formas de registros, segundo Thompson, propicia “aos historiadores orais [...] pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam ir procurá-la e obtê-la” (THOMPSON, 1992, p. 25). Esta escolha direcionou todo o trabalho em relação à pesquisa. O período de execução da pesquisa de campo foi programado para acontecer entre os meses de Maio de 2006 a Junho de 2008. Todas as atividades pensadas para o período de execução da pesquisa foram definidas, levando em consideração, as atividades acadêmicas, direcionadas para créditos das disciplinas do mestrado, para as atividades programadas pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPA (seminários, colóquios, comunicação), pesquisas bibliográficas, leituras bibliográficas e demais atividades acadêmicas.

É importante ressaltar, que a pesquisa na localidade de Juba teve início no ano de 2006, meses antes da abertura do edital de chamada para a seleção do mestrado em História Social da Amazônia, na Secretaria de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará - UFPA. Como já foi dito antes, o interesse pela realidade das mulheres extrativistas surgiu com a ida à localidade e com o contato com a experiência, que envolve o processo de produção e beneficiamento do azeite de andiroba. Ao saber do edital deste mestrado, preparei o projeto e me submeti à seleção.

Com o resultado positivo, passei então, a programar as atividades para o desenvolvimento da pesquisa.

A partir do mês de Maio de 2007, iniciaram-se as viagens para a comunidade da Ilha de Juba. Nestas viagens, foi feita a aplicabilidade da entrevista semi-estrutura na localidade, com os moradores e moradoras. Paralelo as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST, já no mês de agosto de 2007, comecei a realizar as atividades de transcrição das fitas cassete e a digitalização dos dados coletados na primeira etapa da pesquisa.

No mês de janeiro de 2008, as atividades foram totalmente direcionadas para a pesquisa na localidade, análise dos dados e redação preliminar dos capítulos da dissertação. Na ocasião foram feitos vários registros fotográficos, uma vez que, neste período estava acontecendo o processo de coleta das sementes e de extração do óleo de andiroba.

Após a segunda viagem à comunidade, com os dados coletados, partiu-se para a análise semiótica, através do estudo das representações das imagens fotográficas. Da mesma forma, realizou-se a transcrição das entrevistas gravadas⁷ naquela ocasião. A partir dos dados coletados, sistematizados e analisados, partiu-se para a produção escrita, sempre com a preocupação de reconstituir os saberes cotidianos e as práticas socioculturais das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da ilha em estudo. Destaca-se que durante as possíveis articulações críticas e dialógicas com os diferentes saberes, tem-se como preocupação principal tentar não “diluir” os significados e os sentidos atribuídos a tais saberes e práticas pela comunidade local.

Entre os informantes da comunidade, foram entrevistados 48 pessoas, sendo 05 homens e 43 mulheres na faixa etária entre 08 a 102 anos de idade. Alguns dados referentes à localidade foram adquiridos através do Diagnóstico de Pesquisa feito pelo Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE. Além da consulta de bibliografias⁸ que tem como

⁷ “As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais. [...] O gravador tem permitido que a fala da gente comum – sua habilidade narrativa, por exemplo – seja, pela primeira vez, seriamente compreendida” (THOMPSON, 1992, p. 410).

⁸ BARRA, José Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeito*. Cametá – Pará, 2004.

temática a realidade ribeirinha, gênero e a andiroba. Os resultados da pesquisa constituem o presente estudo.

Desta forma, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, denominado *Encontro da Memória com a História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza*, buscou compreender os saberes e as práticas dos povos ribeirinhos, enfatizando as experiências das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da Ilha de Juba, na perspectiva de que o entendimento desses saberes e dessas relações antrópicas entre os sujeitos locais e a natureza, possa propiciar um entendimento maior acerca desta relação, o que irá construir para uma melhor reconstituição da realidade cotidiana dos habitantes da comunidade pesquisada.

O segundo capítulo, intitulado *Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas*, objetiva inventariar os saberes e as práticas cotidianas que permeiam e constituem o universo das mulheres coletoras de sementes e extratoras do óleo de andiroba, assim como, reconstituir esses saberes e essas práticas cotidianas, entrelaçados aos saberes das matas e das águas, que envolvem as mulheres e o processo de extração do azeite de andiroba da comunidade extrativista da Ilha de Juba.

O terceiro capítulo *O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo*, discorre entorno do trabalho das mulheres extrativistas e andirobeiras da Ilha de Juba, a partir de uma perspectiva ecopedagógica de ensino, fomentando a discussão

FIGUEIRA, Eleonora Maria Mendonça. *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá - PA*. Mestrado em Sociologia – CFCH/ UFPA – Belém, - 2005.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém – UFPA/NAEA, 2006.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka- Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Parteiras e “Porções” vindas das matas e “Ribanceiras” dos rios*. Projeto História, (23). Natureza e Poder. São Paulo: Ed. EDUC, 2001.

SHANLEY, Patricia. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Patricia Shanley, Gabriel Medina; ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Impactos sócio-ambientais da barragem de Tucuruí na percepção dos moradores da Ilha de Juba em cametá*. Monografia de Especialização, NUMA/UFPA, 2003.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Conclusões da CPI das Barragens*. Cartilha Impressa, Belém, 1991.

sobre o princípio educativo de mulheres e homens andirobeiros na comunidade estudada e os seus reflexos no cotidiano dos moradores locais.

Estudos têm comprovado que as narrativas pertencentes ao povo ribeirinho das Amazôniaas do Baixo Tocantins/Cametá-PA, fazem parte de uma dinâmica constantemente de criação e recriação, em consonância com os saberes locais, que estão entrelaçados com o meio ambiente onde vivem, sobrevivem e convivem, que não são isoladas de suas representações sociais, de suas memórias e de suas polissêmicas águas, pescas e matas.

Portanto, a técnica da História Oral, está constituindo-se em uma prática de pesquisa incessantemente construída nos tecidos das redes de saberes da vida cotidiana das pessoas, como pontes, como caminhos de apreensão, de reconstituição, de diálogos e visibilidades críticas das contra-histórias, narradas, relatadas, memorizadas, impressas nas vozes e incorporadas nas matas, nas águas, nas terras, nas histórias de vida também das comunidades tradicionais das Amazôniaas do Baixo Tocantins/Cametá-PA.

CAPÍTULO I

Encontro da Memória com História Oral: as relações de homens e mulheres da localidade de Juba com a natureza.

1. História, sujeitos, natureza e suas relações.

1.1. A trajetória histórica de homens e mulheres com a natureza⁹.

A pesquisa buscou, desde o início, compreender os saberes e as práticas dos povos ribeirinhos, enfatizando as experiências das mulheres extrativistas do óleo de andiroba, destacando a comunidade da Ilha de Juba, na perspectiva de que o entendimento desses saberes e dessas relações antrópicas entre os sujeitos da localidade pesquisada com a natureza, possa propiciar um entendimento maior acerca dessa relação, o que nos ajudou a construir uma melhor reconstituição da realidade cotidiana dos habitantes. A comunidade pesquisada vive em uma região de várzea e floresta do município de Cametá, pertencente a região do Tocantins, nordeste paraense. A partir da pesquisa buscou-se compreender as origens da formação cultural e os conhecimentos dos habitantes da referida comunidade, assim como, entender as diversas relações que estabelecem com a água, a floresta, os animais e os próprios sujeitos locais, partindo do contexto histórico que foi o processo de colonização da Amazônia.

A colonização da Amazônia teve seu início a partir dos séculos XVI e XVII, no período colonial brasileiro, quando esta região era extremamente vulnerável ao ataque e invasões estrangeiras, devido à facilidade de acesso, através da Foz do Rio Amazonas, tais intrusos vinham da Europa. O fato de a região concentrar um número expressivo de grupos indígenas, que não mantinham qualquer relação com o governo português, reforçava os argumentos dessas invasões. Neste contexto de invasões estrangeiras, encontros militares e muitos conflitos, que, colonos, sertanistas, soldados e alguns missionários, iniciaram a difícil empreitada, que foi a colonização da Amazônia (LOUREIRO, 1995).

Entender como se constituiu o processo de construção da formação cultural do povo amazônico é compreender que a Amazônia é um caso particular, pois

⁹ “Se falamos de natureza, não falamos só das coisas, ou dos bichos, das plantas, dos rios, das montanhas etc., mas também da maneira como vemos essas coisas, em particular integradas a um conceito que nós criamos: a totalidade a que chamamos natureza. [...] O que é natureza? - , encontraremos muitas respostas, dependendo do agrupamento humano, do tipo de sociedade, ou da classe social de quem responde, (CARVALHO, 2003, p. 14-16)”.

sua situação social diferenciada tem em sua base de formação três elementos básicos (índios, negros e brancos), responsáveis pelo que hoje nós caracterizamos de “homem amazônico”. Esse triângulo étnico deu uma contribuição singular a cultura do Brasil, pois cada raça contribuiu de forma especial, a partir de suas peculiaridades, (MAUÉS, 1999). Podemos, dentro de desse triângulo racial, compreender o processo de formação da história social e cultural da Amazônia, sem deixar de destacar a presença do caboclo (índio e negro), neste processo de ocupação e desenvolvimento do território considerado Amazônia.

Segundo Loureiro (1995), alguns estudos sobre a Amazônia nos induzem afirmar que a partir da colonização desta região é possível compreender o surgimento de tantos povoamentos. Isso se aplica as cidades ribeirinhas que tiveram a sua origem em grande parte a partir de fortificação militar ou da ação presente dos missionários nesses lugares. Um dos fatores predominantes no processo de miscigenação cultural da Amazônia tem a ver com a grande população indígena encontrada na região e em especial no Pará.

Desta forma, tem início a Amazônia Lusíndia, onde os índios eram mais presentes e visíveis que os lusos. Mesmo em quantidades menores, os portugueses impuseram seus padrões culturais e espirituais aos povos nativos da Amazônia, sempre com a justificativa da fé e do Império, o que desencadeou um processo de desestruturação da identidade cultural desses povos. Este encontro de culturas, produziram contribuições étnicas e antropológicas fundamentais para o processo da diversidade cultural dos povos das Amazônias (negros, índios e brancos). A pluralidade de culturas, línguas, valores, práticas e saberes são responsáveis pela diferenciação em função do espaço, do modo como cada seguimento social e étnico vê o rio e a floresta.

A colonização portuguesa através dos padres da ordem dos capuchos de Santo Antônio receberam a ordem de Jerônimo de Albuquerque para catequizarem os índios que habitavam as terras do Grão-Pará, entre eles destacou-se o Frei Cristóvão de São José, que em 1617, chegou a margem esquerda do Rio Tocantins, onde foi fincada uma cruz em madeira, para demarcar o local e poder dar início ao processo de catequização dos índios da região, conhecidos como Camutás¹⁰ (CARVALHO,1998);

¹⁰ “[...] da família dos Tupinambás, primitivos habitantes da região, os quais eram chamados Camutás por morarem em casas construídas no topo das árvores. Camutá é uma palavra de origem Tupi, provém da

(FIGUEIRA, 2005). Posteriormente, no ano de 1620, nasce o povoado denominado pelo nome de Camutás, o qual, foi doado como capitania a Feliciano Coelho de Carvalho no ano de 1633, e após dois anos de existência, passa a tornar-se vila, a qual recebeu o nome de Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá. Somente a partir do ano de 1754, é que Francisco de Albuquerque Coelho cede seus direitos sobre a capitania de Cametá à Coroa Portuguesa.

Com base em Carvalho (1998), Figueira (2005) e em IDESP (1997), compreendemos que é a partir da Lei nº87, de 30 de Abril de 1841, que Cametá foi elevada à categoria de Comarca, e após as Resolução 145, do ano de 1848, mais precisamente no dia 24 de Outubro, a Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá, passa oficialmente a categoria de cidade e posteriormente no ano de 1930, Cametá passa a condição de município, através do Decreto nº. 06, passando a ocupar um lugar no quadro de ordenamento político e administrativo do Estado Pará.

Na atual conjuntura histórico-geográfica da região, o município de Cametá está assim determinado: Cametá, como a sede do município, que está situada à margem esquerda do Rio Tocantins. Este rio que se constitui como a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, a bacia Araguaia-Tocantins. O qual pertence à microregião do Baixo Tocantins e também ao município de Cametá. Município este que está inserido na mesorregião do nordeste paraense, tendo como limites territoriais os municípios de Limoeiro do Ajuru, ao norte, o município de Mocajuba ao sul, a leste com a cidade de Igarapé-Miri e a oeste com a cidade de Oeiras do Pará, compreendendo uma área territorial de 3.108,2 km².

junção dos vocábulos Caá e Mutá; Caá significa mato, floresta, bosque, erva; Mutá significa degrau, armação construída no mato para a espera de caça. Os índios Camutás moravam em Mutás de Caá, eram conhecidos como hábeis construtores de embarcações” (CARVALHO,1998, p. 30).

1.2. O contexto histórico do município de Cametá.

O município de Cametá possui sua coordenada geográfica assim constituída 2°14'32 de latitude sul e 49°29'52'' de longitude W Gr., ficando a uma latitude de 25 metros (FIGUEIRA,2005); (IDESP,1997). (Queira ver imagem 1).

Cametá se caracteriza geograficamente por áreas de terra firme e ilhas, ocupando uma área de aproximadamente 2.487 km², tendo sua formação territorial constituída por 20,3% de rios e baías, 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas¹¹ e ilhas e 17,1% formado por áreas de terra firme. Para Pompeu (1998), dentre a constituição geográfica de Cametá, as ilhas que compõem este território, são de aproximadamente 100 unidades, distribuídas ao longo do Rio Tocantins e seus afluentes. Estas áreas de várzeas recebem a classificação de flúvio - marinhas¹² pertencentes ao Estuário do Rio Pará.

Atualmente, possui uma população em torno de 110.323 habitantes, sendo que destes habitantes 47.984 moram na área urbana, na sede do município e 62.339 pessoas moram no campo, ou seja, na zona rural do município de Cametá, distribuída nos sete distritos: sede do município (Cametá), Juaba, Carapajó, São Raimundo dos Furtados, Moiraba, Curuçambaba e Joana Coeli, além das vilas de: Areião e Vila do Carmo do Tocantins (IBGE, 2007), (IDESP,1997).

¹¹ Para Antônio Porro, “ A várzea é a planície aluvial propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio. Conforme as regiões, as várzea pode ocorrer nas duas margens ou somente numa delas, (PORRO,1995:40)”.

¹² Segundo (FIGUEIRA,2005), as várzeas flúvio-marinhas são consideradas um fenômeno tipicamente da Amazônia brasileira, que ao longo do baixo curso dos rios e dos seus afluentes, as mares invertem a correnteza dos rios e comandam o regime da inundação das várzeas, enriquecendo este ecossistema com sedimentos e deixando o solo mais fértil.

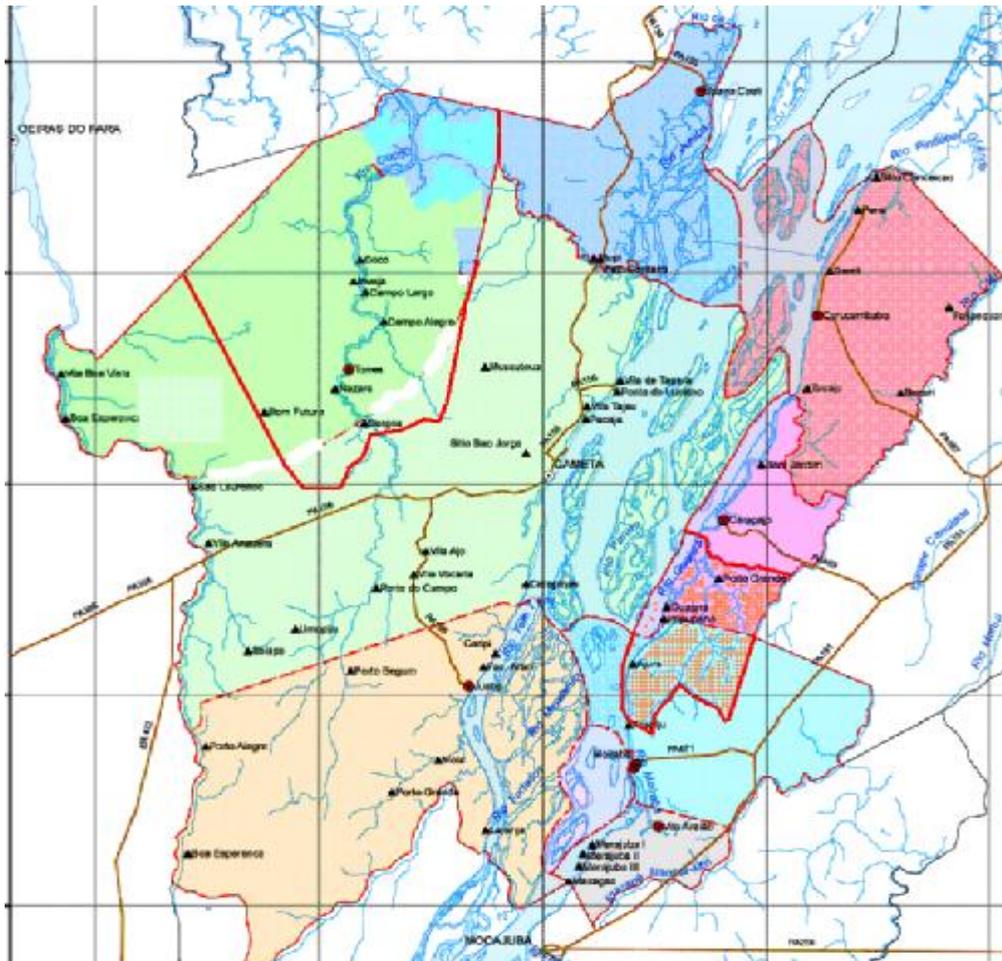


Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cameté. Fonte: IBGE-2007.

LEGENDA

- Limites municipais
- Limites dos Distritos
- Sede Municipal
- ▲ Localidade
- Sede dos Distritos
- Rodovias
- Hidrografia
- Distrito Administrativo**
- Distrito de Areião
- Distrito de Cameté
- Distrito de Carapajó
- Distrito de Curuçambaba
- Distrito de Januacoeli
- Distrito de Juaba
- Distrito de Moiraba
- Distrito de Torres de Cupijó
- Distrito de Vila do Carmo
- Distrito de Porto Grande

1.2.1. A presença da política oligárquica no município de Cametá.

A interferência política neste município está presente em quase todos, ou se não em todos os setores da administração pública, exercendo também influência no setor privado. As oligarquias em Cametá eram controladas por três famílias que eram: os Mendonça, os Parijós e a família Peres, que mesmo fora da administração pública, ainda possuem muita força e influência política e administrativa (CARVALHO,1998); (SOUSA,2002).

Este tipo de comportamento sociocultural e político nesta região é bastante acentuado e até corriqueiro. Podemos, verificar este fato na fala do Sr. Braúlio Leão, 73 anos, morador da Ilha de Juba, quando se refere aos governantes, mas especificamente a duas famílias que se revezavam no poder e suas seguidas divergências, “[...] Isso acontece desde que me entendi, que era Nelson Parijós e Deodoro de Mendonça, sempre foi assim. Quando Deodoro estava no poder, Nelson tava contra”.

Portanto, tal comportamento apresentado pelos políticos e administradores municipais, encontra-se expresso na fala do Sr. Braúlio Leão, o qual deixa bem claro, que não se levava em consideração os interesses do povo, e sim, daquele governante que ao ocupar um cargo público, utilizavam esse espaço em causa própria, e dos seus. Divergências que contribuíram, e até hoje continuam a contribuir, para o declínio econômico e social do município de Cametá. O entrevistado continua sua fala, manifestando sua crítica a esse modelo de gestão administrativa ao dizer: “[...] é tanto que nossa cidade de Cametá no meu ver sofre, não tem nada a vista, nós somos uma das cidades mais velhas do Estado do Pará, hoje em dia ela não tem nem um trapiche para amarrar um casco”. Tal realidade também é sentida na comunidade ribeirinha da Ilha de Juba e demais localidades do município que tem em seu contexto histórico e social grande deficiência no que diz respeito, à saúde pública, a educação e a outras políticas voltadas para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Podemos perceber esta realidade a partir das reflexões de Carvalho, ao se referir a esse sistema político/administrativo existente em Cametá,

Essas oligarquias visam somente interesses próprios para manter seus nomes na história e seus interesses particulares e nada mais. Em Cametá é visível um alto índice de pobreza e exclusão social, pobreza tanto de nível estrutural quanto de nível conjuntural e principalmente devido a ausência de políticas sócio-econômicas, que, de fato, se voltem para solução dos problemas da população (CARVALHO,1998, p. 34).

Tanto a fala do entrevistado, quanto a da autora acima citada, nos permite traçar um pouco da história dos municípios do Pará, a qual está intimamente ligada a uma cultura oligárquica rural, onde os políticos e coronéis traçavam a história do “seu” povo, [atitude que nos lembra os caciques] chegando a considerarem-se donos dos rios e de seus trabalhadores, exercendo a “autoridade” e “posse” sobre os seus subalternos. Uma dessas histórias, até pouco tempo atrás, cerca de dez a quinze anos, na região de Cametá, salientava o fato de ser comum determinados políticos se orgulharem de terem seu “curral eleitoral” ou seja, local onde o político concentrava seu poder de voto e de mando (SOUSA, 2002).

Sousa (2002), em seu livro *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*, faz uma reflexão a cerca da conquista do poder pelos trabalhadores, com a eleição do Governo Popular¹³, que pela primeira vez na história deste município, com um histórico tradicional, oligárquico e elitista, como é Cametá, via um governo de esquerda assumir o poder. Este fato histórico representava para os trabalhadores e trabalhadoras tanto da cidade como do campo, um salto qualitativo para a gestão pública deste município. Muitas lideranças das comunidades do campo compuseram o quadro do governo. Porém, de acordo com as reflexões de Costa,

[...] o pacto social, que historicamente o PT fez com o campesinato, não foi cumprido, [...] não se concretizou. E o corpo político sob o qual se constituiu o governo de Quaresma e do PT não assumiu as obrigações e/ou cumpriu as promessas eleitorais contidas em seus 13 pontos para fazer Cametá uma cidade feliz, onde se podia ler em seu material de campanha: “Convidamos o povo a ser construtor da cidade, com qualidade de vida, justiça e

¹³ O Governo Popular, coligação dos partidos PT e PPS.

democracia e com mudança em benefício da população promovidas pelo Governo Democrático Popular Cametaense (COSTA,2006, p. 288).

Essas mudanças propostas pelo Governo Popular, segundo afirma o autor, não foram realmente sentidas e/ou vivenciadas pela sociedade, tanto do campo, quanto da cidade. A constatação de insatisfação popular, somente pode ser percebida pelo Governo Popular, na eleição do ano de 2004, quando o então prefeito lançou a sua campanha a reeleição, e recebeu como resposta do povo a vitória do seu opositor, e atual prefeito, Waldoli Valente, que se candidatou pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

A eleição do candidato do PFL, teve um tom de resposta a todo um sentimento de insatisfação política- administração da população em relação ao ex-prefeito e de sua equipe. Para Costa (2006), esta eleição do PFL, no município de Cametá, representa um retrocesso político e social, com o retorno do poder executivo para as mãos da burguesia, da oligarquia política desse município.

1.2.2. Natureza e história: a cultura extrativista no município de Cametá.

A economia cametaense esteve sempre ligada aos produtos extraídos da floresta como: borracha¹⁴, o cacau e as oleoginosas. Porém, a partir do final do século XIX, sua economia começou a decair, quando alguns de seus principais produtos como

¹⁴Segundo Warren Dean, “ [...] árvore silvestre que produzia a borracha mais pura e elástica – e, também, em maior abundância – era nativa da bacia amazônica. Conhecida no comércio como Para rubber (borracha-do-Pará), tornou-se logo objeto de um imenso e pesado sistema de tráfico, que, a partir de Belém, na foz do rio, penetrava por 3000 quilômetros na e mais densa floresta tropical do mundo. O comércio da borracha tornou-se um sustentáculo da economia brasileira: em seu auge, proporcionou quase quase 40% das receitas da exportação”.

“[...] em 1839, descobriu-se que as propriedades elásticas da borracha podiam torna-se, mais duradouras, por meio de um tratamento com enxofre e calor. [...] multiplicaram-se, e intensificou-se a exploração de várias árvores silvestres produtoras de borracha, inclusive algumas que logo foram descobertas na Ásia e na África, (DEAN, 1989, p. 24)”.

o cacau, ganhou outro concorrente nacional, a Bahia, que passou a exportar cacau para o mercado exterior, oferecendo um produto melhor e de superior qualidade. Este processo se repetiu com a borracha, a qual teve seu auge econômico e cultural aproximadamente até o ano de 1912. Esta crise em torno da borracha atingiu de forma geral a economia na Amazônia, é o que diz Almeida,

“ O início da exploração da borracha amazônica foi próspero, mas a bonança durou pouco. Em 1912, a produção atingia o pico de 42 mil toneladas – das quais 10 mil vinham do Acre. A borracha representava 40% de todas as exportações nacionais, incluindo o café. Mas naquele mesmo ano os ingleses começaram a exportar sua produção, obtida na colônia da Malásia. Em pouco tempo desbancaram o látex brasileiro. Em 1920, a Malásia já produzia 400 mil toneladas de borracha. Dali e diante, a maioria dos seringais dos rios Juruá, Purus, Madeira, Tocantins e Negro faliu, (ALMEIDA, 2009, p. 19)”.

Porém, já no século XIX, a produção de látex na amazônica e conseqüentemente em Cameté, começa a entrar em crise, devido a três principais fatores: o primeiro, estava relacionado ao uso inadequado do instrumento denominado como machadinha, o qual era utilizado para fazer o corte no tronco da seringueira (*Hevea brasiliensis*), e assim retirar o “leite” da planta.

Este processo de extração da borracha, com o uso da machadinha, ocasionava sérios prejuízos a estrutura da planta, e tempos depois a árvore passava a ter sua produção reduzida e com qualidade inferior, este produto de qualidade baixa foi denominado de *cernambi*. A segunda possível razão da queda da borracha nesta região está relacionada ao fato da extração excessiva do látex, oriundo da árvore de seringueira, (CARVALHO, 1998); (FIGUEIRA,2005). A terceira razão e a mais significativa, está relacionada com o processo de domesticação¹⁵ e cultivo da seringueira no Sudeste Asiático, mais especificamente no: Ceilão, Malásia, Sumatra, Java e Cochinchina, as quais, estavam vinculadas as suas colônias e mais

¹⁵ Segundo Warren Dean, “[...] A domesticação de plantas é uma das realizações mais conseqüentes da humanidade. [...] Por volta do século XIX, a transferências de plantas exóticas e a busca de plantas selvagens passíveis de domesticação eram atividades que se tornavam racionalizadas, organizadas e postas a serviço do capitalismo industrial. [...] A domesticação da seringueira não ocorreu num passado remoto, [...] Foi feito moderno. [...] A transferência da seringueira para fora da Amazônia brasileira e sua domesticação no Sudeste Asiático constituíram um fato realmente notável, (DEAN,1989)”.

especificamente, as suas metrópoles coloniais. O cultivo dos pés de seringueira em grandes áreas ocasionou uma oferta deste produto em quantidade maior e a preços mais acessíveis. Esta situação acirrou a concorrência no mercado internacional, e a partir do século XX, a borracha cultivada na Ásia, entra no mercado mundial, ocasionando a queda acelerada da venda da borracha produzida na região Amazônica e desencadeando um processo de perda financeira para os extratores do látex, e sobretudo para a economia da região, da Amazônia e do Brasil (DEAN,1989).

Outros fatores também contribuíram para o declínio econômico do município de Cametá, foi a criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança. A partir deste fato, a região bragantina passa a fornecer produtos do gênero alimentício para Belém, como: farinha de mandioca, arroz, feijão, etc. Produtos estes fornecidos anteriormente pelo município de Cametá. Outro fato está relacionada à criação, em 1950, da rodovia Belém-Brasília, a qual facilitou o escoamento mais rápido e com um custo bem menor de grãos do sul e do sudeste do país.

Todos esses acontecimentos apresentados contribuíram e acentuaram o declínio econômico do município de Cametá, em particular os moradores da localidade da Ilha de Juba, passaram a enfrentar dificuldade de todas as ordens (CARVALHO, 1998). Porém, a economia extrativista em torno de outros produtos como: a pesca, a caça, borracha, cacau e da venda de óleos vegetais, tomaram-se mais visíveis e passaram a se constituir como uma das principais atividades responsáveis pelo sustento e manutenção das famílias cametaenses, principalmente as oriundas das ilhas desta região.

Na região de Cametá até década de 1960, funcionou uma fábrica de óleos de essências florestais, como o óleo de andiroba, que exportava seus produtos para Sudeste do Brasil e para a Europa. Mas segundo (Mocbel, Apud, FIGUEIRA, 2005), um dos fatores que levou ao fechamento da fábrica de oleaginosa e de sabão nesta região, deu-se em virtude da falta de sementes de ucuúba e andiroba. O que resta, atualmente, na floresta nativa destas espécies, estão presentes nas ilhas da região central do município de Cametá, onde ficam as terras mais altas, entre essas localidades está a Ilha de Juba, onde este estudo foi centrado.

Nos anos decorrentes à década de 1970, foi introduzida na região tocantina e no município de Cametá, o cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*).

Esta cultura contou com o apoio da Igreja Católica para a sua disseminação, uma vez que esta instituição religiosa, criou de forma não formal um programa de crédito informal, direcionado aos trabalhadores rurais. Esta ação da Igreja Católica, contribuiu para que os camponeses que mantinham relações comerciais com os ricos comerciantes do município, pudessem romper com a relação historicamente construída em torno do sistema de aviamento¹⁶, (FIGUEIRA,2005), (COSTA,2006), (SOUSA,2002).

A pimenta-do-reino teve seu auge na década de 1980, mais na mesma década pode sentir o declínio na venda, ocasionado pela baixa significativa do preço do produto no mercado internacional. Assim, na década seguinte, o incentivo financeiro governamental que veio através de linhas de créditos, para o cultivo de frutas como: coco, o murici, a graviola e para o manejo e recuperação dos açazais. Todo esse investimento econômico, teve como prioridade a recuperação da economia em relação a este produto, (COSTA, 2006); (FIGUEIRA,2005); (DÜRR, 2002); (SOUSA, 2002). A partir da década de 1990, o extrativismo toma força e produtos como o açaí, palmito, cacau, passam a ter destaque na economia cametaense.

Atualmente, segundo (Ivan Jorge, Apud, IPEDE: 2003), “ O extrativismo ainda é a mola-mestra da economia de Cametá, daí a extrema importância de intervenções no meio rural, [...] promover o desenvolvimento e eliminar os entraves econômico-sociais por que passa toda a população da região Tocantina”.

¹⁶ Comerciantes aviadores são aqueles que suprem as necessidades dos extrativistas adiantando a eles produtos de que necessitam para sua sobrevivência e recebendo o pagamento em produção (a maioria não recebe em dinheiro, mas sim em produção). Ou seja, o extrativista entrega ao aviador sua produção para pagar a dívida da compra antecipada de gêneros alimentícios e outras mercadorias que o comerciante lhe havia “fiado”. É um sistema de “crédito sem dinheiro”, no qual o extrativista se vê cada vez mais endividado, (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006).

2. O perfil sociocultural de um povoado amazônida: Ilha de Juba, localização geográfica e origem.

A Ilha de Juba localiza-se em um dos afluentes do Rio Tocantins, o qual recebe o mesmo nome da localidade: Juba. A ilha pesquisada, pertence ao distrito de Juaba, compondo um conjunto de outras ilhas denominado de Ilha Grande (IBGE-2007). Dentre elas estão Ilha dos Furtados, Ilha do Mendaruçu, Ilha do Tem Tem. Além, da Ilha de Juba, que é composta por Juba de Cima, Juba de Baixo, Jubinha, Jubão e Riozinho¹⁷. A Ilha de Juba está inserida na Ilha Grande (no Distrito de Juaba), situando-se, portanto, entre a vila de Juaba e as vilas de Moiraba e Do Carmo do Tocantins (queira ver imagem 2). É relevante ressaltar que as referidas vilas têm forte presença e influência da cultura de remanescentes de quilombolas.

O que se sabe é que os sujeitos históricos que habitam tradicionalmente a localidade de Juba fazem parte de um grupo de moradores, que estão distribuídos em aproximadamente 220 famílias, das quais 140 famílias, são atendidas pelo Programa de Agentes Comunitário de Saúde, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde e das ACS¹⁸, que assiste a comunidade local. Essas famílias possuem sua moradia ao longo do **Rio Tocantins**, e de seus afluentes no município de Cametá, obedecendo as imediações da localidade.

Pouco se sabe sobre a origem da fundação da Ilha de Juba, pois, as informações referentes aos aspectos história desta localidade passa despercebida por seus habitantes. Não tem quase nenhuma informação acerca do início do seu povoamento, ficando difícil saber de onde provêm o nome e a respectiva origem da localidade,

[...] meu marido contava que esse pedaço de rio era só um anhingal, que quase ninguém varava por aqui. O avô dele saía roçando, roçando aquelas anhingueiras, aí depois delas secas, ele ia semeando açai. Ele levava o

¹⁷ “O rio Juba foi subdividido em áreas denominadas pelos moradores, assim: a ilha de Juba compreende os rios: Juba de baixo, Juba de cima, Jubinha, Jubão e Riozinho. Considerando aqui o rio Juba com suas subdivisões tomadas como referência para localização das famílias” (FIGUEIRA, 2005, p.45).

¹⁸ Relatório dos Agentes Comunitárias de Saúde, Ilha de Juba – Cametá/PA.

paneiro de costa e o meu marido pegava uma cuiazinha e ia jogando, semeando. Essa é a história que eu conheço da origem do Juba (Maria do Carmo, Ilha de Juba – Cametá/PA).

[...] eu cheguei me informar muito por que? Já cheguei a perguntar a professores, pessoas formadas [...] eles me disseram que colocaram juba, por que aqui tinha muito leão, muita família leão[ou seja muitas famílias com o mesmo sobrenome]. E por causa dessa família leão, porque juba é aquilo do leão. Na verdade eu nunca achei a pessoa que me explica-se na verdade.[...] um senhor muito estudioso que eu perguntei me disse isso.[...] era o professor Jacinto Garcia do Tem Tem [Ilha] (Braúlio Leão, Ilha de Juba – Cametá/PA).

Após várias entrevistas, surge duas possíveis explicações para o nome da localidade de Juba. A primeira versão apresentada por dona Maria do Carmo, que retrata o processo de ocupação da ilha. E a segunda explicação está relacionada a analogia entre o sobrenome Leão, animal este possuidor de uma crina no pescoço, que segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, recebe o nome de Juba. O significado que o Sr. Braúlio utilizou para justificar a origem do nome Juba, apresenta certa coerência. Portanto, a localidade Juba, pode ter uma possibilidade real da origem de seu nome está relacionado a esta explicação do morador.

2.1. Aspectos habitacionais da comunidade de Juba.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde de Cametá, aproximadamente 220 famílias ribeirinhas¹⁹ habitam tradicionalmente a região da Ilha de Juba. De acordo com os dados da presente na pesquisa, os núcleos familiares são constituídas e estruturas na média de 6 a 7 pessoas por residência. Sendo 2 a 3 pessoas maiores de 18 anos e de 4 a 5 pessoas menores de 18 anos. As quais moram, na sua grande maioria, em casa de madeira coberta com telhas de barro. Estas casas possuem uma estrutura diferenciada das casas tradicionalmente conhecidas e convencionadas pela sociedade urbana. Trata-se de construções feitas para abrigar famílias grandes, cujos moradores mantêm o hábito de dormir na cozinha da casa, onde cada pessoa escolhe um lugar e a posição de amarrar a sua rede. Neste modelo de residência existem como cômodos uma sala, quarto e uma cozinha, ambos pequenos.

O quarto é destinado para os doentes, mulheres de parto, idosos, crianças pequenas e algum hospede especial que visite a casa. Observou-se que na maioria das casas que foram pesquisadas não há cama, as pessoas dormem em redes. O espaço da sala é constantemente utilizado para as conversas mais “formais”, principalmente com pessoas estranhas, ou seja, pouco conhecidas. Pois, os amigos e familiares da família são recebidos na cozinha, onde tudo acontece. Afinal, a vida do ribeirinho geralmente se passa na cozinha, local no qual assuntos importantes da família são discutidos e regados a base de café com manteiga, mingau de açaí com arroz, mingau de crueira²⁰.

As casas da localidade de Juba estão distribuídas ao longo da margem esquerda do Rio Tocantins. Assim, a partir de uma média geral, retirada com base nas 43 famílias que compõe a amostra pesquisada, foi possível identificar o espaço territorial ocupado pelas famílias da localidade, os quais, oscilam de 01 a 10 hectares

¹⁹“Os ribeirinhos mantêm uma atividade mista de uso de recursos [da natureza] incluindo pesca, criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos) e extrativismo vegetal. A importância de cada atividade na economia familiar pode variar bastante de uma família para outra, mas no geral todas dependem da pesca e do extrativismo vegetal ” (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 CAMETÁ, 2006, p. 30).

²⁰ Os dados aqui apresentados são análogos a descrição feita pelas autoras Cristina Wolff, no seu livro *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890 – 1945)*, e Eleonora Figueira na sua Dissertação de Mestrado intitulada de *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá – PA.*

de terra, sendo que esta realidade é presente em 85%, das propriedades da comunidade. E somente 15% das propriedades jubenses, ficam em torno de ½ a 5 hectares de terra por família. Os dados revelaram o processo de subdivisão dos terrenos na localidade, em virtude do aumento das famílias, que com o passar do tempo vão crescendo. Este fato é fundamentalmente importante para a comunidade local, pois acarreta a diminuição das áreas destinadas a agricultura familiar. Outro fato que contribui para o processo de redução de espaço nos terrenos ocorre devido a criação de animais domésticos ou xerimbabos²¹, que serão destinados ao consumo diário da família ou a venda. Estes animais são criados livres, mais costumam se abrigar em chiqueiros, galinheiros ou até barracões, para se protegerem das cheias das marés e de outros animais que possam oferecer perigo.

Em relação a situação territorial das famílias pesquisadas, 10% delas vivem em regime de arrendamento, 5% declararam viver em residências de parentes e 85% das famílias declararam-se donas de suas terras. Na sua totalidade essas famílias que declararam serem donas dessas propriedades não possuem qualquer documento fundiário da terra²² que ocupam, apenas alegam que, tornaram-se donas através do processo de herança de família ou doação feita por parentes.

É relevante ressaltar que os habitantes da Ilha de Juba são na sua grande maioria oriundos do lugar, alguns moradores a vivem a vida toda na mesma localidade. Os que não nasceram na localidade, pertencem geralmente às ilhas vizinhas e passam a viver nesta localidade devido casamento entre famílias próximas, garantindo assim a continuidade dos laços de parentesco, através da reprodução social.

²¹ “As criações, os “xerimbabos” mais freqüentes entre os camponeses das ilhas de Cameté são: galinha caipira (*Gallus domesticus*), pato crioulo (*Cairina moschata*), porco pé duro (*Sus scrofa*), peru (*Meleagris gallopovo*). [...] Essas criações são partes complementares e de relativa importância na economia camponesa [ilhas]” (COSTA, 2006, p. 241).

²² Dados da pesquisa de campo feita no ano de 2006 e 2007, na localidade de Juba.

2.2. A importância dos programas do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida da comunidade estudada.

A partir dos dados coletados na localidade da Ilha de Juba, foi possível verificar qual o percentual das famílias da comunidade que tem tido acesso aos programas sociais do Governo Federal. Esses dados nos dão a dimensão do nível de exclusão social ao qual está exposta esta comunidade ribeirinha.

Um dado relevante a ser estudado, é o fato de apenas 3%, dos moradores da localidade ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Se for feito um paralelo, entre os beneficiados e os que não possuem acesso a esta linha de financiamento para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura, a dimensão da exclusão é assustadora e, sobretudo, preocupante. Se não há investimento na agricultura familiar, conseqüentemente este fato acarretará danos ambientais e sociais, pois haverá o aumento da pobreza na comunidade, e eventualmente quem pagará o preço por isso será a natureza, devido às diversas formas de retirada de produtos naturais e florestais que a população fará nas suas reservas florestais como: a extração desordenada e sem manejo do palmito de açaí, assim como a venda de espécies florestais madeiráveis, o consumo e a venda de animais silvestres.

Observando a realidade da comunidade estudada, pode-se constatar que 39% das famílias de Juba têm acesso ao programa Bolsa Família, sendo que 8% dessas famílias concentram ainda como renda familiar o auxílio maternidade, direcionado as mulheres trabalhadoras rurais, benefício este direcionado as mulheres com bebê recém nascido, para que possam manter-se fora do trabalho da roça nos três primeiros meses de vida de seu filho. E com apenas 5% da renda familiar aparecem os idosos, com a aposentadoria que o Governo Federal paga aos trabalhadores e trabalhadoras rurais por tempo de serviço no campo.

2.3. Cultura, religiosidade e a significativa presença da Igreja Católica entre os habitantes de Juba.

Cametá, assim como, as demais localidades da **região Tocantina**, entre elas a ilha de Juba, convive com um universo religioso que tem na Igreja Católica Apostólica Romana, uma das mais, importante (se não a mais importante) presença no cenário popular desta região. A qual concentra sua manifestação religiosa no culto aos santos, entre eles o padroeiro da cidade (São João Batista), sede do município, e os demais padroeiros das localidades do interior do município. É importante destacar que culto aos santos, neste moldes, surgiu na Europa, mas especificamente na cidade portuguesa de Lisboa. Com o processo de colonização do Brasil a prática de cultuar imagens de santos foi sendo disseminada e introduzida á nossa cultura.

Segundo Sousa, “ [...] as irmandades surgiram no Brasil seguindo os moldes das confrarias que na Europa organizavam o culto aos santos (SOUSA, 2002, p. 66)”. Efetivamente o culto aos santos chega a Bahia no ano de 1686, por influência dos portugueses, os quais através de documentos oficiais, enviaram no mesmo ano ao Vaticano, os estatutos da Irmandade dos Bem-aventurados Frei Benedito (BRANDÃO,1979). Esta manifestação religiosa de culto a imagens consideradas sagradas também chegou e pulverizou-se pela região do Tocantins e multiplica-se pelas ilhas da região Tocantina, onde são erguidos barracões, capelas e organizadas festas em homenagem aquele santo padroeiro da localidade. Entre os santos mais cultuados está São Benedito, a Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo e o Menino Jesus (FAVACHO, 1984).

As irmandades mantinham uma relação de proximidade com as elites oligárquicas locais e comerciantes mais fortes da região. Esta aproximação facilitava aos donos do santo, o poder de barganhar favores e serviços para a sua comunidade, como a contratação de uma professora, ou até mesmo a construção de alguma obra na localidade. Segundo Iracy, “ o dono do santo era o cabo eleitoral daquela área: fazia campanha para os Mendonças, para os Parijós, para os Peres, ou para os Moreira” (IRACY apud SOUSA, 2002:69).

A partir da década de 1960, a Igreja Católica Apostólica Romana passou a implantar nas localidades do município de Cametá estratégias diferenciadas para a intervenção pastoral. Onde as irmandades de santos e padroeiros passaram a receber críticas cada vez mais freqüentes por parte dos dirigentes da Igreja Católica Apostólica Romana. Estes passaram a traçar um plano para a organização das comunidades cristãs e de organização da vida social dos cametaenses, as quais estariam submetidas as ordens e decisões de toda uma hierarquia eclesiástica (FAVACHO, 1984), (SOUSA, 2002), (FIGUEIRA, 2005). Desta forma, as comunidades cristãs foram criadas em todo o território pertencente a Prelazia de Cametá. A partir da criação das CC (comunidades cristãs), as irmandades passaram a receber um tratamento mais rigoroso por parte da Igreja Católica Apostólica Romana, que passou a ditar as ordens e ocupar espaço, sufocando de certa forma o catolicismo popular desta região.

As entrevistas realizadas na localidade da Ilha de Juba tiveram entre seus questionamentos itens destinados ao levantamento da identidade cultural e religiosa da comunidade, através dos quais se constatou que a grande maioria da população se diz pertencer a Igreja Católica Apostólica Romana, em média de 90%. Dentre as famílias católicas, que constituem a comunidade cristã da localidade, estão as famílias: Prestes, Ribeiro, Oliveira, Louzada, Furtado, Lopes, Castro e Vasconcelos. Para Figueira:

A Igreja Católica, traço característico da colonização portuguesa, está situada na vila principal, [Vila Pinto – centro da Ilha de Juba] ali, uma vez ao mês é celebrada uma missa. Ao lado da igreja [...] o barracão do Divino, dado o padroeiro da vila, o “Divino Espírito Santo”. No barracão são realizados os eventos e festas religiosas. [...] os comunitários discutem os problemas por eles vivenciados (FIGUEIRA, 2005, p. 49).

A pesquisa faz crê que a realidade religiosa da comunidade da Ilha de Juba, não foge à regra nacional, nem a regional. Pois, segundo um diagnóstico feito pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Governo do Estado do Pará, no mês de Maio de 2004, foi concluído que a população católica do Brasil é de aproximadamente 73,9% da população brasileira, assim como, 74,6% da população do Pará se considera católica. Vindo em segundo lugar, os evangélicos com 16,2% da população nacional, e 18,5% da população paraense. Outro dado importante deste estudo é o fato de os católicos aparecerem como os mais pobres em relação as outras religiões. Este dado

também está presente na realidade da comunidade de Juba. Os dados apresentados na pesquisa, apenas demonstram quão fortes foi o processo de doutrinação e aculturação religiosa implantada pelos europeus no Brasil. Referente a questão religiosa, dona Joana Dias, 102 anos, moradora da Ilha de Juba, declara o seguinte:

[...] tem certas coisas que não acredito [refere-se aos evangélicos e aos umbandistas], se Deus não vem a nossa defesa outro não vem fazer! Na boca da noite, eu rezo as minhas orações a Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Livramento [...] tenho orações que meu filho me deu.

A fala da moradora reflete toda a força e a presença da doutrinação exercida pela Igreja Católica Apostólica Romana, na região e no imaginário das pessoas da comunidade, que mantém o costume de se recolher para fazer as suas orações, ao final do dia, mantendo assim um laço de proximidade com o divino, o sacro. Pode-se observar ainda que esse comportamento, tem seu desdobramento para as novas gerações, quando a entrevistada relata que seu filho a presenteou com outras orações. Portanto, fica evidente que na comunidade da Ilha de Juba, as pessoas têm uma maior identificação com os ensinamentos da igreja católica e pela fé representada nos santos.

2.4. O acesso a Ilha de Juba.

Para se ter acesso e conhecimento da realidade da comunidade pesquisada, apresenta-se a forma de se chegar a esta localidade: o transporte para esta ilha pode ser, particular e/ou comercial ou seja barco que faz linha para localidade, em ambos os casos são utilizadas canoas motorizadas, também conhecidas como rabetas. Dentre os transportes já citados no estudo, 59% são de propriedade privada, 36% são barcos comerciais, que cobram passagem, e 5% pertencem a vizinhos e parentes. Estima-se que em quarenta minutos, seja feita a viagem em rabetas (pequeno barco motorizado) e de uma a duas horas e meia de viagem em barcos comerciais (barcos motorizados, cobertos, chegando a pesar 60 toneladas) , uma vez que os mesmos, vão

fazendo paradas na casa dos moradores embarcados, ao longo do rio em busca de passageiros.

A imagem 03 retrata a concentração de uma categoria de transporte, denominados na região de rabetas. São nestas pequenas canoas motorizadas, sem nenhum tipo de cobertura, aonde chega a transportar até 15 pessoas, que grande parte dos moradores da localidade de Juba e demais povoações ribeirinhas do município de Cametá, se locomovem de um lugar para outro. Aliás, um fato que chama atenção, observado durante a pesquisa é a típica habilidade que os ribeirinhos possuem para transitar com tranquilidade neste tipo de transporte.



Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Devo ressaltar que além das rabetas, há também os barcos comerciais que transportam passageiros da localidade de Juba com destino a sede do município. Viagens estas que costumam acontecer, na madrugada de segunda-feira, por volta das

quatro a cinco horas da manhã, mantendo esta rotina por toda a semana, com exceção do domingo. E o retorno desses passageiros para o seu lugar de origem tem início a partir do meio dia. Em alguns barcos, esta viagem acontece a partir das três horas da manhã.

É importante mencionar, que o transporte dos passageiros é feito diariamente, por mulheres grávidas, pessoas com problemas de saúde, idosos, crianças. No transcorrer da pesquisa um fato de extrema relevância nesta rotina de viagem, as embarcações, que transportam passageiros, não demonstram grande preocupação com a segurança dos usuários, no que diz respeito, a coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros ou até mesmo um rádio para a comunicação com outras embarcações em caso de algum acidente. Além de não oferecerem condições adequadas de transporte aos seus passageiros, pois não tem banheiros, não oferecem água filtrada, local para as bagagens, etc. Alguns proprietários nem mesmo se dão conta desta necessidade, outros não vêem nesta situação nenhuma prioridade e alegando não terem condições financeiras para fazerem tais alterações em seus barcos. O fato é, os moradores da localidade passam a ficar expostos aos perigos e riscos de uma viagem pelo rio.

Enfim, esta dinâmica cotidiana do ir e do vir pelos rios, igarapés ao sabor das marés, que levam e trazem informações, saberes, práticas, sonhos e angústias, faz parte da vivência dos homens e das mulheres desta e de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia.

3. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os impactos socioambientais no Baixo Tocantins e na realidade cotidiana da Ilha de Juba.

*“ Eu durmo e sonho com isso,
Não sai do pensamento,
Quando fecharam a barragem,
Pro pobre aumentou o sofrimento.
Eu vivo e tou preocupado,*

*Com os projetos que estão por aí,
A minha preocupação é,
Com a barragem de Tucuruí.
Coitados dos nossos amigos,
Que moram, plantam e criam,
Agora com a grande barragem,
Não plantam, nem criam mais nada.
Coitados dos pobres das ilhas,
Eu não sei como é que vai ficar,
Com a disparada das águas,
Não sei pra onde vão mora.
Os nossos peixinhos do dia,
Camarão e mapará,
A nossa frutinha gostosa,
Tudo isso vai se acabar”.*

**Canção: A crise da Barragem
Livro de Canto das comunidades cristãs, p. 03,
Prelazia de Cametá,1980.**

Estudos feitos na região Tocantina, demonstra que o município de Cametá passou a enfrentar a poluição dos rios, assim como, o assoreamento do Rio Tocantins e de seus afluentes provocando, desta forma, a diminuição do pescado e o alastramento da fome e das doenças ocasionadas pelo desequilíbrio ambiental, SOUSA (2002), FIGUEIRA (2005), COSTA (2006), SILVA (2003, 1991). Situações estas, que passaram a fazer parte mais intensamente do cotidiano da população, sem que os governos: federal, estadual e municipal, implantassem políticas públicas emergências, capazes de amenizar ou até mesmo reverter tal situação. A região das ilhas foi a mais atingida por este impacto ambiental²³, incluindo a Ilha de Juba, que passou desde então, a vivenciar um declínio significativo na sua capacidade de produção pesqueira, que conseqüentemente tem seu desdobramento na qualidade de vida da população ribeirinha. Para os moradores da Ilha pesquisada, um dos impactos mais significativos e

²³ O impacto ambiental é uma alteração no meio ambiente natural que muda, tanto a quantidade, quanto a qualidade de recursos de água, vegetação, solo, fauna. Também muda a qualidade do ar que respiramos. A poluição dos rios pelo despejo de esgotos e produtos químicos resultantes da atividade industrial é um exemplo de grande impacto ambiental nos cursos d'água (GTA, 2001, p.39).

prejudicial dessa obra de “desenvolvimento para a região” foi, conforme relatam os entrevistados,

[...] desde quando houve essa barragem, o negócio ficou feio pra nós [...] a água ficou suja, nossa água era limpa (Maria do Socorro Teles Sousa, Ilha de Juba).

[...] o desaparecimento de vários cardumes de peixes, tipo o mapará, eu a anos atrás cheguei a ver isso, [...] naquela época os grandes pegadores de mapará pegavam e as famílias preparavam e colocavam no sol grande quantidade, não tinha quem vencesse (José Marinaldo Sousa, Ilha de Juba).

[...] hoje, só se colhe camarão por época (Braúlio Baia Leão, Ilha de Juba).

[...] a barragem afetou o nosso meio ambiente, que foi transformado, [...] a água está poluída nossos rios estão secando, até mesmo nossos peixes que eram sadios estão desaparecendo (Maria de Lourdes Costa Oliveira, Ilha de Juba).

[...] pra nós ficou difícil, pra nós não vem nem energia (Maria Ivanildes Garcia Souza, , Ilha de Juba).

Todos os problemas elencados pelos moradores de Juba foram identificados em um estudo posterior feito através do poder público legislativo estadual. Tal estudo, somente serviu para validar a situação vivenciada pelos habitantes das ilhas de toda a região Tocantina.

Neste sentido, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Barragem de Tucuruí – CPI²⁴, feito pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará e pela socióloga Aida Maria Farias da Silva, na época Deputada pelo Partido dos Trabalhadores e membro da referida comissão, concluiu que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se constituiu,

²⁴ Relatório da CPI das Barragens – Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Barragem de Tucuruí, aconteceu no período de 18 de Abril de 1991 a 18 de Agosto de 1991, acompanhado pela socióloga e então Deputada Estadual Aida Maria Farias da Silva.

[...] num dos mais graves erros cometidos pelo Governo Federal nos últimos anos, na região amazônica.[...] pessoas sofrem na pele [...] picadas de mosquitos [...], em consequência da proliferação que começou a ocorrer a partir do surgimento de gás sulfídrico e metano, liberados pelos três milhões de metros cúbicos de árvores mortas, sufocadas por um lago de 2.500m². [...] A Eletronorte sequer cumpriu o Código das águas (Decreto n°24.643 de 1934) que obriga a destoca dos locais a serem inundados por barragens e garante a alimentação e satisfação das necessidades da população ribeirinha, a salubridade pública, navegação, irrigação, proteção contra inundações, conservação e circulação dos peixes e escoamento e rejeição das águas. A ação da Eletronorte, negligente e irresponsável, provocou a diminuição de peixes, poluição do rio por mercúrio, interrompeu a navegação no rio e não construiu eclusas, diminuiu, enfim, a qualidade de vida da população (SILVA, 1991).

Todos os impactos apontados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – estão presentes na fala e na vivência dos habitantes da comunidade da Ilha de Juba, que como tantos outros moradores da região Tocantina, amargam os prejuízos decorrentes desta obra. Sem dúvida, que a retenção de várias espécies de peixes pela barragem de Tucuruí, ocasionou a alteração mais perversa do ciclo natural dos rios. Pois a barragem ao fechar as suas comportas impediu a piracema (período em que os peixes sobem para as cabeceiras dos rios para se reproduzir), visto que ocorreu uma quebra desse ciclo natural, já que o fechamento das comportas impedia o retorno dos cardumes de peixes para o rio de origem. A partir de então se iniciou um período de escassez do pescado e da poluição das águas dos rios da região:

[...] Olha primeiro foi a água que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava dentro da casa. Era grande [a moradora está se referindo ao movimento das marés], era uma água mais limpa, porque era uma água corrente. Hoje em dia ficou uma água parada, tem uma época que ela tá muito verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano (Maria Ivanildes Garcia Souza, , Ilha de Juba).

[...] Eu acredito que mas ou menos uns 25 anos atrás, existia uma fartura de peixe, eu acredito que de uns 18 anos para cá foi desaparecendo, foi o impacto mais grave; O outro impacto que consigo detectar, é que ela [barragem], polui mesmo o nosso rio, apareceu várias doenças, inclusive está em pesquisa a água daqui e foi detectado, que a barragem de Tucuruí,

quando foi construída, para fazer a explosão das rochas foi utilizado dinamite e outros produtos químicos [...] os resíduos desses materiais ficaram sobre o solo e justamente isso veio decompor depois que houve o alagamento das áreas e nós estamos consumindo essa água (José Marinaldo Sousa, Ilha de Juba).

A população das ilhas passou a enfrentar sérios problemas relacionados ao consumo da água poluída, tanto para o banho, quanto para o preparo da alimentação. A partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ano de 2008, extraídos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, que identificou que na localidade pesquisada, a população tem buscado alternativa para driblar o problema com a água. Entre as informações fornecidas pelos moradores, 14,86% declararam utilizar água de poço ou nascente e 85,14 utilizam outras formas de abastecimento de água, uma vez que não existe na localidade sistema público de abastecimento de água. Conseqüentemente, não há uma política pública direcionada para o tratamento da água nesta região, havendo apenas por parte dos ACS uma orientação de como proceder em relação a água, ficando a cargo dos moradores da localidade utilizar meios de tratamento da água.

Os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, referentes a Ilha de Juba, revelam que das 140 famílias que fazem parte do cadastro dos ACS, 69,70% dos moradores entrevistados, afirmam ferver a água que consomem diariamente, 12,12% utilizam a técnica de filtragem da água do rio, 10,61%, usam cloro no tratamento da água para consumo, 7,58% declararam não utilizar nenhum tipo de tratamento na água que costumam consumir.

Segundo os moradores da localidade, a água do rio está poluída começou a provocar coceiras no corpo das pessoas e fortes dores no estômago. Além das constantes crises de diarreia que afetam as crianças (SILVA, 2003). Esta situação está presente no relato de dona Maria do Carmo, que diz: “[...] esta água ta muito venenosa, digo que é ela que tá fazendo muita diarreia em crianças, é uma água feia, tem dia que agente olha, é um tucupi²⁵ puro”.

²⁵ A moradora utiliza a palavra tucupi, como uma comparação, para designar a aparência da água, visto que o tucupi é um líquido de cor amarelada extraído da raiz da mandioca brava. www.istoamazonia.com.br.

Assim, para a população local, restaram apenas os danos físicos e morais, uma vez que a sua principal atividade de trabalho, no caso a pesca, foi gravemente atingida, causando danos significativos aos habitantes desta região e a sobrevivência de determinadas espécies aquáticas. Sem contabilizar os prejuízos ambientais e culturais que esta população foi exposta. A qual passou a sofrer e a conviver diariamente com problemas socioambientais²⁶, e todas as conseqüências que representou a implantação desta obra desenvolvimentista. Como se pode perceber na fala de dona Valda Pinto, moradora da ilha “[...] além da gente ser pobre, sofrer com os efeitos da barragem, agente ainda não tem direito a energia”.

A situação da comunidade em estudo, e demais ilhas vizinhas, é visivelmente grave, especialmente em virtude da qualidade em que se encontra a água na localidade. Alguns moradores tentam buscar outras medidas alternativas/protetivas para suas famílias como é o caso de alguns vizinhos, e da própria Dona Maria do Carmo,

[...] aí no vizinho, lá tem, lá prestou, porque eles souberam fazer, nós não acertamos, eles fizeram um plástico preto grande deitado lá em cima, agora esse plástico desce dentro de uma bacia, aí, dá essas chuvas e enche a bacia, essa água eles passam no pano e colocam para eles tomarem, eles não tomam água do rio. E muita gente usa esse sistema. [...] já muito que isso vem acontecendo, eu tenho um sobrinho que mora na boca do rio, ele não bebe água do Juba, nem!nem! Ele bebe água da cidade, do Areião (Vila que pertence a Cametá), conforme a viagem que faz, mas ele tem o barquinho dele, nós não temos, então eu tenho vergonha de ficar ocupando os outros. [...] o que eu faço é encher uma vasilha com água e por no sol, ela passa o dia inteiro, de tarde, ela ta quentinha, eu passo no pano e coloco no pote, [...] quando meu marido era vivo, ele não concordava de ferver água, ele dizia que passava dois dias a água fedia. [...] agente toma ela porque é obrigado.

Esta realidade que relata a entrevistada, referente ao nível de poluição tanto do rio Tocantins, quanto do rio Juba tem provocado, ao longo desses anos de existência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sérios problemas a saúde pública da

²⁶ Socioambiental: É o nome dado às relações e interações dos seres humanos com o seu meio ambiente natural, (GTA, 2001, p.39).

população de toda a região que foi atingida pela implantação da barragem de Tucuruí, sem que nenhuma providência por parte da ELETRONORTE, ou governos, seja tomada para resolver este problema socioambiental, que a cada dia agrava-se mais. Aos moradores ribeirinhos, restou apenas os danos ambientais, econômicos e sociais, pois nem se quer tiveram o direito de receber a energia produzida por esta usina hidrelétrica. Realidade esta, que indigna até os dias atuais a população ribeirinha da região Tocantina, que viu a comida sumir de sua mesa e as doenças entrarem pela porta da frente.

A partir da implantação da usina hidroelétrica de Tucuruí, novas relações foram estabelecidas entre homens e meio ambiente. Relações estas não positivas para a natureza como um todo, pois temos que levar em consideração que o ser humano ao agredir a fauna e a flora, está literalmente sendo agredido, pois ao falarmos de natureza, não podemos incorrer no erro de acharmos que estamos fora dela. Assim, segundo relatos dos moradores da localidade de Juba, a relação com a natureza tomou outros caminhos, as pessoas passaram a explorar bem mais a natureza, utilizando a justificativa da pobreza e sobretudo da falta de alimento para as suas famílias.

3.1. Degradação ambiental e os reflexos na atual realidade da comunidade estudada.

O processo de degradação do meio ambiente na região Tocantina, teve início na década de 1980, com a implantação pela ELETRONORTE da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A partir de então, os habitantes da região Tocantina, mais especificamente das ilhas do município de Cametá, vem buscando alternativas de sobrevivência, diante dos problemas socioambientais provocados pela barragem.

A empresa ELETRONORTE responsável pela obra, não levou em consideração, os instrumentos legais já existe na legislação brasileira, que são: o Código

de Águas e a Lei 3.824/60, ambos direcionados ao controle e ao uso racional e equilibrado da água, mas especificamente, da energia hidráulica. Descumprindo, desta maneira, as normas de proteção ao meio ambiente já existente. Assim como, não levou em consideração o inventário feito pelos próprios técnicos da empresa, a cerca dos possíveis impactos que este tipo de obra provocaria para o meio natural e social das regiões atingidas (SILVA, 1991). Somente a partir do ano de 1981 criam-se leis direcionadas para a proteção do meio ambiente.

A ação da empresa responsável pela construção da usina UHE de implantar uma obra como esta, sem antes conhecer a fauna, a flora e o modo de vida desta população ribeirinha, desencadeou um imenso transtorno socioambiental para esta região atingida. Para dona Ivanildes Garcia, os prejuízos foram diversos e várias ordens, ente eles, a moradora da Ilha de Juba cita aquele que ela considera de extrema importância para a comunidade,

[...] primeiro foi a água, que antigamente, quando não tinha a barragem, nossos pais contam que entrava [água] dentro da casa, era grande, era uma água limpa, porque era água corrente, hoje em dia ficou uma água parada, tem época que ela [água] tá verde, ela se torna uma água contaminada, faz mal para a saúde do ser humano.

Esta situação descrita pela moradora da Ilha Juba ocorre frequentemente ao longo do ano, tendo uma frequência maior no período denominado de inverno, devido ao aumento das chuvas nesta região. Esta cor esverdeada está relacionada a uma espécie de limo criado sobre a água e que alguns moradores relacionam a sua presença a água parada em algum ponto do lago pertencente a hidroelétrica de Tucuruí. Vinte anos se passaram desde a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e os danos ao meio ambiente e a população são visíveis (COSTA, 2006). Outro problema identificado através de estudos técnicos está relacionado aos sedimentos naturais trazidos pelo rio, como folhas, barro, pedaços de madeira, sementes, entre outros, os quais serviam de

adubação natural do solo das várzea, a partir da barragem essas substâncias naturais passaram a não mais chegar onde as populações ribeirinhas cultivavam o cacau e o açaí.

A partir do funcionamento da referida usina que esses sedimentos naturais não chegam mais ao seu destino de origem. A falta desse processo natural interferiu negativamente na qualidade e na quantidade desses produtos, o que ocasionalmente desencadeou prejuízos econômicos para toda uma região (SILVA, 1991).



Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Desta forma, foi possível identificar, no decorrer da pesquisa de campo, que o assoreamento de rios e igarapés trata-se de um dos maiores desequilíbrios ambientais que a comunidade de Juba está enfrentando, já que acarreta dificuldades de locomoção desta população. Segundo dona Socorro Teles e demais entrevistados, há

alguns anos atrás era possível chegar as residências através de casco ou rabeta, ou seja, o barco ficava na ponte ou no porto das casas.

Atualmente, principalmente, durante a maré baixa ou seca, quando se deseja sair de casa é necessário caminhar uma longa distância por cima de várias toras de miritizeiro. Isso tudo, por causa da significativa distância entre as casas dos moradores e o rio. Decorrência do desequilíbrio ambiental que provocou o assoreamento do Rio Tocantins e seus afluentes. Ao falar desta realidade, Braúlio Leão, morador da Ilha de Juba, evidencia outro problema ambiental, provocados pela instalação da Hidrelétrica de Tucuruí, que é vivenciado cotidianamente pela comunidade,

[...] sumiu o nosso peixe, o nosso peixe conhecido em toda Cameté é o mapará, que era demais e se sumiu, o camarão e os outros peixes. Hoje só se colhe camarão por época, quando da um pouquinho, o mapará é por época, quando os pescadores chegam a pegar negócio de cem, cinqüenta quilos, isso quando era naquela época, quando não era fechada a barragem aqui fazia a tapada, aqui nesse rio para tirar em três dias, aqui todo mundo vendendo e comprando, tava na rede, o camarão de novo era demais, me criei aqui, arrumei família, filhos, só saía quando ia trabalhar, não tinha nenhuma preocupação com comida, porque se deixa-se os matapis no porto[em frente a casa] era suficiente para mulher de manhã ir tirar, dava para dez, quem não tinha matapi e não tinha essa preocupação.

O relato deste morador de Juba reflete a realidade enfrentada pela população ribeirinha. Este fato referente ao desaparecimento de algumas espécies aquáticas como o mapará, a branquinha, curimatã e o próprio jacundá. Os peixes sempre buscaram à Montante do rio para realizarem o processo de reprodução da espécie, Silva (2003). Porém, com o bloqueamento do rio pela barragem e também pela qualidade da água após a barragem, algumas dessas espécies desapareceram ou simplesmente migraram para outras regiões. O que ocasionou uma crise no abastecimento e na segurança alimentar desta região. O Sr. Braúlio, defini assim a situação atual dos moradores do Juba, “ hoje em dia se tiver dinheiro você come, se não tiver fica difícil para comer ”.

3.2. A presença do lixo doméstico e os riscos à saúde humana: o caso da Ilha Juba.

No decorrer da pesquisa outros problemas foram aparecendo, alguns com mais evidência na localidade, como a presença cada vez mais marcante de lixo doméstico²⁷, produzido pelo consumo de produtos industrializados. Contudo, os problemas enfrentados com o lixo não podem ser de responsabilidade somente dos ribeirinhos. Mas, sobretudo, devem fazer parte também de uma política pública séria dos governos, tanto estadual, quanto municipal. Uma política pública de saúde-ambiental, que se responsabilize pela preservação do meio ambiente da região, que leve em consideração a importância desses recursos naturais, da biodiversidade²⁸, tanto da flora, quanto da fauna, sejam elas pertencentes ao rio ou a floresta.

Moradores da localidade, como por exemplo, o senhor Bráulio Leão, externa a sua preocupação em relação ao problema vivenciado por sua comunidade,

[...] a água aqui é muito utilizada, você usa para o banho, serventia cazeira e também utilizamos ela para o pescado, agente tapa o igarapé com redes, malhadeiras, para de lá tirar o pescado, o camarão; só que hoje ela é demais poluída, ela nos prejudica muito, mas nós que tamos aqui nas ilhas, como vamos nos livrar da poluição? Por que nós mesmos [...] sujamos a água, mas por outro lado não temos a condição de fazer ela limpa porque montua [acumula] lixo na cabeça da ponte, que a lancha vai passar, se eu tivesse montuado, ai parecer um depósito. [...] assim tudo se atirra no chão, aí em plástico, é lata,[...] até as fezes, por que não tem jeito.

²⁷ De acordo com a Agente Comunitária de Saúde da localidade pesquisa, Dona Maria Maíde, “[...] o lixo doméstico é toda sacola, vidro, lata e até frauda descartável usada”. Dados da Pesquisa – Abril – 2009.

²⁸ A Biodiversidade é a totalidade das formas de plantas e animais da Terra, onde todas as espécies são importantes. As formas de plantas e animais variam conforme o local onde elas vivem e também sofrem as influências do clima. Os habitats (locais onde vivem determinados animais e plantas) incluem as águas doces, salgadas e salobras, o solo e o ar. A biodiversidade representa o conjunto de espécies animais e vegetais de uma determinada região. A destruição do meio ambiente ameaça a biodiversidade e pode provocar o desaparecimento (extinção) de animais e plantas. A extinção das espécies não é um fato novo, acontece há muito tempo, muito antes dos seres humanos habitarem a Terra, mas a velocidade com que animais e plantas estão sendo extintos atualmente é um problema muito sério, (GTA, 2001, p.39).

O entrevistado expressa, sua a frustração, causada pelo sentimento de impotência em relação ao referido fato, deixando claro que a questão do lixo, deve ser tratada com seriedade pela administração municipal. Segundo informações da maioria dos ribeirinhos desta localidade, foram feitas promessas da parte dos governantes municipais de fazer o serviço de recolhimento de resíduos sólidos nas comunidades ribeirinhas da região. Porém, esse serviço não é executado, pela secretaria de meio ambiente do município.

Os moradores da localidade buscam alternativas nem sempre as mais adequadas, para resolverem a questão do lixo. Entre as alternativas encontradas, 5,41%²⁹ dos moradores utilizam a incineração e processo de enterrar os resíduos sólidos como: papel, isopor, plásticos, restos de tecidos, as latas e o vidro. E cerca de 94,59% do lixo são jogados a céu aberto no quintal das casas, é o que nos diz as moradoras:

[...] tem alguns que eu queimo, como a sacola, agente queima, mas tem alguns que não dá pra queimar; o vidro agente joga no rio muito fundo, onde ninguém utiliza, agente joga lá (Rute Teles, Ilha de Juba – 2007).

. [...] eu junto todas as latas, espero a água baixar, escolho um pé de uma planta ou um lugar que quase a gente não frequenta, cavo um buraco e enterro (Maria do Carmo, Ilha de Juba, 2007).

A problemática do lixo na localidade vem tomando uma dimensão muito complexa, pois tem obrigado os moradores da localidade a utilizarem o espaço de seus quintais como uma espécie de depósito, onde é armazenado o lixo sólido, como as latas, pilhas entre outros materiais, resultante do processo de consumo de outros produtos, esta é alternativa, que os ribeirinhos na sua grande maioria, utilizam para livrar-se do lixo doméstico. Estas instruções em relação ao destino do lixo são repassadas aos moradores pelos ACS da própria comunidade, segundo a fala de Maria Maíde, que diz: “ [...] todo o pessoal da minha área é orientado a queimar os sacos plásticos e o papel. [...] os vidros agente enterra. Agente escolhe um pau grande, que agente não vai utilizar, então agente cava um buraco e enterra lá os vidros ”.

²⁹ Estes dados numéricos pertencem a Estatística do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – 2009 – Cametá/PA.

Porém, é preciso compreender que o lixo sólido como papel, vidros e sacolas plásticas, não representam o principal vilão desta realidade. Há também a presença de dejetos humanos e animais, que sem dúvida alguma constitui um dos problemas mais severos que a população ribeirinha enfrenta cotidianamente. Segundo a estatística do programa de ACS, fornecido pela Secretaria Municipal de Cametá, somente 5,41% das casas da localidade de Juba possui sistema de fossa, enquanto, 94,59% dos dejetos humanos são jogados diretamente na natureza sem qualquer tipo de tratamento.

Este lixo orgânico, ou seja, coliformes fecais, tanto animal, quanto humano, também contribuem com o processo de contaminação da água, uma vez que, os sanitários das casas, assim como o curral dos porcos, ficam próximos das residências, e na sua maioria, cerca de 10 a 50 metros de distância dos igarapés que cortam as propriedades, ou estão sujeitos as marés. A realidade da contaminação da água fica mais evidente no período do inverno, quando as grandes marés invadem a terra e inundam o quintal das casas, obrigando assim os moradores a conviver e a consumir a água da sua localidade.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Municipal de Saúde e das ACS da localidade, faz a distribuição da solução de hipoclorito de sódio, para o uso da população no tratamento da água do rio, água esta utilizada para o consumo diário das famílias ribeirinhas. Mesmo com essa medida de tratamento da água poluída, incentivada pelos governos, ainda assim, nota-se a falta de uma campanha de esclarecimento para os ribeirinhos em relação aos problemas que o consumo da água em tratamento pode gerar. Outro fato observado ao longo da pesquisa, é que algumas pessoas utilizam a solução de hipoclorito de sódio para alvejar roupas brancas ou até mesmo como detergente na limpeza do assoalho das casas. Algumas alegam que as crianças não gostam do gosto da água e por isso elas não usam constantemente.

Durante a pesquisa foi possível observar que a tarefa de cuidar, tanto da água, quanto do lixo, é assumida diretamente pelas mulheres, uma vez que são elas as responsáveis pela limpeza da casa e dos objetos nela contidos. Portanto, cabe a elas a obrigação de encontrar o pé da planta onde será enterrada as latas e os vidros. É importante ressaltar que no caso dos vidros, nem todos os vasilhames são jogados fora, as garrafas, os

vidros pequenos de remédios, são reaproveitados para utilizar no processo de engarrafamento da produção do óleo de andiroba.

3.3. A retirada ilegal dos pés de andiroba nativa.

A relação de domínio estabelecida pelo homem sobre a natureza tem seu registro ainda na antiguidade, segundo Friedrich Engels (1952), no seu texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, aborda o comportamento humano de extrair as plantas dos boques, de forma desordenada na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e nas diversas regiões, comprometeu posteriormente a qualidade do solo para o cultivo, provocando na sua maioria aridez, devido a retirada da cobertura vegetal desses solos.

Keith Thomas, em seu livro *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*, faz reflexões a cerca do progresso humano e seus reflexos no mundo natural, na Inglaterra, revelando que o comportamento de devastar as florestas em benefício do progresso é presente na história da humanidade desde a era mesolítica. Sendo que a aceleração desta prática teve um impulso maior com o surgimento do machado de pedra já na era neolítica (THOMAS, 1988, p.230). Porém, esta atividade de retirada da cobertura florestal passou por várias etapas e estágios diferentes em vários locais do mundo.

Mas com a chegada da modernidade, mais especificamente os anos de 1500 a 1800, trouxe consigo não somente mudanças no setor tecnológico, mas principalmente, despertou na grande maioria de homens e mulheres, de classes sociais diversas, uma mudança na forma de pensar a sua relação com meio natural. Surgem novos olhares sobre as plantas e os animais. Estava começando uma nova forma de pensar o meio ambiente na Inglaterra, (THOMAS, 1988, p.18).

Atualmente, em plena pós-modernidade, a prática de retirada da cobertura vegetal, está concentrando suas forças na Região norte, mas especificamente na Amazônia, que alimenta o mercado madeireiro, retirando árvores da floresta e até de reservas florestais na Amazônia. Esta atividade de retirada de madeira no Estado do Pará acontece a mais de três séculos, de forma esporádica. Meados do século XX, a extração de madeira em toras teve uma baixa representatividade. Nesta época a exploração da madeira era concentrada na região estuarina³⁰, situada as margens dos rios Tocantins, Pará e em escala bem menor no rio Amazonas. Esta madeira retirada da floresta de várzea era retirada e cortada nas serrarias oriundas da comunidade local. Após cortarem essa madeira de forma tradicional usando muitas vezes o machado, a madeira era retirada da floresta usando apenas a força humana e seu transporte era feito por meio de jangadas, (LENTILI; LIMA; VERÍSSIMO, 2002).

Porém, a partir da década de 1960, um fator predominante que contribuiu para o aumento e explosão do mercado madeireiro na Amazônia, deve-se ao processo de criação da rodovia Belém/Brasília, e na década de 1980, o asfaltamento da PA 150, ambas estradas facilitaram o acesso às florestas de terra, quanto as florestas que ficavam as margens da baía do rio Tocantins. A partir de então a indústria madeireira na Amazônia expandiu-se muito rapidamente (LENTILI; LIMA; VERÍSSIMO, 2002); (LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

A partir desse contexto de crescimento da indústria madeireira na Amazônia, é possível a cada dia perceber a presença de serrarias circulares³¹ no estuário paraense, no município de Cametá e na Ilha de Juba. Figueira, aponta a existência permanente de uma serraria circular nesta ilha, no ano de 2005, a qual faz a retirada ilegal da madeira, das áreas de floresta de várzea³² pertencente à localidade (Figueira, 2005). Atualmente, esta realidade, encontra-se em outro estágio bem mais avançado, segundo os moradores da localidade, existem mais três serrarias circulares na comunidade estudada. Segundo a entrevistada Rute Teles as serrarias tem contribuindo de forma significativa para a degradação do meio ambiente, não só porque retiram as

³⁰ Segundo Lentini; Veríssimo; Sobral (2003, p. 41), “ [...] O estuário é a região típica das florestas de várzeas ”.

³¹ As serrarias circulares processam madeira de oriunda da várzea (LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

³² Segundo Martini, As florestas de várzeas ocorrem em áreas sujeitas às inundações no estuário e baixo Amazonas. Essas florestas possuem menor valor madeireiro se comparadas às florestas de terras firme (MARTINI, Apud, LENTINI; VERÍSSIMO; SOBRAL, 2003).

árvores, mas porque, “[...] as serrarias jogam o restos de madeira no rio, como as cascas das plantas; um dia desses nós estávamos indo pra cidade e um desses cascalhos bateu na hélice do nosso motor”. A fala da moradora reflete a preocupação com o meio ambiente e a segurança na navegação, com a constante presença de pedaços de madeira jogados no rio.

Evidenciou-se, também, na realidade da localidade o processo acelerado em relação a degradação ambiental através do desmatamento³³, seja para a utilização do solo, seja para a retirada de madeiras, as quais, de baixa qualidade, abastecem as cerrarias localizadas no entorno das ilhas (COSTA, 2006). Este processo, evidenciado no relato da moradora, acontece devido a venda ilegal das árvores novas, e direciona a responsabilidade por essa ação:

além que fiou pouco [pés de andiroba], eles não querem se empatar com um pouquinho só [...] os culpados são os maridos que tiram os pé de andiroba pra vender. [...] eles vão dá um volta no terreno deles, se acharem um paneirinho cheio [com sementes de andiroba], só jogam lá pelo canto, no outro dia eles vão de novo, aí essas sementes serve pra queimar no tempo de meruin, no inverno. [...] eles agora estão vendendo dessa grossurinha³⁴. Antes eles vendiam as torras de pau grosso, aí dava bem dinheiro, mas agora não dá, Maria do Carmo – Ilha de Juba.

Alguns moradores da região justificam o exercício desta prática agressiva contra a floresta pelo viés da situação de grande dificuldade financeira para manter a família. Prática esta mantida sobre os véus da omissão, da necessidade, da criminalidade e, sobretudo, da hipocrisia social, que prega para o coletivo a importância da floresta de várzea, mas permite que dela se retirem árvores muito novas para fins madeireiros. Visto que sem alternativa financeira, perante a situação de pobreza, os moradores do local, não vêem outra saída, a não ser vender as árvores da floresta.

³³ Desmatamento é considerado a destruição de florestas para a abertura de áreas de plantação e pastagens de gado, construção de estradas, mineração e para a extração de madeira. Os desmatamentos causam poluição do ar, erosão dos solos, morte de animais e o clima pode ficar cada vez mais quente (GTA,2001, p.39).

³⁴ Esta expressão: grossurinha, utilizada pela dona Maria do Carmo, é utilizada para explicada o gesto de juntar as mãos em forma de círculo, para demonstrar o tamanho que as árvores atualmente estão sendo vendas. Tamanho esse que está muito abaixo do exigido pelo mercado consumidor.

Dentre as quais se encontra a andiroba, que em termos de qualidade madeireira, só perder em importância para o mogno (*Swietenia macrophylla King*), sendo muito requisitada devida a sua madeira ser resistente ao ataque de pragas como, o cupim.

Mesmo essa prática sendo executada às vistas de todos, poucos são os que se arriscam a dar informações ou denunciar, limitando-se apenas a rápidos e curtos comentários acerca do assunto. Ao ser questionada sobre a retirada dos pés de andiroba, dona Maria do Carmo diz: “[...] é tirado sim! Por isso que quase não tem; no nosso mato ainda tem muito, aí pra cima, no Jubinha, é terra de tirarem azeite pra vender e agora a senhora não vê uma pessoa vendendo o azeite de andiroba”.

A pesquisa constatou que essa comunidade está vivenciando um período de transformação comportamental sócio-histórico-ambiental, que antes nutria uma consciência de preservação e uso racional dos recursos florestais. E que hoje, devido a um conjunto de fatores, aliado a situação socioeconômica que a comunidade enfrenta por causa dos impactos ambientais que enfrenta, esteja enveredando por um caminho não pautado na sustentabilidade desses recursos. Pode-se perceber essa mudança, a partir da fala do senhor Marinaldo Teles, morador da localidade de Juba, quando afirma:

[...] A relação que mais me chama atenção é de como nós nos sentimos nela [natureza], eu me lembro que a uns 10 anos, agente pode observar que ela era menos habitada e devastada, agente tinha outro clima e a relação nossa era de preservar, agente não derrubava as seringueiras [andirobeira] era difícil tirar essas árvores.

O entrevistado deixa transparecer em sua fala, quanto o processo de mudança no meio natural foi sentido na localidade. A mudança de comportamento de algumas pessoas vai de encontro aos hábitos antes nutridos na comunidade, que procurava fazer uso dos recursos florestais de forma racional e sustentável. O Sr. Marinaldo Teles demonstra em sua fala preocupação com o avanço da devastação da floresta ao dizer: “ agente não derrubava as seringueiras [andirobeira] era difícil tirar essas árvores”. O que significa que ele tem consciência das consequências negativas dessa ação, tanto para o meio ambiente, quanto para a comunidade da qual faz parte. Suas inquietações buscam suporte na memória do vivido em outros tempos: “[...] eu me lembro que a uns 10 anos, agente pode observar que ela [floresta] era menos habitada e

devastada, agente tinha outro clima”. E completa a frase com uma espécie de frustração ao dizer: “[...] a relação nossa era de preservar”. Para Gilson Costa (2006), preservar a biodiversidade perpassa pela conservação de valores socioculturais das comunidades tradicionais, valores estes que estão indo embora com os velhos e as velhas da localidade.

CAPÍTULO II

Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: ditos e interditos na realidade das mulheres extrativistas.

1. Cotidiano das Mulheres Andirobeiras: a reconstituição dos saberes entrelaçados com floresta e com as águas.

Começo este texto lembrando o segundo momento em que estive na comunidade da Ilha de Juba. Nesta viagem fiz um roteiro detalhado de exploração de coleta de informação acerca do lugar, no qual incluía visitar as casas das mulheres da comunidade, que trabalharam ou ainda trabalham com esta prática extrativa, para ouvir as pessoas, fazer registros de imagens, aplicar e gravar as entrevistas feitas com a permissão dos moradores da localidade. Quando me falaram do cotidiano de suas práticas, dos seus saberes, de suas maneiras de fazer, de suas maneiras de viver. Mesmo com todo um cronograma de atividades já organizado, achei que deveria me apropriar mais das experiências, das memórias e das histórias de vida que permeiam o universo dessas mulheres. Então decidi que iria, juntamente com dona Socorro Teles³⁵, entrar na floresta ou na mata, como os moradores locais falam, por entre as reentrâncias dos igarapés em busca de pés de andiroba nativos, planta esta que existe em quantidade considerável no terreno da propriedade da família Teles. Meu objetivo principal naquele momento era tentar vivenciar o cotidiano dos sujeitos da pesquisa e estabelecer contato com a natureza local, e aproveitar para fazer registros fotográficos.

Aparentemente esta decisão, não tinha nada de diferente, a não ser pelo fato de estar fazendo esta atividade no meio da floresta, com todos os perigos à volta. Porém, a idéia de conhecer a fundo este local, poder vivenciar a experiência de andar em um casco pequeno me encheu de coragem. Meia hora andando na mata inundada (ou seja, num igarapé que corta o terreno), onde a minha anfitriã, dona Socorro, gostou da idéia de ser a pessoa que me mostraria a realidade do lugar onde vive. A cada planta que passávamos, ela diminuía as remadas, para dar-me a oportunidade de mostrar e, ao mesmo tempo, me ensinar a reconhecer as árvores. Como uma boa mateira, localizou sem dificuldade o local onde as andirobeiras tinham maior incidência. As árvores eram grandes, bastante altas, chegando, aproximadamente, a 30 metros de altura. Em virtude desse fator, e também porque no interior da mata a luminosidade é baixa, devido à

³⁵ Moradora da localidade de Juba, trabalhadora rural, extratora do óleo de andiroba, parteira curiosa, animadora de comunidade. Durante a pesquisa, trabalhou como colaboradora, levando-me a casa das mulheres que trabalham especificamente com a andiroba. Em abril de 2008, esta participante da pesquisa faleceu, vitimada por um câncer de mama, e com ela muito do saber local foi embora.

grande concentração de árvores adultas, não foi possível fazer o registro fotográfico na localidade.

Ressalto que durante todo o trajeto fui sentada na parte da frente do casco, pois a pessoa que pilota o casco, neste caso, a dona Socorro, deve ir atrás, para poder facilitar a condução do transporte. Ao longo do igarapé, batemos em um galho de planta que estava caído na água, e fomos surpreendidas com a queda de uma aranha caranguejeira dentro do casco. Mas o que realmente ficou marcado, nesta experiência exploratória, foi o fato de dona Socorro expulsar do interior do casco a aranha simplesmente com uma das mãos. No entender de Acevedo & Castro (1998), “[...] o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorpora-se no imaginário, recodificando experiências”. Assim, mãos nuas, que de uma forma tão simples, demonstram através da tranquilidade e humildade, todo o conhecimento de alguém que realmente conhecia, vivia e sabia lidar com a natureza, pois,

[...] O meio ambiente está representado nas suas referências ao rio, à mata, às plantações, aos insetos nocivos à plantação, aos animais peçonhentos, à qualidade de qualidade do solo e à outras formas imaginárias. Eles constroem, se inserem ou se apropriam de seus ambientes pautando-se por saberes acumulados e configurados por meio do trabalho agrícola, da pesca, da construção de suas roças, da extensão da madeira e de outros significados simbólicos que atribuem a determinados meios e que transcendem a dimensão do trabalho, ainda que a ele esteja vinculado. [...] as formas de convivência e de apropriação dos recursos naturais, ou seja, as relações que estabelecem com o meio ambiente físico-biótico são resultados de saberes tradicionais e processos histórico-culturais, e incorporam múltiplas formas, objetivos e representações (SILVA, 2003, p. 48).

Devo salientar que esta descrição tem finalidade de evidenciar, trazer à tona a realidade da vida cotidiana das mulheres andirobeiras, a qual está entrelaçada de riscos, com os quais elas aprenderam a lidar com cautela, precisão e **sabedoria**, desde muito cedo, como relata a moradora Socorro Teles, ao lembrar trechos de sua vida: “[...] minha infância, [...] agente tinha de ir pro mato, era juntar seringa e tirar borracha. [...] quando não era fruta, era coletar andiroba”. Pode-se constatar a partir da situação vivenciada pela moradora da ilha de Juba-Cametá/PA, como ocorre, desde muito cedo, o processo de interação de homens e mulheres com a natureza. Esta relação torna visível

a proximidade e o domínio das mulheres sobre a natureza como um todo (fauna e flora), fruto de um processo de descobertas, vivências corporais e práticas cotidianas e de um comportamento historicamente construído pelas comunidades tradicionais das Amazônias (THOMAS, 1988; WOLFF, 1999).

Para Engels, é relevante compreender como esta relação de interação com a natureza se constitui, como é construída:

[...] a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (ENGELS, 1952).

A compreensão da inte-relação dos seres humanos com o meio ambiente, perpassa pelo entendimento da história humana, o domínio que o homem/mulher, exerceu e até hoje exercem sobre o meio natural. Para Friedrich Engels, compreender a diferença entre o comportamento dos animais e dos homens em relação a natureza, é o primeiro passo para entendermos a ação dos seres humanos: “ [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a” (ENGELS, 1952).

A inter-relação que homens e mulheres da comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, estabelecem com a fauna e com a flora, está diretamente articulada com as práticas cotidianas e com os saberes construídos e constituídos durante o processo histórico e existencial de sobrevivência. Fato este observado no relato da moradora Socorro Teles, quando deixa transparecer em seu discurso, a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, na sua comunidade, o que irá dificultar e poderá até comprometer a sobrevivência de sua família e de seu povo:

[...] Desde a barragem de Tucuruí que agora o negócio ficou meio ruim para a gente, por causa da dificuldade da falta do peixe, do camarão e aí a

pessoa não tem condição de sobreviver, sai muito pesado. Um pai de família que tem muitos filhos, passa muita dificuldade na vida dele, porque ele não tem como sustentar o filho com que ele ganha, para uma família de nove a dez pessoas. Quando não tinha barragem era tudo bacana, meu marido saía e trazia aquela quantidade [muito] de peixe.

Observa-se a partir da fala desta informante, o acúmulo de práticas e de saberes que detém a realidade em que se encontram, e do poder de análise conjuntural desses mesmos sujeitos em relação a natureza, e ao espaço em que vivem, informações estas, imprescindíveis para a sobrevivência da comunidade de Juba. A sobrevivência da cultura, das memórias, das práticas e das narrativas orais está diretamente relacionada aos seus conhecimentos históricos acerca dos saberes que envolvem as águas, as terras e as matas, a herança de seus ancestrais amazônidas.

As informações que detém sobre a natureza, fazem parte da observação, da memória cotidiana e da luta cotidiana pela sobrevivência social, cultural, política e ambiental dos sujeitos camponeses. São saberes que se relacionam com a natureza, com as representações, com o imaginário e as memórias, que gravitam a produção da existência dos homens e das mulheres jubenses amazônidas. Aliás, a constante preocupação com o meio em que vivem, e com os saberes relacionados com a natureza e com a produção da existência das pessoas da Ilha de Juba, é reforçada através do relato de dona Rute Souza, moradora deste local, ao se referir a floresta:

[...] a floresta tem muito importância porque é praticamente dela que tiramos o nosso sustento, como a caça, os alimentos, os remédios, o açaí [que representa uma das principais fonte de renda para as famílias], é de onde nós tiramos o nosso sustento.

Para Marx, “ o que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX,1996, p.46). E neste sentido que o materialismo histórico e dialético situa o debate, partindo da lógica de que os indivíduos são fruto de suas condições materiais e

de sua produção, mediante o trabalho intelectual-material e as relações que estabelecem com o mundo natural, social, político e econômico. Uma vez que a natureza para eles tem vida e é matéria-prima dos recursos que contribuem na produção de suas existências materiais e simbólicas. Esta situação torna-se evidente, a partir da fala da moradora Maria Benedita – Juba/Cametá-PA:

[...] praticamente eu não me fio só no que o meu esposo me dá, eu faço a minha parte, eu vou pro mato, gapuio, eu tapo garapé, eu apanho açai, vou vender [...] eu junto azeite [as sementes de andiroba], bucuúba. Então eu dependo dela [a floresta - natureza], eu tiro tudo que ela me oferece.

Esta fala reflete a relação que a moradora da localidade estabelece com a floresta, e deixa bem claro, que a floresta, significa o sustento da sua família. Mas também a possibilidade de retirada financeira, exercendo a função de grande mantenedora da família. Na grande maioria, os sujeitos vêem a natureza como uma poupança, que sempre que se encontram em situação financeira instável recorrem à ela para suprir as suas necessidades, de suas famílias. A fala também aponta as diversas formas utilizadas pela informante de retirar o seu sustento, seja pela prática do gapuio³⁶ ou pela tapagem do igarapé, que garantirá o acesso ao peixe, ao camarão, a aranha. Seja também pela coleta e venda das sementes florestais. O fato é que as mulheres extrativistas e andirobeiras encontram sempre uma forma ecologicamente sustentável de retirar da natureza o alimento, a lenha, o remédio e o que mais for necessário para as suas famílias sem agredir o meio ambiente, conservando a floresta para as outras gerações que virão.

³⁶ “[Esta técnica de pesca artesanal é muito utilizada nas comunidades tradicionais do campo] . Na gapuia se reúne três, quatro pessoas [...]. Gapuia é misturado homem e mulhé. Pega mais peixe na gapuia. Escolhe um poço que tem peixe (igarapé), coloca pau na frente e atrás e enche de barro, areia, e, seca com a musuumba (termo que significa curuatá, uma espécie de invólucro que recobre o cacho em flor da bacabeira, o qual é usado para apanhar e jogar a água por cima da mocooca ou barragem)” João Lucas- Povoado de Laguinho-Cametá (PINTO, 2004, p. 76).

A importância da floresta em pé³⁷, para os moradores de Juba, acende e recoloca a preocupação com a conservação e preservação ambiental da mata, dos saberes relacionados à natureza, quanto com a existência vital e material das pessoas. Esta preocupação torna-se visível no relato da entrevistada Rute Souza: “A floresta tem muita importância, porque é praticamente dela que tiramos o nosso sustento, como a caça, os alimentos, os remédios, o açaí [utilizado como fonte de renda e sustento da família], é de onde nós tiramos o nosso sustento”.

No relato da moradora, é possível constatar que nas famílias da Ilha de Juba, as mulheres extrativistas trabalham com o beneficiamento artesanal da andiroba. Árvore esta, encontrada no norte da Amazônia, cujo azeite ou óleo extraído de suas amêndoas é utilizado há mais de um século pelas mulheres extrativistas, como cicatrizante, principalmente, em ferimentos causados por picadas de cobra, aranha, escorpião, insetos, além de ser utilizado para xaropes, no tratamento contra a caspa e o pioelho.

Assim, os saberes e as práticas, pertencentes às comunidades tradicionais da Amazônia, permeiam o universo das práticas cotidianas destas comunidades. Entre essas práticas, está a utilização dos recursos naturais florestais por esses sujeitos que ocupam o território amazônida.

³⁷ “[...] a idéia da "floresta em pé", que é a cobertura vegetal mais ou menos contínua, mantendo-se estruturalmente como floresta, mas depauperada de parte de sua fauna e flora. [...] Na verdade, a "floresta em pé" pode ser qualquer coisa, desde a floresta íntegra a uma mata depauperada, ou até mesmo um bosque de eucaliptos. [...] jargão "floresta em pé" é que ele tem um grande [...] efeito multiplicador no caldo de cultura pútrido que é o debate em torno da devastação/conservação da floresta amazônica” (SALM, 2007).

2. “ [...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós! ”.

Ao longo dos tempos a humanidade, em particular as mulheres, vem aprendendo gradativamente a conhecer e a manipular as plantas, em benefício da alimentação, saúde e do alívio dos problemas e males que afetam a vida e a saúde das pessoas. Esta herança cultural, provenientes dos povos da floresta, está diretamente ligada aos saberes que envolvem a manipulação das ervas e das cascarias. Esses saberes e práticas vêm atravessando gerações com a ajuda da memória e da memorização desses conhecimentos pelos mais velhos, na sua grande maioria mulheres, que exercem a função de parteiras, benzedoras ou curandeiras: “[...] executam com naturalidade seu trabalho de pajelança [...] fazem remédios compostos de folhas, cascas e raízes de pau. Esses agentes históricos são, na maioria dos casos, os únicos “médicos” responsáveis pela saúde dos habitantes dos aglomerados rurais” (PINTO, 2004, p. 59).

Um dos grandes problemas que a população da região Tocantina e da Ilha de Juba enfrentam, é a falta de políticas públicas direcionada para a saúde da população local. A situação em relação à saúde da população ribeirinha, especialmente das mulheres tem algum tipo de ganho que vem de forma lenta. Porém, gradativamente ocorrem avanços na condição de vida, mudanças essas ocasionadas pelo acesso a educação e pela formação organizativa, ofertada por instituições³⁸ não governamental de classe, que em sua estrutura formativa também faziam a formação ambiental dessa população. O que contribuiu de forma significativa na melhoria da qualidade dos produtos extraídos da floresta, processados e comercializados (SIMONIAN, 2001).

Essas formas de interferência no mundo rural têm contribuído na formação social e política dos sujeitos da Ilha de Juba, aumentando o seu poder de interferência na sociedade e promovendo a melhoria na sua qualidade de vida.

³⁸ Ao referir-me as instituições não governamentais de classe, cito as que vêm fazendo o acompanhamento político, formativo educacional, técnico e sindical desta população da Região Tocantina. Entre a FETAGRI, Federação dos Agricultores do Estado do Pará e Amapá; STTR, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá; APACC, Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes; Centro Miriti, Centro de Assessoria as Mulheres; IPEDE, Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia; CART, Cooperativa Agrícola Resistência, entre outras. (Dados da Pesquisa – Amarílis Maria Farias da Silva – 2007).

2.1. As mulheres e a medicina popular.

As mulheres extrativistas do azeite de andiroba da localidade de Juba, utilizam o paneiro de costa para recolherem as sementes de andiroba, que estão espalhadas em baixo das andirobeiras e no entorno dela, assim como o utilizam para carregar mandioca, cacau, etc. É relevante valorizar e reconhecer, que elas mesmo tecem seus próprios paneiros, sejam eles de costa, comum ou as rasas³⁹ (COSTA, 2006, p. 232). O tempo e a prática diária de fabricação desses artesanatos dão a essas mulheres a habilidade e a sabedoria na produção de utensílios de uso cotidiano. Estes utensílios em tala são utilizados para armazenar produtos da medicina popular, como as semente de andiroba, plantar mudas de plantas, entre outras utilidades.

A tradição em relação ao cultivo e ao uso de plantas medicinais como: sementes, raízes, cascas, resinas, folhas e frutas que, ao serem retiradas da floresta, transformando-se em xaropes, garrafadas, chás, fomentações e emplastos para uso medicinal da família e da comunidade. Alguns desses produtos medicinais têm em sua composição o azeite de andiroba, óleo este extraído das sementes de andiroba.

A frase que dá título ao item “[...] Foi Deus que criou a Andiroba pra nós!” pertence a dona Ivanildes Garcia, moradora da Ilha de Juba, e marca uma das nossas conversas sobre os usos e benefícios do azeite de andiroba para as pessoas da sua localidade, em particular para as mulheres andirobeiras, que trabalham com remédio caseiro, xaropes, emplastos, na fabricação de sabão natural, produtos que tem como base o óleo de andiroba.

Esta prática de utilização do óleo de andiroba herdada das comunidades indígenas, também é misturado ao urucum (*Bixa orellana* L.), que fornece um corante natural, e dá a cor vermelha utilizado nas cerimônias de festa ou de guerra das tribos, funcionando como pintura natural, mais também como repelente contra insetos. A tribo dos índios Mundurucus utilizavam o óleo na cerimônia de mumificação das cabeças de

³⁹ Rasas são paneiros específicos, que depois de forrado com folhas de aninga, são utilizados para colocar o açaf debulhado, destinado para a venda. Uma rasa equivale a uma lata de açaf. Dados da Pesquisa – 2007.

seus inimigos. Já os índios da tribo Wayãpi e Palikur usam o óleo para retirarem carrapatos e piolhos (DERENJI, 2003); BOUFLEUER, 2004).

Ver-se que a andiroba possui em sua estrutura biológica substâncias medicinais importantes a saúde humana, fator que aumenta a sua procura e mantém a seu comércio na Amazônia. O processo de manufatura das sementes para extração do óleo de andiroba, tem sua origem demarcada na região do Tocantina, mas, especificamente, na cidade de Cametá-PA, na década de 70, onde o produto beneficiado era exportado para a Europa e Estados Unidos, a produção do óleo de andiroba chegou a alcançar 350 toneladas ao ano (SHANLEY, 1998; 2005), (BOUFLEUER, 2004). Contudo, não foi possível identificar ao certo os motivos, que contribuíram para a paralisação da exportação deste produto.

O que se sabe é que o azeite ou óleo de andiroba historicamente é utilizado pelas comunidades tradicionais extrativistas das Amazônias, no combate as doenças, em situações mais diversas como: em picadas de serpentes, escorpiões, abelhas, no combater a vermes, no tratamento de dores musculares, na artrite, contra o reumatismo, no combate a resfriados, na terapia para expelir a secreção mucosa provocada pela gripe, tosse.

O uso de remédio caseiro pela comunidade pesquisada tem demonstrado que o valor farmacológico dessas plantas não vem em primeiro lugar, o que aparece com importância central, é o saber que as pessoas que manipulam esse produto têm. A medicina popular, cabocla, que utiliza as plantas medicinais, reconstitui a memória, o saber e as práticas (CERTEAU, 2003) das mulheres andirobeiras, redescobrimo-as e valorizando-as como elemento básico e fundamental no processo de manutenção de suas raízes culturais.

2.2. Aparar criança um dos saberes da mulher andirobeira.

Pinto, no livro *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*, analisa as condições de vida e de saúde das mulheres rurais do povoado de Umarizal, comunidade de remanescentes de quilombo, situada no nordeste paraense, na região do baixo Tocantins, Município de Baião, traça um perfil de mulheres trabalhadoras rurais e se depara com a realidade vivenciada por elas, no que diz respeito, a distância entre a comunidade e a cidade, ocasionando uma espécie de isolamento. Além da precariedade em relação ao acesso e o completo abandono dessas mulheres pelo poder público, o que apenas contribui no aumento da pobreza e na exclusão delas. Na opinião da referida autora, a mulher, seja por um processo cultural, seja por um processo biológico, é atribuída à responsabilidade de gerar e gestar uma criança. Além, das atividades que giram em torno do cuidado e da sobrevivência da sua prole. Essa situação faz com que, as mulheres rurais, busquem alternativas para solucionar os seus problemas, na busca incessante pela sobrevivência de sua família (PINTO, 2004).

O fenômeno biológico da gravidez, que a grande maioria das mulheres vivencia, é marcado pelo ato de parir, de trazer ao mundo a sua cria, ou criança como chamamos. Este ato natural é bastante complexo na vida das mulheres, em especial aquelas de origem pobre pois, são elas as mais prejudicadas com a falta de políticas públicas de saúde para as mulheres, principalmente, aquelas que moram nas regiões mais distantes dos centros urbanos. A alternativa mais viável e acessível para essas mulheres, é o atendimento que elas recebem das parteiras tradicionais da localidade onde moram. A mulher na Amazônia possui um papel fundamental na estrutura social desta região (PINTO, 2001). Tal realidade fica expressa na fala de dona Maria do Carmo:

[...] eu tinha 18 anos, tava casada de nova; uma noite nós ouvimos aqueles gritos, pedindo socorro, era a vizinha da frente, lá do outro lado do rio. Ela era mulher solteira, e tava já no preparo do parto, mas a criança tava

de pé. Aí eu pedi pro meu marido pra ir lá ajudar, ele me perguntou o que eu ia fazer? Vou ajudar, eu disse! Nem que seja com um chá. Aí eu fui, Lá eu puxei as cadeiras dela, puxei a barriga e fui ajeitando a criança, agente ia rezando pra tudo dá certo. Até que graças a Deus a criança nasceu. Daí em diante a mulherada pegou confiança em mim e me chamavam para fazer o parto dos filhos delas. Eu perdi a conta de quantas crianças eu peguei nesses anos como parteira.

A entrevistada, expressa em sua fala o cotidiano, das mulheres da zona rural, solidárias, audaciosas, corajosas, guerreiras. Mesmo com tantas atribuições e responsabilidades, algumas mulheres não restringem ao ato de gerar, gestar e parir uma criança. Elas vão muito além disso, é o caso das mulheres que exercem a função de parteiras curiosas, grávidas de saberes e práticas da vida cotidiana. Atividade esta é desenvolvida em todo o Brasil e Amazônia, principalmente nas localidades longínquas e de difícil acesso.

Em entrevista dada a revista ISTO É (2002), o fotógrafo italiano Giuseppe Bizzarri, registrou a lida das parteiras no Amapá e a importância dessa prática e dessas mulheres na vida dos interiores do Estado e do Brasil. Nesta mesma reportagem, Giuseppe Bizzarri utiliza os dados fornecidos pelo Governo do Estado do Amapá para dizer que 18%, das crianças nascidas no Brasil, são assistidas por parteiras curiosas, e estima-se ainda, que sejam em torno de 40 mil mulheres que exercem essa função, as quais estão distribuídas entre as regiões norte e nordeste. Dentro desta estatística estão às três parteiras da comunidade da Ilha de Juba, mulheres muito respeitadas e queridas pelos moradores da localidade (PINTO, 2001).

A pesquisa constatou que das 48 pessoas entrevistadas, somente uma havia nascido no hospital, que fica na sede do município. O restante dos entrevistados afirmaram ter nascido em casa com a presença de uma parteira, entre elas, dona Maria do Carmo, que relata o seu nascimento e justifica a sua escolha de tornar-se uma parteira:

[...] teve muita dificuldade no meu parto, [...] naquele tempo era só parteira, que puxava, ajeitava a criança e eu me lembro que minha mãe contou que foi muito ruim o parto, porque eu tava de lado e a parteira não

tinha prática de meter a mão na barriga, como agora agente já tem, agente ajeita na hora, pra nascer rápido [...] e aí por ela não ter prática, [...] varou primeiro o meu braço, [...] os velhos antigos tem sempre aquele dizer, há! Nasceu primeiro o braço, porque alguma coisa ela vai ser, quem sabe ela não vai ser parteira, porque olha nasceu primeiro o braço.

Podemos abstrair da fala da entrevistada, que o ato de fazer vir ao mundo outras pessoas é visto pelos velhos e velhas da comunidade, como uma escolha divina. Uma escolha que independe da vontade do ser que nasce. Assim, as mulheres escolhidas, aceitam essa escolha do cosmo e passam a criar laços míticos e mágicos com a natureza, estabelecendo uma espécie de elo com os moradores da comunidade onde moram. Para Pinto, as mulheres parteiras são,

[...] detentoras de força, saber e poder. Qualidades estas que não aparecem pura e simplesmente, mas que resultam de práticas desenvolvidas no cotidiano e do desafio de assumir o destino de vidas – tanto das parturientes como de seus filhos – nas condições tão difíceis em que a maioria dos casos se enquadram. Suas funções de parteiras se encontram envolta em práticas místicas, que acabam por transformá-las simbolicamente numa espécie de “mulheres anjos”, guardiãs de saberes e poderes ocultos, capazes de decifrar, desafiando até em certos momentos teorias modernas da medicina (PINTO, 2001, p. 325).

As parteiras são como guardiãs dos ritos referentes a todo o universo do nascimento e estão sempre prontas e alertas para socorrer as parturientes que delas necessitam, nesta hora tão delicada e mágica para os seres humanos (idem, 2001). Um fator fundamental na relação entre parteiras e parturientes é a confiança, peça indispensável para que o momento do nascimento do bebê aconteça de forma tranqüila e segura, para mãe e filho. Durante o ritual do parto, as parteiras preparam as parturientes para o grande momento, o nascimento. Neste momento segundo (Giuseppe Bizzari, Apud, ISTO É, 2002, p. 48),

[...] Ela [parteira] massageiam a barriga [das parturientes com óleo de andiroba] para aliviar as dores e mexem no bebê para posicioná-lo, [...] o intuito, o tato e as rezas são o eu arsenal. Tudo roda entre ação e fé. A tranquilidade com que cuidam de suas buchudas impressiona.

O azeite de andiroba exerce um papel muito importante no cenário do nascimento do bebê, pois é utilizado pelas parteiras para puxar a barriga das parturientes e colocar seus filhos na posição certa para nascer. Para a parteira dona Maíde, “[...] o óleo de andiroba é usado para queimar o umbigo do bebê, evitando hemorragia e doenças”. Assim, o azeite de andiroba, tem a função de esterilizar o umbigo da criança, evitando assim, a entrada dos germes e outros micróbios oportunistas, que possam causar dano à saúde do recém nascido, (PINTO, 2004; BOUFLEUER, 2004; SHANLEY, 2005).

Segundo os dados da pesquisa e os relatos, tanto das parteiras, quanto das mulheres assistidas da localidade de Juba, não há um pagamento ou valor específico para este trabalho, a cliente ou seu marido, costumam remunerar ou até gratificar as parteiras de acordo com suas posses. A relação estabelecida entre as parte envolvidas é construída a partir de uma base de solidariedade, amizade e confiança, onde na maioria das vezes, as parteiras, chegam a passar oito dias na casa da mulheres atendidas, a fim de poder fornecer, principalmente, nos primeiros dias, todo o apoio e o cuidado necessário. Nestes dias, a parteira faz remédios caseiros que devem ser utilizados, durante os quarenta e cinco dias, período em que a mulher está de resguardo. Neste período segundo Pinto,

[...] a mulher toma remédios caseiros, “as temperadas” ou garrafadas à base de folhas de salva, casca de barbatimão, verônica, jucá, mel de abelha e vinho, receitados e feitos pelas parteiras, indicados para “arreiá o resto de parto”, purificar o útero da mulher, além de serem ótimo “fortificantes pra repor as energias perdidas e curar anemias”. Durante esse período, a parteira recomenda que sua cliente se afaste das atividades cotidianas como os trabalhos domésticos e da roça, assim como encher água no rio e varrer casa. Deve se abster também de relações sexuais e de certos tipos de alimentação e fruta (PINTO, 2001, p. 329).

Ao contrário da realidade vivenciada pela mulheres da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal, onde as parteiras herdaram o ofício de partejar da geração anterior, através de dom. A presente pesquisa, na Ilha de Juba, revelou que o saber de “pegar criança” , é um ofício que nem todas as mulheres, que exercem a função de parteira tradicional aprenderam com suas avós ou mães este ofício. Situação ilustrada por três mulheres que fizeram parte desse estudo. Dona Maíde, ainda lembra os momentos de formação que recebeu através da Igreja Católica em parceria com o Hospital e Maternidade Santa Luíza de Marilac de Cametá:

[...] olhe veio um pessoal da Holanda dá um curso pra nós na cidade de Cametá, agente ía pra cidade todo dia, lá no Hospital Marilac, agente estudava de manhã e de tarde. Eu me formei, peguei o meu certificado de parteira; Eu gosto do meu trabalho; Eu não tenho o dom! Eu aprendi a ser parteira, me deram livros, eu estudei. Eu atendo nas ilhas: Tem Tem, Mutuacá, Marinteua, Pacuí, Brum, Jurubatuba e aqui no Juba.

Estes saberes e estas práticas cotidianas que envolvem as mulheres parteiras, andirobeiras e extrativistas do Juba, são construídos e constituídos cotidianamente nas relações com a natureza e com a sociedade, ao longo dos anos, sempre na luta constante pela sobrevivência e manutenção de suas família, da comunidade, de saberes e das práticas, os quais representam a fonte primeira de sobrevivência para as populações ribeirinhas.

3. Mulheres, Natureza e História.

3.1. As mulheres e suas relações com a natureza.

As relações entre as mulheres e a natureza vêm de muito tempo atrás, pois foram elas que descobriram através da observação e do contato com o ambiente onde viviam, os ciclos da natureza. Ciclos estes que, na sua grande maioria, eram relacionados ou até comparados ao ciclo natural que o seu corpo sofria. Esta relação vem sendo constituída ao longo dos anos da história da humanidade aonde as mulheres vêm a cada dia, e de forma gradativa, desenvolvendo uma relação diferenciada com a natureza em comparação aos homens (ANGELIN, 2006).

Segundo a mitologia grega, o universo foi criado pela Grande Mãe, a qual seria Gaia, a primeira dá origem à Mãe Terra. Esta idéia, também era aceita e discriminada por outras religiões consideradas pagãs, como é o caso das civilizações Celtas e Vikings, as quais estabeleciam uma relação de proximidade com a natureza, pois acreditavam que as mulheres, assim como, a “Mãe Terra”, tinham o poder da fertilidade. Esta crença era bem mais forte na sociedade celta, onde as mulheres eram tidas como seres invulneráveis, de grande inteligência, que detinham o poder de verdadeiras guerreiras e líderes de suas nações. Já na religião católica, essa crença era considerada pagã. Portanto, vem daí o processo de distanciamento da mulher com a natureza, a qual passa a perder a sua evidência e importância social, deixando de ser a protagonista, para assumir um papel de coadjuvante, que é o caso de Maria, mãe do filho de Deus e intermediária entre Deus e a humanidade (idem, 2006).

O processo de posse e de subordinação das mulheres surgiu muito antes do sistema capitalista. Historicamente, esse processo tem início desde que os povos deixaram de ser nômades e passaram a utilizar a divisão social do trabalho como forma de organização. Este tipo de controle social fez com que as mulheres ficassem mais atreladas às atividades e preocupações do lar e dos filhos, enquanto que os homens ficassem ocupados com as atividades externas ao lar, como as caçadas, por serem a eles

atribuídos, na maioria das vezes, maior força física. Com esta divisão das atividades por gênero, as mulheres passaram a ter uma relação de proximidade maior com a natureza. Foi então que, ao longo dos anos de observação, elas descobriram a agricultura e passassem a domesticar alguns animais de pequeno porte, (op.cit. ,2006).

Neste cenário de descobertas, o homem passa a questionar o seu papel no processo da reprodução, passando a estabelecer o processo de identificação dos filhos que considerava seus, e com este comportamento, o homem passa garantir a sua descendência, os seus herdeiros. Este comportamento, sem dúvida, vai dar início ao processo de controle sobre o corpo da mulher, fato este que irá contribuir de forma decisiva para mantê-las dentro de relacionamento monogâmico, patriarcal, na esfera do lar e cuidando dos filhos, das pessoas doentes e idosas, além de cuidarem das atividades relacionadas a casa (op.cit. ,2006).

A tarefa das mulheres em relação à reprodução e a vida doméstica, assim como, toda a responsabilidade em torno da alimentação e da saúde dos membros da família, ocasionou o processo de aproximação das mulheres com a natureza. Em muitas culturas as mulheres são as principais responsáveis pela conservação da biodiversidade. Assim, as mulheres dão uma importante contribuição para o equilíbrio do meio ambiente, pois representam um fator essencial para a qualidade de vida da família. Uma vez, que reconhecem a natureza como fonte de vida que precisa ser cuidada e preservada.

As antigas populações que habitavam a região amazônica foram bastante observadoras e atentas com a fauna e flora da região, denominada de Amazônia. As quais, eram constantemente observadas pelos europeus desde o processo de colonização das terras brasileiras, época em que não passavam despercebidos seus conhecimentos em relação a floresta e os perigos nela existentes, principalmente, no período chuvoso, quando há uma grande proliferação de insetos, mosquitos, cobras (DERENJI, 2003). Índios, caboclos e mestiços, ao conhecerem de forma singular os mistérios da floresta, se desentavam da mistura de alguns óleos vegetais, associados a tintas naturais, e conseguiam se livrar das picadas dos mosquitos e de outros insetos.

Portanto, para Reis, a responsabilidade de fazer o processo de identificação das espécies de plantas na floresta deveria ser atribuída aos povos oriundos

das matas. Pois, a eles cabia exercer esta atividade com precisão, competência e sabedoria:

[...] a identificação das espécies amazônicas que deveriam ser colhidas na floresta, o negro africano não era a mão-de-obra indicada. Essa [atividade] devia ser solicitada aos contingentes da bugrada local, [...] ninguém como eles para identificar as espécies vegetais, indicando-as e apanhando-as com solicitude e na época própria (REIS, 1961, p.340).

Os povos da floresta tiveram uma importante contribuição no processo de descoberta dos cientistas naturalistas, que andaram por várias partes do território brasileiro em busca de respostas para as suas investigações sobre o potencial da fauna e da flora da Amazônia brasileira. Na concepção de Moreira, “[...] a habilidade dos nativos para se orientarem dentro da floresta era um ponto que despertava a admiração dos naturalistas, e da qual eles dependiam às vezes para a sua sobrevivência” (MOREIRA, 2007: 47).

Estudos sobre a história do Brasil, tem comprovado, que o território brasileiro foi intenso e gravemente explorado pelos europeus, desde o Brasil Colônia ao século XX, através das atividades econômicas da cana de açúcar, da mineração, do café, da borracha, como enfatiza Martinez, que o “ [...] traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, [foi] o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra, o desbaratamento de um capital” (CAIO PRADO JÚNIOR apud MARTINEZ, 2006, p. 27). Neste contexto, as relações estabelecidas com a natureza como um todo, estiveram marcadas por uma conduta de geração de riqueza, que custou a vida de milhares índios e índias e a perda de muitas espécies florestais e animais.

Este comportamento desrespeitoso como a natureza, gerou estudos científico em diversas áreas do conhecimento, passando a despertar novos olhares e criar questionamentos, somente a partir do registro de Edmund Burke na sua obra *Reflexões sobre a revolução em França*, na última década do século XVIII, onde começa a se levantar os primeiros questionamentos a cerca do verdadeiro papel do homem na natureza e de sua relação com outras espécies nela existente. Esse sentimento

de dúvida e questionamento ganha força com o nascer da modernidade, que passa a discutir a relação que o homem exerce com o seu ambiente natural. Esses questionamentos sobre homem e natureza ganharam aliados importantes como: Darwin, através de seus estudos e de sua obra “Origem das espécies” de 1859, e as teorias do botânico e naturalista Lineu, responsável pela catalogação de diversas espécies. Assim, somente a partir dessas discussões e com o importante papel desempenhado pelas ciências naturais, sobre esta problemática relacionada à natureza, é que podemos entender esta discussão sobre o homens e mulheres e suas relação com o meio natural ao qual estão inseridos (Edmund Burke, Apud, COSTA, 2006).

Esta consciência em relação à natureza, ganha a cada dia novos adeptos, e começa a fomentar novos olhares e intensos debates sobre a temática, podemos evidenciar esta realidade, a partir do relatos de um dos moradores da Ilha lócus deste estudo, quando diz:

[...] Ela [a natureza] é muito importante, cada árvore da floresta tem uma importância muito grande para nós, [...] até o mututi, serve para fazer lenha, é muito importante sim! (José Prestes, Ilha de Juba, 2007).

[...] agente tira andiroba, maú, esteio pra fazer casa, tira a árvore de andiroba pra assoalhar a casa; a andiroba joga o azeite [sementes], agente ajunta, coze pra tirar o óleo pra vender (Maria Maíde, Ilha de Juba, 2009).

Estas falas refletem uma realidade determinante e a cada dia presente, a qual, busca nortear a relação dos moradores da localidade de Juba com a natureza, a qual representa para eles, sobrevivência, base de sustento material e sobretudo fonte de vida ou seja infra-estrutura, de onde os mesmos extraem os recursos naturais necessários para o sustento alimentar, econômico, medicinal e cultural de suas famílias. Como diria Wollf, “[...] diversas espécies vegetais são usadas para a alimentação; remédios; construção de casas; [...] cestos e outros utensílios; combustível” (WOLFF,1999, p.172).

Esta utilização dos recursos naturais faz parte de todo um acúmulo de vivências, de saberes e de práticas culturais, pertencentes aos povos da floresta (índios,

caboclos, mestiços e negros das Amazônias), que se utilizam desses saberes e dessas práticas, adquiridas com seus antepassados, para garantir a sobrevivência de suas famílias e de sua comunidade. As comunidades tradicionais constroem seus saberes e suas práticas de vida de forma cotidiana e constante, onde “ [...] este saber se faz de muitos momentos e de muitas coisas heterogêneas. É uma memória, cujos conhecimentos não se podem separar dos tempos de sua aquisição e vão desafiando as singularidades” (CERTEAU, 2003, p. 157-158).

A natureza para os sujeitos locais, se constitui como uma relação de extensão, que vai para além de sua casas, de suas cozinhas, de suas religiosidades, de sua vida (individual e coletiva), uma vez que, a floresta, o rio, os igarapés, as marés, a formação e coloração das nuvens (a força do vento e a brisa da tarde), as informações sobre o tempo (chuvas e as estiagens), fornecem informações, saberes e conhecimentos importantes e imprescindíveis a esses sujeitos ribeirinhos. Esta relação pode ser identificada na fala de José Prestes, quando afirma: “[...] é daí [natureza] que eu tiro [...] meu sustento, nossa andiroba, nosso açaí, a ucúba e as cascas do pau, que a gente tira quando está doente”

Não resta dúvida de que o ribeirinho estabelece uma relação de pertencimento que, ao mesmo tempo, pode representar uma espécie de posse em relação à floresta, ao rio, aos lagos e aos igarapés. A natureza representa para esses sujeitos a dispensa das suas casas e a possibilidade real de reserva alimentar e sustentação financeira da família e da comunidade onde vivem e criam seus filhos e animais. É da floresta que os moradores da Ilha retiram os recursos naturais necessários, como é o caso do açaí, do cacau, da castanha do Brasil, da andiroba, da tala para tecer os paneiros, das folhas de aninga, que serviram para forar os paneiros que receberam posteriormente açaí debulhado⁴⁰.

Nos territórios das comunidades tradicionais⁴¹ do campo, como é o caso dos quilombolas, das mulheres parteiras, das extrativistas do óleo de andiroba, das

⁴⁰ Debulhar, ação de extrair os caroços de açaí dos talos que compõem o cacho da fruta, esta atividade é executada ainda ao pé do açazeiro, para que os cachos sem os caroços fiquem em baixo da palmeira para servir-lhe de adubo orgânico (Marinaldo Teles, 2007).

⁴¹ Segundo Caldart, comunidades tradicionais “[...] São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de

pescadoras artesanais, dos mateiros, “[...] o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorpora-se no imaginário [e nas suas memórias], recodificando experiências”. (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 29). Uma dessas experiências está associada aos saberes que o ribeirinho herdou de seus antepassados em relação ao rio, ao movimento das marés. Saberes esses repassados de maneira informal aos filhos, geralmente pais e filhos fazem esse processo de socialização desses conhecimentos, como por exemplo: um banho no rio. Este é um comportamento tipicamente dos habitantes das comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas, como o banho de rio⁴². Prática, que herdada dos índios, é utilizada até hoje pelos moradores de comunidades que vivem às margens de rios, como é o caso dos moradores da Ilha de Juba. Este momento é muito importante para a família, porque se configura em um momento de encontro, de conversas, de ensinamentos, de descobertas, de repasse de informação, de higiene pessoal, de intimidade com a natureza, e, fundamentalmente, de prazer e de lazer da família. Segundo Munduruku,

“ Todo aprendizado de respeito à natureza é transmitido desde o nascimento. A criança vem sendo introduzida no convívio social ao longo dos momentos marcantes de seu processo de crescimento. Até mesmo no ato de ouvir uma história narrada por um velho da aldeia, a criança está aprendendo como deve ser seu relacionamento com a natureza. (Munduruku, 2002 apud MORAES, 2007),”

A relação de homens e mulheres das sociedades tradicionais da Amazônia com a natureza começa desde cedo, pelos laços e braços da família, sendo estas relações incessantemente (re) construídas, ensinadas e aprendidas, sobretudo, em seus espaços geográficos naturais, sociais, culturais e históricos.

olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas: diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas” (CALDART, 2002:30).

⁴² “[...] os índios e os mestiços que vivem metidos na água dos rios que chamam de igarapés. [...] Só os índios não têm medo e se sabia que nos seus lugares, [...] costumavam se banhar juntos, homens e mulheres, crianças de todas as idades” (DERENJI, 2003:86 – 86).

Outra prática que as comunidades ribeirinhas desenvolveram e mantêm até os dias atuais, está realacionada ao cultivo de algumas plantas, seja para uso medicinal, seja para o consumo alimentar da família. A horta suspensa ou jirau (cantateiro como é chamado pela comunidade), é uma prática bastante comum na localidade ribeirinha da Ilha de Juba, uma vez que o terreno onde as famílias estão situadas fica completamente submerso na grande maioria dos meses do ano. Portanto, a horta suspensa funciona como uma alternativa viável para os moradores poderem cultivar suas verduras e plantas medicinais. Para dona Maria Maíde a horta suspensa tem importância fundamental tanto para a economia da família, quanto na nutrição e saúde dos seus familiares,

[...] depois que casei, eu pensei, eu teve filho eu pensei assim, eu tenho que cuidar da minha casa, vou fazer uma horta, plantar minha verdura, porque o pouco de comida que eu arranje, eu misturo com a verdura e dá pra eu dá alimentação confortável pros meus filhos.[...] eu planto feijão verde, pimentinha cheirosa, couve, cebolinha, berinjela, maxixe, mamão. [...] assim como eu planto as minhas verduras, eu também tenho a minha horta de remédio caseiro, eu planto ortiga, tenho ortelanzinho, trevinho de criança, vergamorta, esturaque. [...] eu não tenho criança pequena, mas minha filha tem, quando eles adoecem, eu vou lá no quintal, tiro folhas pra fazer remédios pra eles.

Podemos observar na imagem 05 a seguir, como os moradores locais, constróem uma horta suspensa ou jirau de plantas, como são comumente chamadas pelas famílias locais, a qual possui duas finalidades fundamentais para as famílias. A primeira, está diretamente relacionada a dieta alimentar; e a segunda destina-se a farmácia natural, de onde é cultivado e retirado alguns remédios utilizados cotidianamente pela família.

No espaço da horta, os sujeitos da comunidade cultivam plantas medicinais como: mastruz, aruda, alecrim, pirarucu, alfavaca entre outras. Mas também, cultivam plantas que irão fazer parte da dieta alimentar da sua família como: mamão,

cebolinha (*Allium schoenoprasum*), caruru (*Talium esculentum*), maxixe (*Cucumis anguria*), couve (*Brassica oleracea var. acephala*) (COSTA, 2006).

A imagem 05, nos permite inferir que o ribeirão se utiliza de todos os recursos naturais que o circunda, fornecidos pela floresta de várzea, para construir a horta suspensa. Esta é constantemente cultivada entre uma casa e outra, para facilitar o processo de socialização dos seus produtos entre os vizinhos, como uma forma de solidariedade. Nota-se ainda que na construção da passarela que dá acesso a outros lugares, foi utilizado apenas a madeira do açazeiro, denominada na região como paxiba.

Desta forma, observou-se durante a presente pesquisa que em casas, como a da entrevistada Socorro Teles, moradora da Ilha de Juba, as hortas (de plantas medicinais e verduras da dieta alimentar), são contruídas com material totalmente reaproveitado da natureza, tendo como estrutura, a madeira de açáí (a paxiba). Ao ser feito o processo de manejo dos açazais, alguns pés de açazeiros são retirados, por não produzirem mais, ou porque apresentam algum tipo de deficiência. Eles são utilizados ou reaproveitados pela comunidade, tanto para se retirar o palmito, como o caule do açazeiro, transformando-o em madeira utilizada na construção de pontes, assoalhos, jiraus, curral para os animais, banheiro da família, e também servem de base que dão estrutura as hortas.

A pesquisa também identificou a presença de outras plantas frutíferas nas propriedades visitadas na localidade entre elas está: os pés de mangueiras, de qualidades diferentes, cacau, açáí, café, pés de araçá, ingá de metro, jambeiros, buritizeiros, entre outras fruta. Toda essa variedade frutífera, contribui para a nutrição do povo ribeirão, além de serem utilizadas como complemento na renda da família.

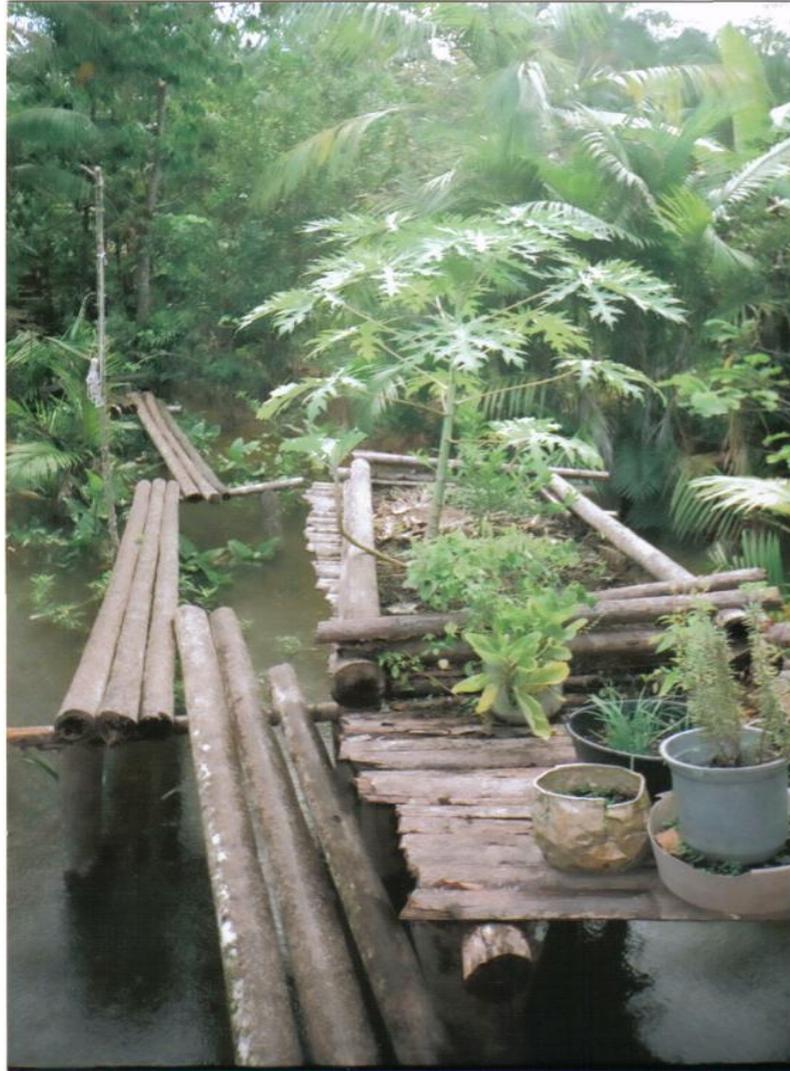


Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açaí para construir pequenas pontes. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Destaca-se que o açaizeiro, uma planta nativa da região amazônica, é de fundamental importância para as comunidades ribeirinhas. Além de fornecer o alimento e a madeira, também é o produto básico na composição do adubo natural, já que transforma-se em matéria-prima que nutre as hortas. Este adubo natural é feito a partir da mistura do carroço e da madeira podre [envelhecida] do açaizeiro, misturado com terra preta, folhas secas e restos de casca de pau, que ajuda a fertilizar a terra na expectativa de produzir de forma saudável os alimentos que os habitantes da comunidade vão consumir.



Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açaizeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

No que concerne a construção, a funcionalidade e a estrutura da passarela ou ponte feita da madeira (ou caule] do açaizeiro, foi observado que na estrutura desta não se utiliza pregos. As mesmas são construídas no terreiro (quintal) das casas, geralmente em terreno de várzea, onde as toras (ou estacas) são afincadas. Depois abre-se espaços na madeira para que a mesma possa ser encaixada a outras estruturas que compõe a passarela. Para dá firmeza às pontes ou passarelas, alguns moradores utilizam cipó e até corda para amarrar a paxiba (lasca do caule do açaizeiro). Essa estrutura, também denominada de estiva na localidade, é muito importante para a comunidade, pois funciona como um elo de ligação entre as casas de familiares e a casa dos vizinhos mais próximos.

É importante ressaltar que o acesso das pessoas às casas de parentes e vizinhos, por meio das passarelas, facilita a vida dos moradores da localidade de Juba, pois diminui não só a distância entre as casas, mas também entre os habitantes locais.

Uma vez que, sem elas, o acesso às casas só seria possível através de barco e casco, devido a dificuldade de locomoção dos ribeirinhos.

Portanto, conforme afirmam as pessoas entrevistadas, após a feitura das passarelas, se tornou possível socorrer mais rapidamente uma pessoa que precise de ajuda no meio da noite. Além de oferecer às crianças outro espaço de locomoção e lazer, pois elas elaboram vários tipos de brincadeiras sobre as passarelas, inclusive brincam de pira⁴³. Outra vantagem desse sistema de locomoção/comunicação, que a comunidade criou, é a facilidade que os moradores passam a ter para fazer o embarque rápido nas rabeta, uma vez que as mesmas ficam presas a essas passarelas. Portanto, se for preciso sair no meio da noite, em caso de emergência ou, mesmo, em dias de viagem programada para a sede do município, não será preciso ir até a ponte, basta descer pela passarela e já vai está dentro do transporte.

Tanto as pontes ou passarelas, quanto as horta suspensas, são artimanhas, práticas e saberes utilizados por homens e mulheres ribeirinhos, na convivência e na forma de utilização dos recursos ambientais, os quais, apropriam-se do espaço territorial que ocupam para criar e recriar as paisagens geográficas e culturais onde vivem, por meio da utilização dos recursos naturais, garantindo a segurança alimentar de sua comunidade.

Seguindo este viés, diversas famílias ribeirinhas e extrativistas adotam um novo comportamento para criar uma fonte financeira alternativa para família, através de criatórios de peixes consociada à plantação de açazeiro, dois dos elementos fundamentais da dieta do ribeirinho (SIMONIAN, 2001). Trata-se da construção de tanques para a criação de peixes em cativeiro, como tambaqui e tilápia, que apresentam maior resistência ao processo de criação em cativeiro. Esta criação surgiu devido a falta de peixe nos rios, provocada pelo impacto ambiental, provenientes da implantação da usina hidroelétrica de Tucuruí. A partir de então, as comunidades ribeirinhas com a

⁴³ A brincadeira de pira é uma brincadeira que acontece tanto dentro, quanto fora da água. Esta atividade lúdica envolve várias crianças, onde apenas uma delas é escolhida pra ser a mãe. O papel da mãe é achar ou pegar outro integrante da brincadeira para ocupar o seu lugar. A regra dessa brincadeira é simples, todos os brincantes tem que tocar a mão em um lugar estratégico, escolhido pelos envolvidos na brincadeira, aquela criança que não conseguir tocar no lugar escolhido e for pego pela criança que representa a mãe, perde sua liberdade e passa a ocupar o lugar da mãe. – Dados da Pesquisa de Campo, 2009 – Ilha de Juba, Cametá/PA.

ajuda de instituições não-governamentais, como a APACC, passaram a investir na criação de peixe e camarão em cativeiro.



Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Os tanques são cavados no interior das ilhas, na parte mais alta, e a terra retirada da escavação é utilizada para fazer uma espécie de muro lateral, servindo de barreira de proteção, contribuindo para contenção da água do rio no período do inverno e da maré alta. Para que essa barreira não se desfaça em contato com a água, os moradores plantam algumas árvores e verduras nas laterais, de maneira que a terra tenha mais sustentação com as raízes das plantas e resista a presença constante da água. Menciona-se que a construção de tanques desta natureza está presente em outras localidades do município de Cametá, que tem nesta atividade uma renda a mais para o sustento da família e garantir a segurança alimentar das famílias envolvidas neste empreendimento.

Portanto, os saberes singulares e múltiplos, para o uso das matas das águas e dos territórios, estão cheios de imagens e de representações sociais, culturais, ambientais e ecológicas. São saberes também vivenciados pelas mulheres andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, e atravessam as suas práticas do dia-a-dia em comum acordo com as relações que elas estabelecem com a natureza. Tal realidade pode ser constatada no relato de dona Maria Benedita, habitante da localidade de Juba quando esta descreve o processo de retirada do azeite de andiroba, historicamente vivenciado pelas mulheres jubenses:

A gente vai pro mato para juntar as sementes que estão debaixo das árvores e traz no paneiro de costa, [...] espera a água crescer, trás no casco para poder [...], tirar o óleo. [Depois desse processo, a moradora] bota para cuzer, espera quarenta dias, retira da casca a massa; [a massa é o conteúdo interno da semente de andiroba], se ela não tiver no ponto de escorrer o óleo, a gente deixa no paneiro pega algumas folhas e coloca de fusão no paneiro até ela brilhar. Quando estiver brilhossinha, a gente coloca na tábua para amassar, para ela escorrer aquele azeite.

Segundo Fonseca, as memórias e os relatos são tecidos, nas histórias orais, cotidianas, com o firme propósito de “reconstruir a história através de suas múltiplas versões, captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do próprio co-autor da história – o depoente” (FONSECA, 2000, p.152), . Os relatos, as falas, as histórias orais, suas vivências e suas práticas socioculturais, assim como, suas narrativas, são eivadas das memórias dos velhos e das velhas pertencentes às sociedades camponesas, constituindo-se em história oral:

“ [...] é indiscutível a relevância dos relatos, como base da problematização, da compreensão e da apreensão dos significados e dos sentidos das narrativas das sociedades tradicionais do campo, produzidas coladas aos saberes imbricados de suas práticas de vivências e de convivências sociais, culturais, étnicas, ambientais, éticas, estéticas e de trabalho: [...] O relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz. Pode-se portanto compreendê-lo ao entrar na dança” (CERTEAU, 2003, p.156).

Desta forma, os saberes singulares e diversificados acerca das matas, das águas e dos territórios estão povoados, impregnados de imagens e de representações sociais, culturais, ambientais e ecológicas. São saberes vivenciados pelas mulheres andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, as quais perpassam suas práticas cotidianas, em comum acordo com as relações que estabelecem com a natureza. Para Rute Teles, moradora da ilha de Juba, o processo de interação do homem com a natureza ocorre quando o homem ou a mulher se sente parte dela, “[...] a água tem muita importância porque sem o rio como era que agente ia viver, eu preciso muito dele, pois vou de casco para aula”. Fica claro, na fala desta entrevistada, o nível de importância e de dependência da população ribeirinha com os recursos naturais. Portanto, a sobrevivência dos saberes significa a fonte de suas práticas cotidianas e de suas vivências.

As histórias e memórias acerca de tais saberes permeiam o universo das aprendizagens, das práticas, consolidadas no dia-a-dia das comunidades campesinas amazônicas. E a vivacidade da relação mútua que os seus habitantes estabelecem com os elementos integrantes da natureza, como a fauna e a flora, os tira da névoa do esquecimento, tornando audíveis e visíveis mediante os relatos, os discursos, as linguagens, as falas, isto é, as histórias de vida destas comunidades, dando significado às suas vidas, às suas práticas e, por conseguinte, às suas vivências (BOSI, 2004). A história oral vai a construção, a constituição e a apreensão significativa das teias da vida, das vozes e das memórias das pessoas da comunidade, na sua maioria, velhos e velhas guardiãs (ões) dos saberes e das práticas da vivência cotidiana.

4. Da árvore ao azeite: as andirobeiras e processo de coleta e extração do azeite de andiroba na Ilha de Juba.

4.1. Andiroba: origem e incidência na Amazônia.

A andiroba ou (*Carapa guianensis*), recebe outras denominações no Brasil, como: andirobeira, andiroba-branca, andiroba-vermelha, andirobinha, andiroba-do-igapó, carapa, jandiroba, penaiba. Podendo ainda ser encontrada no Suriname, Peru, Paraguai e as ilhas do Caribe. Podendo ainda ser encontrada em outros países e receber outras denominações como é o caso de Cuba onde recebe o nome de *najesi*, América Central (cedro-macho), estendendo-se por alguns países da América Latina, entre eles destacam-se a Colômbia (*huino/masábalo*), Guiana Francesa e Venezuela (*krappa*, *crappo* ou *carapa*), (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL,2004).

Os pés de andiroba são de origem nativa em todos os países citados, tendo sua presença em toda a região compreendida como bacia Amazônica, onde as florestas possuem característica diferenciadas, existindo as florestas de terra firme e as florestas inundadas (na maior parte do tempo), que é o caso dos igapós, das várzeas, dos rios, afluentes e dos manguezais.

Assim, cabe a ressaltar que a árvore de andiroba tem maior incidência nas áreas de várzea, chegando a atingir uma altura bem maior que as encontradas nas florestas de terra firme, (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL,2004), (SHANLEY,1998), (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003). Percebe-se também que a presença desta árvore em locais diferentes dá-se em virtude do ir e vir das marés. Esta distribuição geográfica, tanto leva as sementes de andiroba de um lugar a outro, quanto trazem de outros lugares, uma vez que as sementes flutuam com facilidade sobre as águas, aumentando, portanto, a disseminação dessa espécie florestal.

A andiroba é um arbusto de grande porte, chegando a medir aproximadamente 30 metros de altura. Possui uma copa de tamanho médio, com galhos retos e com folhas grandes, algumas delas chegando a medir geralmente entre 50 e 75

cm de comprimento. Seu caule é recoberto por uma casca grossa e amarga, de coloração avermelhada ou branca⁴⁴, bastante utilizada na medicina popular como vermífugo, em algumas localidades da Amazônia, como é o caso da ilha de Juba.

A árvore andiroba apresenta uma grande copa, com galhos eretos e todo preenchido por folhas, revelando uma imagem majestosa dessa espécie florestal. A madeira desta planta é de alta qualidade, perdendo apenas para o mogno no mercado madeireiro. Sua estrutura física é mais dura e bem mais pesada, possuindo grande resistência ao ataque de cupins e outros insetos, porém, não tem grande resistência à umidade (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2004).

A floração e a frutificação da andiroba acontecem de forma diferenciada em cada Estado ou região da Amazônia. Podemos observar que em algumas regiões do Estado do Pará como a região leste, as andirobeiras floram entre os meses de Agosto a Outubro, tendo seus frutos maduros nos meses de Janeiro a Abril (SHANLEY, 1998), (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003).

⁴⁴ “[...] A madeira vermelha vem da terra firme e é de melhor qualidade que a madeira branca, que vem de áreas alagadas (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2004)”.



Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Planta de andiroba possui um fruto em formato de cápsula com 4 valvas, de forma globosa ou sub-globosa, medindo geralmente entre 5 e 11cm de diâmetro e pesando entre 90 e 540 g; cada fruto pode conter em seu interior cerca de 1 e 16 sementes (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003). As amêndoas de coloração marrom geralmente apresentam variações quanto a forma e ao tamanho; esta variação também pode interferir no peso das sementes, chegando algumas a pesar em torno de 10 e 70g e a medirem entre 1 e 6 cm de comprimento.

A partir dos autores (FERRAZ; FERREIRA; GENTIL, 2003), foi possível entender a estrutura da Carapa guianensis, a qual possui raízes primárias, as quais são compridas, lenhosa e de maior resistência, podendo ser reconhecidas pela coloração marrom que apresentam, enquanto as raízes secundárias possuem uma estrutura bem mais fina, densas e de coloração castanho claro.



Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Na imagem 09 é possível se observar duas espécies de cápsulas naturais, onde ficam as amêndoas da Carapa guianensis. São nesses espaços de invólucros que as sementes de andiroba se desenvolvem, e após atingirem a maturação e o tamanho ideal, as cápsulas caem no chão, liberando as amêndoas ou sementes. Só então estas sementes

são recolhidas pelos ribeirinhos, ou consumidas pelos animais da floresta, como o porco do mato e a cutia. Um dado importante verificado durante a pesquisa, e que deve ressaltado aqui, é que as mulheres extrativistas do óleo de andiroba da região Tocantina, não observam atentamente ou dão pouca importância ao processo de floração da andirobeira. Porém, dão grande importância ao período em que as válvulas globosas caem, liberando as sementes no chão.

4.2. A coleta das sementes de andiroba na Ilha de Juba.

Na ilha de Juba, no município de Cametá, a coleta da semente da andirobeira é feita de duas formas: com a maré baixa, as crianças e as mulheres vão juntar as sementes no mato; e de maré alta a coleta é feita de canoa no rio. Contudo, tanto a coleta no rio, quanto aquela feita no interior da floresta, se constitui como um trabalho perigoso, devido ao risco que apresenta à pessoa que o desempenha. Pois, nas duas formas de coleta enfrenta-se perigos: na mata há a possibilidade do coletor ser picado por bichos e insetos peçonhentos, entre os quais se destacam cobras venenosas, escorpiões, aranhas. Assim como há outros riscos como a queda de galhos de árvores e da própria queda das cápsulas que contém as sementes de andiroba, que podem atingir, tanto a cabeça, como outras partes do corpo das(os) coletoras(es) de andiroba. Neste sentido, a preocupação das mulheres andirobeiras fica evidente na fala da entrevistada Maria Benedita, moradora da Ilha de Juba, quando diz:

[...] agente vai pro mato pra juntar as sementes que estão debaixo da árvore e trás no paneiro [de costa] ou espera a água crescer e trás no casco, agente tem que ter cuidado com alguns bichos e insetos, pra não ferrarem agente, uma cobra, uma aranha.

A partir desta fala da informante, pode-se evidenciar os frequentes riscos que as mulheres andirobeiras enfrentam no cotidiano do seu trabalho. Uma vez que as mesmas não utilizam nenhum equipamento de proteção no trabalho, ficam totalmente desprotegidas, suscetível a furadas no pé, provocadas por espinhos, ou até mesmo pisar em alguns insetos como escorpião, centopéia, aranha caranguejeira, entre outros. Além da presença constante de serpentes venenosas, visto que a árvore de andiroba libera muitas folhas, que ao caírem no chão se acumulam e passam a servir de abrigo para as cobras.

As sementes, por outro lado, ao saírem da cápsula de proteção ficam expostas em torno da andirobeira, e como, geralmente, essas árvores se desenvolvem em áreas que sofrem inundações, muitas dessas amêndoas são levadas pelas águas ao sabor das marés durante o processo de enchente de rios e igarapés. Fator este que leva as extrativistas ribeirinhas a desenvolver uma outra forma de coleta da andiroba, feita nos rios e igarapé. Quando as sementes são recolhidas ou catadas no meio do lixo (como é chamado o acúmulo de folhas secas, pedaços de plantas, caroços e até frutas de buritizeiro), que a maré trás no período da vazante ou da enchente. Ou, então, essas sementes são recolhidas ao longo do rio pelas crianças, mulheres e homens da comunidade. As quais são transportando no interior da sua canoa algumas sementes de andiroba e frutas de buriti que foram recolhidos no rio. Estas são constantemente utilizadas pelas famílias ribeirinhas como parte da alimentação ou então destinam-se a venda. A venda desses produtos acontece na sua grande maioria no comércio local, ou são negociados com os comerciantes do rio, como são mais conhecidos alguns marreteiros⁴⁵ ou atravessadores da localidade.

A coleta da andiroba acontece no rio, no período de maré baixa ou vazante, é realizada com auxílio de um puçá⁴⁶, e é praticada por mulheres, homens e crianças. Aliás, esta modalidade de coleta também representa riscos para os coletores e coletoras, uma vez que, as sementes de andiroba vêm misturadas ao “lixo”, que a maré

⁴⁵ A partir da explicação de Marinaldo, “ marreteiro é aquele vendedor que compra e vende de porta em porta, só que aqui ele vai pelo rio fazer as suas compras dos produtos locais e revender” – Dados da pesquisa – 2007.

⁴⁶ Segundo Eleonora Figueira, “puçá, confeccionado pelos próprios coletores: espécie de cesta em formato redondo, feita com tiras de miriti, fixada na extremidade de um vara longa” (FIGUEIRA, 2005, p. 63).

vazante ou enchente trás, propiciando a presença de insetos venenosos e até mesmo cobra, que se misturam ao lixo, podendo causar acidentes aos coletores.

Acompanhando atentamente as etapas do trabalho das andirobeiras, após a coleta e seleção das sementes, estas mulheres deixam a maré vazar, para fazer no quintal da casa um fogo à lenha, onde colocam um tacho ou uma lata de alumínio com água para cozinhar as sementes de andiroba, até que elas estejam amolecidas. Assim, no processo de beneficiamento do azeite de andiroba, todo o trabalho é exercido de forma manual e artesanal, acontecendo de forma lenta, cuidadosa, trabalhosa e arriscada. Uma vez que, as sementes são cozidas em grande quantidade, aumentando o perigo de acidentes com queimaduras. Nesta atividade, as mulheres costumam ficar tem torno de quatro a cinco horas por dia, a cada vinte dias de intervalo entre a coleta das sementes e o processo de cozimento das sementes.

5. A dinâmica das mulheres extrativistas e o processo de extração do azeite de andiroba na comunidade ribeirinha de Juba.

5.1. Passos do processo de beneficiamento artesanal do azeite de andiroba.

Os saberes⁴⁷, vivenciados pelas mulheres extrativistas e andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, perpassam de forma cotidiana suas práticas em comum acordo com as relações que elas estabelecem com a natureza. Esta dinâmica pode ser observada na fala dos moradores da localidade de Juba, que trabalham neste processo de extração do óleo de andiroba:

⁴⁷ “Os saberes, representações e imaginários em relação à mata estão vinculados ao existir pessoal e em comunidade, envolvendo situações de sobrevivência, consubstanciadas na caça, no plantio, realizado no roçado com a derrubada da mata. [...] As águas são referidas pelos rios, igarapés e fontes d’águas. A imagem do rio está associada à alimentação, ao transporte, ao lazer, à higiene, ao trabalho e às condições naturais e de vida” (OLIVEIRA & NETO, 2003, p. 58-59).

[...] agente tras a andiroba [do mato ou do rio] (José Prestes, Ilha Juba, 2007).

[...] primeira coisa, agente põe prara ferver, agente cozinha a castanha [...] e aí quando tá mole a andiroba, agente tira [o tacho do fogo] aqui nós temos o costume de deixar quarenta dias na casca (Maria Ivanildes, Ilha Juba, 2007).

[...] agente pega algumas folhas, coloca de fusão no panelo (Maria Benedita Teles, Ilha Juba, 2007).

O cozimento das sementes, que dura em média de uma a duas horas de cozimento, o tempo de cozimento será determinado pela quantidade de semente que serão postas para cozinhar. Somente a partir deste processo, que geralmente ocorre quando a maré baixa e a fogo pode ser feito. Nesta etapa do procedimento para o beneficiamento do óleo de andiroba, há a presença mais marcante dos homens, pois, devido a precária estrutura para a feitura da atividade, os riscos por queimadura, associado a quantidade de semente a serem cozidas no tacho, faz-se muito necessário o apoio e força dos marido e filhos. Somente a partir desse processo, é que então, parti-se para o processo de armazenamento, em panelos de talas, das amêndoas cozidas. Algumas famílias costumam cobrir, as sementes cozidas com: folha de aningueira, palhas de bananeira ou em sacolas de polipropileno, onde as amêndoas ficaram em repouso por quarenta e cinco dias (FIGUEIRA, 2005).



Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Passado este período de descanso, nos quais as sementes ficam de resguardo – não só para enxugar a água do cozimento, mas também para que sejam resguardadas de quaisquer problemas, que possam violar interditos e segredos dominados pelas mulheres extrativistas, e, conseqüentemente, venham prejudicar a extração e uma melhor qualidade do azeite de andiroba – a massa é retirada do interior das amêndoas.

A retirada da massa é geralmente executada pelas mulheres, são mães, filhas, netas e noras que se ocupam com a retirada da massa de andiroba, conforme pode ser observado na imagem a seguir. Na imagem 11, podemos observar que as sementes de andiroba cozidas, estão dentro de um paneiro de tala de miriti. As sementes são abertas por um objeto amolado, geralmente feito de um cabo de colher de alumínio e do seu interior é retirada do seu interior a massa que contém o óleo de andiroba.



Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Esta atividade é executada, na grande maioria das vezes pelas mulheres, que ficam sentadas no assoalho da cozinha da casa, onde passam horas fazendo essa tarefa com um auxílio de espátula de alumínio [feita a partir de uma faca sem cabo]. Ao longo de todo o processo de extração do óleo de andiroba, percebe-se que essa atividade está diretamente ligada aos trabalhos cotidianos e rotineiros da casa. Segundo Saviani (2007),

“ [...] A origem da educação coincide, então, com a origem do homem. [...] eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem, (SAVIANI, 2007, P.154).

Percebe-se ainda que a transmissão dessa prática acontece de maneira informal e através da oralidade, mais pelo processo de observação e prático, que pelo ensinamento propriamente dito. Não há uma obrigatoriedade no ensinar. O ato de ensinar e o de aprender, acontece de forma espontânea.

5.2. Práticas, segredos ditos e interditos do processo de extração do óleo de andiroba.

A atividade de retirada da massa contida no interior das amêndoas ou castanhas de andiroba, já cozidas, obedece três cuidados fundamentais que devem ser seguidos: primeiro, que esta atividade não deve ser realizada por mulheres que estejam no período menstrual; o segundo cuidado a ser tomado é que a mulher que irá manusear a andiroba, não está de parto; e o terceiro cuidado, é que pessoas que estejam de preceito, ou seja, que estejam em período de luto, devido à morte de um parente ou amigo não devem pegar na massa de andiroba. Mas além de todos esses cuidados, ainda é necessário resguardo, prestar atenção, para que a andiroba, cozida e já tirada da casca, seja protegida dos olhos de pessoas invejosas, pois segundo se acredita na localidade da Ilha de Juba,

[...] a andiroba não pode ser olhada com olho grande, ela pega quebranto (Maria Pinto, Ilha Juba – Cametá, 2007).

[...] quando a mulher está menstruada ela tem aquele mofo, né? e aquele mofo transpassa para a massa; aí ele [azeite] fede pronto! Aí o azeite não escorre. Se a senhora é meu parente e vai morrer, eu não tenho que pegar no azeite, porque assim como o seu corpo vai destruindo debaixo da terra, vai feder, a andiroba também vai feder. Eu tenho pra mim, que é verdade, porque já aconteceu comigo, uma viagem, eu cozi mil quilos de azeite e morreu a filha do primo, eu não sabia, aí o azeite ficou todo na tábua, uma porção de massa e não escorreu, deu aquele fedor e aquela porção de bicho debaixo da massa, não prestou o azeite (Maria Maíde, Ilha Juba - Cametá – 2009).

Podemos depreender da fala das entrevistadas, que há crenças, simpatias, interditos e segredos, assim como, o hibridismo religioso que pulsa e está enraizado no cotidiano das mulheres extrativistas, visto que permeiam as atividades de coleta e extração do azeite de andiroba. Onde as expressões “resguardo”, “olho grande” e “quebranto”, podem ser responsabilizados pela má qualidade do óleo. Assim, para prevenir que a andiroba problemas no processo de extração do azeite, dona Maria Pinto, explica que é necessário se prevenir, “*agente faz uma cruz, quando agente amassa ela [andiroba]*”. As práticas cotidianas das populações das Amazônias, por meio de suas crenças e de suas relações constituem sua história oral, onde o natural e o sobrenatural caminham juntos na construção de suas histórias de vida. O que de acordo com Galvão, (1979), são na sua maioria de proveniência ameríndia. Porém, grande parte da população da Amazônia rural, as utiliza como norteadoras das relações que travam com o mundo que as cerca.

Assim, a ação de fazer uma cruz na massa, como demonstra a imagem 12, assume o significado de segurança e proteção, evitando que malefícios e forças negativas que permeiam o espaço cotidiano desses sujeitos, para que não tenham força e conseqüentemente, não consigam prejudicar a qualidade do azeite e a renda e benefícios que a família irá tirar com o produto final, o azeite. Para Laplantine, a presença e utilização da cruz, nesta atividade estabelece o laço de proximidade Cristo. Este símbolo não o substitui, porém, para os usuários desta crença, o uso da cruz, demonstra que Cristo está presente, protegendo a massa dos perigos espirituais, ou seja, é o Cristo ali representado por intermédio da cruz o inverso. Que segundo o autor “[...]. Tudo depende em definitivo da natureza do reconhecimento ou da identificação, ou seja, da intencionalidade dos atores em uma dada situação sociocultural” (LAPLANTINE, 2003, p. 14-15).



Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de masseira. Fonte: Amarilis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Esta crença manifesta-se de forma tão significativa entre as mulheres andirobeiras de Juba, que grande maioria das pessoas entrevistadas, constantemente relatava uma história relacionada às questões de segredos e interditos. Vejamos o que afirma a entrevistada Maria Benedita, moradora da Ilha de Juba:

[...] eu tinha pouco azeite em casa, porque no período que tive o meu filho [...] aí [...] cozemos [cozinharam as sementes], esperamos o período de 40 dias, aí eu estava com aquele sangramento, tive que amassar [que é o mesmo que pisotear a massa] porque não tinha quem amassasse pra mim,

e já tava passando do prazo e meu azeite não escorreu, se imperriou⁴⁸, se imperriou e não deu o óleo, aí minha mãe tirou o óleo no fogo.

Percebe-se, portanto, que estas mulheres fazem uma espécie de analogia entre o período em que as amêndoas de andiroba cozidas ficam em repouso por quarenta dias e o período em que dão a luz a um filho, o pós-parto, quando também resguardam por quarenta dias. Assim, se afastam das atividades cotidianas, se recolhem, se resguardam do mundo natural e de das entidades sobrenaturais, ficam em processo de proteção, recuperação e de mudança corporal.

Na concepção de Pinto, a crença que envolve tanto o sangue menstrual, o pós-parto e a questão do luto, assume uma espécie de elo simbólico⁴⁹, que acaba despertando o interesse de forças negativas invisíveis (PINTO, 2004)), que se utilizam dos sujeitos que se encontram em alguma das situações acima citadas, ou seja, pessoas “*fracas de proteção*” para influenciarem de forma negativa no processo de extração do óleo de andiroba, prejudicando tanto o azeite, quanto o dono do azeite, que arcará com o prejuízo econômico dessa interferência sobrenatural. Esta crença herança de seus ancestrais negros, brancos e índios, fazem parte do universo imaginário⁵⁰ dos velhos e velhas, mulheres, homens, jovens e crianças, não apenas da Ilha de Juba, mas de outros povoados da região Tocantina.

Após a retirada da massa e todos os cuidados tomados em relação a andiroba, dar-se prosseguimento nas atividades de extração do azeite ou óleo, atividades essas relatadas a partir da fala do morador da localidade de Juba, José Prestes, que afirma,

⁴⁸ A expressão utilizada pela moradora Maria Benedita da localidade da Ilha de Juba, tem o mesmo sentido ou significado referente a palavra empacar, que segundo o Mini dicionário Aurélio Buarque de Holanda (2000: 257), quer dizer: emperrar, parar, não continuar, não ir adiante, [ficar estático].

⁴⁹ “O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica” (LAPLANTINE, 2003, p. 21).

⁵⁰ “No mundo real do cosmo imaginário, os adeptos vivem, concebem e produzem através do culto as suas relações com os deuses e a interferência desses deuses em suas experiências cotidianas. [...] As criações de [...] deuses são feitas pelas relações entre as tradições religiosas e socioculturais e a reinterpretação dessas tradições” (LAPLANTINE, 2003, p. 38).

[...] agente tira ela [está fazendo referência a massa contida no interior das sementes de andiroba] da casca aí fica três dias empalhada [neste processo é utilizado folhas de bananeira ou de cacauero], depois agente amassa [esta expressão equivale ao processo de pisoteio da massa] e coloca na tábua. Agente coze quatro mititizinho assim [medida de um metro de comprimento], que lá, a massa cai em cima daquele miriti.

No processo de extração do azeite ou óleo de andiroba a massa fica suspensa sob varinhas de pau, que serve para evitar o contato entre a massa e a masseira (tábua feita de tronco de árvore). Além de facilitar a retirada da massa de andiroba da tábua durante o processo de aquecimento desta, também contribui para que o óleo escorra melhor e sem impurezas. Nesta técnica relatada por seu José Prestes, também é utilizada varetas de miritizeiro, para receber a massa já pisoteada.

Nestas condições a massa de andiroba é transformada em bolas, que são depositadas na masseira para escorrer o óleo. A masseira é previamente forrada com talos de miritizeiros, sob os quais são depositadas as bolas feitas com a massa de andiroba cujo o azeite escorre dentro de uma tigela de inox⁵¹ que em gotas rápidas e frequentes vão caindo e enchendo o recipiente com o óleo amargo. Este processo de retirada da andiroba dura em média de 10 a 15 dias.

Porém, é necessário ressaltar, que este processo já citado para a retirada do óleo de andiroba não é o único utilizado pela comunidade local. Segundo os moradores da localidade estudada, há três processos básicos para se fazer a retirada do azeite andiroba. O primeiro e o mais utilizado pelas mulheres andirobeiras, acontece através da utilização da tábua ou masseira como muitos falam; O segundo processo retirada do óleo é feito através da utilização do tipiti, este processo é considerado muito trabalhoso por quem o executa; E por fim a terceira forma de retirada do óleo, é feita no fogo. Poucas são as mulheres que utilizam esta forma de retirada, pois a consideram muito arriscada, uma vez que, elas não possuem equipamentos de segurança necessário para a execução desta atividade manual.

⁵¹ A utilização da tigela de inox é muito frequente entre as produtoras do óleo de andiroba, pois acredita-se que o inox não repasse nenhuma substância química ao produto final, conservando o azeite puro e de boa qualidade.

5.3. O azeite na tábua: a difícil arte de estilar o óleo de andiroba.

A imagem 13, do interior da casa da entrevistada Socorro Teles, tenta retratar parte de uma das etapas da extração do azeite de andiroba. Esta atividade manual acontece no interior da casa, geralmente, na cozinha, fazendo parte do espaço doméstico e das outras atividades aí desempenhadas pelas mulheres. Portanto, esta é mais uma atividade agregada à rotina da casa.

É neste universo que mergulhamos na experiência desta prática secular, herdada dos índios e repassada de geração a geração, repasse que acontece de forma tranqüila e natural, onde as crianças aprendem esses saberes e práticas cotidianamente. “[...] eu trabalho com a andiroba desde a idade de 10 anos, quando eu ajudava minha mãe no mato, ajudava tirando a massa da andiroba, [...] ela morreu e eu fiquei fazendo”, relato de dona Maria Maíde,.

Percebemos que esta atividade é desenvolvida da forma mais tradicional, primária, sem que haja uma preocupação mais rigorosa com o processo de higienização, referente ao contato com a massa. A grande maioria das mulheres lidam com a massa com as mãos nuas, sem proteção para os cabelos. Outro fato presente nesta etapa da extração do óleo de andiroba, é o fato da massa ficar sem nenhuma cobertura de proteção, durante a noite, ficando sujeita aos efeitos do vento, da chuva e até a presença de insetos.



Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

A imagem 13 da tábua onde ocorre o processo de estilar⁵² o azeite, fica posta e exposta no centro da cozinha, local onde a dona da casa recebe para um cafezinho e uma boa conversa as pessoas mais íntimas ou de prestígio para a família. Podemos perceber ainda que a casa está muito perto das árvores, estabelecendo uma espécie de elo de proximidade entre a natureza e as pessoas, onde ambas estão totalmente entrelaçadas.

⁵² Segundo a moradora Socorro Teles – Ilha de Juba – Cametá/PA: “A expressão estilar é utilizada pelas pessoas da comunidade da Ilha de Juba, para designar a atividade de extrair das sementes o óleo de andiroba”.



Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Conforme se pode observar na imagem 14, uma criança é banhada numa bacia de alumínio ao lado da tábua onde o óleo de andiroba está sendo estilado. Todavia, ressalta-se que esta cena, da criança tomando banho de bacia, a cada dia se comprime no tempo, pois as crianças ribeirinhas, cada vez mais cedo estão participando das práticas cotidianas do seu grupo familiar, como os banhos de rio e de igarapé. O que deixa evidente, que desde muito cedo as crianças passam a conviver com a presença de saberes e das práticas cotidianas que estão entrelaçadas à rotina doméstica e a educação dos filhos, os quais dividem o mesmo ambiente e compartilham gradativamente suas vidas, suas memórias e suas práticas.

Deve ser mencionado que para entendermos o processo de retirada do óleo e chegarmos ao produto final (andiroba), é necessário compreendermos a dinâmica

da masseira ou tábua de escorrer o óleo (SHANLEY, 2005). A masseira ou tábua é geralmente feita do tronco de uma árvore, que é partida ao meio, formando duas partes, as quais são cavadas para imitarem um formato de U, o que facilitará no processo de escorrer o óleo.

Na formatação da tábua, temos em uma das extremidades um buraco, pelo qual passará uma corda resistente, que vai amarrar a tábua a um esteio da casa deixando a tábua em posição inclinada. A outra parte do tronco da árvore é aproveitada para fazer uma prancha ou tabua de pisotear a massa retirada das amêndoas cozidas. Como já foi descrito anteriormente, a masseira ou tábua que recebe a massa pisoteada é constantemente forrada com pequenas varetas para só então receber a massa da andiroba. Um detalhe importante da masseira, é um sustentáculo feito em madeira, que serve para proteger a massa e não deixar cair no chão, ficando apenas um pequeno espaço para que o óleo esorra pela tábua, e caia de forma segura na tigela de inox, que fica sempre debaixo desta estrutura de madeira.

Outro detalhe que compõe a estrutura da masseira é o suporte que serve de apoio para a prancha que contém a massa, este suporte fica debaixo da masseira, dando estabilidade e sustentabilidade, evitando que a masseira vire e provoque algum acidente. Geralmente este suporte é feito a partir de pedaço de tronco de árvore, que é cortado e moldado para receber a prancha.

Na imagem 15, podemos observar como acontece o processo de aquecimento da massa de andiroba que após, aproximadamente, 12 horas de descanso na masseira a massa de andiroba é transportada para a tábua de pisar, onde passará pelo processo de aquecimento da massa, quando esta é pisada por cerca de 20 minutos, para ela seja aquecida. Segundo dona Socorro Teles, este processo de pisoteio ajuda a massa a liberar mais azeite de andiroba de melhor qualidade. De acordo com os depoimentos das mulheres andirobeiras, o óleo coletado nos primeiros cinco dias é considerado virgem, pois a sua aparência límpida, transparente e esverdeado dá a ele propriedades medicinais mais eficientes e eficazes.



Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007.

Depois de ser pisoteada, a massa será novamente transformada em bolas, que serão novamente arrumadas na masseira para o processo de estilar ou escorrer o azeite. Segundo as mulheres extrativistas entrevistadas, o processo de aquecimento da massa da andiroba deve ocorrer a cada seis horas. Porém, não é uma regra constante, nem tão pouco rigorosa, algumas mulheres como, por exemplo, dona Socorro Teles, afirmam que organizam essa atividade de acordo com o seu horário de trabalho doméstico e demais atividades ligadas as tarefas do lar como: lavagem de roupa, preparo de alimento, cuidados com o parente idoso, entre outras tarefas. Estas tarefas foram historicamente atribuídas as mulheres, na grande maioria das vezes, essas atividades sobrecarregam as mulheres de trabalho (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESHY, 2002).

Dentro desta técnica de retirada do óleo através da tábua, temos ainda o azeite de sol. Nesta técnica, segundo Shanley (1998), a massa de andiroba é levada para ser aquecida com o calor do sol, durante uns dois dias, e de duas a três horas, essa massa é mexida, sendo mudada de posição ao longo do dia. No final da tarde, a massa é novamente transformada em bolas e colocada na tábua de escorrer o óleo, de forma que a tábua fique inclina, facilitando que o óleo escorra e caia na vasilha coletora do produto.

5.4. A utilização do tipiti na retirada do óleo de andiroba.

Após 15 dias, período que dura o processo de retirada do azeite, quando a massa não libera mais o óleo de andiroba em quantidade esperada, então os extratores ribeirinhos da Ilha de Juba partem para outras formas de retirada desse produto, utilizando o tipiti, para retirar o óleo,

[...] agente usava [o tipiti] antes, agora não usa, minha mãe usava. Olha esse pau que ta amarrado lá em cima. Agente botava a massa [andiroba] no sol, quando tava bem quente a massa, agente enchia o tipiti e metia aqui [aponta para o pau preso ao teto] e apertava com outro pau pro dentro do tipiti, [...] não é um processo demorado, só que dá mais trabalho do que na tábua, porque no inverno chove. Aí ! agente tira a tábua com a massa, quando passa a chuva, agente leva de novo, aí quando vem a chuva, agente tira de novo (Maria Maíde – Ilha Juba, 2008).

[...] agente não comercializa porque quase sempre ele [óleo] fica duro, agente faz sabão e vende para o pessoal de Igarapé – Miri (José Prestes – Ilha Juba, 2008).

Os relatos acima demonstram o acúmulo de conhecimento que os ribeirinhos têm em relação a esse produto florestal, quando utilizam outras formas de

extrair o óleo de andiroba, e conseqüentemente atribuindo-lhe uma outra utilidade comercial, ao fazerem um outro produto, como o sabão de andiroba, agregando, portanto, a ele valor, e comercializando para outro município da região Tocantina (SHANLEY, 2005). Porém, não podemos deixar de abordar a retirada do óleo pela técnica do fogo.

5.5. A retirada do óleo de andiroba através do fogo.

A retirada do óleo de andiroba, através do fogo é uma técnica muito pouco utilizada pelas mulheres andirobeiras, ela só é utilizada em última instância, por ser uma técnica de alto risco para as mulheres que a praticam, uma vez que este processo pode causar queimaduras. Conforme relatos de alguns entrevistados:

[...] a massa pra mim já tava passando do prazo e meu azeite não escorreu, se imperriou e não deu óleo, aí minha mãe tirou pra no fogo (Maria Benedita, Ilha Juba, 2007).

[...] quando o azeite fica grosso e duro, agente usa o tacho, agente coloca a massa que tá na tábua na água quente e põe pra ferver, o óleo buia [flutua sobre a água] todinho, agente vai com uma cuiazinha e ajunta todinho aquele óleo (Maria Maíde, Ilha Juba, 2009).

Quanto o bagaço que resta do processo de beneficiamento da andiroba, as mulheres queimam com a finalidade de afugentar mosquitos e carapanãs. A fumaça da andiroba funciona como uma espécie de repelente natural. Além de estas mulheres devolverem à natureza o restante que não foi consumido, utilizando-o, portanto, como adubo orgânico para as plantas.

A andiroba tem várias utilidades para a comunidade da Ilha de Juba, entre elas, está a venda das sementes, do óleo, da madeira⁵³ da andiroba e sobretudo, dos subprodutos fabricados a partir de seu óleo e de sua casca, produtos esses destinados à saúde estética e medicinal, sendo utilizado como um fitoterápico de grande importância. Segundo dona Maíde, “[...] a andiroba se usa pra tudo, se tiver uma ferida, um golpe que custe sarar, é só usar ela e acaba com tudinho”. Assim, a árvore de andiroba representa para a comunidade de Juba uma fonte de sobrevivência e perspectiva de melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes.

⁵³ “Madeira [da árvore de andiroba]: de excelente qualidade e cor castanho-vermelha brilhante, é resistente ao ataque de insetos e turus. Muitas vezes é comparada à madeira do mogno, sendo chamada de mogno falso; tem alta demanda para exportação. É usada para cavaco e na construção civil. A madeira pode ser encontrada nas serrarias do Pará por R\$ 200 o metro cúbico serrado. Para exportação, o metro cúbico não sai por menos de R\$ 500” (SHANLEY, 2005, p. 43).

“[...] A madeira de *Carapa guianensis* tem tonalidade castanho-vermelha brilhante e é resistente ao ataque de insetos e de turus. Por apresentar excelente qualidade é muitas vezes comparada com o mogno, e por isso chamada de mogno falso” (BOUFLEUER, 2004, p. 27).

CAPÍTULO III

O trabalho das mulheres andirobeiras como princípio educativo.

1. Natureza, Trabalho e Princípio Educativo.

1.1. O trabalho de extração do óleo de andiroba como um dos elementos de reprodução da vida na Ilha de Juba.

As matrizes dos saberes das ciências da vida cotidiana da sociedade ribeirinha da região Tocantina, como princípio educativo-ambiental histórico-dialético (TOZONI-REIS, 2004), estão presentes por entre os cipós das matas; por entre as águas dos rios, dos igarapés e dos furos; ainda se fazem entrelaçados nas práticas extrativistas de pescar, de caçar, de coletar frutos e sementes no rio e na floresta; atadas aos modelos de comportamento e de organização social; visíveis nas histórias das narrativas de suas memórias subjetivas e objetivas; contadas oralmente entre os membros das famílias das comunidades, constituindo-se, segundo Oliveira & Neto, em:

[...] saberes, representações e imaginários em relação à terra estão vinculados ao trabalho e à habitação. A terra é compreendida como espaço de trabalho, de moradia, de sobrevivência, e de comunidade, assim como de educação, ou seja, como transmissão de saberes, atitudes e valores através das práticas cotidianas para as futuras gerações, de suas tradições historicamente construídas (OLIVEIRA & NETO, 2003, p. 55).

Saberes das escutas e observação das águas; saberes audíveis dos silêncios e dos movimentos das matas, saberes da terra, saberes histórico-culturais. Esses saberes, ora presentes, ora ausentes em discursos, contribuem na incessante construção de suas identidades. Enfim, são saberes das vivências cotidianas, apreendidos preferencialmente durante as contínuas e descontínuas histórias relatadas especialmente pelos velhos e velhas das comunidades rurais ribeirinha. Assim, a ação de apreender e reconstituir os significados e os sentidos das práticas cotidianas de tecer redes, malhadeiras, paneiros, abanos; teias de saberes da construção de cascos (ou pequenas canoas) e de embarcações se fazem presentes nas experiências cotidianas das

comunidades tradicionais, que por entre as águas, as matas e as terras vão tecendo suas narrativas históricas fruto de seu trabalho e interferência no meio natural.

As populações tradicionais⁵⁴ das amazônias, em particular, a comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, na sua maioria, procuram pautar suas práticas, suas vivências, suas memórias, suas narrativas, isto é, suas etno-histórias da vida cotidiana, nos fluxos, nas imensas e férteis vitalidades dos saberes das suas ciências ambiental e procurando exercitar atividades humanamente sustentáveis. São saberes indiscutivelmente importantes, principalmente, quando se busca saídas ecologicamente sustentáveis para a profunda e acelerada crise ambiental que a comunidade vem vivenciando após a implantação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, com suas experiências de vida, as quais não podem ser desperdiçadas, segundo Conceição & Maneschy,

[...] é a existência de um saber tradicional, capaz de orientar a reordenação do modo de vida das populações pesqueiras, camponesas, extrativistas, etc, no sentido de um maior equilíbrio entre sociedade e natureza. [...] servem-se de recursos e saberes acumulados culturalmente, os quais oferecem os elementos para a discussão sobre a sustentabilidade (CONCEIÇÃO & MANESCHY, 2002:147).

Nas comunidades tradicionais a relação estabelecida entre o povo ribeirinho da Amazônia do Baixo Tocantins/Cametá-PA e a natureza de um modo geral, são constantemente criadas e recriadas em consonância com os saberes locais entrelaçados com o meio ambiente onde vivem, sobrevivem e convivem, que não são isoladas de suas representações sociais, de suas memórias e de suas polissêmicas águas, pescas e matas.

⁵⁴ População tradicional: São as populações que habitam uma região durante períodos relativamente longos, que variam de décadas até séculos. De origem racial diversa, essas populações são representadas pelos atuais remanescentes de quilombos, por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, caiçaras e pescadores. Utilizam seus espaços e recursos de forma comunitária e praticam atividades de relativo baixo impacto ambiental, tais como agricultura itinerante em pequena escala e a colheita de produtos florestais não-madeireiros, além da caça e pesca, (GTA, 2001, p.39).

1.2. Produção, atribuições e divisão do trabalho na Ilha de Juba.

Ainda hoje se conserva na localidade de Juba, uma forma “primitiva” de propriedade de produção. Segundo Marx, este modelo de propriedade constitui como,

“[...] a propriedade da tribo. [...] corresponde a esse estágio de trabalho rudimentar da produção, quando um povo se alimenta da caça e da pesca [...] da agricultura. [...] a divisão de trabalho é ainda muito pouco desenvolvida e se limita a maior extensão da divisão natural do trabalho que é oferecida pela família” (MARX, 1996, p. 47).

Dentro desta ótica fica evidente a responsabilidade de mulheres e homens, no processo de produção de suas representações entrelaçadas aos saberes, às práticas, às narrativas, às memórias, como fundamentos do princípio do trabalho educativo formal e informal das mulheres andirobeiras. Neste quadro de atribuições, é possível observar as tarefas destinadas a cada sujeito que compõe a família, mesmo àqueles cuja força de trabalho é bem menor, como é o caso das pessoas mais velhas. Portanto, na lógica de distribuição de atividade, de trabalho, todos os indivíduos da família colaboram e executam suas obrigações referentes à produção do azeite de andiroba, sem que esta atividade interfira nas outras atividades cotidianas de cada indivíduo. Um fato a ser levado em consideração neste estudo é a presença das crianças no processo de extração do óleo de andiroba.

As crianças desempenham um papel fundamental dentro da atividade de extração do azeite de andiroba. Uma vez, que são elas que, na maioria das vezes, fazem grande parte da coleta das sementes, tanto no mato, quanto nos rios e igarapés. Portanto, todo o processo de coleta, seleção das sementes de andiroba e beneficiamento do azeite ou óleo passa a gravitar o universo imaginário das crianças. Para elas, a atividade de coletar as sementes de andiroba não tem um significado propriamente dito de

obrigatoriedade. Pelo contrário, é visto como uma espécie de brincadeira, associado ao prazer de poder contribuir com a renda da família e a perspectiva de com o trabalho poder adquirir alguns objetos e até alimento. Essa atividade de coleta das sementes desperta o sentimento de fazer parte, de ser parte dessa atividade, simboliza que a criança tem certo destaque entre a família, pois já tem condições de fazer parte desta atividade na sua grande maioria, de responsabilidade dos adultos. Podemos identificar tal questão na fala da menina Laura⁵⁵, 10 anos de idade: “[...] eu gosto de ir pro mato com a mamãe catar o azeite [as sementes de andiroba], agente entra no mato e ela vai me ensinando o nome das plantas, dos bichos, eu gosto”.

Perceber –se que, neste caso, a criança demonstra ter uma certa satisfação em poder ajudar na economia da família, e também de fazer parte desse universo que envolve a andiroba. Podemos ainda inferir que a criança ao ser ensinada, passa a ter um certo poder sobre o espaço onde mora, e que um dia aquele espaço territorial lhe pertencerá. Porém, para elas, as sementes de andiroba, também representam a entrada de coisas novas na economia da casa, uma vez que, serão vendidas in natura ou então transformadas em óleo, que também será vendido, e desta forma, transformando-se em algo concreto para seu universo material. Portanto, a relação de intimidade que as mulheres desenvolvem desde cedo com a floresta, darão a elas um conhecimento maior e melhor da biodiversidade e dos recursos naturais (SIMONIAN, 2001, p. 39).

É importante ressaltar, que quando as crianças executam a atividade de coleta da andiroba na mata, na maioria das vezes, são acompanhadas por um adulto, como uma tia, a madrinha, o pai ou por alguma pessoa conhecido da família. Pois, esta tarefa pode ser perigosa para elas, uma vez que o período da coleta acontece entre os meses de dezembro a maio, este período do ano considerado muito perigoso, devido a quantidade de chuva na região, o que ocasiona uma maior incidência de acidentes com insetos e cobras venenosas. Aliás, os ribeirinhos acreditam que neste período as cobras estão mais venenosas, porque estão se reproduzindo.

Por outro lado, pode-se notar a presença constante das crianças e dos jovens nas atividades referentes aos processos de extração do azeite de andiroba ou

⁵⁵ O nome Laura, 10 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de uma das crianças entrevistadas durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

como dizem as mulheres andirobeiras: processo de estilar⁵⁶, o azeite. Foi possível observar durante a pesquisa, que é nestas etapas que o conhecimento a cerca desse saber é repassado com mais intensidade, uma vez que, tanto os jovens, quanto as crianças acompanham e desempenham importantes papéis neste processo de aprendizagem. Pois, o conhecimento adquirido com esta experiência prática, vai passar a fazer parte internamente de seu universo cultural e imaginário, compondo por assim dizer, um espaço significativo nas suas vivências e nas suas práticas cotidianas.

É desta forma que a tradição está sendo mantida e repassada de uma geração para outra. As crianças paulatinamente vão incorporando, construindo e constituindo as matrizes das tradições das comunidades do campo da Amazônia ribeirinha. Elas estão em permanente processo de aprendizagem e de ensino juntamente com os adultos. Todos precisam aprender e ensinar os saberes e as práticas, a fim também de darem prosseguimento à reconstituição das memórias da cultura e da história de vida dos homens e das mulheres dos homens e das mulheres ribeirinhas.

Durante a pesquisa alguns questionamentos surgiram em relação a presença das crianças na atividade relacionada ao processo de extração da andiroba, onde questiono um garoto dizendo: você gosta de recolher no mato as sementes de andiroba? E ele dá um sorriso e responde balançando a cabeça em sincronia à resposta: “[...] eu gosto! Eu vou pro mato juntar o azeite [as sementes de andiroba], teve uma vez, que eu juntei cem quilos de azeite,[risos] agente vende, troca o azeite por biscoito, açúcar, café, agente traz pra casa.” Antônio⁵⁷, 8 anos de idade. Podemos constatar através das palavras do entrevistado, que esta atividade acontece cotidianamente, a partir da dinâmica das atividades domésticas e dos pequenos trabalhos executados pelas crianças da família (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002, p. 96).

Queira ver a seguir um quadro das atividades desenvolvidas por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos em torno da extração do azeite ou óleo de andiroba, na Ilha de Juba:

⁵⁶ Este termo é utilizado pelas senhoras mais velhas, que significa o mesmo que extrair o óleo das sementes de andiroba. Informações coletadas durante a pesquisa de campo – Julho de 2007.

⁵⁷ O nome Antônio, 8 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de um dos entrevistados durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

MEMBROS DA FAMÍLIA⁵⁸	M	H	J	C	I
Coletar sementes na mata	X	X	X	X	-
Coletar sementes no rio	X	X	X	X	-
Cortar a lenha	X	X	-	-	-
Cozinhar as sementes	X	-	-	-	-
Armazenar as sementes	X	X	-	-	-
Tirar a massa da casca	X	-	X	X	X
Pisar a massa e fazer as bolas	X	-	X	X	-
Espremer a massa no tipiti	X	X	X	-	-
Compra ou arrecadação dos vasilhames para colocar o óleo	X	X	-	-	-
Venda do produto final (óleo)	X	X	-	-	-
Produtos derivados do azeite	X	-	X	-	-
Aplicação e distribuição da renda da venda	X	X	-	-	-

Tabela 01: Quadro de atividades à extração da andiroba. Fonte: Dados da Pesquisa de campo – Amarílis Maria Farias da Silva, maio de 2006 – Cametá/PA.

A tabela 01 demonstra que as atividades que envolvem o processo de extração do azeite de andiroba, ocupa todo o grupo familiar, portanto, as crianças, que desde muito cedo são levados pelos pais para o trabalho, seja porque não tem com quem deixar, seja porque os pais querem ensinar desde pequenos o seu trabalho, vão assimilando a arte desse ofício e deste saber tradicional.

⁵⁸ Os sujeitos sociais são identificados a partir das iniciais: (M) Mulher; (H) Homem; (J) Jovem; (I) Idoso.

1.3. Amazônia e o Extrativismo: fator sociocultural na comunidade de Juba.

O território da Amazônia Brasileira, ocupa cerca de três milhões e setecentos mil quilômetros quadrados, onde a sustentabilidade enfrenta as contradições entre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade. As florestas nativas possuem a função estratégica de servirem de barreiras naturais contra o processo de desertificação, de erosão genética, da perda de recursos biológicos, da fragmentação de ecossistemas e das catástrofes naturais. Porém, pesquisas recentes mostram que, a cada ano, mais de 30 milhões de metros cúbicos de toras de madeira são retirados da Floresta Amazônica, sendo destinados as 2600 indústrias madeireiras da região que utilizam a madeira na fabricação de vários produtos (GTA, 2001). Esta realidade não está distante da comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, já que a sobrevivência das famílias desta ilha está intrinsecamente relacionada com sua prática cultural extrativista, que tem sua origem nas sociedades indígenas da Amazônia.

Para os ribeirinhos e ribeirinhas desta localidade, a coleta do açaí, do cacau, o beneficiamento do azeite de andiroba, a pesca do camarão e do mapará⁵⁹, a extração de madeira de lei, a extração do palmito de açaí, a produção de farinha de mandioca, a coleta de miriti⁶⁰ e, por fim, o comércio, fazem parte de toda uma estratégia de permanência e sobrevivência dos sujeitos da localidade pesquisada, que se adaptaram a conviver, e a extrair os produtos naturais, obedecendo todo um ciclo de produtividade estabelecido pela natureza. Para Saviani, “ [...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. [...] Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la” (SAVIANI, 2007, p.154).

Esta produtividade oriunda da floresta, de rios e igarapés torna-se responsável pela sobrevivência e qualidade de vida dos ribeirinhos, que através da venda desses produtos extrativistas, passam a ter oportunidade de adquirir equipamentos e bens duráveis, necessários para a melhoria da sua qualidade de vida.

⁵⁹“ O mapará (*Hypophthalmus marginatus*), peixe símbolo da região [Tocantina], principal integrante da dieta alimentar dos ribeirinhos, exímio migrador e que tem sua dieta baseada no consumo de fito e zooplâncton ” (COLÔNIA DE PESCADORES Z-16, 2007, p. 13).

⁶⁰ “ O buritizeiro (*Mauritia flexuosa* L.), é uma das maiores palmeiras da Amazônia, possuindo um porte de 30 a 60 cm de diâmetro, com uma altura de 20 e 30 metros.[...] também conhecida na região como miriti e como aguaje no Peru ” (SHANLEY,1998, p. 61).

Atividades Extrativistas praticadas na Ilha de Juba ao longo do ano

Atividades referentes aos meses do ano	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pesca artesanal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coleta das sementes de andiroba	X	X	X	X	X							
Beneficiamento do óleo de andiroba	X	X	X	X	X	X						
Pesca do camarão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Captura do aviú						X	X	X				
Coleta do cacau						X	X	X				
Extração do palmito de açaí	X	X	X	X								
Safra do Açaí						X	X	X	X	X	X	X
Retirada de madeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 02: Quadro de atividades extrativistas praticada pelos moradores da Ilha de Juba, durante o ano. Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo, Amarílis Maria Farias da Silva – Cametá/PA. – 2008.

Portanto, o sistema de produção da localidade da ilha de Juba é totalmente extrativista, baseado na pesca artesanal e na colheita de frutas, principalmente o açaí, mantendo viva a prática cultural de seu povo, em que famílias cultivam e manipulam plantas medicinais, extraem óleos vegetais, como o de andiroba, através de métodos tradicionais e ainda desenvolvem atividades como a extração de madeira, como forma de complementar a renda familiar. Todas essas atividades relacionadas ao extrativismo foram organizadas, a partir do período do ano em que ocorrem na comunidade.

A natureza é formada pelo conjunto dos recursos naturais, que constituem a base material da existência de mulheres, homens, crianças, jovens e velhos. A forma de relacionamento estabelecida entre a natureza e os seres humanos depende de vários fatores, tais como: modo de produção, estágio sócio-econômico e tecnológico da comunidade. Pode-se observar esta relação, a partir das antigas sociedades comunitárias, por exemplo, onde a dependência do homem com relação à natureza era praticamente total, este retirava da natureza apenas o necessário para sua sobrevivência e de sua comunidade. Para Costa (2006), “[...] a população nativa mantém sua reprodução a partir da exploração das potencialidades deste ecossistema, adaptando o meio às suas necessidades e sendo adaptada por este”.



Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cameté, 2008.

A imagem 16, mostra a família do seu Marinaldo Teles, exibindo uma pirarara, de aproximadamente 20 quilos, recém capturada, através de linha e anzol, resultado da pesca artesanal⁶¹, capturada especialmente para oferecer em um almoço para amigos, que estavam em visita à casa da família Teles. Podemos perceber na imagem que o morador segura em suas mãos uma espécie de fio; o qual está amarrado na calda do peixe, e preso à uma vara ao lado da ponte; o que significa que o animal está sendo conservado vivo, para que seus convidados tenham a oportunidade de conhecer de perto o peixe que vão consumir. Assim, o morador mostra que diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, o homem exercem seu domínio sobre a natureza, fazendo-a se adaptarem as suas necessidades, (SAVIANI, 2007, p.154).

A imagem 16, também reflete o comportamento extrativista e pesqueiro da Ilha de Juba, assim como, o seu potencial extrativista, o qual, está ligado à cultura tradicional, principalmente, de remanescentes de quilombolas, índios e ribeirinhos que, durante muitos anos, travaram suas relações sociais a partir de bases culturais comuns. Utilizando técnicas artesanais de forma racional e sustentável permitiam que os recursos naturais, fossem retirados de forma a garantir a sua sobrevivência no ecossistema desta região. Garantindo, desta forma, a conservação de espécies, tanto animal, quanto vegetal. Comportamento este, que faz parte de toda uma relação histórica que os povos, em particular, desenvolveram com a floresta. Segundo Cristina Wolff (1999, p. 173),

[...] Os diversos povos indígenas têm interagido com esta floresta de forma diversificadas, mas sustentáveis, plantando ou favorecendo o crescimento de espécies que lhes são úteis, domesticando plantas, ou mesmo praticando a extração simplesmente, mas numa escala em que normalmente a reposição dos espécimes coletados pode dar-se sem maiores problemas de forma natural.

Pode-se observar que essas práticas cotidianas de lidar e conhecer os mistérios que envolvem as águas e a floresta faz parte de todo um processo de educação

⁶¹ Pesca artesanal: É aquela realizada em escala menor, por comunidades que usam pequenas embarcações e equipamentos (redes, anzóis), não eliminam pequenas espécies nem os alevinos (filhotes em crescimento), garantindo a continuidade dessas espécies e, portanto, a pesca futura, (GTA, 2001, p. 39).

e transmissão de conhecimento. Que tem início ainda na infância, quando as crianças são ensinadas informalmente pelo método da observação e da prática cotidiana a reconhecer um cacho de açaí maduro; aprender a subir no açaizeiro⁶² para retirar os frutos; coletar frutas e sementes; fazer paneiro de costa e demais paneiros (feitos de talas ou cipós para carregar ou acondicionar produtos); colocar matapi; entender a dinâmica do paredão⁶³; torrar grãos de café e a moê-los; fazer o pão de cacau (uma espécie de massa feita de sementes masceradas de cacau, com a qual se faz o chocolate natural), que é acompanhado de farinha de tapioca. Destaca-se que a atividade de processar o pão de cacau e fazer o chocolate é constantemente realizada pelas mães de famílias, que são atentamente observadas pelas filhas. Para Simonian, as atividades das mulheres vão bem além dos serviços domésticos costumeiros,

As mulheres indígenas das sociedades [tradicionais] caçadoras e coletoras são, em geral, responsáveis pela coleta de frutos nativos e outras matérias-primas. Elas também participam da pesca e caça de animais pequenos, e ainda do beneficiamento de produtos da floresta” (SIMONIAN, 2001, p. 44).

Estes e outros saberes estão presentes na dinâmica do cotidiano das sociedades tradicionais, mais especificamente das mulheres. Sociedades estas, que buscam desde cedo, orientar, conduzir e ensinar suas crianças e seus jovens, a arte do conhecimento e os meios de sobrevivência na floresta. São saberes e práticas construídas e constituídas da consciência da sustentabilidade local e planetária.

Os processos educativos informais, construídos pelas mulheres andirobeiras em suas práticas e em seus saberes, estão sendo construídos e fundados nas articulações com a ecopedagogia, com a pedagogia da terra, com a ética universal

⁶² “ [...] O açaizeiro (*Euterpe oleracea* mart) é uma palmeira característica das várzeas e margens dos rios amazônicos. De estipe (tronco) delgada, pode atingir até 30 metros de altura. Suas folhas, de coloração verde-escura, chegam a 2 metros de comprimento. As flores desabrocham de setembro a dezembro, época da “seca” (de fevereiro a maio, período de maior precipitação).[...] cada palmeira produz de três a quatro cachos. Cada um deles, de 3 a 6 quilos de frutas. Da planta se aproveita tudo, principalmente palmito e frutas, das quais se extrai o vinho, ou suco” (Revista Globo Rural, 2000:32).

⁶³ Paredão é uma técnica cabocla, utilizada para capturar peixes, construído com talas de palmeiras de buriti, o qual é fixado à beira do rio, formando um grande paredão, onde os peixes entram na maré alta e não conseguem mais sair, e são finalmente capturados de maré vazante. – Marinaldo Teles, Abril, 2009.

humana, preocupadas com a humanização prudente e decente, fundada no princípio educativo da educação ambiental, do paradigma histórico do materialismo dialético:

O caráter histórico é essencial no pensamento marxista, e esta foi uma pista importante: buscar nas categorias para a análise da educação ambiental aquelas em que o caráter histórico está mais presente. O conceito de história ultrapassa os fatos para, a partir deles, pelas abstrações, compreender a história real, dinâmica, pensada. A história da humanidade é a história das relações sociais, relações sociais de produção e reprodução da vida dos seres humanos. A crise ambiental tem relação direta e profunda com o desenvolvimento social e econômico, a categoria de análise da relação homem-natureza atende a essa perspectiva (TOZONI-REIS, 2004, p. 20).

No transcorrer da pesquisa, foi possível perceber que o princípio educativo da educação ambiental transdisciplinar é a base dos saberes e das práticas de jovens, dos adolescentes e crianças, visivelmente, percebido quando eles estão dentro de um pequeno casco a remo (pequena canoa), em direção a floresta para coletar o açaí. A responsabilidade socioambiental do grupo parecia ser grande, pois, cabia a ele não só o processo de identificar e extrair os cachos de açaí maduros, que irão garantir a alimentação de toda família. Mas também arcar com os riscos enfrentados nesta atividade, que poderia ser desde a possibilidade de sofrer acidentes por picadas de insetos e cobras venenosas, assim como, enfrentar o risco de cair do açazeiro. Visto que o açazeiro é uma palmeira muito alta e fina, portanto, propenso a quebrar quando sobrecarregada pelo peso corpóreo do “apanhador de açaí”. É desta forma, que as crianças, desde muito cedo, vão assumindo responsabilidades perante a família e a comunidade da qual fazem parte.

A volta para casa, com um dos ingredientes básicos da dieta alimentar do ribeirinho, garante ao grupo de crianças respeito, confiabilidade e a certeza de que os ensinamentos, repassados no dia-a-dia, estão sendo aprendidos. No entanto, a tarefa não

pára por aí, é necessário molhar⁶⁴ o açaí. Que, posteriormente, é beneficiado em “máquina de bater açaí” manual ou elétrico, para se obter o “vinho de açaí”.

Ressalta-se que o açazeiro é uma palmeira muito importante neste cenário ribeirinho, pois ele é responsável por grande parte da economia dos habitantes das ilhas da região do Tocantins. O açaí (suco retirados dos frutos do açazeiro) é altamente consumido na localidade pelos moradores de quase todas as faixas etárias, seja na sua versão in natura, como alimento principal da dieta alimentar cotidiana desses sujeitos. Ou associado a outros alimentos como: a farinha d’água, o consumo de camarão, carne de porco, de jacaré, de frango e, sobretudo o consumo de peixe.

A lógica que orienta os sentidos e os significados das práticas e os saberes das águas e das florestas das mulheres andirobeiras é a lógica dialética crítica e dialógica, que contrasta com a lógica formal cartesiana, que ainda domina a relação homem-natureza capitalista:

Assim, se a relação homem-natureza subjacente à lógica formal cartesiana separa o universo em objetos/partes e dá ao homem o poder de dominá-los, a lógica dialética compreende a relação homem-natureza como uma relação permeada pela totalidade pela contradição. O ser humano, segundo essa concepção, é o sujeito histórico da construção de sua relação com a natureza (TOZONI-REIS, 2004, p. 38).

É importante ressaltar que os ribeirinhos da localidade estudada não se alimentam somente dos recursos naturais fornecidos diretamente pela natureza. Eles plantam e sobretudo criam animais como o porcos, o pato, a galinha, o peru. Estes animais geralmente são criados soltos no terreiro e transitam livremente por outros quintais, (MARCON, 2003). Devido as marés os animais possuem local próprio para se agasalharem no entardecer, e para que seus donos possam conferir se retornaram ou foram roubados, aliás este comportamento de pilhagem está ficando bastante freqüente na comunidade, (FIGUEIRA, 2005). Atualmente a presença de roubo na comunidade se reflete diretamente na floresta, através do roubo de árvores como: as andirobeiras, as

⁶⁴ Molhar o açaí, expressão muito utilizada pelos ribeirinhos, para explicar o processo ao qual o açaí é submetido para poder a polpa da fruta amolecer, como dizem os ribeirinhos, para que a massa se desprenda dos caroços com facilidade. Neste processo esquentam-se a água a uma temperatura de 45° graus, e coloca-se sobre os caroços de açaí. Depois é só esperar uns 10 minutos e partir para processar a fruta, a fim de retirar a poupa. – Informações coletadas na pesquisa de campo- julho de 2007.

ucuúbeiras e principalmente a palmeira do açaí, que é utilizada para retirarem o palmito. Outra modalidade de roubo também praticada na localidade é o roubo por afogamento de animais, bastante utilizado com porcos, pois são animais que emitem muito barulho, então a alternativa utilizada pelos assaltantes é observar o banho do animal, e durante o banho alguém mergulha e puxa o animal para o fundo d' água, o que provocará sua morte por afogamento, esta ação silenciosa, ajuda os assaltantes a executarem seu roubo sem que sejam pegos pelos donos dos animais.

A preocupação das mulheres e dos homens ribeirinhos jubenses em estabelecer relações de sustentabilidades ecopedagógicas com a natureza, sem comprometer o futuro das outras gerações, é uma constante, porque a natureza é a fonte fundamental de vida social, cultural, econômica e ambiental deles. Portanto, a dieta alimentar dos ribeirinhos não se restringe somente ao consumo do açaí, se baseia também no consumo de peixe, entre eles o mapará⁶⁵, frango caipira, carne de porco, camarão, aviú⁶⁶. Além de produtos derivados da mandioca como, farinha, tapioca, tucupi, cruêira, beiju.

Percebe-se através da observação e da fala das pessoas entrevistadas, que a população da localidade da Ilha de Juba, mantém a consciência ecológica, fundada no princípio educativo-ambiental histórico dialético, de que o lugar onde mora possui um grande potencial extrativista, mas que não podem explorá-la exaustivamente, interferindo desumanamente na natureza. Conforme fica evidente ao longo deste texto, que demonstra claramente quais são os produtos oriundos da natureza utilizados cotidianamente na localidade em questão.

Produtos estes, que estão diretamente ligados à cultura tradicional, assim como a identidade cultural e econômica desta localidade, principalmente aquela herdada de seus antepassados índios, negros, brancos, mestiços, que aqui viveram, simboliza a origem dessa e demais comunidades ribeirinhas e precisam ser utilizados de forma

⁶⁵ [...] o mapará (*Hypophytamus marginatus*), peixe símbolo da região [Tocantina] principal integrante da dieta alimentar, que migrou para outras regiões por conta da destruição de seu habitat natural (BARRA & FURTADO, 2004, p. 64).

⁶⁶ Segundo o morador de Juba Benedito Teles, “ [...] o aviú pertence a família do camarão (crustáceo decápodes us., utilizado para alimentação), ele é um camarão miúdo que aparece em toda a costa do Rio Tocantins e de seus afluentes no período entre os meses de julho a agosto. Ele é muito reimoso (expressão utilizada pelo morador, para dizer que pessoas doentes, crianças pequenos, não podem ingerir este animal, pois o mesmo pode despertar outras doenças ao organismo, como alergias), tem que saber preparar, senão ele dá diarreia e vômito.

responsável e racional pelos seus habitantes. Como diria Costa, “[...] a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência tem revelado que o conhecimento das pessoas do local [...] pode ser bastante detalhado” (COSTA , 2006).

Embora a pesquisa nos permita afirmar que a comunidade da Ilha de Juba tem sua base econômica pautada no trabalho extrativista vegetal e animal, um comportamento econômico tipicamente amazônico, que define o modo de vida da população local. Porém, a partir do ano de 1984, com a Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), a região Tocantina começou a enfrentar, os impactos sócio-ambientais, provocados pela formação do lago desta usina hidrelétrica, e as graves alterações ecológicas e econômicas, que esta construção significou para a população ribeirinha da região.

2. O contraste entre o tradicional e o moderno: vivências, hábitos, costumes e bens de consumo.

A população da região Tocantina, em particular a Ilha de Juba, vem adaptando-se às mudanças na sua cultura nativa ao longo dos anos, assumindo comportamentos, hábitos e costumes de outras culturas, reflexo e/ou influência de uma invasão simbólica e cultural, provocada pela imitação de uma sociedade pós-moderna. A qual vai gradativamente interferindo de forma significativa na estrutura do viver que o ribeirinho possui. O qual passa a adquirir e a assimilar pouco a pouco a cultura do outro. Este comportamento social tem deixado de lado as tradições, depreciando e enterrado com os mais velhos a cultura nativa da localidade, devido o “convívio” com outras culturas. Para Stuart Hall, este comportamento social praticado pela comunidade pode ser entendido, a partir da relação que,

[...] Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “ identidades partilhadas” – como “ consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “público” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da a infiltração cultural.

As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “terceiro mundo”, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou rádios portáteis, que as prendem à “aldeia global, (HALL, 2001, p. 74).

Este comportamento cultural elencado pelo autor pode ser sentido na comunidade pesquisada, e em seus moradores. O processo a assimilação e de reprodução de outras culturas, está presente no cotidiano das pessoas da localidade, segundo o entrevistado Marinaldo Teles, “ [...] hoje a vida ficou mais fácil pra nós, nós temos hoje televisão, antena parabólica e até celular pega aqui no Juba. [...] agente aprende muita coisa, hoje as coisa tão muito diferente de antes [...] do tempo dos meus avós”. Todas essas mudanças em relação a questão cultural-histórica, tem contribuído de certa forma, para o processo desvalorização da cultura local, a qual passa a incorporar novos valores e desprestigiar os valores construídos pela comunidade ao longo desses anos. Assim como, a entrada de novas informações na comunidade local, abre a possibilidade de reflexão a cerca de toda a cultura da comunidade, este comportamento poderá despertar, um processo social de valorização e conservação da cultura cabocla.

Desta forma, pode ser observado na fala do referido entrevistado, a importância das informações que a comunidade assimila, elas chegam por meio da televisão ou através de outro equipamento tecnológico presente nas residências. A presente pesquisa revelou que a presença destes novos equipamentos, das novas tecnologias no cotidiano da comunidade jubense está a cada vez mais presente, o que demonstra que 28% das casas visitadas possuem rádio, seja à pilha ou à bateria; 24% das casas possuem televisão, seja de imagem colorida ou imagem em preto e branco; 24% das casas tem fogão à gás, com forno ou somente de duas bocas; 15% das casas dos moradores da localidade possuem antena parabólica. Dos moradores apenas 6%

declararam possuir vídeo cassete e/ou DVD em suas casas e 3% dos entrevistados declararam possuir ferro de passar roupa, seja ele elétrico ou a carvão.

Na imagem 17 é possível perceber que o padrão de vida dos ribeirinhos tem mudado e com ele, sua cultura também vem sofrendo alterações. Porém, embora estes sujeitos tenham assimilado novos elementos a sua cultura, ainda, mantém “velhos” hábitos do viver nativo, tradicional, caboclo (COSTA,2206). Entre esses costumes que ainda resiste está o jogo de baralho, jogado por homens e mulheres, no assoalho da cozinha, regado a risadas e um bom café, na sua maioria das vezes, torrado com erva doce. Este jogo é utilizado em dois momentos importantes, um está relacionado às nas noites de velório, pelas pessoas que ficam durante a vigília do corpo, durante toda a noite. O outro momento é no período da semana santa, como uma maneira de passar o tempo e se distrair da tristeza, uma vez que, é proibido o uso da televisão. Esta proibição propriamente dita, tem haver com o comportamento religioso da comunidade, que nos explica este comportamento é dona Maria da Paz, “[...] agente guarda a sexta-feira santa por que foi o dia em que Jesus morreu.Pra nós é um sentimento. Deus o livre! É como se um parente da gente tivesse morrido também. Então a entrevistada continua seu relato lembrando que a semana santa, é muito parecida ao período de preceito ou luto que as famílias vivem, quando morre um de seus membros, geralmente este período é de uma semana. Para a entrevistada, nestes sete dias a família se recolhe socialmente, não assiste televisão, não faz barulho⁶⁷, não ri exagerado, mas principalmente evita tocar nas plantas, maquina de costura, pois acredita, que esta ação desencadeia danos ao objeto tocado, podemos ver esta afirmação em sua fala, “[...] eu acredito que no período do luto isso acontece, minha cunhada e também minha comadre morreu, as crianças daqui de casa viviam pegando no meu pé de muruci, [...] naquele ano deu bicho na fruta. Esta constatação feita pela entrevista, reforça a fé nesta crença popular, que é presente em todas as famílias da comunidade pesquisa. Ainda há muito da cultura cabocla nesta localidade.

⁶⁷ Pude observar no transcorrer da pesquisa de campo, que as famílias que residem próximo as casas que estão vivenciando o período luto, manifestam um comportamento de solidariedade e profundo respeito à família enlutada, pois não deixam que seus filhos façam barulho alto, não ligam o som. Este comportamento demonstram o nível de consideração e de sentimento das famílias em relação a pessoa que morreu e a seus familiares.



Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Porém, este comportamento tipicamente caboclo, vem sofrendo alterações. O acesso a informação e a assimilação de novos conteúdos, tem acima de tudo contribuído para o processo de mudança de comportamento da comunidade, no que diz respeito a natureza e ao destino que ela vem tendo. O que levanta a preocupação sobre o meio ambiente e o futuro das próximas gerações.

3. O papel da educação para o fortalecimento da tradição.

Segundo informações fornecidas pelo setor de Estatística Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, dados estes referentes ao ano letivo de 2008, o município de Cametá possui 40.150 alunos, regularmente matriculados na rede

pública municipal, desse total, 330 alunos são comunidade ribeirinha da ilha de Juba. Nesta localidade está situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Glicéria Guimarães, a qual atende as seguintes modalidades de ensino como: educação especial, creche, pré-escola, ensino fundamental, abrigando ainda três turmas de o ensino médio modular pertencentes ao Estado.

A escola da localidade está situada as margens do rio Juba, possuindo no seu quadro funcional onze professores, sendo apenas um destinado ao ensino da disciplina história. Além, de um diretor, uma merendeira. Sua estrutura é em madeira, coberta com telhas de barro.

O acesso a escola pelos alunos acontece através de transporte próprio do aluno, ou através do transporte escolar que a prefeitura municipal fornece aos alunos. Um dado relevante diz respeito ao papel da professora em relação aos alunos. Ela mantém uma relação de responsabilidade que extrapola a relação sala de aula, pois ao termino da sua atividade escolar e retornar para a casa no final do dia, alguns alunos retornam com ela, geralmente de rabetá, que ao longo do rio vai parando e deixando seus alunos em suas casas.

Os dados expostos na tabela 03 fazem referencia a uma realidade bastante atual na comunidade pesquisada. Porém, um dado negativo é detectado pela pesquisa, e que é confirmado pelos dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, diz respeito, a porcentagem de crianças e adolescentes que são reprovados no final do ano letivo, este índice chega a 30,99% dos alunos matriculados na escola municipal local - Professora Glicéria Guimarães. Este índice elevado de reprovação levanta a discussão sobre o formato de ensino e aprendizagem que crianças e jovens vem recebendo da escola da comunidade estudada. Este processo de ensino e aprendizagem, segundo Costa, apenas reflete uma “[...] educação bancária, a-crítica, a-histórica, [...] Nas escolas comunitárias das ilhas se percebeu, que não há maior interação entre os sujeitos com base nas práticas e experiências no espaço de ensino e aprendizagem de sua própria realidade e experiência” (COSTA, 2006, p. 206). Este fato contribui para o processo de desestímulo das crianças e jovens em relação a escola e ao método de ensino, onde o professor centraliza as informações, relegando aos alunos a condição de meros espectadores.

Modalidades Educacionais na Ilha de Juba
Ensino Regular

Educação Especial	07 crianças
Creche	24 crianças
Pré - escola	27 crianças
E. Fund.1ª a 4ª Séries	135 crianças
Ensino Fund. 5ª a 8ª Séries	137 crianças
Ensino Médio 1ª a 3ª Séries	73 pessoas
403 pessoas	Total de crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos. Entre eles estão os alunos atendidos pelo Estado nesta escola.

Tabela 03: Estas informações referentes a escola, diz respeito ao número de crianças matriculadas na escola local. – Fonte: Setor de Estatística Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, 2008.

A pesquisa de campo, ao investigar a realidade dos entrevistados acerca de sua escolaridade, constatou que das 48 pessoas entrevistadas na Ilha de Juba, 05 mulheres só utilizam um código lingüístico, neste caso a fala. Estas mulheres foram treinadas para apenas escrever o próprio nome, algumas delas consideram-se totalmente analfabetas.

Na seqüência, temos dados referentes a escolaridade na Ilha de Juba, onde pessoas que tiveram acesso ao ensino fundamental menor, de 1ª a 4ª série, porém, não concluíram seus estudos, cursando apenas as primeiras séries do referido ensino, estas são contabilizadas em 38 pessoas. Foram identificadas pessoas que ingressaram no ensino fundamental maior, de 5ª a 8ª e conseguiram concluir seus estudos, contabilizando o número de 05 pessoas. Há também pessoas que iniciaram o ensino médio e não conseguiram concluí-lo, estas somam apenas 01 pessoas; já as pessoas que deram início ao ensino médio e conseguiram chegar até o final do curso, somam apenas 03 pessoas; quanto as pessoas que ingressaram no ensino superior e que ainda estão

cursando, esta representam cerca de 01 pessoa. Estes dados fazem parte da coleta de dados feita ao longo da pesquisa de campo.

De posse de todos esses dados numéricos suscitam perguntas como, qual a razão de tamanha debilidade escolar? Que motivos poderiam justificar esses resultados educacionais demonstrados nesta comunidade? Contudo, o que a pesquisa encontra enquanto justificativa, na fala dos sujeitos locais, é a grande luta diária pela sobrevivência da família que na maioria das vezes impede este indivíduo de cursar até o final seus estudos; outro fato evidenciado é o da dificuldade de acesso a escola, devido a localização geográfica da região, que em muitos casos impossibilita a ida a escola. Porém, para o Sr. Braúlio Leão, um dos entrevistados, uma das razões deste fracasso, está no papel desempenhado pelos alunos e pela própria escola,

[...] O se eu tivesse dizendo que [a escola] não prestava, eu estava desfazendo e me sentiria um miserável, eu acho assim sofrida né !por que tem professores que não se discuti, mas é que um pouco dos alunos não querem estudar, querem anarquizar a escola e a escola não tem autonomia para bancar a dureza e não deixar anarquizar.

Para o entrevistado tanto a escola, quanto os alunos não estão desempenhando o seu verdadeiro papel, pois os alunos não valorizam este espaço e o investimento público direcionado para eles. Assim como, a escola não exerce a sua função de agente transformador da realidade local por meio da educação. A partir da visão educacional de Ferreira, “ é preciso que a escola ribeirinha encare a forma de luta político-cultural, proporcionando aos seus sujeitos uma atuação responsável e crítica onde [...] se reconstrua o conhecimento, (FERREIRA, 2007, p.42). Assim, no entendimento do entrevistado, falta mais autonomia da escola e uma metodologia participativa, crítica de ensino e aprendizagem para se trabalhar o processo formativo desses jovens. Porém, para dona Maria Benedita, moradora da localidade de Juba, o problema da escola é outro:

[...] ela [escola – professora] não tem uma visão voltada para despertar o interesse dos alunos, para conhecer sua cultura, a sua origem, como surgiu o Juba, a história da comunidade, ela só trabalha o que vem no livro [didático] oferece. [...] eu [aluno] não me reconheço nele [livro didático].

A problemática apontada pela entrevistada destaca uma escola desmotivada, acomodada, sem inovações, bitolada e, portanto, ultrapassada, sem sentido real para a vivência dos alunos. O livro didático passa a funcionar como o único recurso no processo de ensino aprendizagem. Diante desta realidade Mendes, argumenta que, “[...] a escola deve valorizar o conhecimento cotidiano como base cognitiva para que os alunos possam aprofundar seu pensamento [...] organizá-lo como conhecimento escolar” (MENDES, 2004, p.21). Assim, o processo permanente de alfabetização dos saberes das experiências [...], das ciências, entre outras coisas, está baseada na leitura crítica da linguagem dos conteúdos textos e dos contextos empíricos, escolares e acadêmicos, e de suas relações com os outros saberes (CHASSOT, 2003).

A partir dessas reflexões, a entrevistada identifica como um dos elementos responsáveis pelo fracasso escolar tanto dos alunos, quanto da própria instituição educativa, é a não identificação dos alunos. Para ela os estudantes não se sentem parte da escola, não se identificam com os conteúdos estudados em sala de aula, em outras palavras, o que para moradora Maria Benedita, “[...] esta forma de estudo não traz nenhum significado para a vida cotidiana e prática dos alunos e nem à comunidade na qual eles fazem parte”.

É importante compreendermos o nosso espaço no mundo, pois segundo Freire, “[...] Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade” (FREIRE, 1997, p. 86). Temos de entender as razões que nos levam à escola, temos de problematizar as razões de se estudar algo, o para Freire entender, “[...] Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (FREIRE, 1997, p. 86). Informações imprescindíveis para construirmos uma educação de qualidade, que valorize os fatores socioculturais dos indivíduos .

Assim, mesmo com todas as dificuldades e debilidades ressaltadas pelos entrevistados em relação ao ensino, a professora da disciplina história, Maria de Lourdes, ao ser entrevista, afirma:

[...] nós temos uma educação que não está em um porte elevado, mas eu acredito que ela está se desenvolvendo bem, porque nós já temos ex-alunos na universidade, na UFPA, isso nos enriquece, isso é o que nos faz avaliarmos como professor. [...] eu falo muito sobre o nosso meio ambiente, esse meio que deve ser preservado porque mais tarde pode faltar.

A professora da escola da Ilha de Juba diz que reconhece todos os problemas citados acima. Porém, para ela tal reconhecimento não soa como uma confissão de culpa ou aceitação de fracasso, mas sim como reações pertencentes a todo um processo de desenvolvimento, ao qual a educação está exposta. As condições pedagógicas e didáticas dos professores são precárias, diante das demandas por condições de acesso e de permanência com qualidade humana para os alunos das sociedades tradicionais.

Para a professora Maria de Lourdes, 33 anos, essa realidade é compreendida assim, “ [...] não tem oportunidade para trabalhar essas tradições [...] nosso tempo é curto e nosso espaço também, porque para fazermos um trabalho bem elaborado, nós precisamos ter a criança perto, [...] é complicado quando se fala de transporte”. A referida professora afirma que mesmo com as debilidades já apontadas, ainda assim, vários alunos da localidade avançam na vida educacional e profissional, chegando a ingressar em uma faculdade federal, embora enfrentem uma acirrada concorrência. Com esta colocação a professora, tenta justificar os problemas em torno do ensino na localidade. Para Ferreira, “ a escola ribeirinha, [...] deve colocar em ação projetos curriculares nos quais professor e aluno realizem ações fundamentadas em um conhecimento, [...] acerca dos aspectos da sociedade da qual fazem parte (FERREIRA, 2007, p. 42).

É importante compreendermos que para fazermos uma educação diferenciada é necessário levar em consideração as histórias de vida e as linguagens das culturas, entendendo que elas não são homogêneas. Compreender que o currículo escolar, não deve ser visto como um espaço unitário, harmonioso e homogêneo, e sim como um campo cultural de contestação e conflitos, onde a reprodução, produção, resistência e passividade, façam parte dele, (Ferreira, 2007). Pois, a educação deve ser

caracterizada por suas diversidades de sentidos e de significados na vida do sujeito. O que para (FOUCAULT, 2005, p.13) “[...] trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los” (FOUCAULT, 2005, p.13). Nesse sentido, buscar o entendimento da educação como um processo social, onde ela permita o avanço das forças sociais, levando em consideração o acúmulo sociocultural da comunidade, assim como, o fortalecimento humano baseado no conhecimento e nas experiências historicamente construídas por essa comunidade (LEITE,1999, p.92).

As políticas públicas federais, voltadas para a educação das comunidades tradicionais do campo, como a comunidade da ilha de Juba, ainda não estão de fato direcionadas de forma satisfatória para a sustentabilidade ecopedagógica e para a reconstituição das práticas e dos saberes das etnohistórias e das etnociências das mulheres andirobeiras, porque os recursos financeiros são insuficientes, para impulsionar o desenvolvimento socioambiental concomitante ao crescimento econômico das populações ribeirinhas, e, também, porque os currículos escolares instituídos nacionalmente desconsideram as vivências cotidianas locais, plurais e múltiplas, quando implicitamente são o modelo único, uniforme e linear de educação formal aceita como válida e universal (TOZONI-REIS, 2004).

Todavia, as mulheres andirobeiras diariamente vem reconstituindo as suas histórias, as suas narrativas, as suas memórias, as suas representações, entrelaçadas às relações com a natureza, com as águas, com as florestas, com as terras, ou seja, com as inter-relações homem-natureza, como princípio educativo-ambiental sustentável histórico dialético e dialógico docente-discente.

4. Preocupações com o meio ambiente e a inserção em movimentos sociais organizados.

Diante das preocupações com a devastação do meio ambiente e da crescente pobreza da população da região Tocantina e da localidade de Juba, a população dos municípios atingidos pela barragem começa um processo de luta e de participação em movimentos sociais. Movimentos estes criados a partir da segunda metade da década de 1980, estendendo-se por todos os anos de 1990. Este momento histórico da região ficou marcado pelo movimento dos trabalhadores rurais, vítimas dos prejuízos provocados pela barragem de Tucuruí (SOUSA, 2002).

O Movimento em Defesa da Região Tocantina - MODEST, como foi denominado – reuniram os municípios de Mocajuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru, todos enfrentando problemas em relação aos impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Esta população teve como principal apoiadora a Igreja Católica. O referido movimento, que ficou conhecido como “atingidos pela barragem de Tucuruí”, veio quebrar, e por que não dizer, romper as amarras com os paradigmas políticos historicamente construídos pelas elites da região. Conforme se pode constatar no relato do senhor Marinaldo Teles, morador de Ilha de Juba:

[...] há uns 20 anos atrás, agente já tinha um movimento de preocupação com a poluição de nossa água. [...] O movimento da igreja [Católica], que já lutava em favor dos ribeirinhos da região, a questão [estava] na construção da barragem de Tucuruí, que ela prejudicaria muito a água, por que nós somos consumidores aí do rio.

Este movimento ao qual o morador se refere, é o movimento dos povos ribeirinhos pertencentes a região Tocantina. Na ocasião, um dos objetivos dos trabalhadores era fazer a ELETRNORTE, indenizar as populações atingidas pelos

impactos negativos ao meio ambiente e a economia desta região, em virtude da implantação da barragem (CASTRO, 1989).

A participação dos moradores da Ilha de Juba nos movimentos sociais organizados está relacionada às entidades, que pautam seus objetos na causa dos povos das águas, primando pelo desenvolvimento sustentável e solidário, desta região do nordeste paraense. Sem deixar, no entanto, de entender que os atores sociais beneficiados nesse processo são os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadores e pescadoras, donas de casa, aposentados, crianças e jovens, que almejam uma melhor qualidade de vida.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, assim como a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, vem acompanhando e mobilizando as lideranças sindicais das ilhas, a se organizarem na luta por seus direitos enquanto cidadãos. Através dos dados da pesquisa foi possível observar que estas instituições vêm aglomerando cada dia mais associados e entre eles, a mulheres vem gradativamente ocupando o seu espaço nas discussões socioambiental desta região.

No decorrer da pesquisa foram analisadas Fichas de Filiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Cametá, assim como as Ficha de Filiação da Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cametá, com a finalidade de identificar a presença das mulheres da localidade da ilha de Juba nestas instituições. Os dados da pesquisa apontaram que no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá 231 pessoas da localidade pesquisada são associadas nesta instituição, sendo 115 mulheres, na faixa etária de 18 a 92 anos. Quanto as 296 pessoas da ilha de Juba, associadas à Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cametá, 116 são mulheres na faixa etária entre 21 a 58 anos.

Entre as vantagens fornecidas as usuárias por estas instituições está: a declaração à associada comprovação que as mesmas são trabalhadoras do campo ou pesadoras. Esta declaração é fundamental para a processo de aposentadoria dos associados. Outro benefício bastante solicitado pelas associados é o auxílio maternidade. No caso da Colônia dos Pesadores as mulheres cadastradas também

recebem o seguro defeso⁶⁸, fornecido pelo Governo Federal, através do Ministério da Meio Ambiente, no período do defeso ou seja, nos meses em que a pesa é fechada nesta região, para garantir a reprodução de algumas espécies de peixes, como o mapará⁶⁹. Outras vantagens foram também relacionadas, como a luta por linhas crédito e de financiamento nas agencias bancárias, para investimento em suas propriedades; Além de cursos de formação em remédios caseiros, piscicultura, criação de abelhas, cursos que acontecem sempre em parceria com a Associação Paraense de Apoio as Comunidade Carentes - APACC e o Centro Miriti de Assessoria às Mulheres - CEMAM, IPEDE e outras organizações, seja locais ou estaduais. Quanto a outras instituições presentes na localidade de Juba, aparece o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Profissional do Estado do Pará, com 1% de associados.

Estas instituições os representam e garantem que suas reivindicações e seus direitos sejam ouvidos, embora em parte, sejam respeitados pelo poder público e pela sociedade. É válido dizer que muito da força dessas organizações veio do apoio recebido pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

O Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE articulou um desses momentos de discussão com o poder público, organizações não governamentais e governamentais e as mulheres andirobeiras, detentoras dos saberes e das práticas do beneficiamento do azeite de andiroba. Este momento político objetivava mobilizar o poder público, tanto o legislativo, quanto o executivo a fim de sensibilizá-los em torno da causa das mulheres, que lutavam pela conservação de seus saberes e práticas, fruto do acúmulo e da herança cultura de seus antepassados.

Entre as discussões, destaca-se aqui o II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais, que teve como temática: “Valorizando a cultura das mulheres

⁶⁸ O Sistema Nacional de Emprego, com delegacia em cada estado da federação. O SINE órgão do Ministério do Trabalho e é o pagador do seguro defeso dos pescadores artesanais. Para caracterizar esse direito vários órgãos do governo são envolvidos, o que gera grande ineficiência do sistema. Primeiro o Ibama tem que emitir a portaria definindo o período de defeso para cada bacia [hidrográfica]. Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, tem que comprovar que o cidadão exerce a profissão e que não tem nenhum impedimento para acessar o benefício. Terceiro: O – Ministério de Trabalho e Emprego - MTE, após consultar a previdência social, autoriza o pagamento.

⁶⁹ Período de defeso é a época de desova das principais espécies de peixes migradores. Para cada bacia ou região tem um período que é definido em portaria do Ministério do Meio Ambiente. Na região de Cametá é de 01 de novembro a 28 ou 29 de fevereiro. (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006)

extrativistas, para um mundo mais justo e solidário”, o evento aconteceu no mês de Fevereiro de 2007, na Casa Familiar Rural, reunindo aproximadamente 70 participantes de diversas ilhas do município de Cametá, além de instituições governamentais e não governamentais.

O II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais – “Valorizando a cultura das mulheres extrativistas, para um mundo mais justo e solidário”— contou com a participação do representante do ministério do Meio Ambiente, Deputado Airton Faleiro, Deputado Valdir Ganzer, IBAMA do município de Cametá, Câmara dos Vereadores de Cametá, Vereador Luis Gonzaga da Cruz (PT), BASA, SAGRI, cooperativa CART, Prefeitura Municipal de Cametá. Além da presença das mulheres andirobeiras e extrativistas, que representavam suas localidades de origem. Dentre elas destacam-se a Sra. Dinair Gaia (Ilha de Paruru de Cima), a Sra. Socorro Teles (Ilha de Juba), Sra. Benedita Furtado (Ilha de Juba), Sra. Eliana (Santana, localidade que faz extrema com o município de Mocajuba), e demais mulheres, representantes de movimentos sociais, como a Sra. Waldirene Cruz (STTR- Cametá).

O principal objetivo deste evento foi provocar a discussão sobre o projeto de beneficiamento de óleos vegetais de espécies florestais, existentes no município de Cametá, dentre os quais se encontra a andiroba. Da mesma forma, sensibilizar as esferas de poder, presentes no seminário, com a finalidade de poder proporcionar uma séria discussão sobre os recursos naturais da região, visto que a cada dia estão sendo exauridos, buscando, assim, encontrar alternativas econômicas, principalmente, no que concerne a geração de trabalho e de renda para as comunidades tradicionais, a fim de evitar que as mesmas, lancem mão dos recursos naturais florestais, sem nenhum manejo, comprometendo cada vez mais o processo de sustentabilidade da região do Tocantins.

Dentre as temáticas discutidas no II Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativistas produtoras de óleo de Andiroba da região Tocantina, destacam-se as palestras do Deputado Estadual (PT) Airton Faleiro, que abordou as Políticas Governamentais de Incentivo ao Extrativismo Florestal, dando uma maior visibilidade ao trabalho das mulheres produtoras do óleo de andiroba, ressaltando a importância delas na cadeia produtiva e no fortalecimento da agricultura familiar desta região. Após este momento de reflexão coletiva a Socióloga e Coordenadora do IPEDE,

Aida Maria, em uma palestra, deu foco ao potencial extrativista da região Tocantina e o Projeto de Beneficiamento de óleos Vegetais (IPEDE, 2003).

As mulheres extrativistas do município de Cametá, fundamentalmente, da localidade da Ilha de Juba, também fizeram parte de forma ativa do II Seminário das mulheres andirobeiras da Região Tocantina, com a finalidade de debater com o poder público, e com outras instituições presentes no evento, os rumos que a sua atividade de extração do óleo de andiroba vem tomando ao longo dos anos. Levantando a necessidade de conscientizar a sociedade e o poder público para a defesa de seus saberes e de suas práticas, fonte de suas sobrevivências e, sobretudo, do meio ambiente em que vivem. Tal preocupação também foi externada durante o referido evento por uma moradora da comunidade remanescente de quilombo de Santana, município de Cametá: “ [...] a conscientização sobre o valor da andirobeira é de extrema importância e medidas como reposição das árvores devem ser implantadas urgentemente nas comunidades” (ELIANA MACHADO, apud IPEDE, 2003). Estas palavras denotam a preocupação que essas mulheres têm com o meio ambiente, mas também com o elemento fundamental de suas práticas e de seus saberes, a árvore de andirobeira, um dos elementos responsáveis pela segurança alimentar de suas famílias e da própria comunidade.

A constante luta travada cotidianamente pelas mulheres desta região, em defesa de seus direitos e pelos direitos de sua comunidade, vem tomando corpo e ganhando novos aliados nos cenários municipais, estaduais e na própria esfera federal. Embora as mulheres que trabalham na extração do óleo de andiroba, não estejam unidas em uma cooperativa ou até mesmo em uma associação direcionada a prática de extração do azeite de andiroba, ainda assim, se fazem ouvir e exercem seu papel social, político e ambiental, atuando coletivamente na luta pela conservação e valorização de seus saberes e de suas práticas cotidianas que envolvem o processo de extração do azeite. Estas mulheres pautam suas lutas e resistências na firme consciência da construção de um ambiente local, que respeite seus saberes, suas vivências, estabelecendo uma relação com a natureza pautada no respeito, preservação e sobretudo na conscientização, tanto dos recursos naturais, quanto de todo o conhecimento que este lhe proporciona. Pois, o meio ambiente, representa para essas mulheres e suas famílias, espaço indispensável para a sobrevivência de sua gente e de seus saberes e práticas.

5. A relevância da presença da mulher na extração do Óleo de Andiroba.

Segundo informações do último censo populacional feito no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), o número de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias aumentou consideravelmente. Esta realidade também está ocorrendo na Amazônia Legal, também está ocorrendo. Entre essas mulheres estão trabalhadoras rurais, pescadoras, extrativistas, parteiras, entre outras. As quais assumem suas próprias lutas, ao lado de seus companheiros, filhos. As extrativistas do óleo de andiroba ocupam a terra de onde extraem recursos naturais e começam a beneficiados tais recursos, melhorando a renda familiar e de sua comunidade, contribuindo assim, para o processo de conservação da floresta. Para Lígia Simonian, “ Estas mulheres tem logrado avançar em suas lutas por melhores condições de vida, através da melhoria de produtos extraídos da floresta e de sua comercialização e, mais recentemente, pela entrada na educação formal, que às vezes, inclui a ambiental (SIMONIAN, 2001, p. 50)”. O fortalecimento das discussões em torno da natureza e a definição de novos rumos para o desenvolvimento sustentável⁷⁰ amazônico está evidente na presença na feminina nas atividades de trabalho do cotidiano (GTA 21, 2001).

O tempo e as atividades relacionadas ao trabalho das mulheres extrativistas e andirobeiras de Juba é organizado a partir dos espaços casa e floresta, ou mato chamam cotidianamente. Sendo que o espaço casa se subdivide em: responsabilidades com a casa em si, com idosos e criança, criação de animais, cultivo de plantas medicinais, preparo de remédios, entre outras atividades pertencentes aos afazeres de casa. Em relação ao tempo floresta, na maioria das vezes acontece quanto seus companheiros, filhos estão fora, além dos trabalhos rotineiros elas assumem os dois espaços. Se embrenhando na floresta em busca se sementes, cascas, cipós, lenha,

⁷⁰ O Desenvolvimento sustentável acontece o crescimento de uma comunidade de forma organizada, e todos podem estudar, ter boa saúde, trabalhar e receber de maneira justa, utilizando bem os recursos da natureza. Para isso acontecer, é necessário mudar a forma de cultivar a terra, de utilizar a água, tirando do meio ambiente somente o necessário para uma vida saudável. Essa é uma forma de desenvolvimento de países e comunidades sem destruição do meio ambiente e com maior justiça social, sem comprometer o direito das futuras gerações também utilizarem os recursos naturais, (GTA, 2001, p.39).

frutas. Nos igarapés quando a maré baixa, para retiram os matapis⁷¹ que foram colocados na maré anterior a fim de capturar camarão e pequenos peixes. Fazem tapagem do igarapé com ajuda dos filhos mais novos em busca de pequenos peixes para o consumo das famílias (FIGUEIRA, 2005), (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002).

Entre as atividades de casa desempenhada pelas mulheres é importante ressaltar a atividade de lavagem de roupa, pois esta atividade é feita a céu aberto, de modo mais tradicional, onde as roupas são levadas ou para o igarapé que corta a propriedade ou no rio principal que passa em frente a residência, esta ação justifica pelo fato das casas não possuírem sistemas de encanação, ou qualquer forma de bombeamento da água do rio para casa. Nesta atividade muitas das mulheres utilizam durante a lavagem o sabão de andiroba⁷². Quando estas mulheres encontram-se menstruadas ou de parto costumam trazer água do rio ou igarapé para o jirau de suas casas para executarem esta atividade. Esta mudança na rotina da doméstica ocorre em virtude do receio que as mulheres demonstram ter do boto⁷³ e de seus encantamentos. Isto por que na localidade acredita-se que o boto transforma-se em uma entidade encantada que malinam com as mulheres. Segundo Pinto,

[...] o sangue menstrual e do pós-parto assume uma espécie de elo simbólico que desperta o interesse das “ coisas do encantado”, principalmente do boto, já que nesses períodos o sangue da mulher se expõe, ganha visibilidade, e por ele, a mulher fica mais atraente e desprotegida para o ataque das forças do invisível, como, por exemplo, do boto, que, pelo sangue, entra em contato com a mulher, já que suas ligações amorosas são ativadas pelo sangue, durante as relações sexuais, (PINTO,2004, p.199 - 200).

⁷¹ O matapi é uma armadilha de pesca feita de talas de palmeiras amarradas com cipós, mede aproximadamente um metro de comprimento por 70 cm de diâmetro. O pescador deixa as armadilhas durante a noite, isto é, dependendo da maré pode também ser colocado durante o dia, e, ao amanhecer, vai tirar ou “revistar”, (PINTO,2004, p. 200).

⁷² Segundo dona Ivanildes, o sabão de andiroba é composto: sebo animal, cinzas da casca da fruta do cacau, óleo de andiroba endurecido, folhas de uma planta chamada oriza, folhas de urtiga cheirosa e solda cáustica. Ele é utilizado na lavagem de roupa, mas também é recomendado para o tratamento de coceiras na pele. – Dados da Pesquisa de Campo – maio de 2007, Ilha Juba – Cametá –PA.

⁷³ Segundo Benedita Celeste, “O boto é um cetáceo platanídeo marinho de água doce. Quando adulto pode alcançar mais de dois metros de comprimento e aproximadamente 80 cm de diâmetro. [...] (PINTO,2004, p.199 - 200).

Para as pessoas mais antigas da comunidade de Juba, o boto ao simpatizar com uma mulher, não leva em consideração se ela é moça donzela ou mulher casada. Ele simplesmente enamora a mulher e a partir de então passa a perseguir sua escolhida. A mulher escolhida passa a manifestar um comportamento físico e psicológico diferente, manifestando tristeza e profunda palidez. Para que a mulher não enlouqueça ao encantamento do boto é preciso que ela seja tratada à tempo por um experiente, uma espécie de pajé. Porém, se a família não procurar um tratamento rapidamente, ela poderá até morrer. Por essa razão as mulheres da localidade previnem-se contra os encantamentos do boto, evitando o contato com direto com ele. Sendo assim, executam suas atividades no período menstrual de forma mais cautelosa e recatada, no interior de suas casas.

A atividade doméstica de lavar roupa nos remete ao trabalho das lavadeiras, na Escócia do século XVIII, e a importância desse trabalho. O qual, serviu de contribuição para a criação da indústria de branqueamento do linho. Assim, também, o trabalho das mulheres extrativistas em torno da extração do óleo de andiroba, aqui na Amazônia, tem despertando o mercado das indústrias de cosméticos (shampoo, óleos aromáticos, sabão líquidos e em barra, velas, etc) e das farmácias que trabalham com remédios fitoterápicos (MACEDO, 1981).

As mulheres da floresta⁷⁴ ocupam um espaço significativo em todo o processo de extração do azeite de andiroba, pois cabe a elas todas as etapas dessa atividade, mesmo as mais perigosas como a etapa do cozimento das sementes. Algumas mulheres nesta etapa recebem ajuda de seus maridos e/ou filhos, nesta tarefa, principalmente, para retirar o tacho cheio de semente de andiroba cozida do fogo. Este trabalho é tão árduo a ponto de algumas entrevistadas como dona Maria do Socorro o definir da seguinte maneira,

⁷⁴ “Dentre as mulheres da floresta podem estar incluídas as indígenas, as caboclas e as quilombolas, especialmente por seu envolvimento com as atividades de coleta, caça e pesca voltadas para a subsistência familiar, ou na economia extrativista voltada para o mercado. Tais mulheres intervêm no ambiente via produção agro-florestal e ainda [...] mantêm toda uma relação mítico-espiritual com os ecossistemas florestais, ribeirinhos, [...]. Essas mulheres conhecem, exploram e utilizam os recursos naturais no seu cotidiano, comercializam-nos e empenham-se em sua preservação, (SIMONIAN, 2001, p. 109)”.

[...] nem pense dona, esse trabalho é muito sacrificoso, perigoso; agente tem sempre que tá prestando atenção, pra não pisar num bicho, pra num ser batido por cobra; e o pior é quando agente vai cozer as amêndoas; agente tem de esperar a água baixar, aí nós vamos arrumar a lenha pra fazer o fogo, é muito difícil, porque o terreiro tá molhado, o fogo demora pegar pressão; agente tem de tá mexendo as sementes pra elas cozerem igual, aí agente pega aquele imenso calor do fogo, quiete! É muito trabalho! Muita das vezes pra vender o óleo bem baratinho, quase de graça.

O processo de extração do óleo de andiroba, de acordo com a fala da informante é um trabalho muito difícil e sobretudo, perigoso. Observou-se durante a pesquisa que as mulheres que fazem desta atividade, na sua maioria não possuem os equipamentos adequados como luvas apropriadas para o calor, botas, panelão para executar tal tarefa. Muitas vezes elas tomam emprestado de suas comadres ou vizinhas objetos como o tacho, onde é feito o cozimento das sementes. Devido a tantas dificuldades, as famílias que extraem o óleo de andiroba costumam reunir outras famílias em torno dessa atividade de beneficiamento, numa espécie de convidado ou mutirão. Segundo dona Maria do Socorro, “ [...] essa atividade reúne vizinhos, compadre, comadre, parentes e amigos, geralmente acontece na casa de alguém que estila muito óleo”. Ou seja, uma quantidade acima de 500 quilos de sementes. Segundo dona Maria Maíde, essa atividade acontece geralmente à noite, quando todos estão livres para ajudar. Para Figueira, nesta ocasião as pessoas aproveitam para conversar e, conseqüentemente, estreitar os laços entre as famílias convidadas (FIGUEIRA, 2005).

Atualmente, esta prática de convidado está passando por transformação na comunidade, devido a fatores como: a gradativa diminuição de pessoas que retiram o óleo de andiroba, associado ao fator econômico relacionado ao valor do produto no mercado e o grau de dificuldade de se obter o produto final, o óleo de andiroba. Estes seriam segundo os informantes, as razões principais que estariam contribuindo para o processo de diminuição da prática do convidado.

6. O destino comercial da andiroba: sementes e óleo.

No transcorrer da pesquisa em torno da andiroba constatou-se que os produtos oriundos dessa espécie fazem parte da economia doméstica, entrando no orçamento da família. Os extrativistas do óleo de andiroba comercializam este produto de forma diferenciada. Alguns vendem somente as sementes, outros vendem as sementes e o óleo, outros porém, vendem as sementes, o óleo e os derivados do produto final, como é o caso do sabão feito a base de óleo de andiroba. Dentre os que comercializam esses produtos estão: as pessoas da comunidade estudada e os comerciantes que estão situados ao longo do rio, alguns extratores vendem na feira livre de Cametá, outros na feira livre de Mocajuba, alguns vendem a sua produção em Belém do Pará.

Porém, na maioria dos casos os extratores e coletores utilizam o antigo sistema de troca de produtos, pode-se constatar essa informação a partir do relato da moradora Maria Maíde, que ao lembrar-se de sua infância diz: [...] eu ia juntar no mato com a minha mãe, ela me levava, quando agente vinha do mato ia vender na venda [pequeno taberna], aqui mesmo no rio, pra comprar alimentação; agente juntava ucuúba, azeite; agente ia toda de manhã no inverno. A fala da moradora reflete uma realidade ainda presente atualmente na comunidade, onde as famílias juntam as sementes de andiroba e trocam por café, açúcar, biscoitos e até óleo diesel, (FIGUEIRA, 2005). Esta atividade de troca acontece nas pequenas mercearias distribuídas ao longo do rio.

Neste processo de negociação/comercialização, os extratores e coletores das sementes de andiroba, sempre saem perdendo, pois os donos das mercearias, estipulam um valor que querem para o produto, seja este, o de compra, seja o de troca, configurando assim uma espécie de subordinação/dominação, pois faz com que tanto coletores, quanto extratores fiquem “reféns” de suas decisões comerciais. Outro processo bastante corriqueiro na localidade é denominado de azeite de “meia” ou seja, neste tipo de negócio o dono da venda entra com as sementes e o extrator com todo o trabalho. Ao final de todo o processo de extração o óleo é dividido em partes iguais. Sendo que a parte que cabe para o extrator muitas vezes é retirada em alimentos e outras

mercadorias, o que acaba configurando prejuízo para quem extraiu o óleo, (FIGUEIRA, 2005, p.86).

A pesquisa identificou alguns problemas que afetam diretamente a relação do produto e da comercialização do óleo de andiroba, foi possível através da observação, localizar os principais problemas desta relação que as mulheres extrativistas da Ilha de Juba, enfrentam em relação a venda e a própria agregação de valor ao óleo. Estes entraves na comercialização acontecem devido a falta de qualificação da mão-de-obra, que vai desde a baixa qualificação profissional das mulheres, até a ausência de organização comunitária. A falta de materiais para a higienização do produto, embalagem e local adequado para guardar o estoque afetam o produto final e conseqüentemente a entrada do produto no mercado e sua comercialização, torna-se bem mais difícil e muitas das vezes inviável. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres e do óleo para a comunidade local. A atividade de beneficiamento do óleo acontece sem um planejamento e sem quase nenhuma estrutura.

Segundo Figueira, a empresa BRASMAZON, de propriedade de dois engenheiros químicos, pertencentes a Universidade Federal do Pará, teve sua fundação na década de 90, mas especificamente no ano de 1995, seu principal objetivo era desenvolver produtos acabados, a partir de óleos vegetais, entre eles o de andiroba. Também funciona como exportadora de óleos amazônicos. O óleo que esta empresa produz é encaminhado para São Paulo, Europa e Japão. Sendo ainda vendida para o centro-sul do Brasil (FIGUEIRA, 2005).

Esta empresa tem a sua atuação em vários municípios do Estado Pará, entre eles Cametá, de onde compra quase a totalidade das sementes de andiroba. A cerca de três anos, a BRASMAZON, foi vendida para grupo Beraca-Sabará, passando posteriormente a ser chamada de Beraca- BRASMAZON. Quando a empresa não consegue absorver a demanda de amêndoas, há uma queda considerável no preço das sementes e conseqüentemente no óleo. A empresa utiliza como seus intermediários nesta compra os próprios comerciantes da localidade. Não havendo uma relação de proximidade entre a empresa e os coletores de sementes. O que acaba alimentando o mercado do aviamento, fazendo com que tantos os extratores, quanto os coletores das sementes contraiam dívidas no comércio local.

7. A tradição ameaçada.

A comunidade ribeirinha da Ilha de Juba, vem ao longo dos anos enfrentando a resistência das gerações mais jovens em relação a prática de extração do óleo de andiroba. Apesar desta prática fazer parte da cultura cametaense, muitas pessoas estão deixando de fazelá-la. A maior parte dos adolescentes e jovens dessa comunidade, estão traçando outras perspectivas para as suas vidas, portanto, não demonstram interesse por esta prática, tal comportamento também pode ser justificado pelo viés econômico. Segundo a moradora Rute Teles,

[...] uma das causas da diminuição da prática da andiroba, é a falta de andiroba, não tem quase na mata e também a força de vontade das mulheres, porque elas tem outros meios de ganhar, aí elas largaram de mão; os projetos do governo tão ajudando as famílias, a bolsa escola, a bolsa família; elas não tem tanta necessidade de trabalhar com aquilo [a extração do óleo]; aí elas param né.

Esta realidade que a alguns anos vem permeando o universo das mulheres andirobeiras, tem a cada ano tomado espaço e força, principalmente entre os jovens e as mulheres da localidade pesquisada. Porém, na fala da moradora outros elementos são levantados, para justificar todo o processo que vem ocorrendo em torno desta prática secular; um deles está diretamente relacionado ao auxílio que as famílias recebem dos programas do Governo Federal; outro está diretamente relacionado a retirada das árvores de andiroba na localidade. O que ocasiona a escassez de sementes e conseqüentemente a diminuição da prática de extração do óleo de andiroba.

Em relação a situação, que está ocorrendo na Ilha de Juba, alguns moradores, por conta própria decidiram trabalhar de forma diferente em relação a floresta, é o que nos explica dona Maria Maíde,

[...] agente cuida muito bem da floresta; agente não deixa tirar as árvores; o pessoal viu que nós temos um terreno e o pessoal da serraria, fica atentando pra gente tirar a madeira, eu digo que eu ainda não quero vender; deixa está a madeira na mata, se agente vender; agente acaba com a floresta.[...] eu vou deixar pra reserva e eu quero deixar para meus filhos também.

A mudança de comportamento de alguns moradores da comunidade ribeirinha, reflete o grau de preocupação e o nível de consciência que as pessoas vem desenvolvendo ao longo desses anos. Esta consciência é fruto de vários fatores socioculturais vivenciados pela comunidade. Fato estes, que vão desde a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí e todos os impactos negativos provocada por esta ao meio ambiente, o que representou uma alteração significativa na qualidade de vida da população ribeirinha. Assim como o processo de formação que a população da região das ilhas e zona rural receberam das comunidades eclesiais de base.

Atualmente o desafio que a prática de extração do óleo de andiroba enfrenta, é manter-se viva, presente no cotidiano da comunidade, apesar dos obstáculos existentes, como nos lembra a moradora Rute Teles, a falta de árvores de andiroba, pouco presente na mata, a falta da força de vontade das mulheres, a presença dos projetos do governo como a bolsa escola, a bolsa família, o baixo valor agregado as sementes e ao óleo, os perigos que envolvem essa prática. Assim como as novas perspectivas traçadas pelos jovens em relação para a sua vida. Todos esses fatores tem contribuído ao longo dos anos para que a prática de extração da andiroba esteja gradativamente sendo diminuída. Porém é importante salientar que o papel das mulheres andirobeiras em relação a estas práticas, representa a resistência e a continuidade desses saberes tradicionais, como se pode compreender na fala de dona Rute Teles quando diz: [...] a minha mãe tirava azeite, aí ela morreu! E eu fique tirando azeite no lugar dela”.

Para os mais velhos é frustrante saber que os saberes e as práticas que gravitam o universo de extração do óleo de andiroba, podem vir a ser diluídos e até se perder, desaparecendo com os mais velhos da comunidade. Uma vez que esta atividade exige de quem a pratica movimento rápidos e precisos, como andar na mata, se agachar, carregar peso, entre outras atividades, consideradas pesadas pelos mais novos. Por outro

lado, temos a mudança de comportamento dos mais jovens em relação a esta prática tradicional, herdada dos índios e transmitida oralmente de geração a geração. O que os motiva a esse comportamento, são as novas expectativas do mercado de trabalho. Os jovens estão reinventando o seu comportamento sociocultural.

A população da Ilha de Juba, mesmo com todos os problemas que enfrenta vem a cada dia lutando pela conservação e preservação de suas memórias, seus saberes e suas práticas, reafirmando sua cultura e seu modo de vida construídos historicamente. Tal realidade pode ser constatada através da fala de uma das crianças entrevistadas ao longo da pesquisa, “[...] eu gosto de ir pro mato com a mamãe catar o azeite [as sementes de andiroba], agente entra no mato e ela vai me ensinando o nome das plantas, dos bichos, eu gosto⁷⁵”. É, portanto, na prática do cotidiano que o aprendizado vem se sendo repassado e consolidando entre a população tradicional das Amazônias.

⁷⁵ Laura, 10 anos de idade, trata-se de um pseudônimo, uma forma de proteger a identidade de um dos entrevistados durante a pesquisa, seu nome verdadeiro constará na relação de fontes orais, porém sem a identificação pela idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar algumas possibilidades de estudo a cerca da historicidade da população ribeirinha da região do Baixo Tocantins, região das ilhas, tendo como um dos propósitos reconstituir os saberes e as práticas socioculturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba, na Ilha de Juba.

A pesquisa teve como base teórica autores ligados a história social e a história oral, como P. Thompson, S. Hall, M. Foucault, M. Certeau, R. Williams, entre outros, os quais ajudaram compreender, que os saberes e as práticas cotidianas das mulheres andirobeiras da Ilha de Juba, assim como sua cultura, fazem parte das experiências socialmente construídas no convívio destas mulheres com diferentes sujeitos histórico- culturais. Na opinião Williams, para compreendermos esse processo cultural temos que entender o,

[...] processo social constitutivo, que cria 'modos de vida' específicos e diferentes que poderiam ter sido aprofundadas de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato e unilinear. (WILLIAMS, 1979, p.25).

Desta forma, procurei construir o presente trabalho a partir das análises de autores que trabalham a realidade social da Amazônia brasileira, dando destaque aos estudos que analisam as mulheres e suas práticas cotidianas, como Wolff, Simonian, Pinto, Acevedo, Angelin, entre outras. Contudo, ressalto que a produção historiográfica acerca da história social das classes menos privilegiadas e, principalmente, a respeito das mulheres são bastante escassas na região Tocantina. Segundo Pinto (2004, p.23),

[...] a história oral tem sido útil, cúmplice e necessária na reconstituição de saberes, experiências, improvisações e lutas cotidianas vividas no âmbito de uma cultura onde a oralidade predomina. Dessa forma, os relatos orais, mediante a memória e as histórias de vida tornaram-se as fontes principais.

O objetivo deste estudo foi, sobretudo, registrar e reconstituir os saberes cotidianos das práticas sócio-culturais produtivas das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da localidade de Juba, bem como analisar o contexto histórico das práticas dos saberes cotidianos das mulheres jubenses, com seus significados, a partir da escuta dos relatos, das falas e das histórias de vidas dos sujeitos locais. Assim,

[...] dar voz aos que a tem sufocada por aquelas outras vozes que, à custa de tanto se fazerem ouvir, abafam todas as demais. É o caso do método da história oral que normalmente se usa onde melhor se pode contar e escutar: entre os analfabetos, marginais e excluídos. O social não se resume àquilo que nos é dado com maior tangebilidade ou visibilidade. Mas para descobrir esse outro social submerso impõe-se desafiar as convencionais e persistentes 'hierarquias de credibilidade'. As falas do senso comum trazem um saber. [...] São locatários de um conhecimento cuja propriedade oferecem a quem desse saber queira saber: através de entrevistas, história de vida, observação participante (PAIS, 2003: 134).

A comunidade ribeirinha de Juba, a partir de sua necessidade, desenvolveu ao longo desses vinte e nove anos, de existência da usina hidroelétrica de Tucuruí, novas estratégias de sobrevivência e reprodução social. Com a falta de peixe e camarão, uma das alternativas encontradas pela comunidade ribeirinha foi a venda de árvores da floresta e de palmito de açai. Este comportamento tem ficado a cada dia mais visível na comunidade, revelando um retrato triste e perigoso para a reprodução da vida na Ilha de Juba, pois representa uma dupla ameaça para os extrativistas da localidade, que trabalham com a prática de extração artesanal do óleo de andiroba. A primeira ameaça, diz respeito ao açai, alimento fundamental da dieta alimentar da comunidade. A segunda, está relacionada a venda de árvores, entre as mais procuradas para a compra, está o pé de andiroba.

A pesquisa demonstrou que as mulheres apresentam uma preocupação maior em manter a floresta em pé. Para elas é necessário guardar, fazer reserva das plantas que estão no mato. Para as mulheres a floresta precisa ser poupada para que as gerações que estão vindo possam ter e conhecer as plantas e os animais e fazer uso deles para a sua sobrevivência. Portanto, as mulheres assumem o papel simbólico de guardiãs, pois estão vendo a tradição de extrair o óleo de andiroba ameaçada, devido a retirada indiscriminada dessa espécie florestal.

Entre as alternativas de sobrevivência, que a algumas pessoas da comunidade vem tomando, destaca-se a criação de peixe em cativeiro, atividade esta cada vez mais difundida entre as famílias da localidade pesquisada, e que serve para o consumo da família. Porém, ainda é muito grande a relação de dependência em relação a natureza, no que se refere aos produtos extraídos do rio e da floresta. Outro comportamento que vem tomando espaço nas discussões e decisões dos moradores é o processo de conscientização em relação a preservação das árvores, em especial as de andiroba. Pois, devido a falta de sementes de andiroba e, conseqüentemente, do óleo, algumas famílias estão reavaliando o comportamento comercial em relação a planta.

A pesquisa diagnosticou algumas limitações em relação a produção e a comercialização do óleo de andiroba. Da mesma forma, foi possível observar, que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres extrativistas da Ilha de Juba, vão desde a pouca qualificação profissional até a ausência de organização comunitária, falta materiais para a higienização do produto e equipamentos que acelerem o processo de extração do óleo, embalagem da produção, o que irá afetar o produto final e conseqüentemente a entrada do produto no mercado e sua comercialização. Além disso, falta uma maior compreensão do papel social e histórico dessas mulheres. Para Pinto, a mulher rural “é uma artista da vida, porque em meio a todos os sacrifícios e sofrimentos da vida dura de trabalho que vive, faz do seu cotidiano uma escola de onde constantemente se constrói e acumula saberes consagrados nas suas experiências de vida” (Pinto, 2004, p.130).

Em relação aos jovens e o seu aparente distanciamento da prática de extração, a pesquisa constatou que, além da escassez das sementes de andiroba, o baixo valor no mercado, as relações comerciais, os jovens também tem de conviver com dificuldade em relação ao acesso ao ensino na localidade. O que torna o processo de migração do jovem da ilha para a realidade da cidade, onde novas perspectivas são geradas

e alimentadas. Todos esses fatores estão contribuindo para o processo de diluição da cultura extrativista do óleo de andiroba.

A comunidade jubense tem lutado incansavelmente para a valorizar os saberes cotidianos provenientes de suas práticas e vivências historicamente construídos especialmente pelas mulheres, homens, crianças, jovens e velhos. Esses saberes necessitam de uma investigação aprofundada e orientada, a fim de serem não só registrados, narrados e memorizados, mas que as gerações mais novas possam contá-los e vivenciá-los em suas práticas cotidianas. Do contrário, os saberes desse povo vão continuar sendo desperdiçados e silenciados, especialmente, devido o falecimento das pessoas mais velhas.

Fontes

Fontes Orais:

- Maria do Carmo Leão, 62 anos, – Rio Juba, 2009.
- Maria Maíde Almeida Pinto, 47 anos – Rio Juba, 2009.
- Maria da Paz Pereira Baia, 74 anos – Jurubatuba, 2009.
- Rodrigo Teles, 08 anos – Rio Juba, 2009.
- Benedito Dias, 58 anos – Rio Juba, 2009.
- Maria do Socorro Teles Souza, 59 anos – Rio Juba, 2007 - 2008.
- Braúlio Leão, 74 anos – Rio Juba, 2008.
- Eliane Lima de Oliveira, 31anos – Rio Juba, 2008.
- Joana Dias, Juba, 102 anos – Rio Juba, 2008.
- José Prestes Furtado, 64 anos – Rio Juba, 2008.
- Maria Benedita Souza, 25 anos – Rio Juba, 2008.
- Adriana Gonçalves Rodrigues, 10 anos – Rio Juba, 2008.
- Maria Pinto Furtado, 49 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria do Socorro Siqueira Sanches, 44 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria das Graças Caldas Sanches, 58 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Ducilena Serrão Farias, 41 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria da Conceição Caldas Valente, 51 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Hosana de Souza Sanches, 27 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Rodrigues, 65 anos – Rio Juba, 2007.
- Maria Zeneide Furtado Gomes, 49 anos – Rio Juba, 2007.
- Marta Duarte Martins, 38 anos - Juba-Cametá/PA – 2007.
- Edna Borges Nunes, 25 anos – Rio Juba de Cima, 2007.
- Tarsila dos Santos, 34 anos – Juba, Rio Jubinha, 2007.
- Hosana Maria Dias Martins, 36 anos - Rio Juba, 2007.
- Zenaide Magno Pinto, 52 anos – Juba, Rio Jubinha, 2007.
- Dorcelina Almeida Nunes, 54 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.
- Benedita Santos Furtado, 41 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.

Dulcira Maria Louzada Prestes, 55 anos – Rio Juba de Baixo, 2007.
Rozinete dos Prazeres, 41 anos – Rio Juba de Cima, 2007.
Laíde da Silva, 66 anos – Rio Jubinha, 2007.
Ana Maria Pinto Moraes, 57 anos – Rio Juba, 2007.
Valda Pinto Furtado, 48 anos – Rio Juba, 2007.
Ana Maria Guimarães Garcia, 48 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Ozanira Pinto Afonso, 46 anos – Rio Juba, 2007.
Minervina Dias Martins, 58 anos – Rio Juba, 2007.
Isabel Almeida Louzada, 71 anos - Rio Juba, 2007
Maria Garcia de Souza, 58 anos – Rio Juba, 2007.
Ana Cléia Pinto Louzada, 49 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Iracê Caldas Pinto, 69 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Claudete Garcia Pinto, 40 anos – Rio Juba, 2007.
Zélia Maria Louzada Furtado, 52 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Lúcia Maria Barros Alves, 60 anos – Rio Juba, 2007.
Maria José de Sousa Furtado, 69 anos – Rio Juba, 2007.
Maria de Lourdes, 35 anos, – Rio Juba, 2007.
Marinaldo Teles Souza, 37 anos – Rio Juba, 2007.
Maria Ivanildes Garcia de Sousa, 34 anos – Rio Juba, 2007.
Rute Teles Souza, 20 anos – Rio Juba, 2007.

Fontes Escritas

Ficha de Fiação da Colônia de Pescadores de Cametá, Z-16.

Ficha de Fiação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá.

Relatório da Secretaria Municipal de Saúde de Cametá - Sistema de Atenção Básica – SIAB - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde – Comunidade da Ilha de Juba – Cametá/PA.

Fontes Imagéticas:

Imagem 01: Mapa de situação municipal de Cametá. Fonte: IBGE-2007.

Imagem 02: Mapa das comunidades do município de Cametá. Fonte: Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá. Cametá: Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Revista II, Série Sistematização, Janeiro de 2006.

Imagem 03: Típico meio de transporte da população ribeirinha do município de Cametá. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Maio de 2007.

Imagem 04: Através desta imagem fotográfica é possível notar o distanciamento da casa em relação ao rio, causa do desequilíbrio ambiental decorrente do assoreamento do Rio Tocantins e seu afluente, o Rio Juba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva Dado coletado em maio de 2007.

Imagem 05 : Um típico jirau de plantas ou uma horta suspensa. Nesta imagem também é possível perceber como as famílias da Ilha de Juba utilizam a madeira do açai para construir pequenas pontes. Fonte:Amarílis Maria Farias da Silva - Dado coletado na Ilha de Juba – Maio de 2007 – Cametá/PA.

Imagem 06: Uma horta suspensa construída a partir da madeira do açázeiro. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, Abril de 2009.

Imagem 07: Tanque de criação de peixe e camarão construído no terreno do senhor Marinaldo Teles. Fonte: Marinaldo Teles - Ilha de Juba – Abril de 2006 – Cametá/PA.

Imagem 08: Um pé de Andiroba em desenvolvimento, no meio de uma floresta de várzea. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 09: Espécie de cápsulas que protegem as amêndoas de andiroba. Fonte: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL – 2004.

Imagem 10: Sementes de andiroba cozidas e postas para descansar e perder a água do cozimento.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 11: Mãe e filha retirando a massa cozida da andiroba. Fonte: IPEDE — Ilha de Juba, 2006, Cametá/PA.

Imagem 12: Tábua de escorrer o óleo de andiroba, também chamada de masseira.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2009 – Cametá/PA.

Imagem 13: Dona Socorro Teles retirando a massa de andiroba da masseira.Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva –Ilha Juba, 2007 – Cametá/PA.

Imagem 14: Criança tomando banho na bacia de alumínio ao lado da tábua onde escorre o óleo de andiroba. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva, Ilha de Juba, 2007.

Imagem 15: Eliane Lima de Oliveira, nora de dona Socorro Teles pisotando da massa de andiroba para que seja aquecida. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva – Ilha Juba, 2007.

Imagem 16: A imagem retrata a família do Sr. Marinaldo Teles e a captura de um peixe denominado pela comunidade como pirarara. Fonte: Maiá Paula da Silva Damasceno, Ilha Juba – Cametá, 2007.

Imagem 17: A presença do moderno e do tradicional, através da antena parabólica. Fonte: Amarílis Maria Farias da Silva. Cametá/PA– Abril de 2009.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2 ed. Belém, PA: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. *Floresta que sangra*. – Revista de História da Biblioteca Nacional, ANO 4 - N°. 44 – Maio de 2009.

ANGELIN, Rosangela. *Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo*. Revista Espaço Acadêmico - N°58 – Março de 2006 – Mensal – ISSN 1519.6189.

BARRA, José Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeito*. Cametá – Pará, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOUFLEUER, Neuza Terezinha. Aspectos ecológicos de Andiroba (*Carapa guianensis* Aublet., Meliaceae), como subsídios ao manejo e conservação. 2004. 84 folhas Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal do Acre. Rio Branco.

BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Em que pensam os historiadores?* In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BRANDÃO, Ascânio. *São Benedito: o santo preto*. Aparecida: Santuário, 1979.

CAMETÁ. Secretaria Municipal de Educação, Setor de Estatística Educacional, - *Relatório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Glicéria Guimarães, ano 2008*.

CAMETÁ. Secretaria Municipal de Saúde, - *Relatório da Equipe de Agentes Comunitários de Saúde da localidade de Juba, ano 2008*

CARVALHO, Marcos de, 1955 – *O que é natureza/ Marcos Carvalho*. – São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 243).

CARVALHO, Delza Maria. *Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá/PA*. Belém, PA: Camutás, 1998.

CASTRO, Edna. *Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidade*. In: CASTRO, Edna., HEBETTE, Jean (Org.) *Na trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CERTEAU, Michel de. *O tempo das histórias*. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

COLÔNIA DE PESCADORES, Z-16 de Cametá. *Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional*. Cametá : PDA, 2007.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. & MANESCHY, Maria Cristina A. *Tradição e mudança em meio às populações tradicionais da Amazônia*. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*. Belém,PA: EDUFPA,2002.

CORREA, Pio. *Dicionário de Plantas Uteis do Brasil e Exóticas Cultivadas Vols 1-6*, Brasília: IBDF. 1984;Taylor, Leslie. *Herbal Secret's of the Rainforest*, Prima Publishing, Inc., 1998.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém – UFPA/NAEA, 2006.

CHASSOT, Attico. *Educação conSciência*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DANIEL, João,1722-1776. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v.1 / padre João Daniel. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica* – [Tradução: Eduardo Brandão]. – São Paulo: Nobel, 1989.

DERENJI, Jussara da Silveira. *Relato do Crepúsculo/ Jussara da Silveira Derenji*. – Belém: Prefeitura Municipal, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Maria Odila Leite da Silva Dias; prefácio de Ecléia Bosi. – 2. ed. ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. *Espécies Arbóreas da Amazônia*, Carapa guianensis, 2004.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*.Edição Soviética de 1952 – Neue Zelt.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERRAZ, Isolde D. K; FERREIRA , Sidney A. N. & GENTIL, Daniel F. O. *Informativo Técnico Rede de Sementes da Amazônia*, Nº 1, - INPA, Manaus-AM, Coordenação do projeto: Manuel Lima - UFAM, Manaus-AM – 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda,1910 – 1989. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*; coordenação de

edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira;lexicografia, Margarida dos Anjos...[et al.]. 4. ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Rosa Helena Nogueira. Os processos de ensino e aprendizagem na região amazônica: novos caminhos para educação ribeirinha. – Belém, UNAMA/ FADESA, 2007.

FIGUEIRA, Eleonora Maria Mendonça. *Resistência e Permanência das Comunidades na Atividade de Extração de Óleo de Andiroba: o caso da Ilha de Juba, em Cametá - PA*. Mestrado em Sociologia – CFCH/ UFPA – Belém, - 2005.

FIGUEIREDO, Elida Moura; RICCI, Magda. *Guia de Normatização para Dissertação*; Belém: Junho, 2006.

FONSECA, Nelma Marçal Lacerda. *A história oral no museu da Escola de Minas Gerais: relato sobre o caminho percorrido*. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Universidade de São Francisco, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes,2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedade: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GTA- GRUPO DE TRABALHOS AMAZÔNICOS. *A Amazônia na Agenda 21 Brasileira*, Brasília/DF - Dezembro de 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* – Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Guacira Lopes Louro, - 6ª. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Organiadores); *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. - prefácio de Maria Conceição D’Incao. Belém, EDUFPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Cametá, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PARÁ. *Diagnóstico do Município de Cametá*. Série Relatório de Pesquisa. Belém: IDESP,1977.

IPEDE, INSTITUTO DE PESQUISA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS CULTURAIS E POPULARES DA AMAZÔNIA. *Relatório do Seminário das Andirobeiras*. Cametá: 2003.

- LAPLANTINE, François. *O que é imaginário*/ François Laplantine, Liana Sálvis Trindade. – São Paulo : Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 309)
- LENTILI, Marco; LIMA, Eirivelthon; VERÍSSIMO, Adalberto. *Pólo Madeireiros do Estado do Pará*. – Belém: Imazon, 2002.
- LENTILI, Marco; VERÍSSIMO, Alberto; SOBRAL, Leonardo. *Fatos Florestais da Amazônia 2003*. – Belém: Imazon, 2003.
- LEITE, Sergio Celani. *Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEOPOLDINO, Valéria de Deus; LOPES, Antonia Osima; VALE, Maria Joseci Lima Cavalcante. *Manual de Normatização para Trabalhos Acadêmicos* – Teresina: FACID, 2007.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*/ João de Jesus Paes Loureiro. – Belém: Cejup, 1995.
- MACEDO, Concessa Vaz. *Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na escócia setecentista*. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.º.0 (1981) - . – São Paulo: EDUC, 1981.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória* / Marina Maluf. – São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. – Chapecó: Argos, 2003.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. – (Coleção questões da nossa época; v. 130).
- MARX, Karl. “Fundamentos da história” e “Condições históricas da reprodução social”. In: Marx. *Sociologia* (Organização Otávio Ianni). São Paulo: Ática, 1996, pp. 45-73.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo . *Uma outra “invenção da Amazônia”: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup, 1999.
- MENDES, Iran Abreu. *Matemática: ciência, saber e educação*. In: MENDES, Iran Abreu. *Educação (Etno)matemática: pesquisas e experiências*. Natal: Flecha do Tempo, 2004.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada* / Antonio Torres Montenegro. – São Paulo: Contexto, 1992. – (Caminhos da história).
- MORAES, Sérgio Cardoso de. *Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. – Belém: EDUFPA, 2007.

MOREIRA, Ildeu de Castro. *Saber nativo: o conhecimento empírico de índios, escravos e colonizadores*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Impostos. Ano 2. N. 23. Agosto de 2007.

NERI, Marcelo. PARÁ SUSTENTÁVEL – Volume I, *Diagnóstico da Pobreza*/– Rio de Janeiro: FGV/IBRE,CPS, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de & NETO, João Colares da Mota. *Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação*. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (Org.). *Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas*. Belém, PA: CCSE-UEPA, 2003.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. *Parteiras, “Experientes” e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta*. PUC: São Paulo, 2004 (Tese de Doutorado em História).

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka- Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Parteiras e “Porções” vindas das matas e Ribanceiras” dos rios*. Projeto História, (23). Natureza e Poder. São Paulo: Ed. EDUC, 2001.

POMPEU, José Danúzio Pinto. *Um panorama do município na virada do milênio*. Cametá, 1998.

PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. – RJ: Vozes, 1995.

Prelazia de Cametá. *Livro de Canto das Comunidades Cristãs*,1980.

REIS, Arthur César Ferreira. *O negro na imprensa colonial dos portugueses na Amazônia*. Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. ACTAS – volume V, II parte, - Lisboa, 1961.

REVISTA GLOBO RURAL. *Açaí, o fruto da energia*. – ANO 16, N°.181, Novembro – 2000

REVISTA ISTO É. *Luz, Reza e Ação*. – Abril, N°.1696, 2002.

SALM, Rodolfo. *Jornal Ciência – SBPC. Artigo Floreta em pé*, e-mail 3203, de 12 de Fevereiro de 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, V. 12, n.34 – Jan/Abr. 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SHANLEY, P.; CYMERS, M.; GALVÃO, J. *Frutíferas da mata*. Belém, 1998.

SHANLEY, Patricia. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Patricia Shanley, Gabriel Medina; ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Impactos sócio-ambientais da barragem de Tucuruí na percepção dos moradores da Ilha de Juba em cameté*. Monografia de Especialização, NUMA/UFPA, 2003.

SILVA, Aida Maria Farias da. *Conclusões da CPI das Barragens*. Cartilha Impressa, Belém, 1991.

SILVA, João Batista Corrêa da. *A Dissertação clara e organizada*. – 2.ed. ver. e atual. – Belém: EDUFPA, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral* / Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1550 – 1800)*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1979

WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890 – 1945)* São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXO

ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADAS NA COMUNIDADE
RIBEIRINHA DE JUBA – CAMETÁ/PA.

PERÍODO: 2007.

1. Fale um pouco da sua história de vida.
 - 1.1. Como foi seu parto? Quem fez? Houve algum problema?
 - 1.2. Como foi sua infância?
 - 1.3. Como é sua relação com as pessoas da localidade?
 - 1.4. Como é sua relação com fé? E com as outras religiões?
 - 1.5. Como é sua relação com o lazer? E como ele é construído aqui na localidade?
 - 1.6. Quanto a política, como você se relaciona com ela?

2. Busca da história do lugar
 - 2.1. Qual a origem do nome do lugar?
 - 2.2. Quem fundou? E em que ano?

3. Qual a sua relação com a água?
 - 3.1. No período das grandes marés, quais os acontecimentos na comunidade?
 - 3.2. Como você se relaciona com ela?
 - 3.2.2. Como você a vê?
 - 3.2.3. O que ela significa para você?

4. Qual a sua relação com a floresta?
 - 4.1. Como você a vê?
 - 4.2. O que ela significa para você?

5. Qual a sua relação com a cidade?
 - 5.1. Como você a vê?
 - 5.2. O que ela significa para você?

6. Como você relaciona com a roça?
 - 6.1. O que ela significa para você?
 - 6.2. Quais as atividades desempenhadas pelas mulheres na roça?

7. O que significou ou significa a hidrelétrica de Tucuruí para você e sua comunidade?
 - 7.1. Aspectos positivos da barragem?
 - 7.2. Aspectos negativos da barragem?
 - 7.3. Quais os principais reflexos da barragem na região onde você mora?
 - 7.4. Quais os impactos sócio-ambientais na Ilha de Juba?
 - 7.5. Que ações são tomadas pela comunidade local em relação a barragem de Tucuruí para reverter os problemas Ilha de Juba?

8. De onde vem a tradição da andiroba?
 - 8.1. Quem deu início aqui na localidade a essa prática de extração da andiroba?
 - 8.2. Como é feito o plantio da andiroba?
 - 8.3. Como acontece a coleta das sementes da andiroba?
 - 8.4. Quem participa?
 - 8.5. Fale como acontece o processo de retirada do óleo?

9. Como e em quê você utiliza o azeite de andiroba?
10. Quem trabalha no processo de retirada do azeite?
11. Quais os mistérios que envolvem a prática da andiroba?
12. As crianças participam da retirada do óleo? Como acontece esse trabalho?
13. Como acontece o processo de ensinamento desta prática?
14. Para quem é vendido o óleo de andiroba?
15. Como é a sua alimentação do dia a dia?
16. Que tipo de planta medicinal você conhece?
 - 16.1. Para que serve?
17. Você toma remédio natural?
 - 17.1. Onde é feito esse produto?
 - 17.2. Quem utiliza esse remédio?
18. O que você acha da educação aqui no Juba?
19. Como a professora trabalha a disciplina história na escola?
20. Você sabe como as tradições locais da comunidade de juba estão sendo trabalhadas na escola?
21. Você se reconhece nos livros didáticos que são utilizados na escola?
22. Como você se relaciona com as instituições não-governamentais e governamentais da região de Cametá?
23. Quais vantagens de está ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou a Colônia dos Pescadores?
24. Que tipo de artesanato e/ou utensílios são produzidos aqui no Juba?
25. O que significa para você ser uma mulher andirobeira?
26. Quais as vantagens e as desvantagens de ser uma andirobeira?
27. Você se reconhece enquanto andirobeira?

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO

Nos dias 09 a 11 de maio de 2003, realizou-se, no Seminário São Vicente de Paulo, no bairro da Aldeia, Cametá-PA, o **Seminário de Beneficiamento de Óleos Vegetais com Mulheres Extrativas produtoras de óleo de Andiroba da região Tocantina**. O presente evento tem como objetivo principal a discussão do projeto de beneficiamento de óleos vegetais de espécies florestais existentes em nossa região entre elas a andiroba (*Carapa guianensis*) e buri (*Mauritia flexuosa*).

A abertura do evento se deu com a composição da mesa pelas entidades presentes, após a fala da coordenadora geral do Instituto de Pesquisa, Educação e Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares da Amazônia – IPEDE. Passou-se a palavra às entidades presentes para fazer suas considerações:

Paulo Gonçalves Damasceno (Secretário Municipal de Saúde) – Cumprimentou os participantes do encontrando ressaltando a importância do evento como resgate da cultura das populações tradicionais da região Tocantina. O debate em questão faz parte de uma iniciativa que visa a agregação de valores aos produtos extrativos e a conseqüente melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Benedito Siqueira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá). Destacou a importância do evento no intuito de buscar soluções para os graves problemas que abarcam as populações extrativas, de tal sorte que, somente com o resgate da tradição que há muito vem sendo evidenciada, somada a valorização dos produtos da mata é que a realidade por que passa essas populações tornar-se-á menos agressiva, do ponto de vista sócio-econômico-ambiental. Tal medida, aliada a outras intervenções que posteriormente serão implementadas, carrega em seu bojo uma dimensão muito maior: a de garantir a reprodução social das famílias e a permanência delas no meio rural.

Ivan Jorge (Banco da Amazônia) O extrativismo ainda é a mola-mestra da economia no município de Cametá, daí a extrema importância de intervenções no meio rural de sorte a promover o desenvolvimento e eliminar os entraves econômico-sociais por que passa toda a população da região Tocantina. E o Banco da Amazônia vem apoiando esse tipo de atividade na região, inclusive com orientações técnicas para o manejo de espécies florestais.

Helena (Federação dos Trabalhadores na Agricultura). O debate representa um avanço para toda a sociedade Tocantina, uma vez que, um projeto desta dimensão, não se pode levar em consideração os meros aspectos econômicos, mas também nele está embutida a idéia de uma ação que englobe o econômico, o social, o cultural e o ambiental, somada a inclusão de gênero. A produção isolada, caracterizada como pequena, média e grande escala precisa estar organizada de sorte a garantir espaço no mercado. O tripé metodológico – produção - beneficiamento - comercialização é condição básica para o êxito de todo e qualquer projeto.

Luís Medeiros (Assessor Parlamentar do Vereador Reinaldo Itaparica) A questão da prática extrativa somada às novas tecnologias é condição básica para a fundamentação de um projeto de dimensão como esse que se deseja implantar. Enfatiza quer, seja na esfera federal, estadual ou municipal, não existem políticas públicas que dêem suporte e apoio ao setor extrativo, setor esse que, na concepção desenvolvimentista, é tachado de “ultrapassado”.

No caso da região Tocantina, após a construção da barragem de Tucuruí, essa intervenção veio a somar negativamente na realidade que hoje se evidencia, considerada excludente e perversa.

O POTENCIAL EXTRATIVISTA DA REGIÃO TOCANTINA E O PROJETO DE BENEFICIAMENTO DE ÓLEOS VEGETAIS.

Expositora Aida Maria – socióloga, Coordenadora do IPEDE

Quero iniciar minha exposição sobre o potencial extrativista da região Tocantina e o Projeto de beneficiamento de óleos vegetais, lembrando que os produtos extrativistas dès da idade antiga atraíram o interesse comercial no mundo inteiro, estimulando as grandes navegações que buscavam na Índia as especiarias principalmente o cravo e a canela, foi numa dessas expedições que os Portugueses chegaram até o Brasil e de 1.500 como nos conta a história até os nossos dias, temos as nossas riquezas naturais saqueadas, ficando para o nosso povo só a pobreza. Até a década de 60 a região de Cametá foi um grande produtor de borracha e cacau, espécies como andiroba, ucuuba e virola eram predominantes na nossa floresta. Até 1916 funcionou em Cametá uma fábrica de óleos de essências florestais de andiroba e ucuuba, que exportava seus produtos para São Paulo e Inglaterra, com a falência dessa empresa a produção de óleo de andiroba passou a ser doméstica e totalmente artesanal. Essa atividade que é feita com a mão de obra feminina e infantil, é uma atividade que além de ser sacrificosa expõe as pessoas a riscos de picadas de cobras e insetos venenosos.

Falar do potencial extrativista da região Tocantina, significa reconhecer a cultura da nossa população, principalmente das comunidades ribeirinhas e remanescentes de quilombos, onde a fabricação do óleo de andiroba além de significar uma renda a mais no orçamento familiar, significa ter um remédio que não pode faltar em nossas casas, pois além de curar inflamações e ferimentos, é um repelente muito utilizado contra muriçocas (carapanãs). A cultura extrativista do nosso povo tem na pesca e coleta do açaí suas principais atividades mas expressa-se também no artesanato de cipó e tala, na fabricação de utensílios de barro, atividade que atualmente tem pouca expressão.

Durante muitos anos as pessoas viveram em harmonia com a natureza, usando de forma racional seus recursos, criando leis e códigos que garantiam sua conservação como as lendas e mitos da floresta: a mãe do mato, o curupira, o mapinguari, a anhangá e tanta outras, que eram forma do homem respeitar a natureza. As pessoas mais antigas da comunidade carregam consigo uma vasta cultura sobre a floresta, infelizmente muitos costumes, como a medicina tradicional por não serem valorizados estão se perdendo. O processo de

industrialização e os problemas causados com a construção da barragem em nossa região tem contribuído para a derrubada das espécies florestais madeireiras como a andiroba e a ucuuba, em muitas comunidades nossas já não se encontra uma árvore dessas espécies, isso mostra que a ação do homem na natureza foi mais no sentido de devastá-la do que conserva-la, derrubando grandes áreas de floresta, queimando a mata e despejando sujeira no rio, seja por que ele achava que esses recursos naturais eram inesgotáveis, ou mesmo por que para ele esta era uma forma de domina-la. Numa concepção desenvolvimentista, não existia a preocupação com o meio ambiente, até a década de 70 quando foi construída a Transamazônica a Amazônia, era considerada o "Inferno Verde", isto é a mata era considerada inimiga e precisava ser dominada.

A floresta com seus recursos naturais, que eram considerados um entrave para o desenvolvimento, passaram a ser explorados intensamente e de forma predatória, gerando lucro para uns poucos grupos econômicos e exclusão para o povo da região. A lógica desenvolvimentista, que por tantas vezes ignorou o extrativismo, atualmente volta os olhos para seus produtos como um novo filão comercial, associando estas atividades ao conceito de desenvolvimento sustentável, mas o que estamos vendo além deste discurso é a velha prática da pirataria das nossas riquezas, principalmente do saber popular. A proposta de se montar uma fábrica de beneficiamento de óleos vegetais, vem da reflexão com muitas mulheres que estão no meio da mata extraíndo óleo através de um trabalho duríssimo, e que ao final conseguem no máximo R\$ 4,00 (quatro reais) por litro.

Nós estamos trabalhando ao mesmo tempo, a implantação da indústria e a organização das mulheres extrativistas produtoras de óleo de andiroba, para o gerenciamento deste empreendimento, contando com a assessoria técnica do Laboratório de Engenharia Química da UFPa. A proposta que estamos construindo é de implantar uma experiência piloto que trabalharia com 100 famílias de 10 comunidades, a indústria seria montada numa comunidade das ilhas que centralizasse a maior população de andiroba, e teríamos na cidade um laboratório que faria o monitoramento químico dos produtos, inicialmente trabalharíamos com a extração de óleo de dois produtos, a andiroba e o buriti. O modo de produção desta indústria ainda será melhor debatido por nós, existe a preocupação em não transforma-las em operárias, mas integrar esta atividade a lógica da produção familiar.

Intervenções

Feita a exposição, abriu-se um espaço para debates, questionamentos e relatos de experiências das mulheres no tocante com o processo de extração do óleo de andiroba:

Ivan Jorge– O BASA dispõe de vários programas que apoiam o extrativismo e, para a implantação de um projeto de tamanha convergadura, não é exigido garantia real (bens móveis e bens imóveis) além de que os juros são menos de 3% ao ano, daí a possibilidade de se buscar financiamento. Acrescentando ainda que esse projeto deve abraçar uma causa maior, e que não fique centrado apenas na produção de óleo, mas que medidas como manejo das áreas, incluindo reposição de andirobeiras, devem ser implantadas. A seu ver, há a necessidade de se fazer um levantamento dos dados de biomas, num trabalho conjunto com a EMATER, CEPLAC, SEMAGRI e IPEDE.

Raimundo Sampaio – Enfatizou que o critério de definição das famílias para participarem da indústria não deveria ser apenas aquelas que possuem terra, mas que considere as que coletam as sementes, uma que muitas pessoas coletam as sementes no rio, quando a maré carrega as sementes que caem nas várzeas.

D.Eliana - Considera de muita importância que se faça a industrialização do óleo, ela trabalha com as suas irmãs e cunhadas e o processo é muito penoso, porque primeiro se procede a coleta das sementes, depois coloca-se as sementes para cozer até ficarem bem amolecidas, é um calor muito grande que as mulheres enfrentam, ainda tem que tirar lenha no mato, depois guarda-se essas sementes por aproximadamente 30 dias, em seguida retira-se a massa deixando-a empalhada por 3 dias aí vai-se amassar esse material fazendo bolas e colocando para escorrer numa tábua, que com o calor do sol é que se vai retirando o óleo.

O processo de extração do óleo de andiroba, mesmo de forma artesanal, apresenta algumas variações, interferindo diretamente na qualidade do produto.

Aida Maria – O projeto de beneficiamento de óleos vegetais que estamos trabalhando com as mulheres extrativistas tem um caráter social, no sentido de vislumbrar a organização destas mulheres, ele busca melhorias econômicas, porque através dele acreditamos ser possível aumentar a renda, diminuir o esforço físico despendido na forma de como se trabalha atualmente, preservar a cultura tradicional do nosso povo, presente na manipulação dos recursos naturais, construir alternativas ao corte predatório destas espécies, que se falta por absoluta falta de alternativas econômicas, construindo desta forma uma educação ambiental que

consERVE OS RECURSOS NATURAIS através do uso racional destes recursos, resgatando a cidadania plena para a nossa população.

Respondendo ao Ivan, considero um avanço para a Amazônia essa linha de crédito do Banco da Amazônia, que você se referiu, apesar de que nós pensamos, que para esta experiência piloto, seria prudente não contrairmos dívidas bancárias, porque estamos conhecendo tudo e para um compromisso bancário não podemos ter qualquer atraso, que comprometemos definitivamente o projeto.

Raimundo Sampaio, sua preocupação com o público é também a nossa, queremos também abarcar as mulheres que extraem óleo e que dispõem de pouca terra, o que implica dizer que têm menor renda, e que muitas vezes ficam presas nas mãos dos comerciantes do seu rio.

Ivan Jorge– Há a necessidade de coletar os dados, sistematizá-los e a partir daí expandir a atividade. Para que a fábrica de óleo de andiroba não fique ociosa por grande parte do tempo, ela deve ser adaptada para trabalhar a extração de outros óleos. O Banco da Amazônia, enquanto agente financiador da região amazônica não poderia ficar alheio a essas questões, já que nos últimos anos, o Banco vem incorporando no seu processo ambiental, na medida em que combina a eficiência econômica com a justiça social e a prudência ecológica.

“AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO EXTRATIVISMO FLORESTAL”

Palestrante Sr. **Airton Faleiro** – Deputado Estadual do PT

A palestra iniciou com uma análise de conjuntura do contexto nacional do novo governo, que após 22 (vinte e dois) anos de árduas lutas travadas pela classe trabalhadores. Apesar de ter apenas 05 (cinco) meses de gestão, sua avaliação deste período é positiva como demonstração dessa popularidade basta citar o Programa Fome Zero. As políticas governamentais implementadas pelo Partido dos Trabalhadores em vários Estados brasileiros foram bastante significativas graças a seu caráter democrático e transparente, tanto que muitos dos programas petistas serviram de modelo às políticas oficiais da era FHC (Fernando Henrique Cardoso), em que está obtendo o apoio de toda sociedade brasileira, envolvendo governos, sindicatos, igrejas, ONGs

A região Tocantina, atualmente vive um modelo de esgotamento dos recursos naturais (hídrico, florestais, íctios, etc.), daí a extrema necessidade de se construir no movimento novas estratégias baseadas na recuperação ambiental, investir no potencial extrativista que tem essa região de vocês, através de uma produção que possa promover o desenvolvimento local, casado com a preservação ambiental. Para os produtos específicos da região tocantina, o mercado consumidor é altamente promissor frente a essa realidade por que passa o mundo em função da alta e desordenada degradação do meio ambiente. Os pacotes tecnológicos incentivados e apoiados pelo governo não levam em consideração a exploração racional dos recursos, mas visa apenas ao lucro imediato. Apesar de todos os problemas acima expostos, muitas iniciativas já foram tomadas no sentido de considerar o homem e o meio ambiente como parceiros indissociáveis do desenvolvimento. Uma dessas mudanças diz respeito à Lei que obriga o país a produzir de 30 a 40% de produtos naturais, e isso representa uma inserção da Amazônia dentro dessa nova lógica de mercado, uma vez que ela dispõe da maior reserva de biodiversidade do mundo. Como estratégia de ação, necessário de faz, num primeiro plano, que seja feita a reposição de espécies florestais (madeireiras e não-madeireiras) na região, além de espécies frutíferas, como o cacau, por exemplo, como forma de aumentar a produção sustentável. Aliada a essa prática, a pesquisa assume importante papel nesse processo, e isso deve ser também uma função do IPEDE. É preciso buscar de todos os meios disponíveis para a obtenção de recursos, e na esfera governamental, existe uma linha específica para o caso, que é

o PROAMBIENTE (Programa Agro-extrativista, do Fundo Nacional do Meio Ambiente, coordenado pela Secretaria Nacional da Amazônia).

“A REALIDADE DAS MULHERES EXTRATIVAS PRODUTORAS DE ÓLEO DA REGIÃO TOCANTINA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR”.

Às 17:00 h e 30 min., formou-se uma mesa redonda para a discussão da temática. A plenária se dividiu em 05 (cinco) grupos, onde foi retratada a realidade por que passa essas mulheres quando da extração do óleo de andiroba. Foram feitas as seguintes considerações:

Grupo 1

- Pouca qualificação das mulheres extrativas;
- Baixo preço do produto;
- O processo de extração de óleo de andiroba é lento e trabalhoso;
- A comercialização do produto é perversa, gerando lucro para os atravessadores.

Grupo 2

- Verifica-se, cada vez mais, a extinção das andirobeiras;
- As dificuldades vão desde a coleta das sementes até a comercialização do produto;

Proposição: A necessidade de reflorestamento é tão óbvia quanto urgente.

Grupo 3

- O mercado não oferece um preço justo para o produto.
- Falta incentivo aos extrativistas;
- As andirobeiras estão em processo de extinção.

Grupo 4

- Desvalorização da atividade de extração de óleo em função do baixo preço do produto;
- Falta de organização dos extrativistas, bem como da produção.

Grupo 5

- Extinção das andirobeiras em função do corte indiscriminado das árvores;
- Falta de materiais e equipamentos que acelerem o processo de extração do óleo;
- A atividade representa sérios riscos à saúde.
- Pouca ou quase nenhuma higiene quando da extração do óleo.

Considerações

As experiências acima relatadas apresentam basicamente as mesmas dificuldades: Falta de tecnologias, o que acarreta, naturalmente, as dificuldades e a demora na extração do óleo; ausência de higienização na atividade; risco à saúde, extinção das andirobeiras, dentre outras.

Intervenções

Eliana – A conscientização sobre o valor da andirobeira é de extrema importância, e que medidas como reposição das árvores devem ser implantadas urgentemente nas comunidades.

Marcelo Alves – É necessário pesquisar a fundo sobre as andirobas, pois o povo tem saber, tem ciência e isso deve ser considerado. Faz-se necessário escolher as variedades mais produtivas.

Sandra – Há 03 espécies de andirobeiras, e cada qual apresenta diferenças quanto ao tamanho e a quantidade de óleo contida nas sementes. Dessa forma, é preciso que se faça a seleção do material genético que apresente as melhores características e fazer o reflorestamento.

Luiz Gonzaga – Ressalta a importância do reflorestamento, desde que haja uma seleção das melhores variedades. Enfatiza ainda que deve ser definido um programa, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, para iniciar essa atividade.

Valdirene - Informou que, nas áreas de terra firme, há também duas safras de andiroba: uma maior, no inverno; e outra menor, no verão. Mas a conscientização do valor da andirobeira deve

ser posta em prática, visto que não se consegue muito dinheiro quando da venda da madeira dessa espécie.

Silvayn – Destacou que deve haver um programa específico para o caso sob duas modalidades: uma de formação; a outra de reposição das árvores. E a APACC, enquanto entidade que realiza a pesquisa e a extensão no município de Cametá, pode vir ser uma importante parceira nesse processo.

No dia 11/05/03, às 9:00 h, e 30 min., prosseguiu-se à programação, tendo como tema "A viabilidade econômica do projeto do beneficiamento de óleo de andiroba". A palestrante Thais Pereira, pesquisadora do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos da Universidade Federal do Pará, fez breves considerações acerca da estrutura e do funcionamento do departamento em questão, e deu mais ênfase na sua área de atuação que é o Laboratório de Produtos Naturais – LEPRON.

A princípio, apresentou os conceitos e denominações de óleos e gorduras vegetais, diferenciou, com exemplos ilustrativos, o funcionamento da extração do óleo de andiroba, desmistificando a concepção de que o óleo de andiroba extraído pelo processo industrial não possui as mesmas propriedades do óleo extraído pelo processo artesanal.

Em seguida, foram ouvidos relatos de experiências de como funciona o processo artesanal de extração de óleo, e a palestrante enfatizou que a diferença do processo industrial do artesanal interfere diretamente na qualidade do produto. (Ver ANEXOS).

Considerações

Aida Maria – A atividade de exploração da andiroba para a retirada de madeira tem sido implementada desordenadamente, daí a necessidade de fomentar o desenvolvimento florestal (produtos madeireiros e não-madeireiros) de forma organizada sob a forma de manejo florestal sustentável. Nesse sentido, é mister ressaltar que a atividade da cadeia florestal é objetivo do IPEDE, devendo ser analisado sob dois viés: um rural e outro urbano, já que se pretende

